



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Daniel Sebastián Granda Henao

**COLÔMBIA DE URIBE A SANTOS: REPOSICIONAMENTOS DA SEGURANÇA
NA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA A PARTIR DE 2010**

Brasília

2015

Daniel Sebastián Granda Henao

**COLÔMBIA DE URIBE A SANTOS: REPOSICIONAMENTOS DA SEGURANÇA
NA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA A PARTIR DE 2010**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: Política Internacional e Comparada

Orientador: Alcides Costa Vaz

Brasília

2015

Daniel Sebastián Granda Henao

**COLÔMBIA DE URIBE A SANTOS: REPOSICIONAMENTOS DA SEGURANÇA
NA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA A PARTIR DE 2010**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz- Orientador

IREL/UnB

Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha- Examinador

IREL/UnB

Profa. Dra. Luz del Socorro Ramírez- Examinadora

Prof. Dr. Carlos Pio da Costa- Suplente

IREL/UnB

Brasília-DF, Fevereiro de 2015

«Una noche le preguntó al coronel Gerineldo Márquez:

-Dime una cosa, compadre: ¿por qué estás peleando?

-Por qué ha de ser, compadre, contestó el coronel Genirelto Márquez-: por el gran partido liberal.

-Dichoso tú que lo sabes contestó él-. Yo, por mi parte, apenas ahora me doy cuenta que estoy peleando por orgullo.

-Eso es malo -dijo el coronel Gerineldo Márquez.

Al coronel Aureliano Buendía le divirtió su alarma. «Naturalmente -dijo-. Pero en todo caso, es mejor eso, que no saber por qué se pelea.» Lo miró a los ojos, y agregó sonriendo:

-O que pelear como tú por algo que no significa nada para nadie.»

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar, agradeço ao povo brasileiro, pelo carisma e a amizade, pelos gratos momentos e a fantástica recepção durante os anos de estadia e os que virão. Em realidades semelhantes à colombiana, onde a educação superior de qualidade ainda é privilégio e não direito. Agradeço-lhes pela oportunidade de acessar à Universidade pública, gratuita e de qualidade, e espero, de alguma maneira, poder retribuir tão alto investimento na minha formação.

Ao Alcides, por servir como orientador de ofício, amigo no caminho e mentor de tempo integral. A ele, todo o carinho pela paciência que me teve nas horas árduas de trabalho, pelas grandes lições que guardarei com sabedoria, e os gratos momentos que ficarão sempre na memória.

A minha mãe e minha família, por todo o amor que cabe no mundo. Mesmo que longe, sempre presentes. Mesmo que perto, sempre pacientes. Mesmo que diferentes, sempre compreensivos.

À turma de pós-graduação de 2013, pelos amplos momentos de discussão e amizade, que semearam o conhecimento comigo e que espero colhamos os frutos, em algum momento, juntos. Sempre ficarão os longos debates sobre teorias, sobre novos temas, e por sempre, as conversas de RU. Também a todos os professores e *staff* do IREL pela dedicação ao trabalho acadêmico, e de cujo esforço dependeu também esta conquista.

A Wildes, Eduardo, Hans, Mauro, Humberto, Silvia, Danilo, Maria, Felipe, Mariana, Sandra, Jane, Evam, Paulo, Rafa, Marina, Gui, Alex, Márcio, Jéssica, Tetei, Fersh e Bersh, Tirão, Bão, Natália, Vinny, João, Inácio, Isabel e Isabela, Willy, Caro, Flor, Andressa, Zé, Raíssa, Tiago, Najú, e muito especialmente ao Gandara –essa pessoa amorosa que já partiu. A todos agradeço os bons momentos que passamos e que engrandeceram essa experiência de vida que é Brasília.

Aos viramundeiros, para que sigamos virando este mundo virado, com festa, trabalho e pão. Muito grato pelos momentos compartilhados embora em realidades diferentes. Vê-los passar de calouros a cidadãos engajados e conscientes da realidade que lhes rodeia deixa em mim uma bela lição de juventude, alegria, e inesgotável imaginação.

Por último e não menos, ao Iuri, pela inspiração, a dedicação e o amor que fizeram com que este trabalho terminasse de um bom jeito.

RESUMO

As políticas de segurança na Colômbia possuem um caráter interméstico intrínseco devido às dinâmicas do conflito armado, os problemas associados ao narcotráfico e a intervenção estadunidense. Nesse sentido, é possível afirmar que a política externa do país tem dependido em grande medida dos assuntos de segurança e defesa. Ainda, as visões sobre a política nacional e internacional do ex-Presidente Uribe (2002-2006/2010), especialmente no que se refere aos países vizinhos, foi fonte de conflito entre os governos da região sul-americana durante a primeira década do século XXI ao se focar em “derrotar a ameaça *narcoterrorista*”.

Entretanto, alguns autores afirmam que a política externa colombiana teve um ponto de inflexão com a troca de governo em 2010, apelando ao maior dinamismo e participação na política regional, reestabelecendo as relações com os países vizinhos, e redefinindo seu papel no cenário internacional, com protagonismo nos assuntos latino-americanos.

Esta dissertação procura estabelecer uma análise da política externa colombiana, especificamente na sua dimensão de segurança, procurando os determinantes internos e externos dessa mudança de política, assim como as condições que pudessem afirmar se existe ou não tal reposicionamento a partir do exame de algumas das suas agendas bilaterais mais críticas.

Toma-se como estudos de caso às relações bilaterais da Colômbia com o Brasil, o Equador, os Estados Unidos e a Venezuela com o intuito de analisar como têm se transformado as relações de segurança com alguns dos países mais envolvidos com a crise colombiana. Trabalha-se com base no modelo de análise de mudanças em política externa de Gustavsson (1999), o método de *process tracing* para procurar esses processos internos de mudança na trajetória, e um conceito ampliado sobre a *securitização*.

Palavras Chave: Política Externa Colombiana; Análise de Mudanças de Política Externa; Segurança na América do Sul.

ABSTRACT

Security policies in Colombia have an intrinsic intermestic character due to the armed conflict dynamics, drug trafficking related issues and American intervention. Thus, it is possible to allege that Colombian foreign policy had largely depended on security and defense matters. Yet, former President Alvaro Uribe's (2002-2006/2010) perception of domestic and international politics, especially on the respect of Colombia's neighbor countries, was a source of conflict among governments in South America during most part of the 21st Century first decade by focusing on "defeat the *narcoterrorism* threat".

However, several authors and observers claim that Colombian foreign policy had an inflection juncture when government changed in 2010, appealing to a larger dynamism and participation in regional politics, reestablishing relations with neighboring countries, and redefining country's role in the international scenario with some kind of protagonism in Latin-American affairs.

This dissertation work aims to establish an analysis of Colombian foreign policy, particularly in its security dimension, looking for internal and external determinants within the alleged policy change, as well as the conditions that would affirm whether there is a repositioning or not by examining some of its most critical bilateral agendas.

Bilateral relations with Brazil, Ecuador, Venezuela and the United States are taken as study cases in order to analyze how Colombia's security relations have transformed with some of the most involved countries with the Colombian crisis. We work with the changing foreign policy model of analysis proposed by Gustavsson (1999), process-tracing method to find the critical change processes within case, and an enlarged securitization concept.

Key Words: Colombian Foreign Policy; Foreign Policy Change Analysis; South American Security.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1.....	28
Quadro 2.....	41
Quadro 3.....	44
Quadro 4.....	44
Quadro 5.....	44
Quadro 6.....	47
Quadro 8.....	48
Tabela 1.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9/11	Setembro 11 de 2001
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALBA	<i>Alianza Bolivariana para los Pueblos de nuestra América</i>
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APEC	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>
ATPA	<i>Andean Trade Preference Act</i>
ATPDEA	<i>Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act</i>
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BACRIM	Bandas Criminosas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americana
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFP	<i>Comparative Foreign Policy</i>
Chávez	Hugo Chávez
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CIVETS	Colômbia-Indonésia-Vietnã-Egito-Turquia-África do Sul.
COBAN	Comissão Binacional de Alto Nível
COMBIFRON	Comissão Bilateral de Fronteiras
COPIAF	Comissão Presidencial para a Integração e Assuntos Fronteiriços
DDR	Desarme, Desmobilização e Reinserção
DEA	<i>Drug Enforcement Agency</i>
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ESI	Estudos de Segurança Internacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FES	<i>Friedrich Ebert Stiftung</i>
FFAAB	Forças Armadas Brasileiras

FPA	Análise de Política Externa
G-3	Colômbia-Venezuela-México
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
JID	Junta Interamericana de Defesa
KAS	<i>Konrad Adenauer Stiftung</i>
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIC	Organização Internacional do Café
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONDCP	<i>Office of National Drug Control Policy</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEC	Política Externa Colombiana
PISPD	Política Integral de Segurança para a Prosperidade Democrática
PSD	Política de Segurança Democrática
PT	Partido dos Trabalhadores
SCCG	<i>US- Colombia Security Cooperation Coordinating Group</i>
SENA	<i>Servicio Nacional de Aprendizaje</i>
SIPAM	Sistema de Proteção Amazônica
SIVAM	Sistema de Vigilância Amazônica
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLC	Tratado de Livre Comércio
TPP	<i>Trans-Pacific Partnership</i>
TPS	<i>Temporary Protected Status</i>
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
ZIF	Zona de Integração Fronteiriça

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Conceituando a Segurança Regional e as Mudanças de Política Externa na América Latina: Uma abordagem teórico- metodológica.....	14
1.1. O <i>Giro</i> da Política Externa Colombiana.....	15
1.2. Conceitos, Teorias e Campos de Estudo Abordados.....	18
1.2.1. <i>O Nível Interméstico</i>	18
1.2.2. <i>Análise de Política Externa (FPA)</i>	21
1.2.3. <i>Estudos de Segurança Internacional (ESI) e a Segurança Regional da América do Sul</i>	29
1.3. A <i>(Des)Securitização</i> da Política Externa Colombiana.....	36
1.3.1. <i>A Teoria da Securitização e a Escola de Copenhagen</i>	37
1.3.2. <i>Uma definição mais abrangente para a securitização colombiana</i>	38
1.4. Complexos Regionais de Segurança e o Entorno Regional Andino- Amazônico.....	39
1.5. Determinantes e Condicionantes de Mudança na Análise de Política Externa e os Modelos de Análise sobre Mudança de Política Externa.....	42
1.6. O <i>Process Tracing</i> como Metodologia.....	45
1.7. Operacionalização do Modelo Analítico Proposto.....	46
2. A Política Externa de Álvaro Uribe: Segurança Democrática e Guerra Contra o Terror na América do Sul.....	50
2.1. Relações com os Estados Unidos.....	53
2.2. Relações com o Brasil.....	57
2.3. Relações com o Equador.....	61
2.4. Relações com a Venezuela.....	66
2.5. Condições Determinantes da Política Externa Colombiana nos Governos de Álvaro Uribe (2002-2006/2006-2010)	69
2.5.1. <i>A Herança da Política Externa de Pastrana</i>	70
2.5.2. <i>A Superação da Crise Económica dos anos 1990-2002</i>	71
2.5.3. <i>O Conflito Armado e os Problemas da Segurança Nacional e Regional- O Plano Colômbia e a Política de Segurança Democrática</i>	73

2.5.4. <i>Os Indivíduos Envolvidos e o Processo de Tomada de Decisão- a diplomacia presidencial de Álvaro Uribe</i>	74
2.6. Análise da Política Externa Colombiana nos Governos do Álvaro Uribe.....	76
3. <i>A Prosperidade Democrática para Fora: A Política Externa de Juan Manuel Santos, entre a Continuidade e a Mudança</i>	79
3.1. Relações com os Estados Unidos.....	81
3.2. Relações com o Brasil.....	85
3.3. Relações com o Equador.....	89
3.4. Relações com a Venezuela.....	90
3.5. Determinantes da Política Externa Colombiana no Governo de Juan Manuel Santos (2010-2014)	93
3.5.1. <i>Juan Manuel Santos como “ministro estrela” do último governo Uribe</i>	94
3.5.2. <i>Solução da Crise Regional na América do Sul</i>	95
3.5.3. <i>“O Fim do Fim”, nova situação do conflito armado interno</i>	96
3.5.4. <i>Novas Dinâmicas Bilaterais com os Estados Unidos</i>	97
3.5.5. <i>Indivíduos Envolvidos e o Processo de Tomada de Decisão</i>	98
3.6. Análise da Política Externa Colombiana no Governo de Juan Manuel Santos.....	99
4. <i>Vivendo com os Vizinhos: Reposicionamentos da Política Externa da Colômbia</i>	103
4.1. <i>Variações nas Relações Bilaterais</i>	103
4.1.1. <i>Relações com os Estados Unidos</i>	104
4.1.2. <i>Relações com o Brasil</i>	106
4.1.3. <i>Relações com o Equador</i>	109
4.1.4. <i>Relações com a Venezuela</i>	110
4.2. <i>Inflexões nas Determinantes</i>	112
4.2.1. <i>Determinantes Individuais</i>	113
4.2.2. <i>Determinantes Domésticas</i>	114
4.2.3. <i>Determinantes Internacionais</i>	116
4.3. <i>Nível das Mudanças</i>	117
4.4. <i>Reposicionamentos da Política Externa Colombiana</i>	120
Considerações Finais.....	125
Referências Bibliográficas.....	130

Anexos.....	
ANEXO I- Cronologia de Eventos Bilaterais Colômbia- Estados Unidos (2002-2014).....	A1-MM1
ANEXO II- Cronologia de Eventos Bilaterais Colômbia- Brasil (2002-2014).....	A2-M2
ANEXO III- Cronologia de Eventos Bilaterais Colômbia- Venezuela (2002-2014)....	A3-N3
ANEXO IV- Cronologia de Eventos Bilaterais Colômbia- Equador (2002-2014).....	A4-M4

INTRODUÇÃO:

Interseções das Políticas de Segurança e Defesa e da Política Externa Colombiana. A transição do governo Uribe ao governo Santos

Tal como afirmam Diego Cardona, Martha Ardila e Arlene Tickner (2002), e reforça Alexandra Guaquetá (2005), devido às dinâmicas internas do conflito armado e, conseqüentemente, de ameaça constante ao estamento colombiano, a política externa colombiana tem se focado durante os últimos anos na superação do conflito e no combate ao negócio das drogas, refletido no seu conteúdo e prática. Asseverando inclusive que tal política esteve “*securitizada*” em algum momento.

Assim, por exemplo, durante a administração de Ernesto Samper (1994-1998) –no meio, também da própria deslegitimação do governo, frente ao processo 8.000¹-, o objetivo principal das ações externas do país foi a luta antidrogas e a legitimação externa do governo colombiano; para Pastrana (1998-2002), os esforços se concentraram em colocar o conflito no radar internacional e procurar apoio para adiantar as negociações de paz com os grupos armados ilegais –especificamente com a guerrilha das FARC-; enquanto que para Uribe (2002-2010) a prioridade era convencer a comunidade internacional que os grupos armados à margem da lei (guerrilhas e autodefesas) somente poderiam ser combatidas pela via militar, e qualquer negociação deveria se dar sob a submissão e as condições impostas pelo governo (GUAQUETÁ 2005, 40-41).

Esse fenômeno de *securitização* da política externa não é de estranhar quando para os países vizinhos existe a percepção de ameaça e insegurança na região, derivada do possível transbordamento do conflito interno e a marcada presença dos Estados Unidos na política e a

¹ O processo 8.000 consistiu em um inquérito judicial contra o então presidente Ernesto Samper, sob acusação de ter recebido financiamento por parte dos cartéis do narcotráfico para a campanha eleitoral, e a vinculação de pessoas próximas a esses grupos dentro da sua equipe. Este processo enfraqueceu a legitimidade do presidente e das instituições do Estado colombiano, assim como as relações com seus aliados (Estados Unidos, por exemplo, retirou a certificação da Colômbia como país antidrogas e anulou o visto do mandatário e de outros políticos). Samper nunca renunciou ao cargo embora tivesse pressões dentro do país. Finalmente foi absolvido da investigação por falta de provas. Ver: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/el-8000-dia-dia/27509-3>>.

defesa colombianas. Isto é ao que Arlene Tickner se refere como a “*securitização da crise colombiana*” (TICKNER 2004).

A mesma autora também assinala dois conceitos interessantes para entender as relações entre os assuntos de segurança e defesa do país e a condução da política externa. Assim, ela coloca que há certo tipo de envolvimento estadunidense nos assuntos internos da Colômbia, ao que chama de “*intervenção por convite*” (TICKNER 2007), no qual também se reflete a situação predominante das questões de segurança dentro da agenda externa colombiana e que causa temores numa região atualmente caracterizada pela busca de autonomias no manejo dos assuntos políticos e sociais.

O segundo conceito da autora é o de “*epicentro da segurança hemisférica*” (TICKNER 2008), no qual se entende que, especialmente a Colômbia, e por extensão a sub-região andina, devido a fatores tais como a fraqueza institucional, a fragilidade da democracia, a iniquidade social, a insegurança urbana e o efeito desestabilizador do conflito armado colombianos e suas dinâmicas *intermésticas*, são a *área pivô* do Ocidente, cujos desdobramentos afetariam o restante da macrorregião.

Por outra parte, autores como Socorro Ramírez (2011) e Diego Cardona (2011) afirmam que a política externa colombiana se encontra num momento de transição, ou de *giro*, e que os temas de segurança e defesa têm perdido seu papel principal, sendo deslocados por uma agenda mais comercial, latino-americana e autonomista.

Entretanto, as políticas de Segurança e Defesa no país parecem seguir uma tradição de autonomia das Forças Militares, ao tempo que reconhecem sua subordinação ao poder civil, se valendo da improvisação e de algumas políticas que respondem à conjuntura do conflito, adaptando-se às variações das ameaças (LEAL 2011; ROJAS 2013). Assim, as questões da segurança e a política externa são, praticamente, invisíveis frente aos problemas de segurança interna; e no entanto, se percebe que a Política Externa no governo Santos se diferencia nas suas orientações e ferramentas em comparação ao período anterior, podendo-se falar de uma *inflexão* no governo atual. O que cabe se perguntar é se essa mudança é parte da continuidade ou a adaptação a um entorno mais favorável para a Colômbia.

Políticas de Defesa e Segurança na Colômbia: Da Frente Nacional à Prosperidade Democrática

Na Colômbia, a política de defesa não consiste em um documento único que orienta as ações dos diferentes organismos envolvidos com esse assunto, senão em um conjunto de planos e normativas que de forma agregada a compõem. Voltando um pouco no tempo, e

compreendendo a situação estrutural do problema da violência e do conflito armado no país (PÉCAUT, 2010:11), que vai além da simples luta insurgente ou o tráfico de drogas, tem-se um grupo de diretrizes para a ação militar reativa às conjunturas.

Francisco Leal Buitrago (1994, 131-172) lembra-nos o que significava a defesa nacional para as elites colombianas no governo a partir do período da *Frente Nacional* (1958- 1970), momento em que os dois partidos políticos tradicionais do país pactuaram o fim da violência bipartidária e um regime de transição posterior à experiência de regime militar, imposto para manter a ordem, a integridade e a segurança no território nacional.

Durante esse período os dirigentes políticos ocuparam-se de construir e consolidar uma maquinaria para a reprodução eleitoral, enquanto que delegaram aos militares uma política improvisada com aspectos pontuais e de expressões anticomunistas, fruto de elementos como a tradição institucional, a política de defesa hemisférica norte-americana e a *Aliança para o Progresso*, e a doutrina de Segurança Nacional sul-americana, estando subordinados ao modelo de democracia liberal ainda que com certo grau de autonomia derivada da despolitização das forças armadas (LEAL 1994, 135-136). A formulação e prática da política de defesa nacional seriam então uma prerrogativa dos militares perante a ausência de diretrizes estatais para harmonizar e unificar o comportamento dos mesmos, e dariam uma abordagem aos problemas sociais sob um tratamento de “*ordem pública*”, um conceito indefinido, abstrato e próprio acerca da defesa, a nação e o Estado (LEAL 1994, 136).

Estratégias como o *Plano Lazo* (1962), o *Plano Soberania* (1964) e o *Plano Andes* (1968) marcaram as pautas para a pacificação política e a integração das ações do então Ministério de Guerra com a sociedade colombiana, propondo-se a defender o país da ameaça das revoluções comunistas latino-americanas (como a Revolução Cubana) e das guerrilhas nas *repúblicas independentes*² em um contexto de militarização da política internacional e de estado de exceção constitucional permanente. Não obstante, esses planos não deram solução aos problemas estruturais de improvisação e personalismo. Praticamente não se deu nenhum plano que pudesse ser considerado como uma “política militar de Estado” (LEAL 1994, 139-146).

A reforma constitucional de 1968 supunha o desmonte progressivo das normas da *Frente Nacional*, retirava algumas funções ao Congresso e pretendia modernizar as Políticas

² As Repúblicas Independentes consistiram nos confins do território colombiano onde se deu o refúgio e a formação das primeiras guerrilhas colombianas em forma de autodefesas campesinas após o período de *La Violencia*. O exército era repellido e se desconhecia a legitimidade do governo colombiano. Álvaro Gómez Hurtado foi o autor do termo no seu discurso frente ao Congresso Nacional em 25 de outubro de 1961. Ver: PIZARRO LEÓN-GÓMEZ, Eduardo (2004). “Marquetalia: el mito fundacional de las FARC”. UN Periódico 57. Disponível em: <<http://historico.unperiodico.unal.edu.co/ediciones/57/03.htm>>. Recuperado em: 28/01/2014.

Econômicas (que passariam do Congresso para o Ministério da Fazenda, a Junta Monetária do Banco da República e ao Departamento Nacional do Planejamento), e de Segurança e Defesa (assinadas à cúpula militar e ao novo Ministério da Defesa, antigamente Ministério de Guerra), ao isolá-las dos assuntos partidários (LEAL 1994, 143). O efeito desta reforma seria a maior autonomia para o aparelho repressor das Forças Armadas; no político, apesar das tentativas de reconciliação e modernização política após a violência bipartidária (reiterando que era esse o objetivo da criação do regime de transição institucional posterior à junta militar e à ditadura de Rojas durante a década de 1950), perdurou o sistema de clientelismo e repartição burocrática da aliança interpartidária da *Frente* (PÉREZ RIVERA 1988).

Passado o regime de transição, frente à abertura do sistema político colombiano, os avanços do presidente Misael Pastrana (1970-1974) foram poucos em relação às políticas de segurança e defesa nacional, se destacando a regulamentação do Conselho Nacional de Segurança, que, em conjunto com o Ministério de Governo, seriam os coordenadores das atividades estatais para a guarda da ordem nacional. Contudo, continuaram as ambivalências entre os órgãos militares e civis do Estado. Pouco foi o que se levou em prática com esse mecanismo (LEAL 1994, 145-147).

O anterior permitiria que durante a administração de López Michelsen (1974-1978), quem por suas visões políticas desconfiava das instituições militares, se desse pouco apoio aos projetos da pasta de Defesa e se preocupasse em maior medida pela execução de projetos sociais. Nesta etapa deu-se certa reconstituição da base popular dos grupos guerrilheiros (PIZARRO 1991 *apud* LEAL 1994, 147), que era contrastante com a estagnação desses grupos durante a década de 1970, mas que, a partir de 1980, se expandiriam (PÉCAUT 2010, 31-35). No entanto, nesse governo elaborou-se o *Manual Provisório para o Planejamento da Segurança Nacional*, que orientaria as ações de Defesa praticamente até a promulgação da nova Constituição em 1991.

Diferentemente fez o presidente Julio César Turbay (1978-1982). Com a promulgação do *Estatuto de Segurança* ampliaram-se as funções policiais e judiciárias dos militares para a gestão dos assuntos de ordem pública. As ações bélicas se expandiram às cidades e, sobretudo, foram orientadas às classes médias e aos intelectuais suspeitos de fazer parte dos grupos guerrilheiros. O estatuto contou com a aprovação de grande parte da população frente a uma situação de confronto urbano com o M-19, além do já conhecido conflito no interior com as guerrilhas das *repúblicas independentes* (JIMENEZ 2009; LEAL 1994).

Para o final do governo Turbay, e durante o mandato de Belisario Betancur, apareceu o elemento de negociação nas políticas de segurança da Colômbia, o que significaria a

“substituição parcial da política militar” (LEAL 1994, 151). O processo de paz não esteve desacompanhado da perseguição militar no teatro de operações. Concederam-se anistias aos grupos armados e se deu o reconhecimento político destes, enquanto que com o Plano Nacional de Reabilitação se combatiam as raízes do conflito com investimentos públicos nas regiões menos desenvolvidas do país, onde justamente tinham maior força esses grupos. O resultado foi positivo e logrou-se a desmobilização de vários grupos guerrilheiros (CHERNICK 1996; PÉCAUT 2010; LEAL 1994).

Nas décadas de 1980 e de 1990 presenciou-se também o crescimento de outra ameaça para a segurança do país. O crescimento do negócio das drogas, o fortalecimento dos cartéis e o surgimento de grupos de autodefesas paramilitares e de bandos de delinquência comum associados aos narcotraficantes apareceram dentro do já difícil panorama do conflito. Entre 1984 e 1990, a situação do terrorismo político dos narcotraficantes saiu de controle, ao tempo que as negociações com as guerrilhas avançavam até chegar à desmobilização e integração no sistema político através da constituinte de 1991. Porém, as ações armadas mais intensas a partir de 1984³ fizeram com que os militares recuperassem a iniciativa na condução dos assuntos de ordem pública e se desse a reorganização do Exército sob a identificação dos principais teatros de operação (LEAL 1994, 154).

No período de governo de Virgílio Barco (1986-1990) não se quebraria a tradição militar, mas as ações tampouco se concentraram no ataque às guerrilhas com as quais se adiantavam negociações. O foco foi, pois, na repressão da violência dos grupos paramilitares e narcotraficantes. Nesse ambiente, promulga-se o *Estatuto para a Defesa da Democracia* conhecido popularmente como “*Estatuto Antiterrorista*” (HAYES 2011).

Os desafios da década de noventa não foram fáceis para nenhum dos governantes. Apesar da promulgação da nova Constituição em 1991, na qual participaram diversos setores dos partidos políticos tradicionais e de representantes das guerrilhas recentemente desmobilizadas, o ataque constante dos cartéis do narcotráfico e o crescimento dos grupos paramilitares mantiveram o Estado colombiano de sobreaviso. A Constituição Política de 1991 manteve a configuração e as funções das Forças Armadas devido ao desconhecimento sobre os assuntos militares entre a classe política e pelo temor de gerar suscetibilidades do corpo castrense (LEAL 1994, 162).

³ Tais como a tomada do Palácio da Justiça em 1985 por facções do M-19, a tomada da Embaixada da República Dominicana em 1986, e diferentes atentados e assassinatos de líderes políticos e personagens da vida nacional por parte das guerrilhas e grupos armados associados aos cartéis do narcotráfico.

César Gaviria (1990-1994) tentaria institucionalizar as relações entre civis e militares para coordenar as ações com o propósito de controlar as diferentes formas de violência e subordinar a maquinaria militar ao poder civil. Isto se concretizou na Lei sobre Segurança e Defesa apresentada ao Congresso em 1992, e na Estratégia Nacional contra a Violência de 1991. Os objetivos de segurança desse governo focaram no fortalecimento da justiça, numa ênfase ao combate do *narcoterrorismo* e na continuação dos processos de negociação com os grupos armados, assim como a reforma do aparato militar e sua modernização. As medidas tomadas tiveram sucesso para dismantelar os grandes cartéis da droga, como o de Medellín e o de Cali (LEAL 1994, 162-164). Contudo, as negociações com as FARC e parte do ELN não foram bem-sucedidas, dando-se um momento de ofensiva guerrilheira e de intensificação do conflito (PÉCAUT 2010).

Para Samper (1994-1998) e para Pastrana (1998-2002), o cenário pareceu ter se complicado ainda mais com essa ofensiva, além da crise de governabilidade nas instituições do país. Samper continuou com a ofensiva contra o narcotráfico iniciada no governo anterior, em cooperação com as agências estadunidenses, mas sua relação com a cúpula das Forças Armadas piorava cada vez mais, ao ponto de se considerar a hipótese de golpe de estado (DÁVILA *et al* 2000; SEMANA 2004 <online>).

O governo de Pastrana caracterizou-se, por outra parte, pela forte ênfase no processo de negociação com as FARC e pela formulação e desenvolvimento do *Plano Colômbia* para dobrar os esforços do combate às drogas e melhorar as condições defensivas e tecnológicas dos militares. Seu legado, no entanto, está mais no lado da política externa, com sua estratégia de *internacionalização do conflito* e a submissão perante a *Guerra Global contra as Drogas* empreendida pelos Estados Unidos, do que nos aspectos de segurança em concreto (PACHÓN 2009); para os quais não se teve nenhum avanço estratégico relevante além da reorganização das Forças Militares e o *Plano Fortaleza* (GUAQUETÁ 2005).

Em contraste com os períodos anteriores, e ante uma sensação generalizada de insegurança no país, durante os dois governos consecutivos de Álvaro Uribe (2002-2006; 2006-2010) dão-se alguns pontos de continuidade e outros de ruptura. A prioridade para esse governo seria recuperar o controle do território nacional sob uma estratégia de longo prazo com a perspectiva de dar fim ao conflito através do combate aberto, a erradicação intensiva dos cultivos ilícitos e o reforço da segurança da infraestrutura. A política de *Seguridad Democrática* (PSD) –política central daquele governo–, baseou-se em cinco grandes objetivos: (1) A consolidação do controle estatal sobre o território; (2) a proteção da população, (3) a eliminação

do negócio das drogas ilícitas na Colômbia, (4) a manutenção da capacidade dissuasiva, (5) e a eficiência, transparência e prestação de contas do governo (COLÔMBIA 2003a).

Contudo, apesar dos êxitos relativos da sua implementação, algumas medidas contempladas nessa política geraram bastante polêmica devido ao caráter antidemocrático e o baixo nível de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades que contemplava (ICG 2003). Essa ênfase no aspecto da segurança, que permeava quase a totalidade da agenda do governo, levaria a ser qualificado como uma “presidência imperial” (VARGAS 2004) e a uma militarização do Estado (HAWKINS 2008).

Todavia, a *Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad* (PISDP) simboliza o esforço que empreende Juan Manuel Santos (2010-) para dar continuidade às políticas do governo anterior e adaptar a estratégia a um novo cenário, considerando os avanços e as fraquezas que permanecem das instituições do Estado em matéria de segurança. O objetivo primordial dessa política consiste em “atingir as condições ótimas para garantir a prosperidade democrática e o progresso nacional” (COLÔMBIA 2011, 31) e estabelece como propósito superior “Contribuir à governabilidade democrática, a prosperidade coletiva e a erradicação da violência, mediante o exercício da segurança e a defesa, a aplicação adequada e focalizada da força e o desenvolvimento de capacidades mínimas dissuasivas” (COLÔMBIA 2011, 31), significando que o aparato de segurança do país deve servir aos fins civis do projeto nacional proposto por Santos, subordinando-o ao segundo.

A avaliação presente é de que as condições de segurança na Colômbia têm melhorado substantivamente nos últimos anos, mas as ameaças e os cenários de atuação militar têm se transformado, adaptando-se mais ao entorno regional do que ao interno (RESDAL 2012,169).

Durante a administração Santos, a força pública tem combatido fortemente os grupos insurgentes enquanto procura cenários de diálogo para a paz com as FARC e o ELN. Tem capturado vários *narcos* em cargos médios e tem conseguido o enfraquecimento das guerrilhas. No entanto, as *Bandas Criminosas* (BACRIM) permanecem como um dos maiores desafios, apesar de ter avançado na sua redução (BORDA *et al.* 2013).

Alguns acertos da PISDP e do governo Santos têm sido a melhoria das relações com seus vizinhos, o que tem levado a maior cooperação para combater o crime transnacional, a separação das estratégias dependendo do tipo de ameaça, o empreendimento da ofensiva contra as BACRIM e a formulação de cenários de pós-conflito. Enquanto que nos desacertos se somam o de ter permitido de certa forma o reacomodo das guerrilhas e a ausência de canais de comunicação com grupos da sociedade civil (como líderes indígenas, ONGs, etc.), que por vezes tem resultado em dificuldades para as operações militares (PABÓN 2012).

Para Vicente Torrijos (2011), um aspecto importante da segurança e da defesa entre os períodos de Uribe e de Santos é o amplo consenso político e social em torno da ameaça que representam os grupos armados como um todo –guerrilhas, BACRIM, narcotraficantes, etc.-; que tem permitido o sucesso, consolidação e transformação da PSD, podendo construir e adaptar um marco estratégico para enfrentar às ameaças de forma sustentada, em contraste com períodos anteriores. Ele afirma também que o sucesso da política de segurança dos últimos três períodos de governo (2002-2014) se deve a sua “flexibilidade adaptativa”, que não supõe inalterabilidade senão adaptações dos mesmos dispositivos seguindo guias específicos de confrontação direta (TORRIJOS 2011).

Política Externa e Articulações com as Políticas de Defesa e Segurança:

Durante grande parte do século XX a política externa colombiana seguiu a doutrina do *Respice Polum* –olhar para a Estrela Polar-, segundo a qual a inserção da Colômbia no sistema internacional deveria estar mediada pelas relações com uma grande potência global, neste caso com os Estados Unidos. Essa opção não excluiu as relações com outros países, inclusive a formulação de outras doutrinas para as relações exteriores do país, havendo períodos em que predominaram doutrinas como a *Respice Similia* –olhar aos semelhantes-, ou a *Respice Omnia* –olhar para o todo, ao universo- (BERMÚDEZ 2010).

Dallanegra (2012) comenta com detalhe no seu texto *Claves de la Política Exterior Colombiana* as orientações e reorientações pelas quais tem passado a política externa colombiana desde a formulação inicial da *Respice Polum* nos anos de 1920. Nesse sentido, Dallanegra explica que um elemento estrutural da política externa colombiana tem sido a “inserção ‘racional’ dependente da principal potência de alcance mundial” (DALLANEGRA 2012, 38 –aspas adicionadas). Da mesma forma, ele deixa entender que a opção de manter uma inserção dependente, e não uma via autonomista, fez com que a política externa do país estivesse condicionada à alienação com as posturas anticomunistas e militaristas presentes na política internacional durante o período de entre guerras, de forma mais marcada durante a Guerra Fria. Esse período da história mundial coincide no tempo com o período da *Frente Nacional* para a história colombiana, e a partir disso poderemos analisar melhor os lineamentos do Estado colombiano referentes a seu ambiente externo.

Nas primeiras administrações da *Frente Nacional*, demonstrava-se uma clara inclinação pró-norte-americana, confirmando a Aliança para o Progresso e se mantendo “do lado dos livres” (LIZARAZO 1990). O que se observa é que, devido ao caráter *securitizado* da política mundial, junto com o alinhamento da política colombiana às iniciativas do bloco ocidental

(encabeçado pelos Estados Unidos), entre a década de 1950 e pelo menos até a metade da década de 1960, se conjurou uma forte relação entre as relações externas e as diretrizes de segurança na Colômbia.

Entretanto, após a pacificação alcançada depois da crise dos mísseis, com os acordos entre Kennedy e Kruschey, o governo de Lleras Restrepo viu uma oportunidade para *horizontalizar* suas relações exteriores e durante uma boa parte das décadas de 1960 e de 1970 a Colômbia teve relativa autonomia para conduzir seus assuntos externos –e inclusive revisionista-, considerando seu papel no Grupo de Países Não-Alinhados, e a relevância da região latino-americana na agenda externa desses anos. Pode se dizer então que a opção prevalente de 1966 a 1978 foi a *Similia* (DALLANEGRA 2012, 39-50).

O governo Turbay, por outra parte, retomou a perspectiva do alinhamento automático com os Estados Unidos; ainda que com algumas iniciativas próprias, procurando ocupar um papel relevante dentro do sistema regional andino e caribenho. A política de combate à insurgência interna também contou com o respaldo incondicional dos governos Carter e Reagan (DALLANEGRA 2012, 51-52). Mas essa tendência não duraria muito tempo.

Como relata Arlene Tickner (2000), durante os governos da década de 1980, a política externa colombiana tendeu à diversificação de aliados devido ao seu crescimento econômico e, como parte da tendência regional, à busca por um espaço próprio dentro do sistema internacional.

Durante o mandato de Betancur, a Colômbia jogou um papel importante nos processos de paz da América Central, enquanto que no âmbito doméstico buscava saídas negociadas para seu conflito sem precisar da interferência de outros países no processo. Barco fez ênfase estrita à diplomacia econômica internacional, mantendo a autonomia das relações exteriores colombianas. Não obstante, a forte conjuntura de confrontação aos cartéis do narcotráfico e a situação agravada de delinquência mostrariam a necessidade de cooperar em temas de segurança com os Estados Unidos, cujo governo também estava preocupado pelo crescente tráfico e consumo de drogas no seu território. Isto mostra uma tendência de complementação entre as doutrinas *Respice Similia* e *Respice Polum*, dependendo da ótica que fosse necessária para gerir a agenda externa. Este comportamento intensificou-se no governo Gaviria (TICKNER 2000; DALLANEGRA 2012).

Com o final da Guerra Fria, aparecia para a Colômbia a oportunidade de apelar para a maior autonomia na sua política externa (TOKATLIAN 1998). No entanto, Samper deu uma virada pragmática a uma postura dependente da potência, devido à necessidade de legitimação externa desse governo no contexto do Processo 8.000 –como já foi explicado anteriormente-, e

do contínuo confronto com os grupos narcotraficantes, assim como os acentuados enfrentamentos com os grupos guerrilheiros e paramilitares (TICKNER 2000; DALLANEGRA 2012).

Já em Pastrana, a formulação da política externa acompanhou o pano de fundo da política doméstica, baseada em uma estratégia de negociação da paz e de fortalecimento das instituições do Estado. Para isso, a estratégia internacional concebida consistiu na *Diplomacia pela Paz*, através da busca de aliados em todos os lugares para a solução do conflito, o fortalecimento do multilateralismo, a priorização de temas como direitos humanos e drogas, e a forte aproximação aos Estados Unidos, Europa e América Latina (CARDONA 2001). Dados esses objetivos, a estratégia devia abarcar ao universo todo, por isso o cunho dado pelo então chanceler Guillermo Fernández de Soto de ser uma política *Respice Omnia* (FERNÁNDEZ 2008).

É importante também destacar que nessa administração se efetuou a negociação e execução da primeira etapa do *Plano Colômbia*. A princípio, o plano buscava uma saída multilateral para combater a produção e o tráfico de drogas, cooperação para concluir o conflito armado interno, fortalecer as Forças Armadas e a presença das instituições do Estado colombiano na totalidade do território nacional, a proteção das vítimas e temas de desenvolvimento humano, entre outros objetivos. Destaca-se o respaldo financeiro e técnico do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, assim como a colaboração da União Europeia, sobretudo referente a temas de direitos humanos e desenvolvimento social, mais próximos de uma perspectiva de *segurança humana multidimensional* (FRIEDMAN 2011; TOKATLIAN 2001).

O *Plano Colômbia* ainda se estenderia até o governo de Álvaro Uribe. Esse governante questionou a questão do fracasso das negociações de paz com as guerrilhas do período anterior, empreendendo ofensiva maior contra os grupos armados, contando com o apoio quase irrestrito dos EUA. O enfoque da sua política externa estaria na busca de aliados para o seu projeto de segurança, sendo esta a espinha dorsal de todo o plano de governo. Pelo qual, pode ser afirmado, somado ao contexto da *Guerra Global contra o Terror* empreendida por George W. Bush nos Estados Unidos (ROJAS 2009; SANTOS 2006), que “Uribe assumiu uma postura ativa e enérgica de subordinação a Washington” (TICKNER *et al.* 2003, 69).

Por outra parte, a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos colombianos gerou temores na região. Por um lado pelo possível transbordamento do conflito; por outro, por causa da virada autonomista dos países sul-americanos nas suas agendas internacionais. Isto afetou severamente as relações da Colômbia com seu entorno, produzindo inclusive certo grau

de isolamento e confronto verbal entre os presidentes da região com a Colômbia (DUARTE *et al.*, 2005). O certo é que a busca de aliados para a *Seguridad Democrática* não rendeu bons frutos com os países andinos, opondo diferentes perspectivas para o tratamento da crise e dos temas de segurança regional.

Em 2010, com a posse de Juan Manuel Santos como presidente, supunha-se a continuidade em todos os aspectos do governo em relação ao seu antecessor. Porém, na prática deu-se uma reaproximação pragmática da Colômbia com a região, a busca de uma política externa diversificada, cooperativa e não-confrontativa, dando prioridade à América Latina e ao Caribe como seu espaço natural de relação (GRANDA 2012). A avaliação da política externa atual da Colômbia mostra uma tendência à *dessecuritização* da agenda, a priorização da agenda comercial e a busca de espaços de liderança e cooperação internacional (PÉREZ *et al.* 2012).

Pode se afirmar, então, que, na virada do século XX para o XXI, a política externa colombiana teve traços de *securitização* e intervenção externa. Notando, porém, que a *securitização* e intervenção às quais nos referimos não são definidas nos termos de Buzan, Waeber e De Wilde (1998), senão ao fato da agenda externa estar cooptada pela agenda de defesa e segurança, com um alto conteúdo de combate às drogas e o terrorismo, identificadas como ameaças latentes ao estamento colombiano e objetivadas nas guerrilhas e outros grupos armados à margem da lei. Essa securitização implica que as relações exteriores na Colômbia de Uribe estiveram vinculadas estreitamente aos temas de segurança, e que aqueles que não se vinculassem diretamente a estes seriam secundários.

Assim, a política externa colombiana converteu-se em uma política dependente do jogo de poder entre as potências e abdicou da sua autonomia em troca de cooperação para a superação do conflito e o combate à problemática das drogas. A relação da política externa com as políticas de segurança e defesa foi muito mais notada nesse período do que nos anteriores, sendo que os temas militares e de sobrevivência do Estado ocuparam quase a totalidade da agenda do governo, e a política externa não seria a exceção.

Essa tendência, no entanto, parece estar mudando paulatinamente sob a administração Santos, mas ainda não é possível afirmar que se dê uma separação total entre elas e sim uma menor priorização da segurança na política externa. Trata-se, então, de um movimento à *dessecuritização*, ocorrendo como um ajuste de ênfase e esforços, no qual a segurança, aos poucos, retorna ao âmbito dos problemas domésticos e que, apesar de ser ainda um dos principais temas da política colombiana, tem menos peso na projeção externa do país.

Inflexões Recentes da Segurança na Política Externa Colombiana:

Como visto acima, durante muitos momentos da vida nacional colombiana tem existido uma forte ligação entre as agendas de segurança e defesa com as ações externas do Estado, isto considerando os problemas do conflito e a violência estrutural do país. Os *giros* –incluindo o recente– da política externa colombiana parecem estar determinados em grande medida pelo estilo do presidente de turno e menos em resposta a políticas –ou doutrinas– de Estado.

Encontramos uma tradição de autonomia militar e de subordinação às instituições democráticas pelos organismos castrenses e a política de defesa nacional; que ainda mantém aspectos de ideologia anticomunista e respeito ao modelo democrático liberal. Nos últimos anos tem se dado um fortalecimento das Forças Armadas e da Polícia, que responde à conjuntura de intensificação do conflito armado, assim como à aparição de novas ameaças como o narcotráfico e a delinquência a ele associada. Entretanto, a política externa se debate entre aspectos de subordinação e alinhamento automático, com vieses de manejo autônomo, multilateral e de coordenação com países semelhantes; ou incluso por vezes a combinação dessas duas perspectivas.

Com o anterior introduzimos, sem mais detalhes, este trabalho de pesquisa que se pergunta pelas transformações da dimensão de segurança enquanto assunto que foi prioridade nas agendas da política externa de governos anteriores e interroga quais têm sido os fatores que geraram essa mudança e as formas nas quais muda. Para isto realizaremos uma análise das agendas externas dos três últimos períodos de governo, dois sob a política de segurança democrática de Álvaro Uribe e o primeiro termo de mandato de Juan Manuel Santos.

Com isto queremos comparar qual foi o nível de prioridade com que se trataram os aspectos externos da segurança colombiana e qual o patamar que esse tema ocupa hoje. Para tal, abranger-se-á uma interseção entre os campos da Análise de Política Externa e dos Estudos de Segurança Internacional, com um recurso ao nível de análise *interméstico* ao entender que as dinâmicas da política colombiana dependem tanto de fatores críticos dos entornos doméstico e internacional.

Em termos metodológicos a pesquisa se enquadra na análise de mudanças em política externa, valendo-se dos recursos aportados por Hermann (1990) e Gustavsson (1999), e da análise de determinantes e condicionantes da política externa de Stein (2006). Utiliza-se também, de forma complementar, o método de *process-tracing* (COLLIER 1991; 2011) buscando traçar trajetórias de mudança dentro da condução da política externa colombiana. Essa combinação metodológica, esperamos, deve servir como modelo para analisar, primeiro,

o nível de mudança em que se dá o *giro*; segundo, os fatores que determinam essas inflexões; e em terceiro lugar, as formas como se dão essas mudanças.

No primeiro capítulo nos referiremos aos conceitos, campos, teorias e metodologias que acompanham este trabalho, a fim de dar uma melhor base teórico-metodológica para o desenvolvimento da pesquisa e criar um marco compreensível para o desenvolvimento da mesma enquanto aprofunda-se melhor no problema de pesquisa.

Nos capítulos 2 e 3 tentamos traçar as trajetórias da política externa colombiana durante os governos de Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos, respectivamente. Abordamos quatro casos de relações bilaterais com a Colômbia que parecem críticos, a saber: com os Estados Unidos exploramos um caso que é favorável às políticas de segurança colombianas; com o Brasil exploramos um caso intermediário, que não concorda plenamente com o tratamento dado aos assuntos de segurança do país e, no entanto, mantém uma relação cooperativa em alguns pontos, ou seja, marca distancia frente a situação regional, mas não confronta diretamente as políticas do seu parceiro. Entretanto, com a Venezuela e com o Equador encontramos dois casos de crise e interdependência negativa, cujos governos se opõem às medidas e ações empreendidas pelo governo colombiano e veem nelas uma possível ameaça a sua soberania e processo político. Em ambos os capítulos realiza-se uma análise das determinantes da agenda, elucidando os fatores que marcaram as opções de tomada de decisão em cada momento. Logo após se analisa a política externa de cada momento por separado.

Finalmente, no quarto capítulo se elabora uma análise comparada dos dois governos (Uribe e Santos) referente a suas políticas externas, na qual se utilizam as trajetórias traçadas nos capítulos anteriores para definir o nível de mudança que se dá, os aspectos críticos que mudam na condução da política externa colombiana, as evidências encontradas nos casos de análise e as possíveis consequências que essas inflexões deixam.

A modo de conclusão, considerou-se um apartado para considerações finais que retoma a discussão da problemática do *giro* da política externa, no qual definimos se de fato houve ou não transformações da agenda exterior da Colômbia em termos da sua *dessecuritização*. Advertimos que –a modo de instigação– a política externa colombiana na transição dos governos Uribe e Santos mudou em termos de ajustes de ferramentas, estilo, esforços e escopo; e também na percepção dos seus problemas, metas e propósitos, mas nos programas, atores e meios de implementação houve poucas diferenciações.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Conceituando a Segurança Regional e as Mudanças de Política Externa na América Latina: Uma abordagem teórico- metodológica

O presente capítulo inicia nossa viagem a fim de compreender as mudanças da política externa colombiana e panorama regional de segurança. Neste capítulo nos dedicaremos a pensar teoricamente a partir de dois subcampos da disciplina das Relações Internacionais que procuramos combinar para essa análise: a Análise de Política Externa (FPA, pelas siglas em inglês) e os Estudos de Segurança Internacional (ESI, ou ISS pelas siglas em inglês). Espera-se, com o desenvolvimento deste trabalho, aportar com dados empíricos e análises ao debate sobre as abordagens teóricas supramencionadas dentro das Relações Internacionais latino-americanas. Do ponto de vista metodológico, a análise seguinte se pautará nos lineamentos do *process tracing*, com o qual serão comparados dois momentos da vida política colombiana e caracterizados seus reflexos na política externa.

Antes do mais, a pesquisa apresentada parte da pergunta acerca das mudanças recentes na política externa colombiana a partir da dimensão da segurança regional. Vista a revisão bibliográfica sobre as mudanças na política externa colombiana, inquieta-nos conhecer com maior profundidade a direção e o escopo das mesmas. Portanto, em vista do caráter altamente *securitizado* da agenda externa de Colômbia nos períodos de governo imediatamente anteriores à administração de Santos, se procura compreender de melhor forma como as questões de segurança se posicionam dentro dessa agenda atualmente e como isto pode ter influência no panorama regional da segurança.

Começaremos por descrever primeiro a nossa hipótese, que podemos dividir em duas partes: primeiro, afirmamos que a Política Externa Colombiana encontrava-se *securitizada* – nos termos que definiremos em seguida. E segundo, que a Política Externa Colombiana apresenta transformações na sua dimensão de segurança a partir de 2010, ano em que o Presidente Juan Manuel Santos é eleito, apontando na direção dum movimento de *dessecuritização* que repercute na dimensão regional da segurança, via as formas de relação com seus vizinhos e parceiros mais críticos. A situação da segurança na Colômbia tem sido

assunto de discórdias entre a maior parte dos países vizinhos daquela nação, razão pela qual a forma como o governo colombiano lida com esses temas e os projeta para o ambiente externo serve como variável interveniente da segurança regional. Embora o anterior leve implícito que essa *dessecuritização* tenha impactos na visão mais ampla da segurança sul-americana, nos restringiremos a estudar as relações bilaterais da Colômbia e sua política externa com alguns dos seus vizinhos, para dessa forma ver a forma como se dão essas reconfigurações e o impacto que pode derivar para a segurança regional.

Para efeitos de análise toma-se como ponto de partida o nível de análise *interméstico*⁴, entendendo que as dinâmicas que se pretende identificar respondem tanto a fatores domésticos quanto externos, e é no entrelaçamento dessas duas dimensões –o internacional e o doméstico– que o objeto de esta pesquisa se localiza, devido à influência de aspectos como o conflito interno colombiano, a cooperação recebida de, e dada a, outros países nos temas de segurança e no combate às drogas, os efeitos que produz a lógica do conflito no comportamento do Estado colombiano *vis-a-vis* os Estados vizinhos e ao interior da burocracia colombiana, entre os mais. Considera-se, portanto, que as mudanças da política externa podem vir tanto de fatores internos como externos, e que os problemas de segurança internacional devem ser estudados também sob as duas óticas em conjunto.

Neste capítulo, se discorrerá, por fim, sobre os conceitos chave e as perspectivas teóricas que são levados em consideração na dissertação. Isto com dois finalidades: uma, permitir ao leitor compreender melhor o campo no qual se insere esta dissertação no escopo da disciplina das Relações Internacionais e familiarizá-lo com o debate que se segue; dois, explicar a operacionalização do trabalho de pesquisa para futuras críticas e desenvolvimentos nesta perspectiva de análise.

1.1. O GIRO DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA:

Socorro Ramirez (2011) abre o debate ressaltando o *giro* na política externa colombiana com a transição de governo em 2010, na qual o Presidente Juan Manuel Santos se reaproxima da região e define sua agenda como multilateral e multitemática, diferentemente do padrão de comportamento direcionado pelo ex-presidente Uribe, para quem a prioridade das políticas domésticas e externas se resumiam a pôr fim ao conflito armado e atrair investimentos ao país como forma de consolidar a democracia e o Estado de direito.

⁴ Para mais sobre o termo *interméstico* ver: MANNING, Bayless (1977). “The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: three proposals”. *Foreign Affairs* 55(2): 306-324.

Entretanto, Diego Cardona (2011) defende que a política externa colombiana se encontra em transição; no que diz respeito à segurança na região andina, o mesmo autor ainda aponta que o futuro da segurança na região depende de vários fatores, tais como: a solução das diferenças entre Colômbia e Venezuela; o desenvolvimento de medidas de confiança e mecanismos de segurança compatíveis com a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e a Organização dos Estados Americanos (OEA); o estabelecimento de mecanismos 2+2 (reuniões conjuntas entre Ministros de Relações Exteriores e de Defesa); a compreensão que os diferentes rumos de desenvolvimento e inserção internacional não devem levar a situações de conflito; a gravidade de ter uma agenda de segurança prioritária perante as agendas de política externa; e, a necessidade de uma segurança andina baseada na cooperação a partir dos requerimentos dos países membros (CARDONA 2011, 32).

Stefan Jost, através da Fundação Konrad-Adenauer Steiftung (KAS), também aporta a este debate. No Livro *“Colombia: ¿una potencia em desarrollo? escenarios y desafios para su política exterior”* (JOST 2012) se desenvolvem ideias ao redor do renovado papel da Colômbia no jogo internacional e de como, além da política externa, também as políticas internas do país que se encontram em transformação, procurando no conjunto, retomar seu protagonismo nas relações interestatais da região. Ademais, o livro também oferece algumas propostas teóricas para abordar a análise da política externa colombiana.

A revisão da literatura até este ponto atesta a importância da Colômbia na segurança regional na América do Sul, ou bem na sub-região andina ampliada e sua condição de ator fundamental nesses planos. Reconhece também que existem mudanças na orientação da política externa colombiana a partir de 2010 com a posse do Presidente Santos. Mas ainda não há clareza sobre as motivações internas, e as consequências das mudanças na relação com os vizinhos, daí o foco desta pesquisa sobre as relações causais de tal giro.

Assim mesmo, tomando como ponto de partida a análise dos documentos de diretrizes governamentais podemos ver pontos de continuidade e de mudança que não permitem ver claramente a direção dessa inflexão. A chamada *Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad (PISDP)* (COLOMBIA 2011) publicada pelo Governo de Santos apresentava o plano de trabalho a ser desenvolvido pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas Colombianas, ao mesmo tempo em que caracteriza a situação da segurança nacional colombiana. Esta política apresenta elementos de continuidade respondendo aos êxitos das políticas anteriores (*Política de Seguridad Democrática 2002-2006* e *Consolidación de la Seguridad Democrática 2006-2010*); apresenta também elementos de mudança representados em metas mais ambiciosas e novos objetivos estratégicos, assim como a possibilidade de um

cenário de pós-conflito para o país. Assim, se percebem alguns elementos de diferença referente à política do governo anterior somados a elementos de consolidação e continuidade da *Seguridad Democrática*, por isto, procura-se identificar o nível de mudança que se dá.

Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia expressa nas suas diretrizes de política externa que:

[A] política externa se focará na consolidação e fortalecimento de instituições e políticas que por sua vez respondam ao ritmo das mudanças no sistema internacional. Para isto, o governo tem colocado especial ênfase em atingir crescimento e competitividade, igualdade de oportunidades e a consolidação da paz, que levem à maior integração regional, e diversificação das relações e da agenda. (COLOMBIA, *sem ano*:<online>)

Também explicita que tentará fortalecer as relações bilaterais com os países até então negligenciados, procurando maior aproximação política, oportunidades de comércio, investimento e intercâmbio tecnológico. Os pilares da proposta da Chancelaria colombiana para a política externa no primeiro mandato de Santos foram: aprofundar a integração com a América Latina e o Caribe para gerar mais oportunidades de comércio e investimento; dinamizar as relações com os países da Ásia e o Pacífico por meio da presença diplomática, abertura de novos mercados e a atração de investimentos; colocar temas como ciência e tecnologia, inovação, educação, capacitação laboral e profissional, conhecimento agrícola, energia, mudança climática, biodiversidade, e cooperação em segurança dentro da agenda para a gestão internacional da *prosperidade*; identificar oportunidades políticas, econômicas e de investimento para Colômbia em grupos como o CIVETS⁵ e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico(OCDE); e a cooperação sul-sul.

Em resumo, o que se evidencia em parte da literatura sobre a Política Externa Colombiana recente demonstra processos de mudança e de continuidade, uma menor prioridade aos temas de segurança e pouca autonomia da agenda externa e da burocracia exterior para abordar temas no âmbito internacional, entendendo tais como dependentes da política doméstica e sua condução pela figura presidencial. Assim, questionamos que tenha havido uma inflexão de tal política, embora possa ser afirmado que há reposicionamentos dentro da mesma. Portanto é um tema que ainda dever ser melhor debatido e explorado, justificando-se esta

⁵ Os CIVETS seriam o agrupamento de alguns países em emergência dentro do sistema internacional, que ainda não possuem suficiente barganha como os BRICS e comparável com os *Next Eleven*; Colômbia, Indonésia, Vietnã, Turquia, Egito e África do Sul no futuro devem ser considerados como mercados favoráveis e crescentes, constituindo um grupo de nova onda de desenvolvimento. Eles teriam sido acunhados pelo grupo de inteligência do *The Economist* e posteriormente pelo CEO do HSBC. Ver: GEOGHEGAN, Michael. "From West to East". **Discurso oferecido à Câmara de Comércio Americana em Hong Kong**. Abril 27 de 2010.

pesquisa. A seguir exploraremos mais os conceitos e abordagens de estudo pelos quais se orientará a pesquisa a fim de conseguir explorar melhor o objeto aqui descrito.

1.2. CONCEITOS, TEORIAS E CAMPOS DE ESTUDO ABORDADOS

Apresentam-se, a seguir conceitos úteis para entender melhor o assunto que procuramos trabalhar. Nesse intuito introduzem-se o nível de análise que utilizaremos, e um breve debate sobre as perspectivas teóricas da análise desenvolvida, a fim de sustentar a escolha teórica e demonstrar os supostos que se requerem para a leitura do trabalho.

1.2.1. O Nível Interméstico:

Em 1977, Bayless Manning cunhou o termo *interméstico* como forma de se referir a um fenômeno que lhe parecia inovador para a ação estatal e a tomada de decisões no interior dos Estados Unidos. Para ele, o contexto de crescente interdependência nas relações dentro do sistema internacional requeria uma forma nova de interpretar os assuntos clássicos da agenda das relações internacionais –fronteiras, esferas de influência, segurança nacional, balança de poder, e os novos assuntos que nela emergiam –crise do petróleo, conflitos na periferia do sistema, assuntos econômicos e de comércio, etc., sendo que esses assuntos tinham fontes e efeitos tanto no interior dos países como no sistema no seu conjunto. Devia-se, para o autor, portanto, procurar maiores aproximações entre o Congresso e o Executivo estadunidense para conseguir atingir os objetivos da política externa e interna à luz das novas dinâmicas do sistema internacional (MANNING 1977). Para Nash (2007, 419), “o *interméstico* marca a complexidade dos processos sociais que quebram e refazem o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos Estados, e em definitiva, ainda não tem sido mapeado ou teorizado adequadamente”. Ou seja, é um processo que vai além da *transnacionalização*, trata-se do ponto de encontro entre os assuntos e interesses internos na interação com os mesmos no nível internacional; não só ultrapassa as barreiras do nacional e das fronteiras dos Estados tal como os conhecemos: o conceito consegue redefinir a esfera de ação dos Estados e as sociedades como atores das relações internacionais em mão dupla.

Uma particularidade interessante derivada dessa dimensão *interméstica* é a aproximação da política externa, na sua confecção e prática, à abordagem de políticas públicas, devido à dificuldade de compreender quando um assunto pertence exclusivamente às agendas internas de um Estado e quando pertence à agenda internacional (FIGUEIRA 2010). Essa aproximação supõe então uma maior participação, direta ou indireta, de atores não-estatais na esfera

internacional, o que, por sua vez, requer destaque sobre os indivíduos envolvidos na formulação da política externa.

Por outro lado, o nível de análise *interméstico* tem sido largamente utilizado por cientistas sociais, porém com pouca teorização, como vimos anteriormente com Nash. A título de exemplo, Arlene Tickner (2008, 1) argumenta que a região sul-americana seria o “epicentro da segurança hemisférica” devido a fatores como a fraqueza institucional dos Estados na região, a fragilidade da democracia, a iniquidade social, a insegurança urbana, o conflito armado colombiano e suas dinâmicas de *desterritorialização* e regionalização, tendo esses fatores caráter *interméstico*. Porém não se explica bem no que consiste tal caráter e como operam tais fatores na esfera da segurança nas Américas.

Outro exemplo é encontrado em Pieri (2011). Argumenta esse autor que a geopolítica sul-americana se configura por meio de conflitos de caráter *interméstico* ligados, de um lado, à fragilidade da resolução dos litígios interestatais e, do outro, à expansão dos conflitos domésticos, destacando que a maioria desses conflitos se deu por disputas por recursos naturais.

O uso do termo *interméstico* aparece na literatura de Relações Internacionais –e das Ciências Sociais como um todo- recorrentemente para se referir a temas menos tradicionais da disciplina, tais como direitos humanos, comércio e negociações comerciais, e migração⁶. Entretanto, chama a atenção que o nível *interméstico* também possa a ser utilizado para falar de temas mais convencionais –embora com menor força- como a segurança nacional, a política externa ou a balança de poder⁷. Uma possível interpretação desse movimento ao *interméstico* se dá pela necessidade de ter outras lentes para analisar a segurança, desde perspectivas que envolvam mais atores e objetos de referência dado o cenário da pós- Guerra Fria (PAGLIARI 2009).

O objeto do nível de análise *interméstico* também tem sido referenciado pela literatura de Relações Internacionais com outros nomes; tais como *assuntos transnacionais*, ou *nexo interno-externo* (ERIKSSON *et al.* 2009). O relevante ao abordar os assuntos da política

⁶ Alguns exemplos ilustrativos disto são: NASH, Kate (2007). “The Pinochet case: cosmopolitanism and intermestic human rights”. **The British Journal of Sociology** 58(3): 417-435; ROSENBLUM, Marc R. “The Intermestic Politics of Immigration Policy: Lessons from the Bracero Program”. **Political Power and Social Theory** 16: 139-182; DOLAN, Chris J. (2003). “Economic Policy and Decision Making at the Intersection of Domestic and International Politics: The Advocacy Coalition Framework and the National Economic Council”. **Policy Studies Journal** 31(2): 209-236; LANGHELLE, Oluf (ed.). **International Trade Negotiations and Domestic Politics: the intermestic politics of trade liberalization**. Nova Iorque: Routledge. 2014.

⁷ i.e.: RUSSO, Phillip A.; HANEY, Patrick J. “Intermestic Politics and Homeland Security” *in*: McCORMICK, James M. (ed.). **The Domestic Sources of American Foreign Policy: insights and evidence**. Sexta edição. Maryland: Rowman & Littlefield. 2012: 285-300.; BRENNER, Philip; HANEY, Patrick J. & Walter VANDERBUSH (2003). “The Confluence of Domestic and International Interests: U.S. Policy Toward Cuba, 1998-2001” **International Studies Perspectives** 3(2): 192-208.

exterior nesse plano é a possibilidade de uma visão abrangente que inclua variáveis internas e externas do nosso caso, considerando que muitas vezes os processos de transformação dos fenômenos sociais no campo internacional são fluidos que não se restringem somente a um único domínio existe uma interação permanente entre os diversos atores dos sistemas internacional e doméstico.

Dessa forma, outro referencial teórico é oferecido pela abordagem do *Two-Levels Game* (PUTNAM 1988), no qual se propõe um jogo baseado nas interações de atores domésticos e internacionais definidos em dois tabuleiros que se inter-relacionam por meio da *second image* (WALTZ 1959, *apud* PUTNAM 1988), ou seja, as pressões internacionais são uma condição necessária para a mudança de políticas, que entretanto, precisam da ressonância doméstica para produzir algum efeito. O *jogo de dois níveis* afirma que as ações de política externa acontecem através do equilíbrio geral nos ciclos de negociação entre um primeiro nível (de barganha entre os representantes de cada Estado), e o segundo (de discussão interna dentro de cada grupo, sobre se o acordo procede ou precisa de emendas) que por sua vez volta ao primeiro. Assim, reiteradamente os âmbitos da política doméstica e internacional se complementam e produzem conjuntamente o que chamamos de política externa.

Por outro lado, Snyder *et al.* apontam que, dada a ênfase no estudo dos processos de tomada de decisões em política externa, é por meio do enfoque nos indivíduos tomadores de decisão que é possível averiguar as determinantes da ação operando em um cenário dual, no qual aspectos externos e internos se relacionam por meio das ações desses sujeitos. (1962,74-85 *apud* HUDSON 2014).

Várias análises de política externa na América Latina já tinham tomado também o conceito do *interméstico* como referencial. Diversos autores reconhecem a importância das *comprehensive analysis* e dos fatores internos e externos para a interpretação dos processos políticos internacionais que se passam na região, superando a diferenciação básica de distinção entre os fatores internos e externos e aceitando que as forças do *transnacionalismo* –ou bem, a ação da globalização como fenômeno contemporâneo da vida dos Estados- torna essa distinção menos precisa e mais porosa (VAN KLAVEREN 1986; WIARDA 1990; RUSSELL 1990; ROJAS 2013; CALDERÓN 2014).

Propomos então o uso do *interméstico* como nível de análise , entendendo que as dinâmicas da segurança, como parte fundamental da configuração da política externa colombiana, não dependem exclusivamente de fatores internos como o processo decisório, a participação e engajamento da sociedade e do aparato burocrático nacional na definição da política externa; dependem , ao mesmo tempo, de fatores externos , como os problemas

compartilhados pela região –pobreza, instabilidade política, risco ambiental, etc., a percepção que cada nação tem sobre esses problemas, as políticas que isolada e conjuntamente se implementam para afrontá-los, o diálogo político e as relações intergovernamentais, o papel dos grupos sociais dentro do espaço político internacional e a interferência de terceiros países no marco regional sul-americano. Mais adiante explicaremos como se operacionalizará o uso deste conceito para a nossa análise. Em síntese, definimos que a política externa e os problemas de segurança internacional devem ser entendidos como produtos de influências sistêmicas e das variáveis domésticas que condicionam a ação dos Estados, de maneira individual e coletiva.

1.2.2. *Análise de Política Externa (FPA):*

A análise de política externa aparece como subcampo da Ciência Política e das Relações Internacionais, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, tentando compreender a estrutura da tomada de decisões e as escolhas dos atores ao interior dos aparatos estatais, abrindo dessa forma a “caixa preta” do Estado e da política doméstica e vendo os reflexos daquela na política global.

Trabalhos como os de James Rosenau (1971), Richard Snyder (1962), Graham Allison (1971), Irving Janis (1972), entre os mais, seriam pioneiros do campo de estudo e permitiriam começar a descobrir formas da ação dos diferentes atores das relações internacionais na interface da política externa de maneira mais estruturada (GARRISON *et al.* 2003). Esses trabalhos servem hoje como referência da Análise de Política Externa, ainda que se tenha modificado muito o panorama teórico das Relações Internacionais nos últimos cinquenta anos, assim como o próprio subcampo da FPA.

Valerie Hudson e Christopher Vore (1995) fazem um esforço de definir e fazer uma genealogia do subcampo da FPA. A definição que os autores dão da FPA consiste num conjunto de teorias baseadas em atores específicos (*actor-specific theories*), procurando fontes de mudança e diversidade como formas de teorização concreta, diferente de teorizações abstratas das formas *actor-general* no conjunto das RI. A teoria concreta que é trabalhada na FPA é definida então como um cluster de atributos com ênfase nas elites governamentais ou outras elites políticas, processos de tomada de decisão estratégica sem as noções estreitas da racionalidade econômica, preocupação pelas instituições e ambiências na qual acontece, etc. (LANE 1990, 927 *apud* HUDSON *et al.* 1995). Portanto, a FPA se caracteriza por se envolver com especificidades das situações que pretende analisar, é intensiva em dados e com frequência requer expertise sobre o país ou região estudada. Fundamentalmente, a FPA consiste, portanto, num empreendimento teórico baseado em pesquisas empíricas.

Os autores descrevem a genealogia da FPA em cinco momentos chave. No entanto, pode-se afirmar que a análise do comportamento dos Estados referente aos outros e ao sistema existe desde que existe o Estado em si. As raízes do campo se remetem às explorações das décadas de 1950 e 1960, especialmente os trabalhos de James Rosenau “*Pre-Theories and Theories of Foreign Policy*” de 1966; Snyder, Bruck e Sapin em 1955 com “*Decision-making as an approach to the Study of International Politics*”; e Harold e Margaret Sprout com “*Man-Milieu Hypotheses in the Context of International Politics*” de 1956. O impacto geral que deixaram os autores durante esse momento de exploração sistemática pelo estudo das políticas externas pode ser resumido em: conhecimento acerca das particularidades das pessoas que tomam decisões e fazem da política externa um fator crucial para compreender a natureza dessas escolhas; que por sua vez, essa informação precisa ser incorporada em categorias de variação amplas; é recomendável integrar múltiplos níveis de análise, do micro ao macro, na construção de teorias; conceitos e teorias emprestadas de todos os campos da ciência social, da psicologia à ciência política, e, que compreender o processo decisório da política externa é pelo menos tão importante quanto compreender os resultados dessas políticas (HUDSON *et al.* 1995, 212-214). O anterior continua sendo de longe o “núcleo duro” da FPA, sendo nesses termos como se define e estuda a política externa dos distintos países.

O segundo momento seria o que pode ser chamado formalmente de *Primeira Geração* (HUDSON *et al.* 1995, 215-219), no qual se viveu um florescimento do interesse pelo subcampo pautado em esforços de coleta de dados e experimentação com várias metodologias. A maior parte das pesquisas daquele momento referem-se ao exame de como aspectos específicos das nações conduzem a diferenças nas decisões e comportamentos da política externa e realizam proposições com potencial de ser generalizadas e aplicadas em mais de um caso (em inglês, *crossnationally*). Os autores dividem esse período em três tradições derivadas dos trabalhos mais relevantes da etapa anterior.

Em primeiro lugar há o legado do comportamentalismo nas Ciências Sociais, que seguiria a tradição do Rosenau e os trabalhos enquadrados dentro da Análise Comparada de Políticas Externas (*Comparative Foreign Policy*, CFP em inglês). Esta vertente defenderia que se bem as políticas externas não podem ser estudadas no seu agregado, o comportamento dos Estados pode. Portanto, a pesquisa se baseia na busca por ‘eventos’, entendidos como algo tangível das relações entre os Estados, entanto permite ver “quem faz o que a quem”, para logo poder comparar esses ‘eventos’ em dimensões positivas ou negativas de comportamento, que instrumentos estatais se utilizam para quais propósitos e qual é o nível de comprometimento de recursos para que tipo de ‘eventos’. No final dos anos de 1970 esta perspectiva de estudo perdeu

muitos dos seus seguidores pela forte oposição aos seus métodos e dados os poucos resultados que se extraíam das pesquisas comparadas. Isso pode ser evidenciado no texto de autocrítica e resposta de Rosenau (1971) “*Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field?*”.

O segundo enfoque se deu na análise do processo decisório, seguindo os trabalhos de Snyder *et al.* Neles se procurava pesquisar os processos e as estruturas de tomadas de decisão em política externa dentro dos grupos e suas dinâmicas, os processos organizacionais e as relações políticas dentro da burocracia. Seus resultados mostravam como a confecção racional da política externa podia ser examinada por meio das interações entre as entidades políticas envolvidas no processo decisório, pressupondo que essas entidades colocam sua sobrevivência como organização no topo das prioridades.

Finalmente, a terceira vertente de análises que Hudson e Vore consideram na sua genealogia corresponde à análise do contexto da política externa, que seria derivada dos estudos dos Sprouts na década de 1950. Os analistas dessa linha focalizam os fatores que moldam o contexto da política externa, e no qual os tomadores de decisão operam, tais como as crenças, atitudes, valores, experiências, emoções e conceitos que se tem da nação e de si mesmos, a cultura, a história, a geografia, a economia, as instituições, as ideologias e a demografia, entre os mais relevantes para as análises. Preocupam-se então com características individuais, aspectos psicológicos das tomadas de decisão, e assumem que a origem das explicações em política externa se encontra ao interior dos grupos de tomadores de decisão, ao invés de encontrar explicações em fatores exógenos a esses indivíduos e suas ações. Alguns trabalhos representativos desta corrente são “*The Psychological Dimension of Foreign Policy*” de De Rivera em 1968, os avanços no código operacional dos tomadores de decisão feitos por Leites, Jervis e Alexander George, e o conceito do papel nacional (*national role*) de KJ Holsti.

A seguir, entre o final da década de 1970 até meados dos anos de 1980, uma *segunda geração* é distinguida pelos autores, caracterizada principalmente como um momento de avaliação crítica do subcampo. Surgem críticas às três vertentes de estudo: à CPF pela parcimônia das suas análises, foco na quantificação dos eventos e orientação política dos trabalhos. A abordagem de tomada de decisões enfrentaria a forte crítica aos problemas metodológicos associados à dificuldade de se obter informações dos processos decisórios dentro de estruturas organizacionais bastante fechadas, informações estas que, quando obtidas, não são mais válidas dada a brecha temporal. De outro lado, a corrente contextual foi criticada por deixar de lado o nível societário ao dar prioridade ao trabalho no nível psicológico de indivíduos, e por suas falhas na implementação de análises estatísticas para testar suas teorias (HUDSON *et al.* 1995, 220-222).

Depois disso, uma *terceira geração* seria demarcada entre 1985 e 1995 (ano que o artigo foi assinado). Tal geração superaria o momento de autocrítica e continuaria com o empenho de olhar abaixo do nível de análise do Estado para coletar informações *actor-specific* e construir teorias de médio alcance, ao mesmo tempo em que se almejam explicações multicausais dentro dos múltiplos níveis de análise e que se utilizam teorias e resultados do amplo espectro das ciências sociais. Sem lugar a dúvidas, o fim da Guerra Fria e a queda do bloco soviético serve como contexto para enquadrar historicamente essa geração, o que proporcionaria mais espaço para outros temas dentro das novas agendas de política externa e a ordem mundial no pós-guerra. Nesta etapa também se experimentou um largo crescimento do campo e das pesquisas dentro dele.

A corrente da CFP apostou no desenvolvimento de métodos inovadores para gerar teorias de médio alcance úteis. Os problemas desde esta perspectiva consistiram em reconceituar os dados de eventos, simular a tomada de decisões para integrar dados complexos não-quantificáveis, usar modelos de escolha racional para acomodar idiossincrasias dos atores, empregar modelos que agregassem conhecimento específico dos atores gerado por experts em países e regiões sob a tradição da política comparada e, por fim, o uso da Análise de Discurso para examinar as dinâmicas de evolução das políticas externas. Em suma, houve aproximações com a modelagem computacional para simular o raciocínio humano, com os métodos discursivos para o desenvolvimento de teorias de médio alcance, abertura de espaços da virada pós-modernista em Relações Internacionais e crescente interesse em achar espaços para articular as teorias *actor-general* das Relações Internacionais com as *actor-specific* da FPA.

As abordagens de processo decisório continuaram com seu foco nos processos e estruturas baseadas nos grupos de tomada de decisão, e se lançaram na tarefa de destrinchar os aspectos cognitivos de tais grupos: como eles reconhecem os problemas? Como se reconhecem e enquadram as situações que estudam? Como se desenvolvem as opções de política? Como começa o grupo a compartilhar uma interpretação da realidade? Como pode se mudar essa interpretação? Como aprende e inova um grupo? Como os diferentes tipos de personalidades dos líderes dentro desses grupos afetam as estruturas e processos do grupo? As anteriores questões acompanham aos entendimentos “clássicos” desta perspectiva, ao invés de extingui-los, e adicionalmente, se observa especial revisitação, crítica e refinamento ao conceito de *groupthinking* elaborado por Janis.

Por último, a abordagem do contexto da política externa se empenhou em determinar as condições pelas quais tanto as teorias *actor-general* quanto *actor-specific* poderiam ser usadas de maneira mais proveitosa. Cinco aspectos foram considerados: as características dos

indivíduos, suas percepções, a sociedade e a cultura, a *polity* (em inglês, se refere ao espaço no qual opera a política, a ambiência política) e o sistema internacional. Os indivíduos permanecem como objetos privilegiados de atenção, assim como a análise das percepções e imagens que eles criam; porém, as questões centrais desta vertente evoluíram para uma reflexão acerca da necessidade de descobrir as condições que tornam as percepções realmente importantes, e as que não. As conceituações do *National Role* começaram a tomar maior importância e energia, enquanto emergem preocupações com a forma com que diferenças sociais e culturais moldam as decisões. Ressurgiu também o interesse pela comparação das socializações e do aprendizado político e investigações sobre o impacto das mudanças de regimes nacionais na política externa. O último período (o quinto) ao qual se referem os autores seria a etapa posterior à 1995, no qual se procura desenvolver uma agenda para as pesquisas no campo (HUDSON *et al.* 1995, 222-228).

Em trabalho posterior, Valerie Hudson (2014) reconsidera as periodizações aqui pontuadas, considerando que os trabalhos entre 1960 e 1993 seriam a Análise de Política Externa clássica, e que, com o fim da Guerra Fria e com a incorporação de novos modelos de análise e conceitos - superando as velhas categorias de análise e generalização das políticas externas se dá o começo da FPA contemporânea. Para ela, a FPA da pós-Guerra Fria se caracteriza pela sofisticação das perguntas de pesquisa e se esforça por (i) procurar –de novo- informações específicas dos atores abaixo do nível de análise do Estado, (ii) construir teorias de médio alcance, explicações multicausais e multinível com recurso a teorias e resultados provindos de todas as Ciências Sociais, e (iii) considerar ambos os processos e os resultados das políticas externas.

Para o caso latino-americano, lembrava Heraldo Muñoz já nos anos oitenta (1987) que os estudos internacionais na região eram relativamente novos, e que uma das áreas mais descuidadas seria o estudo das políticas externas, sendo que até então a maior parte da produção neste campo de estudos se reduzia a ensaios sobre direito internacional, história das relações diplomáticas e descrições gerais das relações entre América Latina e Estados Unidos e Europa.

Aponta o mesmo autor, que, até meados da década de 1980, os temas mais recorrentes nas análises da política externa dos países latino-americanos eram: a busca da autonomia, a promoção do desenvolvimento nacional e regional –como nos estudos da dependência-, e as relações com os Estados Unidos. Finalmente, Muñoz também ressalta algumas perspectivas teóricas mais comuns ao estudo da política externa na região, como a análise do processo decisório, especialmente a de política burocrática; a perspectiva realista das relações internacionais, centrada nos *power politics* e os fatores de poder real, assim como os conceitos

de autonomia e emergência, aplicados a vários países da região; a análise do tipo de regime, sobretudo para compreender como os regimes autoritários da região mudaram a forma de fazer política externa. Ao mesmo tempo, a perspectiva das imagens e percepções também possui importância para a FPA na região, por exemplo no caso Cuba-Estados Unidos. Por último, Heraldo Muñoz menciona o estudo do sistema internacional como condicionante do comportamento externo, como é o caso das produções de Pope Atkins (1977) e Helio Jaguaribe (1979) entre outros.⁸

Bernal-Meza (2005) precisamente, assim como também Serbin (2009), dão conta da genealogia e a evolução do pensamento em política externa na América Latina, chamando especial atenção aos aportes de diversos autores e correntes. Dessa forma, mencionam nas suas genealogias Alberto van Klaveren, quem reflete acerca dos determinantes internos e externos na formulação da política externa, a forma como se configuram as *políticas de poder* e o *equilíbrio do poder* nos países da região e a dependência. Chamam a atenção também às diversas formas de autonomia teorizadas, como por exemplo o aporte de Juan Carlos Puig e Roberto Russell; e igualmente a importância de projetos como o PROSPEL (*Programa de Seguimiento de las Políticas Exteriores Latinoamericanas*) e do RIAL (*Programa de Estudios Conjuntos sobre Relaciones Internacionales de América Latina*) no sentido de compilar e fornecer informações para uma possível comparação –embora não se tenha concluído tal– das políticas externas dos diferentes países na América Latina, ou pelo menos os mais notáveis e ativos no campo internacional. Outros autores também são mencionados como estudiosos das políticas externas latino-americanas, Heraldo Muñoz, Amado Cervo, Luciano Tomasini, Mônica Hirst e Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Por outra parte, Bernal-Meza (2005) outorga especial atenção às formulações originais sobre paradigmas de política externa dos países, formulados por oficiais ou por acadêmicos, ou por agentes da sociedade civil organizada, e denotam uma preocupação de diversos atores pelas formas de inserção desses Estados no cenário internacional. Entre as mais destacadas se encontram o *Respice Pollum* colombiano –mencionado e explicado acima–, o pensamento *aprista* de origem peruana, as diversas acepções da *autonomia* e da *dependência*, e teorizações tais como o *Realismo Periférico* do Carlos Escudé para a Argentina e os paradigmas estatais de inserção internacional feitos por Cervo para o caso brasileiro.

⁸ Uma obra recomendada para conhecer mais a fundo a produção latino-americana voltada para a Análise de Política Externa, e o pensamento latino-americano em Relações Internacionais num sentido mais amplo é: BERNAL-MEZA, Raúl (2005). **América Latina en el Mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

Dessa forma vemos como na *periferia* do Sistema Internacional existem também teorias que convergem e compartilham alguns dos postulados mais gerais do *mainstream* da disciplina. Ambos aceitam a necessidade de estudar as relações entre o interno e o externo, vendo ambos como vetores explicativos do comportamento estatal, examinam cuidadosamente como se dá a formulação das políticas e assumem que são as pessoas (agentes) quem moldam as ações externas. Em ambos os casos também encontramos uma forte carga normativa, no sentido de formular recomendações para os governos e seus oficiais a partir das análises feitas.

Em resumo, pode-se constatar que a Análise de Política Externa constitui um subcampo das Relações Internacionais que interage com as demais disciplinas sociais e compartilha suas abordagens e metodologias, supõe que os indivíduos são os agentes –únicos dotados de capacidade ideacional e operacionalidade- dentro do suposto metafísico do Estado como organização política e se preocupa em ver como as organizações dentro do Estado moldam o comportamento, as ações e as diretrizes políticas frente outros Estados e ao Sistema Internacional.

Nesse sentido, podemos afirmar que a FPA possui pelo menos seis cunhos que a diferenciam no campo das Relações Internacionais como disciplina: é multifatorial, entanto são vários os fatores que explicam as políticas externas; é multinível, pois assume que os problemas de pesquisa acontecem em diferentes níveis de análise simultaneamente; é multi-/interdisciplinar ao tomar e agregar diversas metodologias e teorias de distintas disciplinas nas suas análises; possui foco nos agentes e não nas estruturas pois toma sua base nos indivíduos e como eles afetam o comportamento de organizações e tomam decisões; e finalmente, a FPA é focada nas especificidades dos atores, assumindo que os agentes são únicos e não substituíveis, cada um com suas características próprias. (HUDSON 2014, 6-7). Por último, podemos compreender mais facilmente os enfoques e análises da FPA pelos seus níveis de análise, tal como mostrado no quadro abaixo.

Cognitive Processes	Effects of cognition, learning, emotion, illness, heuristic fallacies, memory, problem representation, etc.
Leader Personality and Orientation	Approaches include operational code analysis, studies of motivations, psychobiography, leader foreign policy orientation studies, etc.
Small Group Dynamics	Small group structures and processes, coalition theory, groupthink and newgroup analysis, etc.
Organizational Process	Examination of incremental learning, standard operating procedures, implementation issues, organizational culture, etc.
Bureaucratic Politics	Major concepts include turf, morale, budget, influence, interagency group politics, etc.
Culture and Identity	Approaches include role theory, nationalism and identity politics, investigation of identity through history and discourse, value preferences, action templates, etc.
Domestic Political Contestation	Examination of regime type, political interest groups, the two-level game, electoral politics, public opinion, media studies, etc.
National Attributes	Factors here may include geography, national resources, economic variables such as level of development or patterns of trade flow, etc.
Regional and International Systems	Regional and international distributions of power, anarchy and its mitigation by international regimes, longstanding enmities and friendships, etc.

Quadro 1, tomado de: (HUDSON 2014, 33)

Nesta seção vimos então como se estrutura o subcampo da Análise de Política Externa e como ela tem se desenvolvido ao longo do tempo; seus principais preocupações e pressupostos de análise, as diferentes vertentes e finalmente deu-se especial atenção ao panorama da FPA na América Latina, entendendo que o nosso estudo também se enquadra dentro dessa tradição.

A partir da revisão acima colocada definimos que a presente pesquisa se enquadra na última geração da Análise de Política Externa dentro da tradição da Política Externa Comparada, especialmente seguindo como referente o aporte ao subcampo feito por Putnam (1988) e seu *two-level game*. Não nos concentraremos no estudo do processo de tomada de decisões dentro da burocracia colombiana, nem nos aspectos psicológicos e ambientais da política, embora consideremos que ambos também intervêm na estrutura desta política. Não procura-se tampouco o desenvolvimento de uma teoria sobre a política externa colombiana como pretende a linha mais forte da CFP, mas sim estudar com profundidade o comportamento externo da Colômbia tomando como base o estudo das suas relações bilaterais com seus parceiros mais críticos da dimensão de segurança. Para este fim descrevemos na seguinte seção

no que consistem os Estudos de Segurança Internacional, focando nos aspectos regionais e a agenda atual na América do Sul.

1.2.3. *Estudos de Segurança Internacional (ESI) e a Segurança Regional da América do Sul:*

Na seção anterior discutimos as origens e a evolução da Análise de Política Externa como subcampo de estudo; definimos suas características principais e enfoques, assim como seus principais debates metodológicos e teóricos. A seguir, far-se-á uma discussão semelhante referente aos ESI, e a discussão do próprio conceito da *segurança* sobre a qual se cerne a literatura e as elaborações teóricas do campo. Tentaremos também caracterizar a trajetória deste campo de estudos na América do Sul.

Os ESI apareceram como campo de estudo independente no período da segunda pós-guerra, embora já no século XIX existissem preocupações semelhantes aos ESI contemporâneos. Aqueles não podem ser considerados como estudos sistemáticos da *segurança internacional*, pois tratavam mais de temas de defesa e da guerra, restringidos aos assuntos militares e à geopolítica, principalmente no Ocidente (Estados Unidos, Europa e Austrália), do que a acepção mais corrente do momento atual. Esses estudos prévios rapidamente foram absorvidos pelas Relações Internacionais como o subcampo que constitui hoje em dia (BUZAN *et al.* 2009, 1; SARFATI 2004; WALT 1991).

O surgimento das ESI como campo de estudos está ligado, segundo Buzan e Hansen (2009), a três fatores principais: primeiro, a tomada de um conceito amplo da segurança, que além dos temas da defesa e a guerra, também lidasse com os problemas políticos e sociais, relações civis-militares, ameaças não-militares e as percepções de segurança/insegurança. O segundo fator; segundo, a aparição de dilemas distintos dos conhecidos antes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, como o uso de armas nucleares; e, terceiro, O caráter civil que tomaram os ESI, dado que os assuntos de segurança transcendiam os aspectos militares e de defesa, e se procuravam também soluções pacíficas e diplomáticas para os problemas de segurança.

Na definição de Nye e Lynn-Jones (1988), a *segurança* mais do que um campo de estudos é um problema internacional com diferentes dimensões; por definição, então, é interdisciplinar focando nas diferentes formas de violência. São justamente essas duas definições (problema e campo interdisciplinar) as que dificultam sobremaneira a compreensão do campo de estudos; já que, por um lado, as questões deste *problema* são bastante abrangentes –dos dilemas de segurança entre Estados às questões da violência social-, e, por outro, dificultase o enquadramento do campo em uma estrutura acadêmica sem afetar seu status de ciência.

Explicam os autores que os principais trabalhos de pesquisa e teorização se concentram de maneira analítica e como recomendações em assuntos tais como:

[T]he causes of conflict and war in the international system, the dynamics and outcomes of conflict, the nature and perception of threats, and efforts to ameliorate or resolve conflicts caused by such threats. Analyses of the problems of nuclear strategy, arms control, and deterrence, of conventional deterrence and conventional strategy, of the determinants of the defense policies of states, studies of military organizations and civil-military relations, and military history. [...] Economic, sociological, and psychological dimensions of threats, and institutional responses to security dilemmas (NYE et al. 1988, 6)

Tanto Nye e Lynn-Jones (1988), quanto Buzan e Hansen (2005) reconhecem que os tópicos tratados pelo que chamamos de *Segurança Internacional* têm sido trabalhados a partir de diferentes abordagens. Dessa forma, os ESI também têm sido chamados “estudos estratégicos”, “estudos de defesa” ou “estudos militares”, embora se admita que existam distinções conceituais entre essas denominações, respondendo a diferentes visões do que é a *segurança* como objeto de análise e quais fatores intervêm e devem ser considerados. Contudo, afirmam os autores que as diferentes acepções do campo de estudos não mudam seu conteúdo, e seu escopo, sendo que os Estudos de Segurança Internacional se preocupam não só com os dilemas estatais e da defesa nacional em sentido estrito, senão que abrangem questões relacionadas à sociedade civil e à política, assim como assumem que a segurança contemporânea é internacional no seu alcance, sem se limitar a um país.

Dessa forma, Buzan e Hansen (2005, 10-13) explicam que o campo de estudos dos ESI se estrutura em torno de quatro perguntas básicas. A primeira consiste em questionar os objetos referentes, privilegiando o Estado como ator principal, e debatendo os limites que tem tal objeto para compreender o todo dos problemas de segurança no cenário internacional. Em segundo lugar cabe perguntar pela dimensão das ameaças que constituem a (in)segurança e natureza delas, ora internas ou externas; ou seja, o que deve ser protegido de que e onde se encontram essas ameaças. Seguidamente, a terceira pergunta a se fazer é de quem ou de que depende a segurança, isto é, se depende do setor militar e do uso da força, ou se devem ser consideradas outras capacidades como recursos naturais, o desempenho econômico e a estabilidade do governo, entre outros possíveis exemplos; de maneira geral, ao longo do desenvolvimento do campo têm sido incorporados vários elementos de análise além das capacidades militares dos amigos e dos inimigos. Finalmente, a quarta pergunta é sobre a dinâmica das ameaças, perigos e urgências, já que a partir dessas dinâmicas se estruturam as respostas dos atores (privilegiadamente Estados) frente aos seus objetos referentes.

Por outro lado, para definir bem o campo de estudos pode-se partir das lacunas que a evolução do mesmo tem deixado. No relato que Nye e Lynn-Jones (1988) fazem sobre a

conferência organizada para ver o estado da arte neste campo encontra-se que as maiores lacunas, ou falhas, dos ESI consistem no excessivo foco na Teoria da Dissuasão e suas formulações abstratas que não enxergam completamente as realidades políticas; sente-se também a falta de trabalhos teóricos na área, negligenciados pelo foco na análise de políticas de curto prazo; critica-se também a falta de atenção aos problemas históricos de violência e insegurança, assim como a história e as lições que dela se podem abstrair para aprender a lidar com os problemas atuais. Por último, evidencia-se um carácter etnocêntrico nos ESI devido à preponderância de autores e análises baseados nos Estados Unidos e, portanto, identificam-se aspectos de exclusão e relegação dos problemas de segurança em outras latitudes onde os Estados Unidos não estejam envolvidos.

Desde outra perspectiva, procuramos entender o que significa a *segurança* para os ESI. Baldwin (1997) aponta duas opções interessantes: defende, primeiro, que uma definição do conceito de *segurança* tem sido negligenciada em diferentes pesquisas e trabalhos acadêmicos, e pelo contrário, muitos dos trabalhos na área têm se focado nos assuntos militares, negligenciando a teorização da segurança em si. Nesse sentido, Buzan (1991 *apud* BALDWIN 1997) sugere algumas possíveis razões dessa negligência: a dificuldade de definir o conceito, a superposição entre os conceitos de *segurança* e *poder*, o pouco interesse que os temas de segurança causam nos críticos ao realismo (vertente teórica que teria falado mais amplamente desse fenômeno), o enfoque que tem tido os especialistas em segurança sobre tecnologia de combate e defesa, e em políticas de segurança, porém não na teorização; e finalmente, e o fato de o conceito ter sido fácil e utilmente confundido com a *segurança nacional* como doutrina e prática.

A segunda perspectiva que aponta Baldwin refere-se à *segurança* como conceito contestado. Isto é, um conceito ambíguo, que não preenche todos os requerimentos para ser classificado como conceito científico, político ou social, e que cujas implicações para os ESI devem ainda ser especificadas. Contudo, Baldwin argumenta que, para os *Neorealistas*, o conceito de *Segurança* é compreendido como a maior meta que um Estado pode ter: os Estados competem para estar seguros, tal como os times desportivos competem para ser campeões, e no mesmo sentido, Estados com maior segurança são melhores do que Estados com menos segurança no ‘jogo’ da política internacional. Entretanto, Wolfers (1952 *apud* BALDWIN 1997) observa que os Estados variam dentro de um amplo espectro na forma como valorizam o lugar da segurança; portanto, não seria possível afirmar que um Estado seja melhor ou pior por ter *mais ou menos segurança*. A melhor definição para Wolfers seria então “*the absence of threats to acquired values*”.

Stephen Walt (1991), no entanto, afirma que existiu um auge do campo da *Segurança Internacional* com o final da Segunda Guerra e que foi decaindo até meados da década de 1960, referindo-se a esse primeiro momento como ‘idade de ouro dos ESI’. Porém, em meados dos 1970 houve um ‘renascimento’ da área, marcado pelo incremento na atividade profissional e os trabalhos publicados relacionados com assuntos de segurança, tornando o campo mais rigoroso, metodologicamente sofisticado e com inclinações teóricas. Tal renascimento aparece paralelamente ao final da Guerra do Vietnã, impulsionado pelo patrocínio da Fundação Ford e a aparição da *International Security* como fórum de discussão acadêmica. As principais novidades desse renascimento referem-se ao uso da história como fonte, à crítica à Teoria da Dissuasão, ao aparecimento de novas políticas e discussões vinculadas aos armamentos nucleares, às novas teorizações e estudos sobre as guerras convencionais, ao contexto de deterioramento da *Détente* soviético-americana e ao maior acesso a dados dos governos.

Walt define diferentemente os ESI, afirmando que seu principal enfoque é o fenômeno da guerra, assumindo uma visão de que o conflito entre os Estados é sempre uma possibilidade que envolve consequências para os Estados e as sociedades. O foco na postura neorrealista que Walt representa é marcada pela possibilidade do uso da força, centradamente pelo Estado e nos aparatos militares; as condições que levam a tal uso e como esse uso afeta aos indivíduos, Estados e sociedades. Para ele uma agenda séria dos ESI deveria preocupar-se, para além dos assuntos estritamente militares, com assuntos de política doméstica e outros como as causas da cooperação e a paz, as crenças estratégicas e o poder das ideias, a repercussão do fim da Guerra Fria e a acomodação das potências mundiais, especialmente na Europa; as instituições e os nexos entre a economia e a segurança.

Por outra parte, Buzan, Wæver e de Wilde (1998) colocam que dentro dos ESI existem pelo menos dois grupos com visões divergentes sobre os aspectos da *segurança*. Para uns, a *Segurança Internacional* refere-se exclusivamente aos temas político-militares desde um ponto de vista centrado no Estado dentro de discussões focadas na justificativa e as formas de uso da força, constituindo-se no ‘tradicionalismo’ dos ESI. Outros, no entanto, advogam por uma definição mais ampla que discute o que as *ameaças existenciais* e as *medidas emergenciais* significam a partir de categorizações subjetivas e relacionais mais do que a partir de objetos referentes, entendendo que a *segurança* não depende só dos setores políticos e militares dos Estados e das sociedades, mas também de outros fenômenos sociais como a economia, a religião ou a ecologia.

Já para Safarti (2004, 180), no mundo do pós-Guerra Fria existe um debate sobre o referencial sobre segurança. Assim, desde as perspectivas teóricas tradicionais das Relações

Internacionais (Realismo, Idealismo, Neorrealismo e Neoliberalismo) seria o Estado, mas também outras teorias adotam como referencial à sociedade ou os indivíduos, admitindo porém que essa ampliação de sujeitos referentes suscita também questões pela delimitação do campo com novos fenômenos sistêmicos que transcendem as fronteiras dos Estados e deveriam ser atacados internacionalmente.

Em resumo, tomando como referência a obra de quatro volumes de Buzan e Hansen (2007), pode se dividir o campo de estudo da Segurança Internacional como subcampo disciplinar formalmente estabelecido em quatro debates chave: Primeiro, a *segurança* durante o período centrado nos dilemas da Guerra Fria e da Dissuasão Nuclear; em segundo lugar, a agenda de segurança durante a transição e reordenamento mundial do pós-Guerra Fria; logo, durante os final dos anos noventa, o debate pela ampliação dos conceitos e o campo da *Segurança*; e finalmente, uma definição baseada nos impactos do 9 de setembro de 2001 (9/11) e as novas formas de estratégia e segurança. Se evidência também que a evolução do campo da Segurança Internacional tem sido acompanhada pelo debate entorno ao próprio conceito da *segurança*, no sentido de que deve ser protegido, quem deve proteger, e de quem tem que se proteger.

Ainda, no caso da disciplina das Relações Internacionais na América Latina, afirmam Tickner e Herz (2012) que na região podem ser identificados também quatro momentos chave para os Estudos de Segurança baseados nas doutrinas da geopolítica, da *segurança nacional*, da *segurança democrática*. Segundo elas, atualmente existe a tendência de ampliar o conceito conjugando temas de insegurança doméstica e ameaças transnacionais. Argumenta-se que na região existem alguns fatores que têm impedido um maior desenvolvimento teórico para os dilemas de segurança próprios, entre os quais se destacam o forte papel dos militares na vida política e a baixa presença de civis nos setores de defesa; o enfoque na análise de problemas e recomendações políticas mais do que em abstrações sobre os fenômenos presentes teorizáveis; a dependência de marcos teóricos *importados* para procurar explicações dos fenômenos dentro da região; a desvinculação de níveis de análise doméstico e externa, etc. No entanto, também afirmam que os processos de transição e consolidação da Democracia em vários países latino-americanos, assim como a gradual inserção de mais acadêmicos civis nas análises de segurança regional, estão mudando as tendências anteriormente descritas. Apontam Tickner e Herz que, na América Latina, fatores como o *paroquialismo*, *estato-centrismo*, e a orientação a políticas; a natureza descritiva, atórica e normativa da produção intelectual em Segurança dentro da região também travam o florescimento de posturas próprias que ajudem a compreender a realidade dos fenômenos singulares da segurança no subcontinente.

Herz (2010) aponta para diferenciações sobre o conceito de *segurança internacional* na América do Sul. Dessa forma, as percepções da política internacional, a (in)segurança, o papel da violência e os níveis aceitáveis de intervenção, com variações entre os distintos países da região e diferentes grupos sócias levam a discussão sobre uma “perspectiva sul-americana”. Essas especificidades, para a autora, teriam levado a criar formas de cooperação e associação como as constituem a União de Nações Sul-Americanas, (UNASUL), seu Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS), e processos hemisféricos dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Alguns fatores de destaque para a formação desse conceito seria o maior interesse na esfera da segurança entre as elites sul-americanas depois da Guerra Fria, preocupações com a distribuição do poder no sistema internacional, a descrição da América do Sul como uma zona de paz, a ampliação do conceito de segurança dentro dos círculos acadêmicos ao redor do mundo, e a centralidade que ocupa o conceito de Estado e soberania no imaginário das elites governantes.

Seguidamente, podemos caracterizar a situação da segurança regional na América Latina (especialmente na América do Sul) mediante a quase ausência de conflitos interestatais recentes, predominando formas de violência irregular e assimétrica dos grupos insurgentes (guerrilhas e bandas criminosas), com importante presença de organizações criminosas transnacionais ligadas ao narcotráfico e de forças de autodefesa. A presença dos Estados Unidos e a intervenção desse país em diversos aspectos da segurança regional define posicionamentos diversos entre os governos da região, alguns são simpatizantes e outros discordam com as questões de segurança na perspectiva estadunidense para as Américas, e inclusive existem posturas desafiadoras da ordem global e do poder hegemônico dessa potência⁹.

Outra característica marcante na região é a existência de múltiplos mecanismos multilaterais e fóruns de discussão para a defesa coletiva, tais como o TIAR (Tratado Interamericano de Defesa Reciproca) ou o CDS, e organismos ao interior da OEA para debater assuntos de segurança hemisférica, o qual permite perceber um grande interesse dos governos latino-americanos na cooperação e na institucionalização dos regimes de segurança na região.

Mônica Hirst (2003) aponta também que a segurança na América Latina é marcada principalmente pela marginação estratégica dentro do panorama dos conflitos globais e pela baixa militarização quando comparado com outras áreas do mundo. Explica ela que os

⁹ Para uma maior ilustração desse panorama de segurança na região sugerimos procurar a discussão feita por Graciela de Conti Pagliari na sua Tese de Doutorado: PAGLIARI, Graciela de Conti. “Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006”. **Tese de Doutorado em Relações Internacionais**. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4361>>

problemas da região se aproximam mais de assuntos da *segurança humana* do que os de *segurança nacional*, e contudo, é essa aproximação que tem predominado tanto no campo da prática política como no acadêmico.

Dado o anterior conjunto de características, explica Velásquez (2008) que, com o final da Guerra Fria, a América Latina apresentava dois possíveis cenários que determinariam a estrutura da segurança regional. Por um lado existia a possibilidade de ser uma zona de paz devido ao fim do comunismo como ameaça à segurança dos Estados ocidentais, à consequente redução de riscos de confronto interno e externo, e a que qualquer outra ameaça seria muito menor do que o que teria sido o comunismo. Igualmente, a expansão democrática nas Américas e o maior relacionamento econômico-comercial entre esses países ajudariam a neutralizar o risco de enfrentamento interestatal. Do outro, poderia se constituir uma zona de conflito pelo enfraquecimento da governabilidade e pelo desaparecimento da rivalidade ideológica, com o que a comunidade internacional e especialmente Estados Unidos perderiam interesse em manter a estabilidade política da região.

Adicionalmente, revisando os anuários da Friedrich Ebert Stiftung (FES) pode-se delimitar a agenda mais atual da segurança para a América Latina e o Caribe. A análise dos anuários (2009; 2010; 2011; 2012; 2013) mostra que a agenda regional de segurança se encontra marcada por dois processos principais: a menor influência dos Estados Unidos na região, deixando espaço para uma condução mais autônoma nesses temas, e as ameaças que representa o crime organizado transnacional (especialmente no que se refere ao narcotráfico e o tráfico de pessoas) para grande parte da região, com ênfase nos países andinos e a América Central. Se destacam aspectos como as diferenças ideológicas entre os países e os entraves que essas diferenças representam para as iniciativas de integração regional, assim como a paulatina mudança nos discursos dos governos que, embora permaneçam distantes, conseguem dialogar melhor sobre essas pautas. Também se dá destaque para a vulnerabilidade da democracia na região, evidenciado nas crises internas de Honduras em 2008, Equador em 2009, Paraguai em 2012 e Venezuela em 2013; em contraste com o feliz reestabelecimento e normalização das relações entre Colômbia e Equador, e Venezuela a partir de 2010 após a crise regional vivida entre 2008 e 2009. No quadro institucional, entretanto, a UNASUL e o CDS continuam com seu processo de desenvolvimento, enquanto que cada vez mais se deteriora a credibilidade da OEA para a resolução de conflitos, e o ALBA não consegue avançar além da cooperação venezuelana. O processo de negociação de paz com as FARC na Colômbia é um aspecto que marca a atual agenda também, na medida em que conta com o apoio de alguns países da região como a Venezuela, o Chile e Cuba, e é percebido como um fator que pode mudar as dinâmicas

da segurança regional. Alguns elementos que aparecem novos são o debate sobre regime internacional de combate às drogas, proposto por alguns presidentes e ex-presidentes.

Dessa forma, pode-se afirmar que a agenda regional de segurança é pautada por cinco macroprocessos: (1) a menor influência dos Estados Unidos na região e as implicações para o desenvolvimento de alternativas autônomas, e o desenvolvimento de instituições ligadas ao diálogo político e de segurança na região, assim como também o papel que Brasil desempenha dentro daquelas iniciativas como liderança regional, (2) os aspectos de violência e (in)segurança pública associados ao crime organizado transnacional, (3) o ressurgimento de velhos conflitos limítrofes e sua resolução por vias pacíficas (i.e. Colômbia e Nicarágua, ou bem, Chile, Bolívia e Peru), (4) os impactos que teria o processo de negociação de paz na Colômbia, e (5) o reacomodo do tabuleiro político na região após a morte de Hugo Chávez e as eleições ao longo de 2013 e 2014 em quase todos os países da região. Por último, frisamos as vulnerabilidades da governabilidade democrática em muitos desses países como um processo transversal atravessado pelos processos descritos acima.

De todo o anterior se extrai que o conceito de segurança e as perspectivas dos ESI mais aceitos atualmente não se restringem só a compreender os dilemas de segurança como encaixados exclusivamente nos âmbitos estatal e interestatal; esses dilemas não se encontram isolados do restante do sistema mas operam conjuntamente e não unicamente por fatores militares como tradicionalmente se costumava pensar. No cálculo das capacidades também somam outros fatores que devem ser considerados a e cuja análise, vai além da correlação de forças e da compreensão binária de amigos e inimigos, incluem-se problemas referidos aos assuntos de gênero, da pobreza como fator de instabilidade, da transnacionalidade dos fenômenos –por exemplo, o narcotráfico-, entre outros.

Entende-se afinal por Segurança Regional a análise daqueles assuntos de *segurança* que afetam transnacionalmente as sociedades da América do Sul- e em um marco geral, América Latina- no seu conjunto e pelos quais se estabelecem padrões de resposta coletivos e/ou cooperativos frente às ameaças percebidas de forma própria como capazes de colocar em risco a integridade e a sobrevivência dos Estados e das populações aqui localizadas.

1.3. A (DES)SECURITIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA:

Tendo definido de maneira ampla no que consistem os dois sub-campos das Ciências Sociais e da disciplina das Relações Internacionais nos quais se enquadra o objeto desta pesquisa o que foi feito mediante narrativa acerca da evolução dos debates teóricos principais da própria disciplina, procuraremos seguidamente distinguir o nosso *conceito-chave*, pelo qual,

como explicaremos mais afrente, se tentará inferir se existe ou não mudanças na política externa colombiana. Tomaremos o conceito de *securitização* melhor abordado por autores da Escola de Copenhague e buscaremos dizer o que tomamos e no que se diferencia o nosso conceito daquele.

1.3.1. A Teoria da Securitização e a Escola de Copenhague:

Como mencionado anteriormente, o conceito de *securitização*, central para os Estudos de Segurança Internacional de hoje, é descrito por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998, 21-49) como o movimento que leva os assuntos políticos para além das regras já estabelecidas; isto é, para um tipo especial de política ou algo acima da política, sendo então, uma versão extremada da politização.

Segundo os autores, algo é designado como um problema de segurança internacional quando se argumenta que ele tem maior importância do que outros, e, portanto, requer prioridade no seu tratamento. Para os autores, qualquer assunto público se encontra em algum lugar dentro de um espectro que vai do *não-politizado* (não é publicamente debatido ou decidido), passa pela *politização* (o assunto é parte da política pública e requer de decisões e alocação de recursos pelo governo), e no seu último estágio é *securitizado* (o assunto é apresentado como ameaça existencial, requer medidas extraordinárias e justifica ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos).

Nesse sentido, para algum assunto entrar na agenda da segurança, não precisa se relacionar exclusivamente com temas militares. Buzan *et al.* afirmam que os assuntos de segurança no mundo de hoje podem se estabelecer dentro dos setores políticos, militares –e também-, econômico, sociedade e ecológico. Um assunto começa a ser tratado como *fator de insegurança* quando é percebido como ameaça à sobrevivência da sociedade, e não de forma preestabelecida.

Para acontecer dita *securitização* é necessário um *speech act* (ato de fala), com o que se entende que tal assunto depende do discurso e da argumentação política. Assim, o ato de *securitização* se compõe de um ator ou agente *securitizador* que realiza tal movimento e age no ato de fala; um objeto referente que é convertido em ameaça, ou que precisa ser protegido; e uma audiência, que recebe a mensagem, é persuadida e aceita –ou não- o objeto como ameaça à sua segurança ou merecedor de proteção.

Finalmente, os autores ressaltam que quando esse movimento à *securitização* acontece, aparecem conseqüentemente uma percepção de novas ameaças existentes, o empreendimento

de ações emergenciais para contrapor tais ameaças e efeitos consequentes nos padrões de relacionamento entre agente *securitizador* e a audiência.

1.3.2. Uma definição mais abrangente para a securitização colombiana:

Tendo definido assim o que se entende nas Relações Internacionais por *securitização* de maneira geral, defendemos que no caso da política externa colombiana também houve um fenômeno de *securitização*. Porém, este não consistiu na elevação do nível de *politização* da agenda externa senão na elevação do grau de urgência que representava o conflito colombiano e a forma como foram tomadas medidas excepcionais para defender a sociedade das ameaças dele emanadas.

Não é possível falar de *securitização* da política externa nos termos da teoria de Buzan *et al.* pois de forma geral ela não é debatida na arena pública senão de forma excepcional dentro das burocracias do governo. A *securitização* no caso colombiano se refere ao fato da agenda externa colombiana estar altamente carregada de assuntos que tangem a segurança no seu conteúdo perante uma percepção generalizada de insegurança e xeque ao Estado como forma de organização e representação política.

Dita *securitização* implica então que as relações exteriores da Colômbia tenham que passar obrigatoriamente pela lente da segurança, que outros temas sejam secundários e cobrem importância só quando estiverem relacionados à dimensão da segurança nacional. Esse conceito vem acompanhado do que Arlene Tickner (2004) chamou de “*securitização da crise colombiana*”, arguindo que:

As percepções de insegurança e de ameaça que suscitam o tema da Colômbia nas nações vizinhas, ao invés de ser uniformes, como sugere a noção do *spill-over*, são muito variadas. Da mesma forma, não são produto das consequências objetivas da regionalização da crise colombiana, senão que dependem em grande parte das dinâmicas políticas internas de cada país e a forma na qual seus representantes articulam temas específicos como problemas de segurança (TICKNER 2004, 12).

É então esse conceito que tomaremos como vetor da nossa análise. Mais adiante veremos como a partir deste procuraremos desvencilhar a mudança na política externa colombiana, tomando como base uma tendência à *dessecuritização* durante o governo de Juan Manuel Santos. Argumentamos então que a partir desse governo ocorreu na política colombiana o movimento oposto à *securitização*, diminuindo o nível de importância dos assuntos de segurança dentro da política nacional, e mais especificamente na política externa do país. Assim, tal *dessecuritização* implicaria que o movimento que governo Santos realiza na política externa é de incluir novos temas e diversificar o escopo das suas ações internacionais para além dos assuntos de segurança nacional.

1.4. COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E O ENTORNO SUB-REGIONAL ANDINO-AMAZÔNICO

Pelo aspecto multinível e de múltiplos atores percebidos como parte dessa mudança, parece apropriado abordar nosso estudo também a partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) proposta por Buzan e Waever (2003), que, como apontado anteriormente no trabalho da Arlene Tickner, permite uma análise abrangente das práticas individuais para examinar de que forma as dinâmicas nacionais se articulam com processos regionais de interação, a maneira de mediação entre os países e o sistema internacional (TICKNER 2008, 9).

Um complexo regional de segurança consiste em um “conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente umas das outras” (BUZAN *et al.* 2003, 44; *apud* CEPIK 2005, 1). Ou seja, é um instrumento de análise por regiões ou clusters geográficos das problemáticas de segurança próprias dos países e compartilhadas por eles, e mediados pelas relações de polaridade, polarização e relacionamentos externos.¹⁰

Assim sendo, o complexo sul-americano é composto por países num “*regime de segurança*”¹¹, caracterizado pela baixa incidência de conflitos interestatais no século XX - menos conflitivo que outros como África ou Ásia, e menos pacífico do que a Europa Ocidental. Não possui nenhuma grande potência, detendo uma multipolaridade com grau baixo de polarização, uma baixa capacidade de interação no tocante às telecomunicações e transporte, e vulnerabilidades sociais, políticas e de desenvolvimento, além de uma dinâmica de segurança inter-regional historicamente mediada pelas intervenções dos Estados Unidos na região. Os maiores desenvolvimentos nessas deficiências têm sido a diversificação de agendas e prioridades nas políticas de segurança (CEPIK 2005). Na política externa de defesa existem grandes fragmentações e diferenças; por exemplo, em relação ao apoio à guerra contra o terror, às ameaças da pobreza à segurança, ou às ameaças militares estatais (CEPIK 2005). Cabe destacar também que, embora a segurança da região não dependa exclusivamente da política externa e de segurança estadunidense, ela é impactada pelas concepções geoestratégicas e

¹⁰Cepik (2005, 4) explica na sua análise que a polaridade se refere à “distribuição do poder entre os Estados da região”, a polarização aos “padrões de amizade- inimizade entre os atores relevantes”, e o terceiro elemento às “relações de poder com atores externos à região, especialmente grandes potências e superpotências”.

¹¹ Na TCRS se define uma tipologia de *cenários de realidade*, entre os quais se encontra o *Regime de Segurança*, que para o caso da América do Sul haveria então uma “comunidade de segurança” representada no sub-complexo do Cone Sul e um “conflito em formação” no sub-complexo andino. Ver: Cepik (2005, 6-7)

geoeconômicas dos Estados Unidos, assim como pelo complexo sistema de estruturas de integração regional refletido no MERCOSUL, CAN, OEA, UNASUL, CDS, TIAR, ALBA etc. (ARELLANO 2008), os quais oscilam entre posições contrárias, pró e antiamericanas.¹²

Porém, devem-se fazer adequações e correções à TCRS para situá-la melhor no contexto sul-americano, partindo da crítica ao trabalho de Buzan e Waever sobre sua definição de dois sub-complexos na América do Sul; um no *Cone Sul* conformado pelo Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai e considerado uma “comunidade de segurança”, dado que compartilham visões dos seus riscos e ameaças e tem potencial de construir arranjos coletivos de segurança semelhantes aos da União Europeia. O outro, o sub-complexo andino, estaria composto por Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, sendo caracterizado por um maior grau de conflito interestatal, querelas fronteiriças, maior instabilidade da democracia, assim como efeitos de derrame da crise colombiana e o problema das drogas, além de uma marcada presença dos Estados Unidos como potência extra-regional (FUCCILLE *et al.* 2013; TICKNER 2008; CEPIK 2005).

Críticas possíveis àquela visão é a exclusão de países como Guiana e Suriname, a dualidade dos problemas da Bolívia que se aproximam ao mesmo tempo dos dois sub-complexos, a importância estratégica da Bacia do Amazonas para o conjunto de Estados Sul-Americanos e os problemas compartilhados com os países caribenhos, que também fazem parte das identidades sul-americanas. Cepik e Bonilla (2004) avançam nesse sentido e propõem uma definição um pouco mais restrita do que significa essa segurança multidimensional da TCRS para a realidade regional, baseando-se então no conceito de *securitização* dentro da área andino-amazônica sob a perspectiva dos eixos militar, político, econômico, social e ambiental. Eles, ademais, descrevem os atores, estatais e não-estatais, e algumas das ameaças mais características da segurança regional.

Na análise de Cepik e Bonilla (2004) se argumenta que os principais aspectos da agenda de segurança regional (que coincidem com a agenda atual descrita nas seções acima) determinam aos governos nacionais e seus Estados como os principais atores e sujeitos *securitizadores*. Esses aspectos dependem dos movimentos e interpretações realizadas pelos governos, que geram as dinâmicas e prioridades da agenda regional. Essas percepções podem ser vistas no quadro a seguir.

¹² Passagem extraída de texto publicado anteriormente onde se analisa o papel da Colômbia dentro das dinâmicas de integração com a América Latina dado o aspecto de mudança na sua política externa. Nele se explica com maior detalhe o papel que tem o país dentro do complexo regional de segurança da América do Sul. Ver: GRANDA HENAO, D. Sebastián (2012). “A questão da segurança nas novas tendências de integração da Colômbia com a América Latina”. **Revista Perspectiva** 5: 9-24.

TABLA 11
PERCEPCIÓN DE AMENAZAS, TIPO DE PROBLEMA Y GOBIERNO NACIONAL

País	TERRORISMO	PORRIZA	NARCOTRÁFICO	DEGRADACIÓN AMBIENTAL	CRIMEN	AMENAZA MILITAR CONVENCIONAL	INTERVENCIÓN ESTADOS UNIDOS
Estados Unidos	Alto	Bajo	Alto	Medio	Bajo	Bajo	Bajo
Brasil	Bajo	Alto	Alto	Medio	Alto	Medio	Medio
Colombia	Alto	Bajo	Alto	Bajo	Medio	Bajo	Bajo
Venezuela	Bajo	Alto	Medio	Bajo	Alto	Alto	Alto
Ecuador	Bajo	Medio	Medio	Medio	Alto	Alto	Medio
Perú	Medio	Medio	Medio	Bajo	Medio	Alto	Medio
Bolivia	Bajo	Alto	Bajo	Bajo	Medio	Alto	Medio

Fuente: elaborado conforme a la propuesta de Rojas (2004) para priorizar las percepciones de amenazas por subregión.

Quadro 2, tomado de CEPIK *et al.* (2004, 73).

Uma nova leitura do Complexo de Segurança Regional Sul-Americano é feita por Cepalluni e Rezende (2013), na qual eles explicam que existem duas questões vigentes que são importantes para o entendimento desse complexo: o futuro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a situação de combate ao crime organizado (especialmente o narcotráfico) na Colômbia (2013, 81). Adicionam que não existe muitas opções alternativas dentro de uma “balança de poder” na região além da presença dos Estados Unidos, que, na visão deles, se daria como um fenômeno de penetração e não de superposição, contradizendo a Buzan e Waever (2003), dessa forma “enquanto os países da região pregam, em linhas gerais, o princípio da não-intervenção, deixam para os Estados Unidos a realização de intervenções, quando necessário” (CEPALLUNI *et al.* 2013, 83).

Argumentam também, que o vazio de poder que deixa o crescente desengajamento dos Estados Unidos na região no pós-9/11, assim como a erosão de legitimidade do modelo de segurança coletiva refletido em instituições como o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a OEA, acabam consolidando o imaginário da América do Sul como espaço geográfico “possível e passível de desenvolver políticas e instituições mais independentes e com maior margem de autonomia” (86). Isto, somado às heterogêneas formas de governos “progressistas” na região, à retomada russa e à chegada dos chineses, acaba por instituir um cenário de segurança completamente distinto ao visto por décadas na América do Sul (87). Adiantam os autores que o Brasil possui uma liderança

ambivalente dentro desse complexo de segurança, que, por ora, não consegue ser a potência que o comanda, mas se encaminha para tal.

O anterior deixa um quadro de análise para a segurança regional que interessa a nossa pesquisa, contudo, gostaríamos de destacar que embora esta pesquisa se valha do recurso do Sub-Complexo Regional de Segurança Andino-Amazônico, ele é só um instrumento para compreender as dinâmicas de segurança na região e argumentar que para analisar os aspectos de segurança da política externa colombiana deve-se comportar uma perspectiva da segurança como um fenômeno que abrange mais temáticas do que somente os aspectos político-militares, e que tem de ser visto no nível regional, além das dinâmicas *intermésticas* da Colômbia num momento de transição inacabada para a América do Sul, em que o país se percebe como determinante para as trajetórias futuras possíveis das relações interamericanas e sul-americanas.

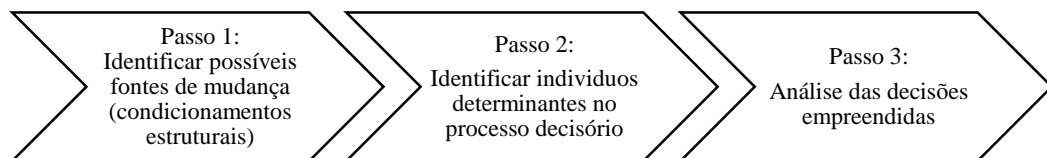
1.5. DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE MUDANÇA NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E OS MODELOS DE ANÁLISE SOBRE MUDANÇA DE POLÍTICA EXTERNA:

Um dos propósitos a que serve esta pesquisa é o de identificar as fontes de tal mudança. Para tal, nos referimos aos limites impostos desde diversas fontes para as opções da política externa colombiana como forma de se perguntar-pelo porquê da sua securitização e da inflexão que percebemos na literatura consultada.

Arthur A. Stein (2006) oferece um marco conceitual que se enquadra bem para o intuito desta pesquisa. Seu texto *Constraints and Determinants: Structure, Purpose, and Process in the Analysis of Foreign Policy* proporciona a definição sobre o que são *as determinantes* da política externa que será adotada neste trabalho. Compreendemo-las como os fatores operacionais que fazem com que dentre as diversas opções de política plausíveis, e derivadas das restrições existentes no ambiente político, e que afinal algumas opções sejam tomadas e não outras. Stein faz a distinção entre as restrições (*constraints*) e determinantes (*determinants*); sendo as primeiras uma explicação incompleta e não-obrigatória (*non-compelling*) do comportamento estatal, enquanto as últimas são as intervenientes entre os condicionamentos antecedentes e as resultantes, e atribuem ditos comportamentos, sendo assim obrigatórias (*compelling*). Para ele, as restrições e determinantes da política externa provêm tanto da estrutura doméstica e internacional –e portanto, essas determinantes se encontram na interseção de ambas-, do propósito e do processo de tomada de decisão.

Por outra parte, Jakob Gustavsson (1999) trabalha sobre as mudanças da política externa sueca nos anos de 1990. Para tal, ele faz uma revisão de seis modelos analíticos que observam

as mudanças da política externa (HOLSTI (1982); GOLDMANN (1988); HERMANN (1990); CARLSNAES (1992); SKIDMORE (1995); ROSATI (1994) *apud* GUSTAVSSON, 1999), e afinal propõe seu próprio modelo, tomando alguns elementos daqueles a maneira de síntese. O seu modelo procura descrever os mecanismos causais básicos do processo decisório acompanhados de ideias sobre o tempo da mudança da política; este pode ser resumido em três passos, os quais seriam: (1) identificar as fontes –entendidas como condições estruturais-internacionais e domésticas que mediadas pelos tomadores de decisão; (2) identificar os indivíduos envolvidos no processo decisório da política externa governamental, entendendo-os como interpretes das fontes (determinantes) da mudança, a partir da premissa de que são os humanos quem estruturam as organizações; e (3) uma análise do processo decisório a partir das ações empreendidas. O anterior pode ser melhor visualizado no seguinte quadro:



Quadro 3, elaborado pelo autor a partir de GUSTAVSSON (1999).

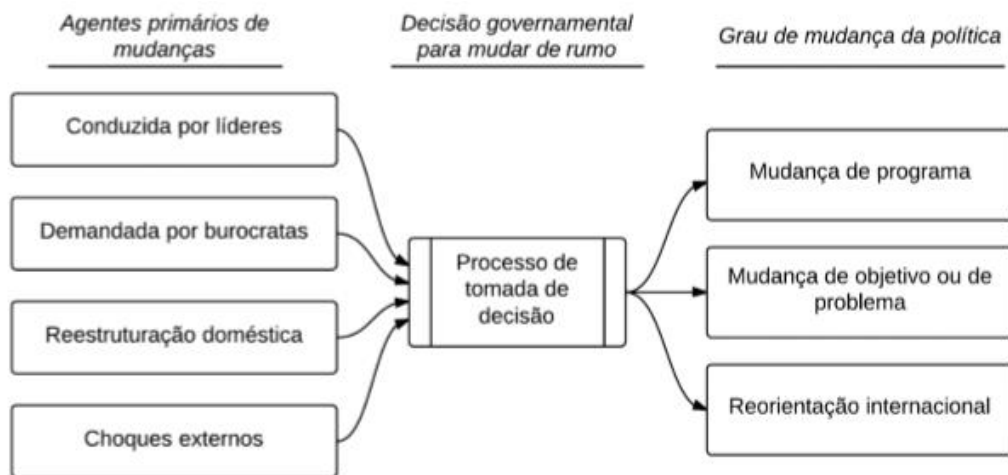
Em seguida, Gustavsson toma a tipologia descrita por Hermann (1990) para descrever a mudança de política externa. Isto é, Hermann caracteriza quatro níveis de mudança que podem ser produzidas:

- (a) **ajustes** aplicados somente às ferramentas, esforços e escopo dos objetos da política do tipo qualitativo;
- (b) mudanças no **programa** da política, no quem, o quê, e o como da política e os meios pelas quais é implementada;
- (c) mudança na percepção dos **problemas e metas** às quais se dirige a política externa em que mudam os propósitos;

E finalmente, (d) **mudanças na orientação quanto ao sistema internacional**, nas quais se dá uma reorientação inteira do ator referente aos assuntos globais, mudando seu papel e suas atividades no sistema internacional.

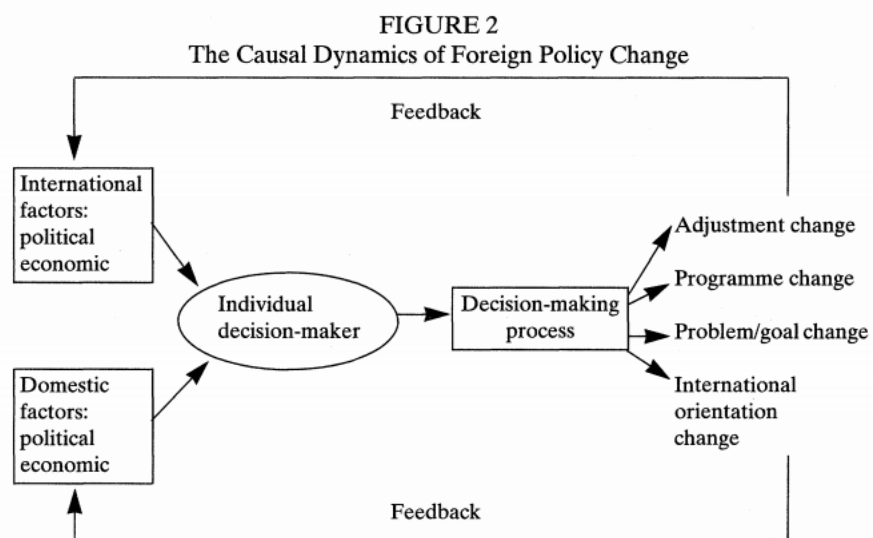
Para esse autor, as fontes das mudanças podem ser também de quatro tipos: aquelas conduzidas por um líder que impõe sua visão de redirecionamento; pelo apoio de um segmento

burocrático que defende uma mudança de direcionamento; por uma reestruturação doméstica, como no caso das revoluções; ou por choques externos que mudam a percepção sobre o sistema a partir de eventos específicos no sistema internacional. E ainda ressalta que essas possíveis fontes podem vir a comparecer em conjunto, ou bem, ativar-se na sequência. No quadro a seguir podemos detalhar melhor o modelo de análise descrito por Hermann.



Quadro 4, tomado de CORNETET (2013), elaborado a partir de HERMANN (1990, 13).

O que se percebe é que Gustavsson consegue operacionalizar e aperfeiçoar o modelo de análise das mudanças de política externa de Hermann, o qual, teoriza acerca das mudanças, mas ainda não procede seu estudo empiricamente. Nesse sentido, a proposta do primeiro resulta de maior interesse ao permitir tomar o modelo e replicá-lo no nosso estudo. No quadro seguinte se resume o modelo proposto por Gustavsson (1999).



Quadro 5, tomado de GUSTAVSSON (1999, 85)

1.6. O *PROCESS TRACING* COMO METODOLOGIA

David e Ruth Collier (1991) trazem um bom exemplo de como abordar as mudanças dentro dos regimes políticos na América Latina no seu livro *Shaping the Political Arena*. O livro se baseia no impacto das análises de junções críticas ou momentos críticos –períodos de reorientação política fundamental em que se cimentam trajetórias de mudança- e legados históricos. Nesse sentido, Collier e Collier procuram explorar as trajetórias de mudança a partir de momentos de crise e de reforma considerando movimentos trabalhistas dentro dos sistemas políticos em oito países da América Latina. Eles usam como fundamento a Teoria da Modernização, a qual argumenta que processos de crescimento e desenvolvimento econômico e modernização produtiva geralmente levam a mutações sociais, ou seja, produzem movimentos de reivindicação política e consequente redistribuição do poder. É a partir do trabalho metodológico destes autores que se abre uma oportunidade para abordar a inflexão do posicionamento da segurança dentro da política externa colombiana, procurando as condições antecedentes que provocaram tal.

A metodologia usada por eles fundamenta-se principalmente nas técnicas de análise por *process tracing* para encontrar os processos que desencadearam as reformas e incorporação do trabalho aos sistemas políticos desses países, acompanhado de métodos de *path dependency* procurando explorar os desenvolvimentos de ditas reformas, seus legados e heranças para os mesmos sistemas políticos.

David Collier (2011) explica que o *process tracing* é uma ferramenta de análise qualitativa para a descrição de fenômenos políticos e sociais e para observação causal de processos internos dos casos (*within-case analysis*), frequentemente entendidos como parte de uma sequência temporal de eventos. Esta ferramenta de inferência parece apropriada para o propósito de inferência causal sobre as determinantes da mudança na política externa colombiana no que se refere à segurança.

Reconhece-se, contudo, que a inflexão a estudar ainda é muito recente e as suas causas permanecem ainda difusas. De qualquer forma, o autor procurará aproveitar o potencial desse método histórico-comparativo para a pesquisa, sabendo do risco do imediato do problema e do seu curto desenvolvimento.

O uso deste método histórico-comparado só faz sentido se explicado à luz da comparação proposta dos dois governos. Assim, o *process tracing* será utilizado como marco

da pesquisa, entendendo quais são os processos internos da política externa colombiana e quais são as direções de reposicionamento da mesma.

1.7. OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO ANALÍTICO PROPOSTO:

Tendo já definidas as abordagens e conceitos úteis para a proposta desta dissertação, continuamos a demonstrar o modelo analítico proposto, colocando em conjugação esses elementos e dando-lhes uma orientação geral visando à operacionalização das variáveis em questão e poder inferir a direção das mudanças da política externa colombiana nos temas de segurança de maneira mais apropriada.

Sendo assim, a junção dos conceitos colocados por Gustavsson, Hermann, Stein, e, Bonilla e Cepik, acerca da Análise de Política Externa, e da Segurança Regional para a área andino-amazônica, servem a esta proposta como perspectivas teóricas mais apropriadas para a análise pretendida. De outro lado, a metodologia que dará estrutura ao trabalho de pesquisa é descrita a seguir.

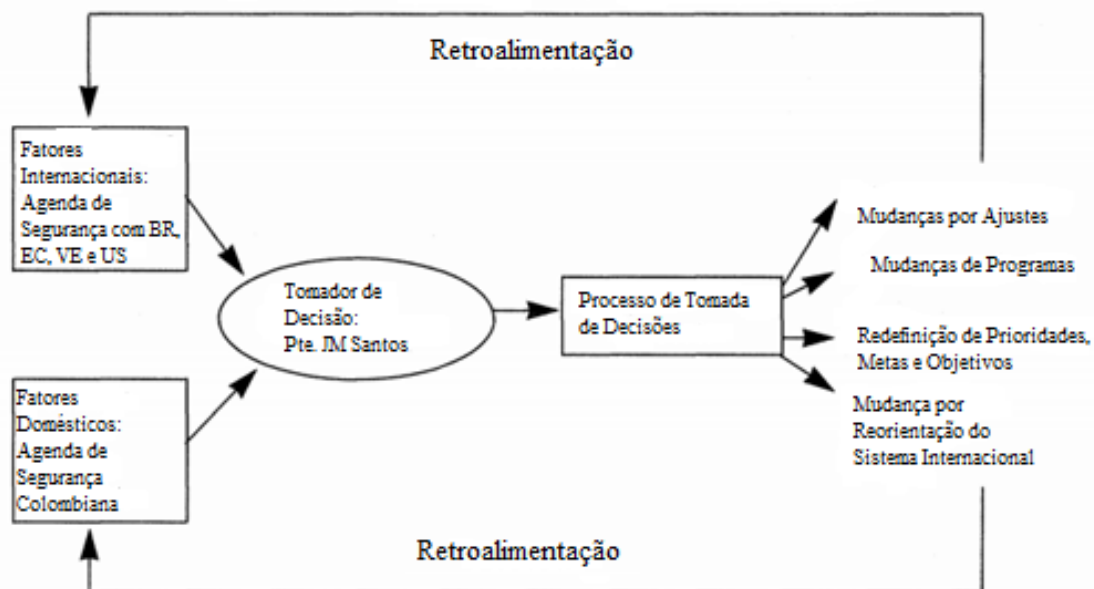
A seleção dos casos se mantém no nível de análise dos Estados e provem da análise feita por Tickner: “A teoria dos complexos regionais de segurança é útil para examinar os processos de interação que existem entre o Brasil, a Colômbia, o Equador, Panamá, o Peru e a Venezuela em segurança” (TICKNER & MASON 2003; MASON & TICKNER 2006 *apud* TICKNER 2008, 10) e das publicações prévias em temas de segurança regional andina (CEPIK & RAMIREZ 2004). Contudo, se faz um recorte da grande região andina para os países que na revisão bibliográfica aparecem mais interligados à questão da segurança com a Colômbia, sendo eles o Brasil, o Equador, e a Venezuela; e se inclui os Estados Unidos, considerando-o como a potência extra regional que influi nos processos de interação. Isto não significa que utilizaremos a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança como matriz da nossa análise, senão que nos apoiaremos em tal teoria para explicar que não poderíamos abordar a pergunta acerca das dinâmicas da política externa colombiana e seus desdobramentos regionais sem percebê-las como interligadas aos países fronteiriços. A partir disto aparece a categorização dos países estudados nestes casos tal como na seguinte tabela.

Países conflitantes com Colômbia em matéria de segurança		Países moderadamente conflitantes com Colômbia pela posição da segurança	Países sem conflito com Colômbia pela posição da segurança
Venezuela	Equador	Brasil	Estados Unidos

Tabela 1: Seleção e classificação dos casos de estudo, elaborada pelo autor.

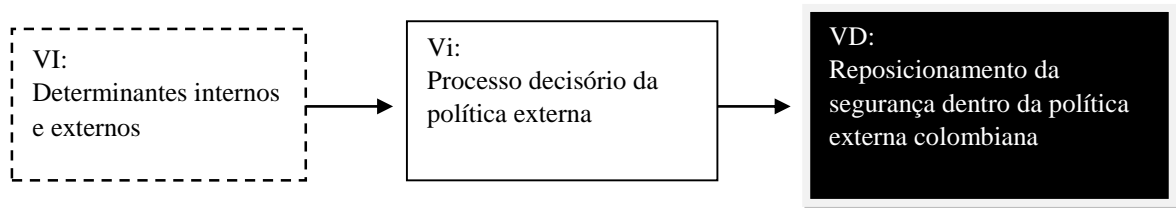
O problema que orienta o desenvolvimento desta pesquisa é então saber se houve, ou não, o chamado *giro*, melhor entendido como reposicionamento e mudança nos padrões de relacionamento, dentro da política externa colombiana. Para conseguir responder a essa pergunta procura-se saber quais foram as determinantes dessa reorientação de posições, tendo como premissa que no governo anterior (do ex-presidente Álvaro Uribe) a questão da segurança era predominante na agenda, e que se percebe algum grau de *dessecuritização* nas relações exteriores do País. Procura-se estabelecer então, como têm mudado essas posições e se se pode falar de inflexão, para determinar a que nível essas mudanças ocorrem.

De acordo com o quadro 5, assumimos como fatores internacionais do modelo de análise para mudanças de política externa, os casos do Brasil, o Equador, os Estados Unidos, e a Venezuela; e como fatores domésticos à Colômbia. No nível do tomador de decisão que promove as dinâmicas de mudança assumimos que se deve à chegada do Juan Manuel Santos como Presidente e que isto impacta o processo de tomada de decisões colombiano. Finalmente, deverão ser vistos os níveis de mudança produzidos por esse processo de mudança de trajetórias que significa a transição entre o governo de Santos e o de Uribe. Isto pode ser melhor visualizado no quadro a seguir.



Quadro 6: Modelo de Análise da Mudança na Política Externa Colombiana, elaborado pelo autor com base em Gustavsson (1999).

Destarte, a Variável Dependente (VD) deste estudo será o *reposicionamento da segurança na política externa colombiana*, sendo gerada no meio do *processo decisório da política externa*, que seria a nossa variável interveniente (Vi), e tendo como Variável Independente (VI) as *determinantes internas e externas que geraram essa inflexão*. Aquelas determinantes se desdobram em algumas outras hipóteses derivadas e dão conta da influência que tem sobre tal mudança, que se verá a seguir. A cadeia causal se dá tal como explicitado no gráfico seguinte.



Quadro 7: Diagrama das Variáveis, elaborado pelo autor

Contudo, o gráfico de variáveis acima não dá operacionalização ao nosso problema de pesquisa, somente descrevendo como acontece o reposicionamento da segurança dentro da política externa colombiana. Para tal se apresentam os passos e objetos-meta da nossa análise no seguinte quadro, que deverão ser analisados nos dois períodos propostos para a comparação a fim de poder traçar as trajetórias de mudança:

VI: Determinantes	Vi: Processo Decisório	VD: Reposicionamentos (níveis de mudança)
<ul style="list-style-type: none"> • Paso 1: Identificar possíveis fontes de mudança da PEC (condicionamentos internos e externos da tomada de decisões). • Paso 2: Identificar individuos determinantes na formulação e execução da PEC • Paso 3: Análise das decisões e acordos bilaterais empreendidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Como variável interveniente não será explorado o como da tomada de decisões e da formulação da PEC, será considerada como fator sujeito das mudanças, mas não o resultado em si. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustes de ênfase na dimensão de segurança da PEC, se mantém os propósitos com menor intensidade nas ações. • Mudança de programa: mantém-se os objetivos da PEC focados na dimensão de segurança, utilizam-se outros meios para atingi-los. • Modificações de objetivos ou de problema: se abandonam os objetivos anteriores da PEC em termos de <i>securitização da agenda</i> e aparecem novos. • Reorientações do Sistema Internacional que fazem com que a PEC deva mudar.

Quadro 8: Operacionalização das Variáveis, ajustado ao modelo de análise.

Com este trabalho, espera-se aportar ao conhecimento sobre as relações internacionais e das políticas externas na América Latina. O produto final, como dito anteriormente é um estudo que ofereça explicações sobre as mudanças da política externa colombiana, e que por extensão, facilite a compreensão da realidade da política internacional na América do Sul, focalizando na segurança regional e as suas articulações com a subárea da Análise de Política Externa. Se possível, também se deseja aportar com este trabalho ao avanço de quadros teórico-analíticos para entender as relações regionais na América do Sul dadas suas singularidades.

Em específico, o que se pretende verificar é se de fato houve ou não uma mudança na maneira como a Colômbia se relaciona com seu entorno externo, se a segurança perdeu relevância como assunto das relações exteriores do país ou se isto é só parte do discurso presidencial no âmbito ideológico, reproduzido por alguns especialistas. E se, de fato, aconteceu alguma mudança, como ela desenhou novas formas de entendimento com a região e o mundo.

CAPÍTULO SEGUNDO

A Política Externa de Álvaro Uribe: Segurança Democrática e Guerra Contra o Terror na América do Sul

Álvaro Uribe inaugura seu mandato como presidente do país com um discurso de combate aberto e pacificação dos grupos armados, declarando-os terroristas, acompanhado do impulso à economia que superava a crise regional de final da década de 1990. A política externa colombiana durante os dois termos da sua administração esteve condicionada aos desafios da ofensiva insurgente da década anterior e a resposta do governo frente à mesma. Essa ofensiva causou isolamento regional (RAMÍREZ 2011a). Da mesma forma, essa política também dependeu das consequências e as lições aprendidas da administração anterior de Andrés Pastrana (ROJAS 2006).

Em geral, pode se afirmar que a condução da política externa colombiana nos governos de Uribe foi um apêndice da sua própria política doméstica e das políticas de segurança em ambas as dimensões, interna e externa. A estratégia empreendida nesses governos aprofundou a internacionalização do conflito iniciada na administração anterior, embora a ênfase dada não se concentrasse nos esforços para a resolução por meio da negociação e o diálogo senão pelo recuo, a derrota e a capitulação dos grupos armados ilegais. Tal estratégia deixou ver certa dupla moralidade do governo, já que o antes dito era verdade para o caso das guerrilhas, porém a reinserção dos grupos paramilitares teve distintos benefícios que não se encontravam em discussão no caso hipotético da desmobilização das guerrilhas (SANTOS 2010).

Certamente os dois períodos de governo do Álvaro Uribe não se passaram sem altos e baixos. Ainda que o apoio popular aos programas e estratégias fosse alto, assim como era a base aliada da coalizão em ambas as câmaras do Congresso Nacional, o Referendo Constitucional de 2003 não conseguiu passar em 14 dos seus 15 pontos, sobre os quais o então Presidente procurava reformas sociais, políticas e econômicas inovadoras que lhe permitissem exercer sua política carismática e securitária legitimadas pelo consenso e a escolha democrática, onde o triunfo foi da abstenção (AMÉZQUITA 2008).

Esta não seria a única ocasião em que Uribe veria as suas políticas truncadas. O processo de desmobilização e reinserção à vida civil de grupos paramilitares, que como programa de DDR (Desarme, Desmobilização e Reinserção) tem sido objeto de crítica e contrapontos, sendo apresentado como o maior e melhor logro da Política de Segurança Democrática, e ao mesmo tempo como um processo falido. Apesar de conseguir desmobilizar gradativamente as estruturas das AUC entre 2003 e 2006, nem todos se engajariam na Lei de Justiça e Paz que servia como marco posterior a esse processo; entre os principais problemas se apontam a falta de planejamento para as primeiras etapas da desmobilização, a escassa presença de organismos internacionais que acompanharam o processo, denúncias de descumprimento dos acordos por parte de integrantes e altos mandos das AUC, a pouca participação de organismos experts nos processos de DDR, e a baixa participação direta de ex-combatentes no processo (NUSSIO 2011; VALENCIA 2007); a partir de 2006 se evidenciaria a emergência das Bandas Criminosas formadas por ex-integrantes das AUC e outras organizações armadas se convertendo em uma nova frente de ameaça à segurança do país (PRIETO 2013).

Somado a isto, o poder judiciário do país adiantaria investigações de vínculos e infiltrações de paramilitares com políticos de diversas hierarquias e localizações, entre congressistas, funcionários públicos, prefeitos e governadores -conhecido como o caso da *Parapolítica*. Graves acusações de terem apoiado e recebido apoio de blocos das AUC foram denunciadas a 34 dos 102 senadores e 25 dos 168 representantes da Câmara das eleições de 2006, a maior parte destes fazia parte da base aliada do Presidente Uribe (LÓPEZ *et al* 2008; ÁLVARO 2007). Porém, apesar da indignação e do avanço das investigações, o Presidente não se viu diretamente afetado, mas encontrou uma oposição fortalecida frente a esses casos e uma contínua “batida de trens”¹³ com o Poder Judiciário, especialmente a Corte Suprema de Justiça e a *Fiscalía*.

Todavia, esta não foi a única razão pela qual Uribe enfrentaria às Cortes do Judiciário colombiano. Entre os casos de confronto se destacam os casos das *Notarias* (os Cartórios, em português), pela designação irregular de alguns cartórios a aliados políticos e pessoas próximas ao Presidente.

Outro caso de destaque foi o do oferecimento de propinas a alguns magistrados para votar contra os inquéritos. Também teve destaque nessa série de conflitos a proposta de terna para a eleição do Fiscal, a condenação da ex-congressista Yidis Medina e os inquéritos de propina

¹³ A expressão “Batida de Trens”, ou “*Choque de Trenes*” em espanhol, foi cunhada pela imprensa colombiana para se referir às constantes acusações e confrontos verbais entre o Presidente Uribe e os Magistrados da Corte Suprema de Justiça. Ver: <<http://www.semana.com/politica/articulo/el-paso-paso-uribe-vs-corte/120173-3>>.

para a aprovação do projeto de emenda constitucional que permitiu a reeleição imediata do Presidente Uribe, além da demanda contra o Magistrado César Julio Valencia Copete por injúria e calúnia ao vinculá-lo com o processo condenatório do primo do Presidente e ex-congressista Mario Uribe, entre outros (SEMANA 2008; 2010).

Finalmente, em 2010 a Corte Constitucional –tribunal supremo do Judiciário colombiano- declarou inconstitucional a proposta de emenda que permitiria que Uribe se apresentasse como candidato à reeleição para um terceiro mandato. Assim, a melhor opção para continuar com os programas desse governo e assegurar a consolidação da *Segurança Democrática* seria a candidatura do então Ministro da Defesa, Juan Manuel Santos.

Entretanto, o enfraquecimento das guerrilhas foi evidenciado por analistas e defendido pelo governo como a grande façanha dos seus dois mandatos. Isto é mensurado pela baixa dos principais chefes das FARC, Raul Reyes e Tirofijo¹⁴, a libertação da ex-senadora Ingrid Betancourt, o recuo das frentes das FARC do centro do país para as regiões de fronteira, a diminuição do número de sequestros, extorsões e dos ataques tanto das FARC como do ELN. Algumas razões pelas quais isto aconteceu se devem à estratégia de ofensiva empreendida após o fracasso das negociações do Caguán, a reorganização das Forças Armadas que lhe forneceu a superioridade militar, a operacionalização do Plano Patriota e os recursos do Plano Colômbia, assim como a ação diplomática de isolar as FARC e o ELN no exterior, ao serem consideradas organizações terroristas (ECHANDÍA 2008; PIZARRO 2005).

Como já expressado, o caráter securitário e conflitivo da condução da política externa, encabeçada pelo Presidente Uribe, assim como o receio da proximidade com os Estados Unidos, foram fatores de isolamento regional, congelamento de relações diplomáticas e confronto verbal com lideranças da região, principalmente com os presidentes do Equador e da Venezuela, sendo mais evidentes a partir da incursão militar em território equatoriano em março de 2008.

Neste capítulo, focaremos primeiro na análise das relações bilaterais com os Estados Unidos, o Brasil, o Equador e a Venezuela, caso a caso. Logo após, falaremos dos fatores determinantes da política externa executada pelos períodos de governo do Uribe e como elas influenciaram na condução dessa política. Por fim, discorreremos sobre a política externa colombiana, seu legado, avanços e falhas. Será então um capítulo no qual pesam os dados qualitativos da pesquisa que logo depois serão contrastados com os do período de governo seguinte (Juan Manuel Santos), observando a cadeia de eventos e as direções que a política externa tem tomado.

¹⁴ Cabe dizer, ainda, que este último faleceria de morte natural, contando como baixa, mas não como baixa militar.

2.1. RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS:

O começo do novo século trouxe consigo novos desafios e oportunidades para a relação entre os dois países em meio a convergências ideológicas. Por um lado, os Estados Unidos iniciaram um movimento de ofensiva ao redor do mundo após os ataques e ameaças ao entorno da sua segurança nacional que emergiram no 11 de Setembro de 2001. De outro, o conflito interno na Colômbia parecia crescer em intensidade no contexto do Plano Colômbia diante do fracasso das negociações de paz com as guerrilhas e outros grupos armados ilegais.

Os Estados Unidos forneceram um apoio quase irrestrito à iniciativa de internacionalização do conflito. Como dito, o foco da política externa do Uribe consistia na *busca de aliados para o projeto de segurança* (TICKNER *et al.* 2003), sendo aquela política um apêndice ao marco das políticas de segurança domésticas, colocadas na “*Política de Segurança Democrática*”, que tinha no seu cerne as questões de segurança como elemento central de todo o plano de governo nos dois períodos (BORDA, 2012; ROJAS, 2009; ZULUAGA *et al.*, 2007; SANTOS, 2006). Assim, no contexto da Guerra Global contra o Terror (GWAT pelas siglas em inglês), pode se afirmar que Uribe assumiu e manteve uma “postura enérgica de subordinação perante Washington” (TICKNER *et al.*, 2003: 69).

Por outra parte, a forte influência –já de longa data- e o crescente envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos internos colombianos geraram temores entre alguns países da região. Se, por um lado, era factível o efeito de derrame da crise colombiana tal que justificasse a intervenção estadunidense, por outro, muitos países da região tiveram uma virada autonomista nas suas políticas externas e internas, e sentiam essa autonomia em ameaça pela presença de oficiais e tropas estadunidenses na Colômbia (DUARTE *et al.*, 2005). Isto, portanto, teve um efeito negativo na ambiência regional e nas relações de uma já isolada Colômbia com os países sul-americanos, levando inclusive a confrontos verbais entre os presidentes dessas nações e o então Presidente Álvaro Uribe. A *busca de aliados* não foi além dos Estados Unidos e alguns dos seus aliados do norte, continuando o padrão de inserção dependente racional (DALLANEGRA 2012).

A maior evidência dessa aliança irrestrita é observada no apoio isolado da Colômbia aos Estados Unidos para a invasão do Iraque em 2003 e nos esforços para aprovar o Tratado de Livre Comércio entre os dois países (uma das prioridades da política externa estadunidense para a América Latina) que foi assinado em 2006 -embora só tenha entrado em vigor em 2012 devido às ressalvas feitas por alguns congressistas dos Estados Unidos por causa de diversas alegações de violações aos direitos humanos e trabalhistas por parte do governo colombiano que barraram o acordo final até que houvesse melhoras nesses temas.

A “cereja no bolo” dessa era dourada de relação assimétrica irrestrita, entretanto, foi a proposta de estabelecer sete bases militares norte-americanas na Colômbia, o que gerou ainda mais desconforto entre os líderes latino-americanos e a oposição interna, que contudo seria declarada inconstitucional em 2010.

Dessa forma, se enxerga que, com Uribe, não só se continuaram mas também se aprofundaram as estreitas relações com os Estados Unidos, consolidando a “relação especial” assimétrica por outras vias.

Referente aos temas abordados na relação bilateral durante os dois períodos presidenciais de Álvaro Uribe¹⁵, na grande parte dos eventos se tocou o tema da luta contra o narcotráfico e o terrorismo, acompanhado de referências ao Plano Colômbia em sua primeira fase e posterior renovação e consolidação (2000-2005 e 2005-2010). Relacionados com aquele tópico principal, na agenda se trataram temas sobre o programa de interdição aérea, o apoio político e financeiro para a Política de Segurança Democrática, a cooperação em segurança, a relação estratégica entre os dois países em temas de segurança, as operações de cooperação antinarcóticos e de erradicação de cultivos ilícitos, a luta contra o sequestro, o tratamento de pessoas e o tráfico de armas, o apoio ao processo de desmobilização e reinserção de autodefesas e à Lei de Justiça e Paz, as extradições e a cooperação judicial, e no final do segundo mandato se assina o Acordo de Cooperação em Segurança e Defesa que institucionaliza a relação de cooperação.

Seguem na lista de temas tratados vinculados aos anteriores a preocupação dos Estados Unidos com o fortalecimento democrático e institucional da Colômbia, a transformação das Forças Armadas e da Força Pública para manter a ordem e combater a delinquência, e o desenvolvimento econômico e social acompanhado de reformas no aparato estatal do país (eixos do Plano Colômbia), assim como as preocupações –principalmente por membros do Legislativo estadunidense- com a situação dos direitos humanos e trabalhistas e a crise humanitária que estava gerando um grande número de deslocamentos internos e problemas na região. A partir de 2008 também se evidencia a recorrência a discutir a situação regional, a cooperação regional e as relações com os países vizinhos da Colômbia, dado o congelamento das relações entre a Colômbia e Venezuela e Equador.

¹⁵ Os eventos aqui referidos foram tomados das Memórias ao Congresso da República entre os anos 2002 a 2010, extraído os relatórios de relações exteriores com os Estados Unidos, o Brasil, o Equador e a Venezuela. Com maior detalhe podem ser encontrados no Anexo A. Disponíveis online em: <<http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.

Por outra parte, vê-se outro foco da relação numa ativa agenda comercial, principalmente proposta pelas autoridades colombianas e em concordância com os objetivos da política externa norte-americana; a começar pelos temas do ATPA e ATPDEA e sua renovação, que serviria como primeiro passo para a negociação do Tratado de Livre Comércio, em um primeiro momento através da CAN, depois por uma negociação conjunta com o Equador e o Peru, e finalmente como negociação individual dos países.

O que se percebe é que esta seria a forma que o Presidente Uribe e as elites colombianas entenderiam como o melhor caminho para acelerar o desenvolvimento econômico do país, atrair investimentos e melhorar a situação da crise econômica vivida até o começo de seu governo, assim como estreitar os laços com o país do Norte para se converter no principal aliado na América Latina. Destacam-se dentro dos eventos revisados temas referentes ao interesse de empresários e políticos americanos nos setores de energia, petróleo e gás, habitação e renovação urbana, turismo, o setor financeiro, e agricultura; mas também são persistentes as preocupações com a situação dos direitos humanos –tema pelo qual o TLC esteve barrado nas discussões do Congresso norte-americano até 2010- e as garantias para os empresários dos Estados Unidos na Colômbia.

Em terceiro lugar, aparecem temas de coordenação multilateral tais como: acordo de posições no Conselho de Segurança das Nações Unidas –do qual a Colômbia fez parte como membro não permanente entre 2001 e 2002-, temas no âmbito interamericano ao interior da OEA e do BID, a intenção dos Estados Unidos de reingressarem na Organização Internacional do Café, e finalmente a organização da Cúpula das Américas programada para 2012. Estes temas reforçam a ideia de alinhamento político da Colômbia com os Estados Unidos no nível internacional.

Por fim, aparecem na agenda bilateral temas sem aparente conexão com as três grandes temáticas anteriormente expostas. Encontram-se na pauta referências a temas de meio ambiente, biodiversidade e reflorestamento. Em outro bloco podemos considerar os temas das migrações e da reforma migratória durante o segundo mandato do Presidente Bush, o Status de Proteção Temporária (TPS) para colombianos residentes nos Estados Unidos –finalmente não concedido por recomendação do Departamento de Estado-, assuntos consulares como a proteção aos funcionários colombianos nos Estados Unidos, processos de visto e atenção à população colombiana no exterior, além de assuntos de interesse cultural e de promoção da Colômbia. E finalmente aparecem com menor recorrência preocupações com as minorias étnicas, especialmente referente aos afro-colombianos, questões sobre a propriedade intelectual e cultural, e a obtenção de recursos para o pagamento de dívidas com os Estados Unidos.

Assim, se encontram três grandes eixos de relacionamento durante o período estudado, dos quais o principal se refere à segurança. Os temas comerciais, embora também relevantes, se entendem nesse contexto como complementares ao tópico principal da agenda. Os temas consulares e de coordenação multilateral seriam então, no terceiro lugar, temas da cotidianidade, do procedimento e de suporte aos dois anteriores para o sucesso dos mesmos.

Destacam-se entre os principais atores dessa agenda o Presidente Uribe, o Vice-Presidente Francisco Santos, os Chanceleres Carolina Barco, Maria Consuelo Araujo, Fernando Araujo e Jaime Bermúdez, Ministros Jorge Alberto Uribe, Gabriel Silva, Juan Manuel Santos e Ministra Marta Lucia Ramírez da defesa, entre outros Ministros e Vice-Ministros de outras pastas do gabinete, o Fiscal Geral Luis Camilo Osorio, e o Comissário de Paz Luis Carlos Restrepo, e alguns altos mandos militares pelo lado colombiano.

A lista das pessoas pelo lado dos Estados Unidos é muito mais extensa, contando que em 2007 houve mudança de governo. O fato dos participantes do lado estadunidense serem maior em número e temas responde à estrutura descentralizada das relações exteriores dos Estados Unidos, *vis-a-vis* a Colômbia, onde as relações exteriores dependeram muito do enfoque dado pelo Presidente e as prioridades do seu governo.

Entretanto, ressalta-se o papel desempenhado por ambos os presidentes, George W. Bush e Barack Obama, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, diferentes funcionários do Departamento de Estado, como a conselheira e posterior Secretária de Estado Condoleezza Rice, assim como a Secretária de Estado do Presidente Obama, Hillary Clinton. Os diferentes funcionários das secretarias de comércio, trabalho e do tesouro também tiveram um papel protagonista na relação bilateral, assim como também o tiveram os representantes e assessores comerciais da Casa Branca, chefes do Estado Maior Conjunto e do Comando Sul.

Os diretores de agências descentralizadas e outros organismos do Poder Judiciário da administração federal norte-americana também estiveram presentes na condução da relação bilateral. Destacam-se o diretor da USAID, Andrew Natsos; da ONCDP, John Walters, Roger Maden, James O’Gara, e Gil Karlinkowske; o Procurador Geral John Ashcroft e o Fiscal Geral, Alberto González; a administradora da DEA, Karen Tandy; os diretores da CIA, George Tenet e David Fitzgerald.

Chama a atenção também o envolvimento de diferentes delegações bipartidárias de ambas as casas do Congresso dos Estados Unidos e o papel dos governadores dos estados da Flórida e do Alabama, que visitaram a Colômbia principalmente para tratar da cooperação bilateral, o Plano Colômbia e a negociação do TLC. Nos eventos relatados também se evidencia o interesse de empresários estadunidenses e representantes do setor financeiro no

fortalecimento da parceria entre os dois países, visando à melhoria e ao potencial do mercado colombiano.

Fica claro então que, tal como afirmam os analistas mencionados no começo deste apartado, a relação com os Estados Unidos é privilegiada em comparação com as relações com os outros países. Contemplam-se mais temas na agenda, contudo o aspecto central se concentra em torno da segurança, entendida como o combate coordenado à ameaça que representa o mercado das drogas e seus vínculos com o *terrorismo* –para o caso colombiano, os grupos às margens da lei, especialmente as FARC, o ELN e as AUC.

2.2. RELAÇÕES COM O BRASIL:

O caso brasileiro, tal como colocado dentro do marco teórico, é um caso oscilante entre a crise e a afinidade. De maneira histórica, os dois países têm se comportado como vizinhos distantes e temerosos um com o outro, apesar de manterem relações estáveis e cordiais. A Colômbia mantém receios ao expansionismo brasileiro, enquanto o Brasil desconfia do país ao ser um *proxy* militar e ideológico dos Estados Unidos, sobretudo com a intensificação da cooperação no marco do Plano Colômbia desde o fim dos anos noventa.

Apesar das diferenças ideológicas e da divergência de posicionamentos na política sul-americana entre os ex-presidentes Álvaro Uribe, da Colômbia, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, ambos durante os períodos de 2002-2006 e reeleitos para um segundo mandato entre 2006-2010, afirma-se que nesses períodos houve uma maior aproximação entre os dois países devido principalmente a três fatores: (1) a urgência colombiana por procurar aliados para o seu projeto de segurança, (2) o interesse geopolítico brasileiro de expandir suas parcerias estratégicas, e (3) o interesse mútuo de incrementar o comércio e o investimento recíproco (RAMÍREZ 2009).

A articulação de ações nas fronteiras binacionais tem constituído o tema mais tradicional das relações colombo-brasileiras. Ambas as regiões de fronteira se encontram na periferia dos seus centros econômicos e políticos, agravado pelo fato de serem zonas somente acessíveis por via aérea ou por rios navegáveis. Existe também um enfrentamento entre sistemas aduaneiros opostos, a superposição de instituições, serviços e investimentos que dificultam o controle e fiscalização regular nos dois lados, além do pouco acompanhamento e regulação dos Estados centrais nos territórios (RAMÍREZ 2009: 92-93).

Na visão das Forças Armadas Brasileiras (FFAAB), o Plano Colômbia, a ajuda militar direta, a intensificação das operações de contra-insurgência e combate aos grupos ilícitos e o

tráfico no sul da Colômbia são fatores percebidos como pressões dos Estados Unidos na América do Sul no sentido de um “impulso para o sul”, tanto dos militares estadunidenses quanto das Forças Armadas Colombianas, especificamente no que se refere à “internacionalização da Amazônia” (MARTINS FILHO 2006).

Na transição democrática pós-ditadura de meados da década de 1980, as FFAAB deslocaram gradativamente alguns dos seus batalhões para a região norte do Brasil, ainda durante a Guerra Fria, como fator de dissuasão e contenção da possível ameaça comunista, e mais recentemente pela preocupação de um possível transbordamento da crise interna colombiana, de maneira defensiva e procurando a não intervenção (MARTINS FILHO 2006; RAMÍREZ 2009), assim como de outras possíveis ameaças advindas dos problemas fronteiriços com a Venezuela, o Peru, a Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname.

Do lado colombiano, o principal temor com os brasileiros constituía a possibilidade de o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) adotar uma posição semelhante à venezuelana, saindo da aparente neutralidade dos anos Cardoso e se aproximando politicamente das FARC, legitimando-as como ator político; isto devido à avaliação colombiana de que no Brasil se tinham visões desinformadas sobre o conflito armado colombiano e a saturação da população com os grupos armados irregulares no Brasil, assim como pelo excessivo localismo (*paroquialismo*) das mídias colombianas (RAMÍREZ 2009).

Para o caso brasileiro, nas Memórias ao Congresso do Ministério de Relações Exteriores, a luta contra o narcotráfico e menções ao problema internacional do terrorismo são destacadas, sobretudo no marco do SIVAM/SIPAM e em assuntos de segurança nas fronteiras. Assim, houve um incremento no número de reuniões de altos cargos militares e dos Ministérios de Defesa (MD) e de Relações Exteriores (MRE), consolidaram-se várias Comissões Mistas e se aperfeiçoou a coordenação entre os MDs, MREs, Ministérios de Justiça e os organismos policiais para operações conjuntas nas zonas de fronteira e no interior dos países. A EMBRAER se converteu em um dos principais fornecedores da Força Aérea Colombiana e foram estabelecidos acordos de troca de informações de inteligência. Cabe destacar que esses acordos foram os mais significativos que a Colômbia assinou com um país vizinho (RAMÍREZ 2009). Operações como a COBRA¹⁶ e o apoio da Colômbia ao projeto brasileiro Calha Norte são prova desse espírito de cooperação e amizade.

¹⁶ O projeto Calha Norte, aprovado em 1985 pelo então presidente José Sarney, apontava a incrementar a presença do Estado na zona de fronteira entre Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), alterando o característico vazio populacional, essencialmente mediante a instalação de novos destacamentos militares. A Operação COBRA (Colômbia-Brasil), implementada em setembro de 2000, basicamente consistiu em um plano trienal de controle dos 1.640 km de fronteira comum com a Colômbia, desde Tabatinga até a zona conhecida como "Cabeça de

Contudo, são os temas comerciais e de livre comércio entre o Mercosul e a CAN, as rodadas de negócios bilaterais e os temas de integração física através da iniciativa IIRSA os que dominam a agenda bilateral durante os períodos de governo dos presidentes Uribe e Lula, tendo menção em todos os anos na maioria dos encontros. Evidências desses avanços na agenda comercial e de integração econômica se encontram em exemplos como no caso da ofensiva diplomática conjunta para a produção de café *vis-a-vis* os países da América Central e da Ásia entre 2003 e 2004; a convergência em diferentes projetos da IIRSA, como a navegabilidade pela hidrovia do Orinoco-Meta em parceria com a Venezuela, e o corredor intermodal Tumaco-Puerto Asis-Belém do Pará. Há ademais diversos investimentos nos setores de energia e petróleo, mineração e siderurgia, e transportes de ambos os lados.

O intercâmbio ainda é pouco significativo, no entanto crescente e deficitário para o lado colombiano, dificultado pela pouca infraestrutura para o transporte das mercadorias, assim como pela rejeição interna na Colômbia pelo receio de enfraquecimento da manufatura e do setor agropecuário ao concorrer com os brasileiros (RAMÍREZ 2009). Como reportam agentes brasileiros:

[O] intercâmbio comercial entre o Brasil e a Colômbia aumentou [nos últimos dez anos]. De 2002 a 2010, houve uma elevação média anual de 16,46%, passando de US\$ 747 milhões, em 2002, para US\$ 3,27 bilhões, em 2010. No mesmo período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 638,5 milhões, em 2002, para US\$ 2,19 bilhões, em 2010, enquanto as colombianas saltaram de US\$ 108,49 milhões para US\$ 1,07 bilhão. O estoque de investimentos brasileiros na Colômbia é da ordem de US\$ 3 bilhões de dólares (EBC 2011 <online>).

Entretanto, a participação das exportações colombianas ao Brasil ascende ao 2,3% do total, enquanto o Brasil participa com 4,4% das importações colombianas (BRASIL 2014). O anterior mostra que, embora tenha crescido a balança comercial entre os dois países, ainda o intercâmbio comercial é elástico e falta complementariedade econômica. Uma das razões que Vaz ¹⁷(s.d.) aponta para o interesse de ambos os países em ampliar o intercâmbio e a participação recíproca no comércio exterior é a substituição na Venezuela de muitos produtos colombianos por produtos brasileiros, com o que o governo colombiano procurou um novo

Cachorro", no norte do estado de Amazonas. O controle se realiza por meios terrestres, marítimos e aéreos e envolve pessoal militar e policial, assim como funcionários de diferentes agências governamentais. O principal detonante para a execução da Operação COBRA foi a implementação, além da fronteira, do Plano Colômbia, que eventualmente poderia levar a narcotraficantes e insurgentes colombianos a procurar refúgio no território brasileiro. Para reforçar este dispositivo, o governo brasileiro adquiriu quatro helicópteros Cougar AS-532 de origem francesa, destinados à vigilância fronteiriça. Cada helicóptero pode transportar 25 homens e está dotado de sistemas lança foguetes. Obtido de: Mariano César Bartolomé. **¿Áreas sin Ley o Zonas Grises? Análisis de tres casos en la zona noroeste de América del Sur**. Escuela de Defensa Nacional (EDENA). Apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Buenos Aires. 2003. Disponível em: <www.reocities.com/mcbartolome/eee2003.pdf>.

¹⁷ Informação obtida em conversa com Alcides Costa Vaz em 2014.

mercado para seus produtos no Brasil, ao tempo que os produtos e empresas brasileiras abriam campo no mercado colombiano, ocorreu assim uma substituição dos mercados venezuelano pelo brasileiro.

A cooperação técnica como parte das prioridades da inserção internacional brasileira também tem um papel principal na agenda bilateral com a Colômbia, concentrando-se sobretudo na produção de açúcar e de álcool, agroindústria, madeiras e reflorestamento, proteção ambiental, educação superior e técnica, e saúde. As cooperações em segurança, a diferentes níveis, também podem ser consideradas como parte desse bloco temático, sendo bastante semelhantes ao que o Brasil faz com outros países da América do Sul, especialmente no âmbito do Mercosul. Ainda, as Academias Diplomáticas tiveram interações entre 2008 e 2009 devido à intenção colombiana de reformar a forma de ingresso e progressão funcional do serviço diplomático, havendo uma cooperação técnica entre o Instituto Rio Branco e a Academia de San Carlos.

Houve também a preocupação pela coordenação multilateral em diferentes organismos, como o apoio diplomático da Colômbia para o Brasil ingressar como membro permanente ao Conselho de Segurança da ONU e a reforma da organização, o convite para a Colômbia ingressar no Mercosul, o ALCA, as iniciativas regionais que terminaram na constituição da CASA e posterior UNASUL, e da CELAC; e, como antes mencionado, a ofensiva diplomática dentro da Organização Internacional do Café. Cabe ainda dizer que em todos os casos a iniciativa desses projetos foi tomada pelo Brasil e a Colômbia desempenhou mais um papel de apoio do que de engajamento. Os representantes colombianos tomaram a iniciativa de proposição quando a agenda se referia à cooperação em segurança, luta contra o narcotráfico e o terrorismo, e se engajaram com maior facilidade quando o tema referido era comércio.

Todavia, contata-se a tese das relações bilaterais estarem mediadas pelo desenvolvimento e cuidado das regiões de fronteira pela recorrência e frequência de reuniões das Comissões de Vizinhança, as Comissões Mistas e a cooperação para o combate ao narcotráfico na Amazônia. Da mesma forma, no que se refere à cooperação, a região prioritária foi a fronteira viva entre as cidades de Letícia e Tabatinga.

Entre as pessoas que se destacam na condução da relação bilateral entre a Colômbia e o Brasil possuem especial importância nos eventos os presidentes Álvaro Uribe, da Colômbia; Fernando Henrique Cardoso, que terminou seu mandato em 31 de dezembro de 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. Os chanceleres colombianos Carolina Barco, Fernando Araújo e Jaime Bermúdez, e o brasileiro Celso Amorim tiveram também um papel relevante nos eventos bilaterais durante os períodos de governo analisados, servindo como facilitadores e

representantes. Os ministros das pastas da defesa, meio ambiente, habitação e desenvolvimento territorial; indústria, comércio e turismo; educação; minas e energia; e representantes das forças armadas e organismos policiais e de inteligência tiveram um papel secundário, se referindo a temas específicos dentro da agenda e aparecendo só quando necessário, mas não conduzindo diretamente a relação.

Devido à intensa atividade comercial, de atração de investimentos, assim como a relação fronteiriça, têm especial importância os empresários brasileiros que se encontraram em diversas ocasiões com o Presidente Uribe e apostaram em diversos setores da economia colombiana, e os representantes dos dois países nas Comissões de Vizinhança como propositores e gestores dos projetos nas regiões de fronteira. Embora com poucos avanços, os resultados destes mecanismos parecem mais aparentes e formais do que reais.

Entretanto, apesar das diferenças entre Lula e Uribe sobre o Plano Colômbia, a Política de Segurança Democrática e a consideração dos grupos guerrilheiros como “terroristas”, foram alcançados alguns avanços com a restauração da Comissão de Vizinhança e Integração Binacional entre Colômbia e Brasil, significando a vontade de ambas as partes por constituir uma “parceria especial” por meio de acordos de cooperação e entendimentos diplomáticos.

Embora a agenda bilateral dos anos Uribe-Lula tenha sido bastante ativa e tenham se atingido múltiplos acordos em diferentes áreas, com ênfase nos temas concernentes à segurança e ao comércio, as desconfianças não cessaram e, particularmente no último ano de ambos os governos, se acirraram devido ao desrespeito de regras internacionais da Colômbia com a Venezuela e o Equador, a reticência colombiana para conformar o Conselho Sul-americano de Defesa –projeto de especial interesse para o Brasil-, e a modificação do acordo militar com os Estados Unidos que permitiria utilizar bases militares, aéreas e navais colombianas, que na leitura colombiana gerou a percepção de expansionismo político brasileiro. Isto produziria um esfriamento das relações colombo-brasileira que duraria até a posse de Juan Manuel Santos como Presidente da Colômbia.

2.3. RELAÇÕES COM O EQUADOR:

Os casos da política externa da Colômbia em relação à Venezuela e ao Equador dão conta dos seus dois vizinhos com relações mais críticas. Por um lado, ambos os casos são os mais interdependentes com a Colômbia: pela extensão das suas fronteiras, a história compartilhada pelas três nações, a complementariedade econômica e a população que habita nas fronteiras e desenvolve sua vida comunitária em ambos os lados da fronteira -coisa que fora destes casos só acontece na fronteira com o Brasil, entre as cidades de Letícia e Tabatinga. Do

outro lado, ambos os países são os maiores receptores dos problemas causados pelo conflito interno colombiano, vendo-se afetados pela situação dos deslocamentos internos, o estabelecimento de grupos armados ilegais em territórios de fronteira com a Colômbia em busca de descanso e abastecimento, os traspassos de fronteira das forças armadas colombianas em operações de combate àqueles grupos armados e os delitos relacionados com o narcotráfico, entre outros (EGAS *et al.* 2009).

Especificamente com o Equador, as relações diplomáticas foram tranquilas, cordiais e intensas durante o século XX, após a resolução dos conflitos limítrofes na década de 1920. Durante os anos de 1990 e até 2008 –com algumas crises de baixa intensidade para o final desse termo-, as relações bilaterais viveram um momento bastante ativo devido à criação da Comissão Binacional de Vizinhança em 1989 para coordenar ações em torno do comércio, da integração e do desenvolvimento fronteiriço, das migrações e da cooperação pesqueira, assim como do relançamento de iniciativas de integração regional como a CAN. Isto permitiu uma maior diversificação da agenda e dos mecanismos bilaterais (EGAS *et al.* 2009; RAMÍREZ 2010).

Contudo, durante a mesma década (1990), a Colômbia deixou de ser um país apenas processador e exportador de cocaína para ser produtor da folha de coca; e o Equador consequentemente virou parte das rotas internacionais do narcotráfico, com aumentos nos índices de violência e criminalidade no país, em um contexto de instabilidade durante aqueles anos (EGAS *et al.* 2009). No ano 2000, então, o governo equatoriano estabelece a Política de Segurança para a Fronteira Norte e o Plano Operativo que lhe acompanhou em 2001; já em 2003 declarou a zona da fronteira norte como Área de Reserva e Zona Fronteiriça sob Controle Militar¹⁸, em 2008 criou o Plano de Defesa Interna “Patria I” para redistribuir as tropas na fronteira e fortalecer a presença militar nessa região frente aos problemas com seu vizinho (CALDERÓN 2013).

Ramírez (2010) descreve então as relações bilaterais da primeira década do século XXI entre a Colômbia e o Equador em dois momentos. Entre o ano 2000 e março de 2008 a agenda

¹⁸ As diretrizes da Política de Segurança para a Fronteira Norte se baseavam no respeito ao Direito Internacional, a não ingerência nos assuntos estatais do outro país, a cooperação interinstitucional com base nos convênios internacionais e a criação da Unidade de Desenvolvimento do Norte (UDENOR), redefinindo a segurança nacional do Equador em termos preventivos e defensivos. O Plano Operacional coordenava as ações das Forças Armadas e da Força Pública perante compreensão das ameaças da escalada do conflito armado colombiano e a diminuição da segurança na fronteira norte. No livro branco de 2002 o Equador define a fronteira norte com a Colômbia como uma das suas prioridades estratégicas implicando o aumento das medidas preventivas e de dispositivos para a proteção dessa fronteira, observando sempre a não intervenção no conflito interno colombiano. Os documentos e estratégias de segurança subsequentes apontam a defesa da soberania e a segurança no território equatoriano, enxergando nas dinâmicas do conflito colombiano uma ameaça para o país. MAREANO, Elizabeth. “Evaluación de la Política de Seguridad de la Frontera Norte de Ecuador”. In: PONCE, Javier (ed.). **La Seguridad del Ecuador: del 11 de septiembre al Plan Patriota**. Quito: Abya-Yala, 2005: 171-190.

se concentrou em temas referentes à migração e aos efeitos humanitários do conflito armado, às fumigações, à presença guerrilheira, e à definição da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF) no marco da CAN. Após 2008 –o segundo momento- cresceria a percepção em Quito de arrogância e menosprezo das autoridades colombianas (EGAS *et al* 2009); embora não tenha se dado a declaração de beligerância às FARC nem estabelecido pactos militares com a Venezuela, alega-se que o Plano Colômbia seria a causa da agudização do conflito colombiano, com mútuas recriminações sobre a responsabilidade do mal andamento das relações diplomáticas entre os dois países. Cabe ressaltar, no entanto, que a crise entre os dois países vinha se incubando desde 2005, por conta das negativas colombianas de parar com as fumigações aéreas em áreas de fronteira.

De forma complementar, o Grupo de Trabalho colombiano do Programa de Cooperação em Segurança Regional da FES (2006) aponta para uma agenda bilateral entre 2001 e 2006 baseada nos seguintes tópicos:

- (1) Fumigações dos cultivos de coca e luta contra as FARC, gerando problemas de saúde na população limítrofe, levado como denúncia internacional à OEA, OMS, ONU e CIJ; a Colômbia suspendeu as fumigações em 2005, mas foram retomadas sem justificativa nem consulta em dezembro de 2006.
- (2) Deslocamentos, refugiados e presos colombianos no Equador: o ACNUR reportou que entre 2000 e 2005 o Equador acolheu mais de 250.000 deslocados colombianos, recebeu 32.000 solicitações de asilo e concedeu refúgio a 11.500 pessoas. Essa situação tem gerado críticas internas no Equador, pois alguns desses colombianos estiveram envolvidos em crimes como roubos ou prostituição, além da atenção à população deslocada gerar cargos fiscais adicionais. A situação com os prisioneiros colombianos também tem sido uma questão de debate, já que a maior parte se encontra presa por narcotráfico e o governo colombiano não tem dado celeridade aos tramites de repatriação¹⁹.
- (3) A presença de grupos ilegais colombianos no Equador aumentou como produto da intensificação do conflito armado. Argumenta-se, então, que as FARC utilizavam o território equatoriano para se esconder durante operações militares, atacar postos das forças armadas colombianas, se abastecer, aceder ao mercado negro de armas, insumos e contrabando, assim como lucrar com o tráfico de drogas através desse país. Também surgiram nodos de criminalidade, ações contra a população equatoriana,

¹⁹ Para conhecer com maior detalhe a situação dos migrantes e refugiados colombianos no Equador até 2005 recomendamos o informe do INREDH. Disponível em: < <http://www.inredh.org/descargas/refugio/refugio.pdf> >.

sequestros e extorsões, existindo a percepção que as FARC conseguiam corromper a polícia e os militares equatorianos nessa zona.

- (4) Baixas capacidades militares na fronteira. Para os equatorianos, a ausência de postos fixos das forças armadas colombianas na fronteira evidencia a falta de boa vontade do governo desse país. Portanto, as forças armadas do Equador têm introduzido mudanças operacionais e fortalecido as capacidades de logística e mobilidade das suas tropas.
- (5) Cooperação policial e judicial para captura de membros das FARC. Embora existam dificuldades de definição pela falta de consensos sobre como conciliar a não intervenção e a necessidade de combater o crime local e transnacional, a cooperação nesses âmbitos foi fluída e conseguiu atingir as estruturas guerrilheiras, como no caso de Ricardo Palmera, também conhecido como “Simón Trinidad”, capturado em Quito em 2004.
- (6) Operações coordenadas, das quais os colombianos esperavam que os militares equatorianos cooperassem, tendo resposta negativa do governo do Equador. Existem preocupações, de um lado, pelo temor de retaliações à população, e danos na infraestrutura energética e rodoviária caso se faça o desmantelamento de acampamentos e laboratórios das FARC, ativando os Planos de Segurança e Defesa Interna desse país com o combate ativo às FARC; do outro lado, o Equador tem se manifestado contra os traspassos de fronteira em perseguições contra os grupos armados e tem pedido garantias de não repetição, considerando-as como violações à soberania; porém, estes atos se repetiram constantemente.
- (7) Fortalecimento do controle migratório mediante o encerramento de passos de fronteira, a restrição de horários para atravessar as fronteiras e blitz de segurança reforçadas.
- (8) Luta contra o narcotráfico e os delitos relacionados, como lavagem de dinheiro – facilitada pela dolarização-, o uso do litoral equatoriano ilegalmente como local de embarque de carregamentos ilícitos, etc. Existe a preocupação, contudo, com que a luta antidrogas se converta em uma imposição dos Estados Unidos e se militarizem as operações antinarcóticos.

Do exame às Memórias ao Congresso, que anualmente faz o Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, se extrai que, de fato, os temas de segurança e defesa das fronteiras tiveram a maior recorrência, seguido de alusões às migrações, temas consulares, refugiados e

assistência humanitária, desenvolvimento e integração das regiões limítrofes e a ZIF²⁰ –que inclui cooperação em projetos de interconexão elétrica, saúde, água, e sanidade-, aspersões aéreas com glifosato, e comércio. Outros temas também se somam na lista, tais como infraestrutura; educação, ciência e cultura; direitos humanos; energia e meio ambiente; operações militares e cooperação militar e policial; temas multilaterais referentes à produção de banana. Cabe dizer, no entanto, que com o rompimento oficial das relações entre os dois países em março de 2008, nos relatórios de 2007-2008, 2008-2009 e 2009-2010 só se fez alusão à crise política e diplomática; assim, a agenda aqui enunciada se refere aos eventos que tomaram lugar entre 2002 e 2008.

Entre os sujeitos mais relevantes na condução da relação bilateral se encontram, em um primeiro momento, as delegações do Ministério das Relações Exteriores, Defesa, Comércio e dos organismos de inteligência de ambos os países, no âmbito das Comissões de Vizinhança e do ZIF. Em segundo momento, com o começo das crises das fumigações entre 2005 e 2006, até o congelamento das relações diplomáticas em 2008, aparecem como protagonistas a Chanceler Carolina Barco e o Presidente Álvaro Uribe, do lado colombiano, e os Presidentes Lúcio Gutiérrez (2003-2005) e Rafael Correa (2006 -), e chanceleres equatorianos Antonio Parra, Francisco Carrión Mena e María Fernanda Espinoza. Finalmente, apareceram os Vice-Ministros de Relações Exteriores de ambos os países como os encarregados pelo reestabelecimento das relações bilaterais, acompanhados das comissões da OEA, do Grupo de Rio, o Centro Carter e alguns mandos militares como mediadores, mas no final aparecem os Chanceleres Jaime Bermúdez, em representação do governo colombiano, e Fander Falconí pelo Equador no papel de negociadores da reconciliação política e diplomática dos dois países. A CIJ e ACNUR também se encontram dentro dos organismos internacionais que se destacam por intervir ao longo dos anos estudados.

Evidencia-se, portanto, que de fato existem dois momentos na relação bilateral, um antes e um depois da incursão militar no território equatoriano. Antes de 2008, o diálogo político era bastante fluído apesar dos atritos que gerava o conflito armado colombiano na relação bilateral; as autoridades de ambos os países procuravam cooperar nos temas da agenda que tratavam, sobretudo temas da integração binacional e regional. A situação da segurança nas fronteiras

²⁰ As Zonas de Integração de Fronteira –ZIF- são âmbitos territoriais fronteiriços adjacentes de membros da Comunidade Andina, nas quais devem se executar planos, programas e projetos para impulsionar o desenvolvimento desses territórios e suas populações de maneira conjunta, compartilhada e coordenada. Encontram-se reguladas pela Decisão 501 de junho de 2001 pelo Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores. Embora existam as figuras e, inclusive hoje, se formulem cooperações por meio deste mecanismo, pouco tem se concretizado. Ver: <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=122&tipo=TE&title=zonas-de-integracion-fronteriza-zif>>.

aparecia como algo crítico a ser abordado sem chegar a ser um condicionante. Depois de 2006, se evidencia que a segurança e os problemas nas fronteiras determinam a relação bilateral, chegando ao rompimento de relações diplomáticas, militares e comerciais. Metaforicamente falando, pode-se afirmar que a *Operação Fénix* foi a gota d'água e encerrou os canais do diálogo entre os dois governos em 2008.

Depois desse momento a política colombiana para com o Equador se embasou nas tentativas de restabelecimento e reconciliação política para superar essa crise, com pouco sucesso até o fim do governo Uribe. Passa-se então a uma situação crítica e com repercussões regionais de médio prazo, onde a confiança entre os dois governos desapareceu e tiveram de intervir organismos multilaterais para evitar um escalamento da mesma.

2.4. RELAÇÕES COM A VENEZUELA:

Em paralelo, as relações colombo-venezuelanas também se caracterizaram pela cordialidade e o interesse mútuo com a Colômbia durante o século XX. Inclusive, durante a crise social, política e econômica pela qual atravessou esse país durante a década de 1990, e também no período de mudanças e reformas nas instituições venezuelanas depois de ser eleito Hugo Chávez como presidente, os governos venezuelanos se mostraram solícitos para com as questões do conflito colombiano, demonstraram seu entusiasmo nas iniciativas de integração regional e com os projetos bilaterais para o desenvolvimento econômico de ambos os países, especialmente nas regiões de fronteira. Destacando que durante a década anterior (1980) a relação bilateral foi pautada pelas disputas limítrofes sobre os caios Monjes, chegando a se falar da *golpização* das relações colombo-venezuelanas²¹. O anterior foi institucionalizado durante essa década na criação das Comissões de Vizinhança, a Comissão Presidencial de Integração e Assuntos Fronteiriços, e a Comissão Negociadora, que ajudaram a dessensibilizar e fortalecer as relações entre os dois países desde 1989 (ARDILA 2005).

Ramírez e Cadenas (1999) afirmam que a agenda bilateral na virada do século esteve pautada por temas como segurança, narcotráfico e conflito armado, relações fronteiriças e desenvolvimento nas fronteiras, migrações de colombianos à Venezuela; também crescimento,

²¹ Até a década dos anos 1980 a Colômbia e a Venezuela disputaram o território próximo do Golfo da Venezuela (ou de Coquivacoa), o mar territorial correspondente a alguns ilhotes denominados “Los Monjes”. A incursão da Corveta Caldas em 1984 escalou uma crise política e diplomática que teve de ser resolvida no marco das Nações Unidas. Após a resolução do impasse se dispôs uma política de fronteiras entre os departamentos e o Departamento Nacional de Planejamento. No âmbito bilateral se criaram duas comissões (COPIAF e COMBIFRON) para o cuidado dos assuntos de fronteiras e o desenvolvimento desses territórios. Para mais sobre as fronteiras colombo-venezuelanas, recomendamos: RAMOS, Francesca; OTALVARO, Andrés (eds.). **Vecindad sin Límites: Encuentro Fronterizo Colombo-Venezolano, Zona de Integración Fronteriza entre el Departamento de Norte de Santander y el Estado Táchira**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008.

industrialização e abertura comercial, educação e cultura; por último, temas da integração regional e atuação coordenada em organismos internacionais e multilaterais como a CAN, a OEA e o G-3.

Contudo, com a ascensão do presidente Chávez, a agenda externa venezuelana também veria reformas. Ele colocaria maior ênfase nas relações com a vizinhança, procuraria implementar grandes projetos de cooperação multilateral e agilizaria os processos de integração da América do Sul e do Caribe, com uso frequente da “diplomacia presidencial” e a contestação da hegemonia norte-americana na região. Com a Colômbia, a agenda externa da nova República Bolivariana da Venezuela se centraria, então, em quatro eixos: limites; zonas de fronteira; relações econômicas e comércio bilateral; e Plano Colômbia e combate à produção e comércio de drogas (CERVO 2001, 164)

Entretanto, a relação entre os governos colombianos e venezuelanos, liderada pelos Presidentes Uribe e Chávez passou por momentos de tensão, especialmente entre 2004 e 2005; notadamente pelo caso Granda²², divergências acerca da cooperação com os Estados Unidos, o conflito armado colombiano e os possíveis transbordamentos deste à Venezuela, e a percepção colombiana de que o governo Chávez estaria intervindo nos assuntos internos da Colômbia (RAMÍREZ 2006; FES 2005).

Tendo isto em mente, pode-se afirmar que o conflito colombiano constitui um elemento de tensão e dinamização das relações bilaterais contemporâneas entre a Colômbia e a Venezuela (ROSETO 2010), gerando, conseqüentemente, quatro momentos na relação binacional: o primeiro entre 2000 e 2004, no qual a Venezuela se declarou em total neutralidade frente ao conflito interno colombiano, embora com legitimação tácita dos objetivos das guerrilhas colombianas, e completa oposição ao Plano Colômbia e a cooperação estadunidense, sob a hipótese que tal poderia ameaçar o processo bolivariano em curso. Esta etapa de ambiguidades finalizaria justamente com a superação da crise gerada pelo caso Granda em 2004. A partir de 2005 se dá uma etapa de ampla cooperação, iniciada com os estudos para projetos de integração energética, rodoviária e econômica, aumento do intercâmbio comercial, criação de novas ZIF, harmonização de procedimentos alfandegários e migratórios, etc.; essa segunda etapa, no

²² Em 13 de dezembro de 2004, o chamado “chanceler das FARC”, o cidadão colombo-venezuelano Rodrigo Granda, é capturado em Caracas por agentes da Polícia Nacional da Colômbia, com a cooperação anônima de agentes da Guarda Nacional venezuelana. Enquanto as FARC consideraram o fato como um sequestro do Estado colombiano, para o governo de Chávez foi uma grave afronta à soberania da Venezuela, acrescentando que por trás estariam também agentes do governo dos Estados Unidos. O Ministro da Defesa da Colômbia alegou que foi um operativo realizado por inteiro no território colombiano com efetivos do país. O caso foi o primeiro de muitos desencontros sucessivos entre os Presidentes Chávez e Uribe, e a primeira das crises políticas que em várias ocasiões causaram a ruptura de relações diplomáticas. Para mais consultar: < http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4182000/4182195.stm >.

entanto, acabaria com a suspensão unilateral das credenciais do Presidente Chávez como facilitador do Acordo Humanitário com as FARC em 2007. Entre novembro de 2007 e março de 2008 se traça um terceiro momento, marcado pela utilização da “diplomacia dos microfones” e a escalada de tensões por parte dos dois governos, incluindo a outorga do status de beligerância às FARC por parte do Presidente Chávez. À crise binacional somou-se o descontentamento com a *Operação Fénix* no território equatoriano, razão pela qual fechou-se a Embaixada e os Consulados venezuelanos na Colômbia, expulsou-se o Embaixador colombiano na Venezuela, cancelaram-se todas as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países e mobilizaram-se dez batalhões de infantaria à fronteira com a Colômbia. Por último, o quarto momento se refere ao congelamento de relações entre 2008 e 2009 e às tentativas de restabelecer o diálogo, com o acompanhamento de missões internacionais da OEA, do Centro Carter e do Presidente dominicano Leonel Fernández, como aconteceu com o Equador (RAMÍREZ 2008; ROSERO 2010).

Nas Memórias ao Congresso entre os anos 2002 a 2010 se evidencia que, tal como o assinalam os autores supracitados, os temas mais mencionados durante todo o período se referem à integração e desenvolvimento nas áreas de fronteira, comércio bilateral e a projetos conjuntos de infraestrutura –especialmente no que se refere à energia e petróleo- como a interconexão elétrica, o gasoduto, o oleoduto/poliduto ao Pacífico e a recuperação do eixo hidroviário Orinoco-Meta, em parceria também com o Brasil. Estes temas foram especialmente relevantes até 2005, mas também couberam na agenda assuntos de cooperação consular e alfandegária; migrações, deslocados e refugiados colombianos; controle do câmbio e pagamento de dívidas privadas; cooperação em saúde, águas, saneamento, agricultura, educação, cultura, e combate ao comércio ilegal de veículos e combustíveis.

A partir de 2006, por outro lado, predominam temas relacionados com o diálogo político, a segurança, a cooperação judiciária e policial, a luta contra o terrorismo, o problema das drogas e delitos conexos, sem tirar a importância dos incidentes de fronteira e dos projetos conjuntos que estiveram em pauta anteriormente. Em 2007 o tema de destaque foi a negociação com as guerrilhas e o acordo humanitário, até 2008 quando se suspenderam as relações entre os dois países.

Pelo lado dos indivíduos que conduziram as relações entre os dois países deve-se ressaltar o protagonismo dos Presidentes Chávez e Uribe, acompanhados da Chanceler colombiana Carolina Barco e dos Chanceleres venezuelanos Roy Chaerton e Alí Rodríguez Araque, assim como os Secretários Executivos da COBAN (Camilo Reyes pela Colômbia e Pável Rondón pela Venezuela, e os vice-ministros de relações exteriores de ambos países). Em

segunda instância, correspondeu aos chanceleres María Consuelo Araujo e Fernando Araujo, e seu correspondente venezuelano Nicolás Maduro, conciliar as diferenças políticas das crises de 2005 a 2008; entre 2006 e 2007, aparecem os Ministros da Defesa para tratar sobre a cooperação em segurança entre os dois países. Finalmente, correspondeu ao Chanceler colombiano Jaime Bermúdez conduzir a negociação para o reestabelecimento das relações diplomáticas, políticas e comerciais, e ao Presidente da República Dominicana Leonel Fernández, na qualidade de mediador para a reconciliação entre os dois países. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a OEA e a ONU aparecem também como atores relevantes na agenda da crise, entre 2009 e 2010, frente às acusações de espionagem e ameaças de guerra da Venezuela à Colômbia.

Por fim, cabe destacar, no caso da Venezuela e do Equador, que os anos de 2008 e 2009 constituíram, como explicam Ardila e Amado (2010), anos críticos de ruptura nas relações bilaterais, com repercussões regionais; de primazia do político por cima do jurídico, de perdas de confiança que ainda deixam suas pegadas, de percepção de violação à soberania e ressurgimento de sentimentos nacionalistas, de desenvolvimentos de diplomacias paralelas, e ativação de cenários de combate e planos de defesa. Felizmente, como se vê para o final destes períodos, as relações foram normalizadas e deram passo a novas dinâmicas para a política externa colombiana, como veremos no capítulo seguinte.

2.5. CONDIÇÕES DETERMINANTES DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA NOS GOVERNOS DE ÁLVARO URIBE (2002-2006/2006-2010):

Tal como descrito no primeiro capítulo, um dos nossos propósitos é identificar as fontes de condicionamento da política externa colombiana durante os governos de Álvaro Uribe. Assim, a seguir elencamos quatro aspectos que condicionaram e determinaram essas políticas. Tais elementos são então (1) a herança deixada pela administração anterior em termos de política externa, (2) a superação da crise econômica da década anterior e o impulso a uma economia de mercado mais aberta com forte peso dos investimentos estrangeiros, (3) os problemas de segurança do país e as respostas a eles, tal como o Plano Colômbia e a Política de *Segurança Democrática* que serve como marco ao plano de governo, e (4) o peso que tem a figura do Presidente Uribe na tomada de decisões e na condução da política externa colombiana. Ao elencar esses fatores determinantes poderá se compreender melhor a forma como a Colômbia se relacionou com o mundo —especificamente com os casos abordados— sabendo ao que estavam ligadas as ações, os programas e os objetivos da política externa da Colômbia durante esses anos.

2.5.1. A Herança da Política Externa de Pastrana:

Como dito anteriormente, uma das doutrinas que guiam a política externa colombiana, em termos históricos, é a do *Réspice Pollum*. Durante meados dos anos noventa, especificamente na administração Samper, a crise do governo gerou um distanciamento com os Estados Unidos, cuja retomada seria consequentemente uma das prioridades exteriores do governo de Andrés Pastrana, buscando uma “relação especial” que sustentasse a internacionalização das dinâmicas de segurança da Colômbia, após uma estratégia de “diversificação forçada” do governo Samper (CARVAJAL 2005). Para tal, a estratégia da “diplomacia para paz” de Pastrana requereu a consolidação das relações entre a Colômbia e os Estados Unidos a fim de obter apoios políticos e econômicos para a nova estratégia de luta antinarcóticos e de solução do conflito interno (ROJAS 2006; CARDONA 2002). Somado a isto, as relações com os países europeus funcionaram diferentemente, abordando mais os temas de direitos humanos e de negociação de paz. Isto é o que Carvajal (2005) chama de política externa dual.

A internacionalização do conflito colombiano, segundo a analista Diana Rojas (2006), se deu através da visibilidade do conflito como fonte de instabilidade regional e insegurança internacional, e da canalização das preocupações e interesses manifestos de vários atores internacionais –sobretudo dos países centrais do sistema internacional- dos efeitos do conflito colombiano e sua relação com as redes criminais transnacionais. Essas preocupações e interesses se materializaram com o *Plano Colômbia* como estratégia de intervenção internacional antinarcóticos e de fortalecimento institucional no país. Cabe ressaltar que depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, e da ruptura do processo de negociação com as FARC e contínuas ações armadas dos grupos guerrilheiros, o Plano Colômbia passaria de um plano de luta contra as drogas a um plano contra insurgente, associando o problema das drogas ao terrorismo.

Quando Álvaro Uribe assume a Presidência da Colômbia continua com essa orientação da política externa colombiana, aprofundando a “internacionalização” da crise interna como estratégia frente ao conflito, privilegiando os temas que apontassem às ações vinculadas à sua *Política de Segurança Democrática* na agenda externa. De fato, pode-se afirmar que os acontecimentos prévios às eleições de 2002 (tais como o fim dos diálogos de paz com as FARC, os constantes ataques e ações criminosas dos grupos guerrilheiros, e a baixa legitimidade desses grupos entre o grosso da população colombiana) foram determinantes para a escolha de Uribe e seu projeto securitário de confrontação militar, que acompanhado com os relativos sucessos

alcançados durante o primeiro período de mandato garantiram sua reeleição e alto nível de aceitação (GONZÁLEZ 2006).

Em termos de política externa, o caminho traçado por Pastrana e sua equipe deixaria lições e logros que Uribe decidiu continuar e aprofundar, consolidando a postura de colocar a política externa do país em função da resolução do conflito e das suas causas. No âmbito regional também podem ser observadas algumas continuidades iniciais da política externa empreendida por Uribe: as tentativas de regionalização e engajamento dos países vizinhos com a estratégia do Plano Colômbia e a desconfiança e percepções de ameaça desses países com a Colômbia também continuaram e expandiram durante os seus mandatos; mas também as agendas centradas na integração física e política da região, embora depois de 2006, com um ambiente diferente ao de 2002 virariam fontes de conflito.

2.5.2. *A Superação da Crise Econômica dos anos 1990-2000:*

No final da década de 1990, a maior parte da região se encontrava em crise econômica e financeira, resultado da bolha global desatada na Rússia e em alguns países do Sudeste Asiático. Segundo Kalmanovitz (2004) e Olarte (2004), a economia dos anos 1990 na Colômbia viveu um momento importante com a abertura comercial iniciada nos governos de Barco (1986-1990) e Gaviria (1990-1994) e o *boom* petrolífero do país, o que levou a uma massiva entrada de capitais estrangeiros, um alto nível de endividamento do setor privado e uma expansão do gasto público. Os primeiros sintomas da recessão colombiana foram as bolhas no mercado imobiliário e no mercado acionário. Esse cenário, junto com o mau andamento do processo de paz, criou expectativas pessimistas sobre a economia colombiana para os consumidores, investidores e industriais.

A partir do segundo semestre de 2001 a situação começaria a ser revertida, indicando crescimento positivo com uma recuperação lenta. Com a chegada de Uribe à presidência, a promessa de melhorar a situação de segurança no país, incentivar a entrada de investimentos estrangeiros no país e sanear as contas públicas melhoraram as expectativas dos empresários e consumidores, com as expansões dos setores industrial, mineração, dos produtos agrícolas de exportação, construção e serviços para 2003 e um crescimento no Produto Interno Bruto próximo a 5%, em média, durante os oito anos de mandato. A recuperação no setor privado se viu alavancada pelo ajuste fiscal, reformas ao trabalho –especialmente favoráveis para o comércio-, e uma política de baixas taxas de juros e a redução da dependência do crédito externo para o setor público. Outro fator determinante foi a melhora dos termos de intercâmbio dos

produtos tradicionais da Colômbia, como petróleo, café, carvão, ferro-níquel e ouro (KALMANOVITZ 2004; OLARTE 2004).

As expectativas foram estimuladas também pela recuperação da economia estadunidense, as políticas de expansão monetária e de desvalorização do dólar pela Reserva Federal dos Estados Unidos, assim como a aprovação das preferências tarifárias do ATPDEA e a possibilidade de negociação do TLC com esse país. Entretanto, com a Venezuela, o segundo maior parceiro comercial da Colômbia atrás dos Estados Unidos, o cenário para o intercâmbio não foi tão favorável entre 2002 e 2004 por causa da crise política pela que passava esse país no período (KALAMANOVITZ 2004).

Apesar das boas notícias da economia colombiana durante os governos Uribe, fortes críticas recaíram sobre sua gestão econômica, asseverando que o crescimento foi um “sacrifício econômico” do país, no sentido de que o bom desempenho geral falhou em aspectos de diminuição da pobreza e da desigualdade, as condições do trabalho e da seguridade social (GIRALDO 2008; DINERO 2010).

Para a política externa colombiana, um contexto internacional mais favorável para a recuperação econômica, com mercados ávidos pelas principais matérias primas da Colômbia, significou uma oportunidade para o país. Como visto nos casos estudados, um dos principais argumentos do projeto de segurança empreendido nos governos Uribe foi devolver a confiança aos investidores e estabelecer parcerias comerciais diversificadas. O paradigma de economia liberal que estava sendo cimentado no país desde a década anterior levou o governo Uribe a colocar na sua agenda externa aspectos de liberalização comercial, preferências tarifárias e acordos de tributação única com países nas mais diferentes latitudes. O aspecto da economia e o comércio com os Estados Unidos, como forma de manter a “relação especial”, se percebe como o estabelecimento de uma agenda paralela à agenda de segurança e que permitiria manter a “confiança” como parceiros incondicionais.

Com a região o anterior seria diferente. A ideologização da agenda externa colombiana deixaria pobres intercâmbios comerciais com o segundo e terceiro maiores importadores dos produtos colombianos –Venezuela e Equador, respectivamente. Por um lado isto permitiu aos empresários colombianos buscarem outros mercados com os quais pudessem substituir esses países, mas também travou outros aspectos da agenda regional, como a de integração. Entretanto, com o Brasil o comércio e a economia seriam temas de agenda mais relevantes para a relação bilateral, tendo nesse período grandes aquisições e investimentos de lado e lado, reforçando a crença de confiabilidade na economia colombiana que o governo Uribe procurou difundir.

Assim, a recuperação econômica seria um dos aspectos determinantes da configuração da agenda colombiana ao ser promovida como um produto das melhores condições de segurança do país e de alinhamento incondicional com o Ocidente, ao tempo que deixava sem resolver os profundos problemas sociais do país, como a pobreza e a iniquidade -algumas das causas fundamentais do conflito armado- e que consolidava o projeto econômico em curso.

2.5.3. O Conflito Armado e os Problemas da Segurança Nacional e Regional- o Plano Colômbia e a Política de Segurança Democrática:

Dentre os fatores que na análise dos casos parecem-nos mais determinantes para a tomada de decisões do governo Uribe estão os aspectos do conflito armado, a problemática da segurança nacional e regional, a luta contra as drogas e o terrorismo, e problemas relacionados com o narcotráfico. Esses temas, sem lugar a dúvidas, ocuparam um papel central nas agendas bilaterais dos países estudados, como demonstraremos a seguir.

A principal linha de cooperação com os Estados Unidos seria a de segurança e defesa, em termos da luta contra o narcotráfico e o terrorismo e do Plano Colômbia. Do visto no estudo desse caso encontramos suporte para as afirmações acerca da política externa estar em função das políticas de segurança domésticas (ROJAS 2009; 2006; SANTOS 2006). De fato, como afirma Sandra Borda (2012), os Estados Unidos constituíram a principal frente da estratégia de internacionalização do conflito colombiano iniciada com Pastrana e expandida e consolidada com Uribe. Ao anteriormente evidenciado se soma o apoio político da Colômbia para a intervenção no Iraque, o apoio dos Estados Unidos ao processo de desmobilização das AUC, as cooperações judiciárias e extradições, e finalmente o Acordo de Cooperação em Segurança e Defesa, que contemplava o uso de sete bases militares colombianas pelas forças militares estadunidenses para operações de combate ao narcotráfico e o terrorismo.

Ainda, com o Brasil, o Equador e a Venezuela, os temas de segurança possuem um tom menos cooperativo, porém igualmente prioritários. Pode, inclusive, se falar da interdependência das agendas de segurança entre esses países com a Colômbia. Nos três casos evidencia-se a preocupação pela segurança das fronteiras e a clara demarcação das mesmas, percebendo-se uma perspectiva tradicional de prevenção de problemas de segurança; entretanto, preocupa aos atores envolvidos nas relações bilaterais com esses países os aspectos de vigilância e combate a uma ameaça não tradicional, como é o caso do narcotráfico, os problemas com ele relacionados, e os grupos armados, assim como os efeitos humanitários do conflito.

Com o Brasil em específico, ressalta-se o afirmado por Socorro Ramírez (2009) em termos da convergência desse país com a Colômbia: para o primeiro como interesse geopolítico

de expandir suas parcerias estratégicas, e para o segundo de procurar aliados para o projeto de segurança. Dessa convergência resultariam bons resultados de cooperação, como as repetidas reuniões dos Ministros da Defesa e de Mandos Militares de ambos os países, o interesse em adquirir produtos e aprimorar as indústrias de defesa nos países, e a cooperação do SIVAM/SIPAM. De outro lado, as divergências ao redor do papel dos Estados Unidos na região, o Plano Colômbia e o papel das guerrilhas como atores do conflito causando, por vezes, desconfianças mútuas. Entretanto, se destaca uma fluida cooperação no combate ao narcotráfico e os problemas relacionados a esse na Amazônia, e o papel do Brasil como facilitador de trocas humanitárias em repetidas ocasiões.

Para os casos da Venezuela e do Equador, o problema da presença dos grupos armados nas fronteiras foi o maior fator de tensão nas relações bilaterais com a Colômbia, o que seria o fator detonante da ruptura das relações em 2008. Somado a isto, com o Equador foi particularmente delicado o tema das fumigações aos cultivos ilícitos e os deslocamentos de populações a esse país como efeito derivado do conflito, mas por outro lado houve frequentemente uma boa relação de cooperação entre as polícias e os entes judiciários. Com a Venezuela, o papel da segurança tradicional, entendida como defesa da soberania, teve um peso maior; em específico houve diferenças acerca da cooperação com os Estados Unidos e a presença desse país na região, percebida como uma ameaça ao projeto político venezuelano, mas também diferenças de cunho político acerca do papel das FARC como grupo beligerante e não como grupo terrorista. Destaca-se, no entanto, o papel do Presidente Hugo Chávez como facilitador da proposta de Acordo Humanitário com essa guerrilha.

Cabe ressaltar, todavia, que os temas do conflito, o narcotráfico e os problemas de segurança na Colômbia eram um fator determinante da política externa colombiana já desde a administração Pastrana, e coube a Álvaro Uribe como mandatário a decisão de continuar e aprofundar no tema como eixo central das decisões de política externa do país.

2.5.4. Os Indivíduos Envolvidos e o Processo de Tomada de Decisão- a diplomacia presidencial de Álvaro Uribe:

Sem lugar a dúvidas, Álvaro Uribe, em seu papel de Presidente da Colômbia, foi o grande protagonista dentro da tomada de decisão e no estabelecimento da agenda externa colombiana. Para compreender melhor isto, partiremos da afirmação que a diplomacia na Colômbia é estruturalmente presidencialista, elitista e secreta, o que se ratificou na gestão do Uribe (CARVAJAL 2009; CASTILLO 2013).

Devido ao perfil securitário das políticas do Presidente, durante os dois termos do seu mandato, pode-se afirmar que a política externa não foi a exceção e serviu como dimensão exterior do projeto de *segurança democrática* proposto e executado pelo governante colombiano. Durante os períodos de mandato parece haver uma diferenciação no estilo: no primeiro, percebe-se certa estabilidade na forma de condução das relações exteriores, a Chanceler Carolina Barco permanece no cargo durante o termo 2002-2006 com uma postura proativa de proposição de agenda e bom diálogo com os vizinhos. No segundo mandato (2006-2010), houve mudanças constantes do Ministro de Relações Exteriores (María Consuelo Araujo de 2006 a 2007, Fernando Araujo de 2007 a 2008, e Jaime Bermúdez de 2008 a 2010), todos com pouca experiência nos assuntos externos; o Presidente e o Ministério da Defesa assumem a liderança das relações exteriores e dão-lhes um tratamento mais reativo.

Por último, vê-se a tentativa de reforma do Ministério e do estilo diplomático com a entrada de Jaime Bermúdez, dando-se uma cooperação com a Academia Diplomática do Brasil para profissionalizar a pasta e o serviço exterior. Assim, enquanto no primeiro momento coube à Chancelaria a formulação e gestão de uma agenda externa para o projeto de segurança do Presidente, no segundo se encarregou mais da execução das propostas presidenciais e a resolução dos temas urgentes, com baixo nível de proposição.

Portanto, entende-se a “subordinação de Bogotá a Washington”, à qual se referem Tickner *et al.* (2003), em termos de *agenda setting*. Isto devido à forte capacidade de proposição de funcionários dos Estados Unidos, especialmente das secretarias da Defesa e de Estado, e o acompanhamento de representantes das agências estadunidenses, tais como a DEA, ONCDP, USAID, CIA, e a Procuradoria Geral desse país. Às delegações de congressistas e organizações da sociedade civil dos Estados Unidos coube também o *lobby* para a imposição de condicionalidades na política externa colombiana, o que gerou uma forma reativa de se relacionar com esse país, sendo então um ator indireto da tomada de decisões da Colômbia.

Com os outros países estudados –Brasil, Equador e Venezuela- isto não foi diferente. Os presidentes Lula, Correa e Chávez também tiveram uma postura mais proativa do que a do Presidente Uribe para a proposição de temas e certa inércia na condução das relações com esses países. Interpreta-se do anterior o desinteresse do governo Uribe por se relacionar além de temas nos quais havia poucas chances de lograr consensos com os vizinhos, e que provavelmente tinham-se mostrado em discordância com o projeto de segurança da Colômbia, que, como mencionado, era a prioridade externa do Presidente. Relegou-se então essa função às delegações das Comissões Bilaterais para gerir a relação, enquanto que no nível político predominava a rivalidade e oposição de posturas, em mãos do próprio Presidente.

Enfim, a ideologia de corte *neoliberal* e securitária, de “cosmologia compartilhada com o governo dos Estados Unidos” (BORDA 2012) defendida e praticada pelo presidente Uribe, assim como o estilo “monocrático e imperial” (VARGAS 2004) como dimensões psicológicas da tomada de decisões, possuem papéis importantes na condução das relações exteriores do país. Assim, elas permitem entender as causas dos momentos de maior cooperação e também de tensão nas relações bilaterais com os casos estudados.

2.6. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA NOS GOVERNOS DE ÁLVARO URIBE:

A modo de conclusão prévia, prosseguimos a analisar resumidamente a política externa colombiana nos governos do Álvaro Uribe. Constatamos a primeira parte da hipótese em referência à alta carga do conteúdo dos temas tangentes à securitização da política externa colombiana, a leitura de uma situação de vulnerabilidade e incerteza generalizadas no país e xeque ao Estado, e um “exame pela lente da segurança” dessa política, tal que os temas da agenda somente se tornam relevantes quando se relacionam a esse modo de ver o cenário nacional. Como resultado, a política externa do país virou um apêndice do projeto de segurança promovido pelo Presidente Uribe.

Através da análise das determinantes de política externa para o caso da Colômbia de Uribe constatamos que a segurança e o conflito foram os temas mais relevantes, e serviram como projeção das políticas domésticas. Tanto para o estabelecimento de uma agenda positiva de engajamento internacional, quanto para os casos de quase-conflito externos, a segurança foi o elo conector da política externa colombiana. Cabe ressaltar, no entanto, que o governo Uribe recebeu uma política já orientada nessa direção e, tomando como base os avanços e dificuldades do governo anterior, encaminhou ainda mais a *internacionalização do conflito*.

Também é relevante o papel do Presidente como formulador e executor principal das ações de política externa, personalizando dita política segundo seus interesses e prioridades. O encarregado natural da gestão da política externa – o serviço exterior do Ministério de Relações Exteriores- teve um papel secundário e de obediência ao mandatário, ao tempo que a pasta de Defesa assumia um papel de liderança nas relações exteriores. Tanto as desavenças ideológicas como dos modelos econômicos e dos projetos políticos dissimiles com a maior parte dos países sul-americanos, acompanhado do estilo belicoso e chauvinista –no sentido de *‘quem não está comigo, está contra’*- do Presidente Uribe, trouxe confrontos verbais e desencontros regionais, que causariam um isolamento prolongado, ruptura de relações diplomáticas com seus principais

parceiros regionais e dificuldades nos processos de integração em curso. Da mesma forma, a “cosmologia compartilhada” com o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, evidenciou o estilo personalista do presidente Uribe, neste caso como uma relação de resultados positivos entre os dois países.

Durante os períodos de governo de Pastrana (1998-2002) e Uribe (2002-2006; 2006-2010) percebe-se a crescente inclinação de manter relações estreitas com os Estados Unidos através de duas estratégias: a primeira pela intervenção indireta no conflito por meio da vinculação do problema das drogas com uma perspectiva *antiterrorista* de combate aos grupos guerrilheiros e paramilitares; essa “intervenção” foi pautada por um diálogo fluído entre as partes no nível político e executada por programas como o Plano Colômbia, o acordo de interdição aérea, os pedidos de extradição e a cooperação em temas judiciários. A segunda estratégia foi o aprofundamento das relações comerciais por meio das preferências de acesso das mercadorias e produtos colombianos ao mercado norte-americano que resultaria no tratado de livre comércio.

Subordinada à segurança como eixo primordial da política externa colombiana se encontram os temas comerciais, a maneira de projeção do modelo econômico e busca por um posicionamento de país com melhoras substanciais dos termos de troca. O país, durante os governos de Uribe, igualmente como aconteceu com a maior parte dos países sul-americanos, teve uma gradual desindustrialização, volta à agropecuária e à mineração como principais setores da economia perante um mercado internacional ávido de matérias primas e alimentos, virando um quase paraíso de curto prazo (BONILLA 2011).

Diana Rojas (2006: 91-98) aponta algumas características relevantes da condução da política externa colombiana durante os governos de Uribe, todas elas voltadas para os temas de segurança. Estas são: (1) uma diplomacia defensiva focada na “pedagogia internacional” acerca da natureza e os efeitos do conflito; (2) a deslegitimação internacional das guerrilhas, declarando-as como grupos terroristas sem uma agenda política; (3) a continuidade e consolidação do Plano Colômbia como sustentação da Política de *Segurança Democrática* por meio da aliança incondicional com os Estados Unidos, a combinação da luta antinarcóticos com a estratégia antiterrorista, o Plano Patriota para recuperar o território controlado pelos grupos guerrilheiros, e um dispositivo diplomático ativo e eficaz com os Estados Unidos; (4) uma tentativa de regionalização pouco assertiva e mal sucedida da internacionalização do conflito, os vizinhos desconfiam das intenções colombianas e percebem como fontes de ameaça os planos Colômbia e Patriota; (5) busca de respaldo internacional para o processo de negociação e desmobilização com os grupos paramilitares. Aponta também a analista que a política externa

de Uribe produziu efeitos paradoxais: por um lado teve sucesso em lograr respaldos internacionais da política de segurança, enquanto deixava as portas abertas à maior ingerência exterior nas dinâmicas e possíveis soluções do conflito, como de fato acontecia com a Venezuela da forma não desejada.

Por último, ao finalizar seu mandato, Uribe entregou relações fortalecidas com os Estados Unidos, compromissos de restauração das relações com seus vizinhos no meio do isolamento regional, e uma agenda externa altamente politizada e *securitizada*, privilegiando as dimensões militares da segurança. Outro aspecto a ser destacado é o comportamento nas organizações internacionais, que, tudo indica, foi marcado pelo desdém e desinteresse com essas organizações e com um contexto internacional em mudança. Ainda, alguns desafios por superar ficaram nas áreas de Direitos Humanos, deslocamentos e refugiados, meio ambiente e recursos estratégicos, diversificação de parcerias, entre outros.

Cabe ressaltar, enfim, que já existia um exame da política externa colombiana, encomendada pelo Ministro Jaime Bermúdez, durante o último ano de mandato; do qual o governo Santos pôde ter aproveitado para realizar sua renovação da política externa.

CAPÍTULO TERCEIRO

A Prosperidade Democrática para Fora: A Política Externa de Juan Manuel Santos, entre a continuidade e a mudança.

Surpreendentemente, a administração de Santos tem provado ser mais independente do seu predecessor e antigo colega de legenda do que era esperado. Na disputa pela Presidência da República de 2010 Santos seguiu um programa com propostas embasadas na consolidação dos programas anteriores sem maiores diferenças àquelas do ex-presidente Uribe, chegando inclusive a declarar, no meio da crise diplomática com o Equador e a Venezuela, causada pela *Operação Fénix* em março de 2008, que se sentia orgulhoso de ter tomado essa decisão e estar acompanhado do Presidente Uribe (EL TIEMPO 2010; EL ESPECTADOR 2010), ocasionando ainda maior mal-estar nas dinâmicas regionais e temor de uma nova escalada de declarações ameaçadoras e de confronto.

No contexto interno colombiano, o apoio ao presidente Uribe e a busca da continuidade das políticas do seu governo seria majoritária, sendo que em março de 2008 contava com altos níveis de aprovação e 66% da população estava a favor da segunda reeleição para um terceiro termo do governo, blindado pela boa imagem como governante, produto dos triunfos militares e da recuperação econômica, apesar do alto grau de polarização e dos escândalos da *parapolítica* e dos *falsos positivos* –execussões sumárias mascaradas como baixas insurgentes pelo Exército e a Polícia-. Houve então propostas de referendo para aprovar a reeleição indefinida, aprovada pelo Congresso e vetada pela Corte Constitucional a cinco meses das eleições, deixando pouco tempo para as campanhas e o debate das candidaturas (PACHÓN *et al.* 2011).

Segundo a Missão de Observação Eleitoral –MOE-, as eleições de 2010 mostraram mudanças significativas nos *fatores de risco*: a abstenção próxima ao 50% pouco mudou da tendência histórica; evidenciou-se a intervenção de funcionários públicos em política, incluindo o Presidente, por meio de manifestações diretas ou indiretas a favor ou contra alguns dos candidatos; e por último, o delito eleitoral de *coação armada* passou a ter um papel secundário nessas eleições (MOE *apud* ICP 2010).

As candidaturas também foram algo atípicas: contava-se com oito candidatos, seis representando as principais forças políticas do país, dos quais três –a metade- representavam partidos da coalisão *uribista*: Noemí Sanín pelo Partido Conservador, Germán Vargas Lleras pelo partido Cambio Radical, e Juan Manuel Santos pelo Partido de la “U”; o candidato do Partido Verde, Antanas Mockus, levantava uma posição de mudança e ética na política sem se distanciar dos postulados básicos e das políticas públicas do governo Uribe; e enfim, os partidos de oposição –oposições com distintas visões do país, no entanto- também participaram com os candidatos Rafael Pardo, pelo partido Liberal, e Gustavo Petro pelo Polo Democrático Alternativo. Com essa polarização entre os candidatos *a favor e contra o projeto uribista*, a pauta foi marcada pelos temas de segurança interna e regional, enquanto que outros temas prioritários na agenda, como desemprego, saúde, e educação, sobressaíram pouco. Um aspecto que também marcou a contenda foi o uso das redes sociais, que daria ao candidato Mockus maior visibilidade e o favoritismo, sobretudo entre os eleitores jovens de classe média. Finalmente, Santos ganharia as eleições no segundo turno, levantando as bandeiras do projeto de *Segurança Democrática* e a continuidade das políticas do Uribe, e batendo um número recorde de votos apesar da abstenção (ICP 2010).

No entanto, desde a sua eleição e posse como Presidente, ele mostrou sinais de diferenciação na condução e administração da política colombiana, orientando esforços para se reconciliar tanto com os vizinhos –especialmente Equador e Venezuela, com os quais as relações se encontravam bastante deterioradas após alguns enfrentamentos verbais entre os Presidentes, a incursão no território equatoriano em 2008, e a mobilização de tropas de ambos lados das fronteiras- quanto com as Cortes e Tribunais do Poder Judiciário. Percebem-se intenções de jogar um papel mais ativo na arena política sul-americana, diversificar as parcerias internacionais e reduzir o nível *securitário* da política externa, isto é ao que Ramírez (2011), entre outros analistas, se refere como “o giro da política externa colombiana”.

A avaliação que se faz da política externa colombiana no primeiro governo de Santos reconhece uma tendência à *dessecuritizar* a política exterior, priorizar os temas econômicos e comerciais dentro da agenda externa e buscar espaços nos quais a Colômbia possa exercer liderança na arena internacional (PÉREZ *et al.* 2012).

Na política doméstica também houve diferenciações. A relação com o Judiciário melhorou –como dito acima, assim como com os partidos no Congresso, conseguindo uma coalizão ampla do lado do governo. Do mesmo modo, houve também mudanças nas prioridades da agenda do governo, como promessas para melhorar o Sistema de Educação Pública, a redistribuição de terras, a diminuição do desemprego e da pobreza, melhoras na infraestrutura

e na estrutura produtiva do país e a reparação às vítimas do conflito, entre outros (CHASKEL *et al.* 2012).

Ambos, mudanças na forma e no conteúdo das políticas domésticas e externas, se evidenciam no plano de desenvolvimento *Prosperidad para Todos* (prosperidade para todos), em alusão a um plano de governo para a *pós-segurança democrática* que consolide os logros alcançados e uma nova etapa na estratégia de pacificação e crescimento econômico (ROJAS 2013). Além disso, Santos inicia um novo processo de negociação com as FARC, mostrando avanços realistas para finalizar o conflito armado no país. Tudo isto também tem provocado desentendimentos com Uribe e seus seguidores, gerando oposições, que, entretanto, tem conseguido gerir bem com sua coalizão no Congresso.

Assim como no capítulo anterior, neste elencar-se-á as agendas bilaterais da Colômbia com os Estados Unidos, o Brasil, o Equador e a Venezuela dentro dos mesmos parâmetros vistos nos períodos de governo anteriores, guardadas as proporções temporais de dois termos de administração *versus* o primeiro termo da administração Santos²³. Seguindo o mesmo esquema de análise, abordaremos as determinantes da política externa colombiana entre 2010 e 2014, a fim de poder compará-las com os fatores que foram elencados nos mandatos anteriores; e por fim analisaremos –por separado- a política externa sob a administração do Presidente Santos e quais são os limites e desafios da diferenciação que se tenta marcar frente às políticas *uribistas* na sua dimensão externa.

3.1. RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS:

A “relação especial” com os Estados Unidos teve alterações como parte desse movimento de reposicionamento do comportamento externo da Colômbia. O *Diálogo de Alto Nível entre Parceiros* estabelecido durante diversas reuniões e encontros bilaterais nos primeiros anos do governo de Santos retrata uma relação diversificada que discute temas para além da segurança, entrando tópicos tais como democracia, direitos humanos, energia, e ciência e tecnologia (ROJAS 2013; RAMÍREZ 2011a; RAMÍREZ 2012). Assim, a Colômbia assume uma postura de parceiro em igualdade de condições, e não mais como somente um receptor de ajuda (RAMÍREZ 2012).

²³ O segundo período de governo começou em agosto de 2014. Por questões de acesso a informação e falta de análises sobre este novo termo de governo somente se analisará até o final do primeiro mandato.

Outro fator que tem provocado mudança nas direções na relação bilateral é o enfoque da política externa estadunidense, notadamente pouco direcionada aos países da América Latina. Desde sua posse, o presidente americano Barack Obama tem mantido

[A] very mixed one [política externa para a América Latina] in which rhetoric and good intentions have been challenged time and again by the realities of domestic and international relations and power politics. [...] The administration has been reset by problems larger than Latin American relations [...] Perhaps most importantly the United States has had to come to terms with the fact that it has limited capacity to dictate the course of events in Latin America. (RANDALL, 2013: 20-21).

De fato, Obama tem tido dificuldades em redirecionar sua política externa, de um ponto de partida conflitivo e intervencionista da era G. W. Bush a uma mais cooperativa e bem-intencionada. Evidência disto é a redução no orçamento de programas de ajuda externa devido à crise econômica e o tempo que tem tomado para trazer de volta os *marines* no Afeganistão e no Iraque. Para a América Latina isto tem significado um tratamento distante para os assuntos regionais, uma vez que o pivô estadunidense tem sido localizado no Oriente Médio e no Sudeste Asiático. Para a Colômbia isto também não é diferente, embora as relações bilaterais permaneçam próximas.

Por outra parte, na avaliação dos oficiais estadunidenses, as tarefas na Colômbia foram bem-sucedidas e o modelo de pacificação deve ser agora entregue na sua totalidade ao governo colombiano. Para esse objetivo, a Embaixada dos Estados Unidos na Colômbia desenhou a Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico, que visa “nacionalizar” os programas desenvolvidos no Plano Colômbia, passando progressivamente a responsabilidade completa deles ao Estado colombiano. Isto responde a uma aproximação de *nation-building* para o cenário de pós-conflito (ROJAS, 2013).

Essa nova aproximação tem sido também evidenciada nas formas de cooperação desenvolvidas por ambos os países para intervir em outros lugares do mundo. A Colômbia tem se convertido em um parceiro ativo dos Estados Unidos, e não mais uma ameaça à segurança nacional norte-americana -por isso, os dois países têm estabelecido acordos para desenvolver assistência no combate de organizações criminosas transnacionais para os países afetados por esses ilícitos. Como argumenta Diana Rojas (2013: 129), esses acordos operacionalizam o Grupo de Coordenação para a Cooperação em Segurança entre Colômbia e Estados Unidos (US- Colombia Security Cooperation Coordination Group- SCCG), que tem estabelecido uma espécie de *outsourcing* militar, permitindo que o governo estadunidense ofereça cooperação

militar em países onde a presença de tropas americanas gera atritos e polêmicas, especialmente na América Central e na África Ocidental.

Contudo, uma posição diferente a anteriormente oferecida é evidenciada na discussão do Regime Internacional de Combate às Drogas, na qual Santos, entre outros líderes latino-americanos, tem sido porta-voz de propostas de flexibilização e mudanças no regime. O narcotráfico e as políticas de combate a grupos criminosos relacionados com o negócio das drogas têm sido temas constantes na cooperação entre os dois países por mais de quarenta anos, permanecendo ainda como um assunto central da agenda bilateral. Todavia, apesar das mudanças no tratamento do problema das drogas ao interior dos Estados Unidos, o governo federal desse país permanece reticente a mudanças na sua política internacional antinarcóticos. (ROJAS, 2013).

Referente aos temas da agenda bilateral, resumidos nas Memórias ao Congresso dos anos 2010 a 2014 (Ver Anexo 1), encontra-se a recorrência de ambos países em trabalhar conjuntamente no marco da cooperação em segurança que mantêm e do SCCG que o institucionaliza, assim como a “exportação” das práticas e dos logros alcançados durante os anos da cooperação para a América Central. O Plano Colômbia e a nacionalização do mesmo, acompanhado de temas como o processo de paz, a reparação às vítimas e a restituição de terras, também ocuparam uma posição de destaque dentro das agendas dos anos mencionados, evidenciando uma perspectiva orientada ao pós-conflito e à superação de algumas das dificuldades iniciais. Isto é o que os governos dos dois países entendem como “parceria estratégica bilateral”.

Em um segundo bloco de prioridades se elencam os temas referentes ao comércio, como a aprovação do TLC, as extensões do ATPDEA e o Acordo de Cooperação Ambiental que prossegue o TLC. Levando em conta que o Congresso dos Estados Unidos tinha engavetado o Tratado de Livre Comércio com a Colômbia durante alguns anos por causa da desconfiança percebida nos temas de Direitos Humanos e Trabalhistas, a rendição de contas nesses aspectos foi prioritária, apesar de se tratar de um tema secundário na agenda doméstica e externa da Colômbia. O tratado seria finalmente aprovado em 2011 e entrou em vigência em meados de 2012, tornando-se tema secundário na agenda a partir desse momento.

Concorrendo com os temas comerciais, também os assuntos de coordenação multilateral tiveram um importante lugar na agenda, especialmente referentes à projeção e influência da Colômbia na região e no mundo através dos espaços que ocupou no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não-permanente, a organização da Cúpula das Américas em 2012, os desenvolvimentos da Aliança do Pacífico e o ingresso dos Estados Unidos como

Estado observador, o interesse da Colômbia em participar da APEC, o TPP e ingressar na OCDE. Igualmente, essa projeção de influência pode ser apreciada pela proposta do *American Jewish Committee* da Colômbia participar como mediador do conflito Israel-Palestina.

Por outra parte, a iniciativa *Caminhos para a Prosperidade nas Américas* procura a cooperação hemisférica em torno de quatro pilares: 1) empoderamento das pequenas e médias empresas; 2) facilitação do comércio; 3) construção de uma força de trabalho moderna; e 4) desenvolvimento responsável e sustentável das práticas empresariais. Também aparece como tema relevante de atuação conjunta dos dois países a projeção da influência colombiana –e também estadunidense– na região e melhora das condições econômicas e sociais para a população nas Américas.

No nível bilateral, aparecem os Diálogos de Alto Nível –DAN–, apontado no sentido de horizontalizar a relação entre os parceiros, e avançar nos programas de cooperação em matéria de ciência e tecnologia e energia; também reformas institucionais para melhorar a democracia, os direitos humanos e o *bom governo*. Merecem destaque pois mostram uma tendência a conduzir as relações bilaterais além dos temas tradicionais focados na segurança e em certa medida “modernizar” o Estado e a sociedade colombiana partindo, de novo, desde uma perspectiva de pós-conflito e reconciliação nacional.

Por último, elencam-se outros temas que de uma ou outra forma se interconectam com os blocos de prioridade anteriores, sendo então complementares. Nessa pauta aparecem assuntos tais como a integração regional, o Acordo de Transporte Aéreo, as migrações, os refugiados e modificações aos vistos para colombianos, a nova perspectiva estadunidense de uma estratégia de saúde pública para o problema das drogas, a luta contra o crime organizado, o terrorismo e o narcotráfico, assuntos de energia e meio ambiente, a cooperação para a educação superior, e o intercâmbio cultural e desportivo.

Ao falar das pessoas mais destacadas como condutores das agendas deve se mencionar que tanto o Ministério de Relações Exteriores colombiano quanto o Departamento de Estado norte-americano são os grandes protagonistas na relação bilateral, liderando os processos em um nível mais diplomático do que o experimentado anteriormente e substituindo as figuras presidenciais do papel principal que desempenhavam antes. Aparecem um maior número de secretários e subsecretários estadunidenses do que antes, especialmente debatendo assuntos de consultas no hemisfério ocidental; direitos humanos, democracia e trabalho; assuntos políticos e multilaterais; população e migrações; crescimento econômico, energia e meio ambiente, entre outros.

Os presidentes Santos e Obama reúnem-se com menor frequência e entre eles debatem mais temas do Diálogo de Alto Nível do que as ações de cooperação em concreto. Os congressistas visitam menos o país, sobretudo por causa das reformas e avanços referentes a direitos humanos e trabalhistas que permitiram a aprovação do TLC. No entanto, vale ressaltar que, desde o final da segunda administração de Uribe e seguindo nos primeiros dois anos do governo Santos, vinha se dando um forte trabalho de *lobby* com os Representantes e Senadores de ambos partidos. Da mesma forma, os representantes dos organismos policiais, militares e de inteligência, assim como os ministros e secretários de outras pastas como Defesa, Comércio e Meio Ambiente, têm aparições esporádicas e pontuais.

Pode se afirmar, portanto, que a relação bilateral entre a Colômbia e os Estados Unidos durante os quatro anos do primeiro governo de Juan Manuel Santos se divide em três momentos significativos: entre 2010 e 2011 a prioridade número um foi a aprovação do TLC, a prestação de contas em temas de direitos humanos e trabalhistas e o *lobby* da diplomacia colombiana para o acordo. Entre 2011 e 2012, o Diálogo de Alto Nível e a concertação hemisférica, que teria seu ponto de maior expressão na Cúpula das Américas, seriam os pontos principais da pauta. E enfim, entre 2012 e 2014, a nacionalização do Plano Colômbia, a cooperação em segurança e sua “exportação” à América Central como marcos da “parceria estratégica bilateral” se converteram nos pontos mais importantes para a relação entre os dois países.

Em resumo, Juan Manuel Santos tem se mostrado um presidente mais liberal e reformista do que o esperado e tem se esforçado em diversificar as relações os Estados Unidos. Ainda, as mudanças colocadas parecem ser mais retóricas e ir a um passo lento. A agenda bilateral com os Estados Unidos ainda se encontra *securitizada* no seu conteúdo apesar das tentativas de ir além; as formas mudam, no entanto, através do recurso a novos e diferentes mecanismos de coordenação e cooperação e se percebe o interesse de ampliar o espectro da influência colombiana na região ao tempo que a parceria estratégica com os Estados Unidos serve como “carta de recomendação”. A relação permanece assimétrica e unilateral, servindo mais aos interesses e iniciativas estadunidenses do que às propostas colombianas, que tem resultado ser muito mais propositiva do que antes.

3.2. RELAÇÕES COM O BRASIL

Como dito antes, as relações bilaterais entre o Brasil e a Colômbia têm se caracterizado pelo distanciamento e o desconhecimento mútuo, entretanto elas não têm sido completamente estáticas e como visto tiveram uma intensa atividade no período Uribe/Lula. De fato, a primeira visita oficial do Presidente Santos no exterior foi ao Brasil, buscando estabelecer uma nova

parceria internacional que aproximasse os dois países, aceitando que o Brasil possui um papel de liderança regional e que a Colômbia poderia se valer desse papel para se aproximar da América Latina e o Caribe e superar o isolamento regional produto das políticas do governo anterior.

Em um contexto de divergência entre o Brasil e a Colômbia acerca do papel dos Estados Unidos e o grau de interferência nos assuntos regionais por parte desse país, assim como de hegemonia decrescente no plano global, os dois países têm empreendido estratégias de inserção internacional que conseguem dialogar e convergir em alguns pontos, apesar de suas diferenças estruturais e de objetivos. O governo brasileiro tem apontado a uma estratégia de ser a “potência regional sul-americana” entre um grupo de “potências emergentes globais”. Assim, o Brasil faz esforços para ser um “novo jogador global” a través do *soft-balancing* do poder mundial, oscilando entre a concorrência e a complementariedade com os Estados Unidos, reforçando a ideia de autonomia internacional, desenvolvimento nacional e integração regional através de uma complexa rede de articulações entre diversas instâncias regionais (MERCOSUL, UNASUL, OTCA, CAN, etc.). (PASTRANA *et al.* 2013)

Entretanto, a Colômbia tenta se posicionar como uma potência secundária na América Latina (não só do Sul), se impulsionando na avaliação de “nova economia emergente”, e busca, como objetivo principal, espaços internacionais para exercer sua liderança em alguns tópicos como combate ao narcotráfico e aos grupos terroristas. Para Pastrana e Vera (2013), a Política Externa Colombiana experimentou algumas mudanças em meio de continuidades: o papel de um Presidente “dirigista” passou a um papel “delegativo”, houve uma diversificação geográfica e temática, e se reduziu a ênfase nos assuntos relacionados com o conflito armado interno, o narcotráfico e o alinhamento com os Estados Unidos. Dessa forma, “a segurança na sua dimensão externa está sendo gerida por meio de ferramentas de diplomacia cooperativa sem asfixiar ou subordinar outros objetivos da política externa, embora continue intrincada à racionalidade da defesa” (PASTRANA *et al.* 2013: 629). Na análise dos autores, essas mudanças respondem a quatro fatores: (1) a recuperação da confiança política internacional que lhe permite acessar novos mercados e reestabelecer parcerias com sócios perdidos, (2) a recuperação da assimetria militar e política favorável ao Estado colombiano e a percepção de um possível contexto de pós-conflito, (3) o desgaste do discurso antiterrorista como o eixo central das políticas externa e de defesa, e (4) o retorno ao equilíbrio institucional entre os poderes públicos frente a posturas moralmente questionáveis dos governantes. Assim, o Brasil percebe um melhor ambiente regional para a condução das suas relações com a Colômbia e é

receptivo a novos temas na agenda bilateral, tais como a promoção da educação, a transferência de tecnologia e a proteção ambiental (PASTRANA *et al.* 2013).

A reativação das relações bilaterais com a ascensão de Juan Manuel Santos e Dilma Rousseff, na Colômbia e no Brasil respectivamente, em 2010, é medida pelo renovado interesse de participar como ator forte na UNASUL e no “concerto sul-americano” e normalizar as relações com a Venezuela e o Equador, outrora deterioradas.

Dessa forma, os principais temas da agenda bilateral giraram em torno da busca por uma “associação especial” entre dois países que se posicionam como potências regionais, através de três tipos de mecanismos: 1) o diálogo político bilateral, a ampliação e diversificação da agenda, e a concertação em assuntos regionais e multilaterais nos âmbitos da UNASUL, a OTCA e o Conselho de Segurança das Nações Unidas –do qual os dois países participaram como membros não permanentes neste período-, assim como nos eventos da Cúpula das Américas e Rio+20. 2) A busca de maior atividade econômica e comercial recíproca; e 3) o já tradicional tema de cooperação e demarcação das fronteiras, desenvolvimento das cidades limítrofes e segurança fronteiriça. Isto é reafirmado ao consultar os eventos da agenda bilateral com o Brasil consignados nas Memórias ao Congresso (ver Anexo 2).

A agenda bilateral estabelecida na Cúpula de Brasília de 2010 se apresenta como uma expansão além das tradicionais Comissões de Vizinhança e Integração, Comissões Mistas, e os interesses comuns em comércio e investimentos. Propõe-se estimular a relação por meio de oito acordos bilaterais: um para intensificar a cooperação entre as polícias para conter os ilícitos transnacionais que afetam a ambos os países, o segundo para impulsionar o desenvolvimento e o intercâmbio social na fronteira entre Letícia e Tabatinga, o terceiro incentivando a pesquisa em conjunto entre Colciencias e CAPES, um quarto para prestar assistência técnica às indústrias da borracha e do cacau colombiano pelos experts brasileiros; um quinto para incrementar a oferta educativa em Letícia e Tabatinga encarregando ao SENA e ao Senai, o sexto para impulsionar o desenvolvimento nas áreas limítrofes com fundos da Corporação Andina de Fomento (CAF), o sétimo que visa o desenvolvimento conjunto das aeronaves KC 390, aproximando aos Ministérios da Defesa, e o último que procura estabelecer maior cooperação na área de biocombustíveis (PASTRANA 2011).

Outros temas também aparecem na agenda bilateral encontrada, porém se referem menos ao núcleo central da agenda e mais à boa vontade de ambos os Estados. Entre eles se encontram a cooperação aeronáutica, em educação, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, meio ambiente, agropecuária, fortalecimento institucional, pesca, mineração ilegal, assuntos indígenas, energia e biocombustíveis, e cultura.

Como agentes principais na condução da relação bilateral aparecem menos atores e menos centralizados. Os presidentes Juan Manuel Santos, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff delegam a maior parte dos eventos e interações aos Ministros de Relações Exteriores Maria Ángela Holguín, da Colômbia, e Antonio Patriota e Luiz Alberto Figueiredo pelo Brasil, que cumprem um importante papel de diálogo político, mas não de execução pontual das atividades externas. Os verdadeiros protagonistas na relação passam a ser então os membros das missões diplomáticas em um e outro país, e os delegados que representam cada parte nas diferentes comissões bilaterais existentes.

É possível afirmar, portanto, que em matéria de segurança e defesa se procura ampliar a cooperação entre os dois países e inclusive cooperar para fortalecer a indústria bélica e a construção de capacidades, mas a agenda está longe de se reduzir a esses tópicos exclusivamente. Todavia, o governo colombiano é consciente da sua inferioridade material e política frente ao Brasil, por isso tenta melhorar sua posição por meio do balanceamento estratégico via Aliança do Pacífico, CAN e UNASUL como formas de melhorar sua projeção regional e abrir espaços de liderança, sem negar sua relação próxima com os Estados Unidos.

Em matéria comercial, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil reporta que:

No acumulado de janeiro a julho de 2014, houve saldo comercial para o lado brasileiro em US\$ 309,2 milhões, superávit menor que o observado no mesmo período do ano passado, quando atingiu US\$ 560,5 milhões. No período, as exportações brasileiras à Colômbia retrocederam 2,5%, para US\$ 1,36 bilhões, em relação a igual período de 2013 (US\$ 1,40 bilhões). Na importação, houve aumento de 25,9%, para US\$ 1,05 bilhão, no mesmo período comparativo de 2013 (US\$ 836,2 milhões). Os principais produtos exportados para a Colômbia, neste ano, foram laminados planos, pneumáticos, automóveis, hidrocarbonetos, chassis com motor, semimanufaturados de ferro e aço, autopeças, polímeros plásticos. Os principais produtos importados originários da Colômbia, no acumulado mensal, foram carvão, policloreto de vinila, coques e semicoques, polímeros plásticos, pneumáticos, inseticidas e petróleo em bruto. (BRASIL 2014).

Isto demonstra a continuidade da tendência à ampliação do comércio bilateral, sobretudo em produtos industriais, com maior especialização no caso das importações de produtos brasileiros. Nota-se, no entanto, um enfraquecimento do comércio apesar do interesse em acelerar os acordos vigentes e dinamizar o intercâmbio (BRASIL 2014).

Apesar de ter se dado um bom número de acordos, uma crescente cooperação e um bom diálogo político, os encontros foram menos frequentes, o que pode ser interpretado como uma alta eficiência da relação bilateral, ou bem como um interesse recíproco decrescente. Deve-se considerar também que a política externa brasileira do último governo foi bastante menos intensa do que nos governos do presidente Lula (CORNETET 2013).

3.3. RELAÇÕES COM O EQUADOR:

A eleição como Presidente de Juan Manuel Santos, como antigo Ministro da Defesa e autor intelectual das diferentes ações militares causantes –além de outros fatores- dos atritos diplomáticos e políticos com o Equador e a Venezuela, não foi recebida de boa forma nesses países. Entretanto, destaca-se o esforço do novo governo colombiano em se reaproximar desses países e procurar reestabelecer as relações diplomáticas, comerciais e políticas. A reaproximação e normalização das relações bilaterais com os dois países seria, então, a prioridade de primeiro lugar durante o primeiro ano do governo de Juan Manuel Santos.

No contexto interno equatoriano encontra-se um país com estabilidade política e econômica, que superou as crises do final do século XX e gera novas dinâmicas sociais dentro de um projeto neodesenvolvimentista de “revolução cidadã”. O Equador é um dos países que mais cresce na região e, apesar de ter apontado a políticas extrativistas, não pode ser considerado um país rentista, como a Venezuela. Apesar disto, ainda precisa resolver os problemas de pobreza estrutural e baixa competitividade que possui, mas parece estar andando nessa direção (SÁNCHEZ 2014). A consolidação do partido Aliança País como majoritário na Assembleia Nacional e partido de governo reafirma essa nova etapa de estabilidade política e social no país, assim como o projeto de nação proposto e promovido pelo governo do presidente Correa.

A agenda bilateral com o Equador tem sido pautada pelas tentativas de normalização das relações diplomáticas e a promoção de um diálogo político transparente, através da iniciativa de Gabinetes Binacionais (um em 2012 e outro em 2013), nos quais os membros dos gabinetes presidenciais de ambos os países encontravam-se e despachavam em conjunto durante os dias de reunião sobre temas de interesse mútuo. Assim, também as Comissões Binacionais de Presidentes, a Comissão Mista Permanente, e a Comissão de Vizinhança e Integração têm desempenhado um papel fundamental no reestabelecimento e fomento de medidas de confiança entre os dois países. As relações entre os dois países foram reatadas oficialmente em 26 de novembro de 2010, com o intercâmbio de nomeações dos novos embaixadores e desde então têm se caracterizado pelo bom tom, sem maiores sobressaltos.

Outros temas relevantes na agenda bilateral se referem à demarcação, integração e desenvolvimento das áreas compartilhadas de fronteira, na qual a COMBIFRON possui um papel especial, sendo o principal tema da agenda depois do reestabelecimento das relações bilaterais. Seguindo os compromissos pactuados pelos dois presidentes em 2010 para normalizar as relações entre os dois países, a segurança fronteiriça, referida nas dimensões de

luta contra o narcotráfico e as ações terroristas, e combate à mineração ilegal, pesca ilegal e tráfico de hidrocarbonetos, assim como a questão das fumigações aéreas com glifosato, são temas que também adquirem um papel especial dentro da agenda binacional dentro do período de 2010 a 2014, servindo como núcleo central da relação política que vem se configurando entre os dois países.

Especialmente referente ao último tema –fumigações–, destaca-se a assinatura em setembro de 2013 do Acordo para a Solução da Controvérsia Existente na Corte Internacional de Justiça, relativa à Erradicação Aérea pela Colômbia dos Cultivos Ilícitos próximo da fronteira com o Equador, como mecanismo de negociação bilateral para resolver por meios próprios e pacíficos a problemática das aspersões, sendo um ponto nevrálgico da relação entre a Colômbia e o Equador.

Finalmente, os temas de refúgio de colombianos no Equador e seu plano de retorno voluntário e temas referentes ao comércio, ao turismo e a investimentos recíprocos também entram em pauta com grande importância, mas com menor frequência. Destaca-se que o governo colombiano doou de forma extraordinária US\$ 500.000 à ACNUR em Genebra para o apoio aos programas de atenção aos refugiados no Equador; e que o comércio bilateral cresceu com balança positiva para a Colômbia durante estes anos (COLÔMBIA 2011b; 2014c).

As personagens de destaque na condução das relações entre a Colômbia e o Equador durante o primeiro período presidencial de Juan Manuel Santos são: os presidentes Santos e Rafael Correa; o vice-presidente colombiano Angelino Garzón, que serviu como primeiro intermediário para o diálogo entre os Presidentes; a chanceler colombiana María Ángela Holguín, e o chanceler equatoriano Ricardo Patiño, revelando o caráter político que tiveram as relações bilaterais durante esses anos. Também merecem destaque os delegados dos dois governos às diferentes comissões binacionais, se localizando, de novo, em um nível mais operacional e menos decisivo.

3.4. RELAÇÕES COM A VENEZUELA:

Por outra parte, no contexto interno venezuelano é importante reconhecer a forte polarização política do país que vinha se incubando inclusive desde antes da crise andina e que teve seu ponto de maior expressão nas campanhas eleitorais de 2012, quando o presidente Hugo Chávez se reelege pela terceira vez, com uma acirrada competição com o candidato Henrique Capriles (CARDOZO 2013). A crise venezuelana não é só política, mas também existem críticas ao governo devido às falências do abastecimento para os produtos da cesta básica,

energia, materiais de construção, etc., além da insatisfação da população com os processos de expropriação durante todos os quinze anos da revolução bolivariana, e o baixo nível de crescimento da economia venezuelana somado a um crescente nível de inflação (MORILLO, 2010). Com a morte do presidente Hugo Chávez em 2013, e a posterior eleição de Nicolás Maduro, chanceler do governo Chávez entre 2006 e 2013, a situação na Venezuela somente ficou mais exacerbada, produzindo um cenário ainda maior de baixa governabilidade e fraqueza institucional, acompanhado de um aprofundamento do discurso nacionalista e maior militarização da sociedade venezuelana (CARDOZO 2013; JÁCOME 2014; JÁCOME 2011).

Referente à dimensão exterior da política venezuelana, a agenda entre 2010 e 2014 esteve definida pelo reestabelecimento das relações bilaterais com a Colômbia dentro do marco dos acordos recíprocos negociados entre os presidentes Chávez e Santos, o ingresso da Venezuela no Mercosul como membro pleno, mas também do enfraquecimento da sua imagem internacional, o aumento das tensões com os Estados Unidos e a diminuição da capacidade de influenciar na política regional via o baixo preço do petróleo e a crise interna (JÁCOME 2011; 2014).

Na agenda bilateral retratada pelas Memórias ao Congresso do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia (ver Anexo 3) se constata que o diálogo político e a restauração das relações diplomáticas recebem a maior parte da atenção no primeiro e segundo ano de administração de Juan Manuel Santos, e possivelmente também seja evidenciado pela nomeação da antiga embaixadora na Venezuela, María Ángela Holguín, como Chanceler. As relações diplomáticas são interrompidas em julho de 2010 e rapidamente reestabelecidas oficialmente em novembro do mesmo ano. O processo de negociação para normalizar as relações entre os dois países consistiu em dois encontros; um em Santa Marta em agosto –a poucos dias da posse do presidente Santos-, e o segundo em Caracas, em novembro. Duas declarações foram acordadas com diretrizes e condições para voltar à normalidade. A primeira seria a “Declaração de Princípios” mediante a qual acordaram relançar a relação bilateral restabelecendo as relações diplomáticas com base no diálogo transparente, direto, respeitoso e privilegiando as vias diplomáticas. Nesta declaração se estabelece que o diálogo entre as autoridades dos dois países buscaria garantir a permanência e estabilidade da relação bilateral, o estrito cumprimento do Direito Internacional, aplicando os princípios de não ingerência nos assuntos internos e de respeito à soberania e integridade territorial dos Estados. Acordaram a criação das seguintes cinco comissões de trabalho (COLÔMBIA 2011b):

- Pagamento das dívidas e impulso das relações comerciais.
- Acordo de Complementação Econômica entre os dois países.

- Desenvolvimento de um plano de trabalho sobre investimentos sociais nas fronteiras
- Desenvolvimento conjunto de obras de infraestrutura.
- Segurança.

O segundo instrumento assinado pelos presidentes Chávez e Santos seria a “Declaração de Miraflores”, na qual avaliam o progresso dos compromissos da reunião presidencial anterior e da reunião dos chanceleres e subscrevem a ata de compromisso do estabelecimento do Comitê Binacional Econômico e Produtivo, a ata de compromisso para a cooperação na luta contra o problema mundial das drogas, a ata de compromisso para a cooperação na construção da ponte internacional no setor de Las Tienditas, e a ata para o estabelecimento da Comissão Interministerial em Matéria de Turismo (COLÔMBIA 2011b).

Uma vez restauradas formalmente as relações diplomáticas entre os dois países, a agenda procurou avançar nos aspectos da complementariedade econômica e comercial e o pagamento das dívidas aos empresários colombianos; continuar com os projetos conjuntos de infraestrutura, como o gasoduto, os oleodutos e o fornecimento de energia elétrica e de combustíveis; e, por outra parte, potencializar o desenvolvimento das regiões fronteiriças. Assim, o diálogo político, os assuntos econômicos e comerciais, o desenvolvimento e outros assuntos das fronteiras constituíram o núcleo duro da relação bilateral durante o primeiro mandato de Juan Manuel Santos.

Somado àqueles aspectos, na agenda bilateral dos anos 2011 a 2014 se abordaram temas de segurança e luta contra as drogas –desde uma perspectiva de respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos da Colômbia, diferente à perspectiva de coordenação internacional que procurava o presidente Uribe-, turismo, cultura, cooperação agropecuária, controle do contrabando de combustíveis e roubo de veículos e mineração ilegal. Também, de forma unilateral, se reportam várias atividades de demarcação de limites e inspeções às fronteiras, em grande medida devido à deterioração dos marcos de fronteiras por causa das fortes chuvas de 2010-2011.

Com a crise política e social desatada no contexto dos comícios para eleger o Presidente da Venezuela em 2012, mas sobretudo depois da morte do presidente Chávez em janeiro de 2013, a Chanceler colombiana interviria no assunto como parte da Comissão de Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, conformada por ela e os chanceleres do Brasil –Antonio Patriota- e do Equador –Ricardo Patiño. A Comissão estaria encarregada de acompanhar os protestos nas ruas da Venezuela, as respostas do governo venezuelano e facilitar o diálogo para

a pacificação da situação. Durante o primeiro semestre de 2014 a comissão realizaria três reuniões para esses fins e reportaria aos seus governos e à UNASUL a situação entre o governo venezuelano e a oposição (COLÔMBIA 2014a; 2014b; OPEAL 2014). Isto pode ser interpretado também como um gesto do governo colombiano para manter boas relações com seu vizinho, se posicionar como mediador regional e defender a estabilidade política da Venezuela.

No entanto, em 2013, no meio da crise, o Presidente Santos recebeu também o líder da oposição venezuelana, o governador Henrique Capriles. O presidente Maduro acusou o governo colombiano de estar realizando coalizões com a oposição para desestabilizar o governo e de estar interferindo nos assuntos internos desse país, gerando mais um momento de atritos entre os dois países (VANGUARDIA 2013), que felizmente não chegou a maiores níveis e conseguiu-se continuar com o bom diálogo e relações que os dois países levam durante este período de governo. Porém, isto revela a desconfiança persistente no governo e as instituições colombianas apesar das tentativas por demonstrar-se um parceiro confiável.

Em relação aos sujeitos protagonistas das relações bilaterais durante este período é clara a atuação e o engajamento no nível político do presidente Juan Manuel Santos e da chanceler colombiana María Ángela Holguín, por um lado, e pelo outro do presidente Hugo Chávez e seu chanceler e posterior vice-presidente e presidente, Nicolás Maduro. Em um nível mais operacional aparecem outros ministros como Juan Carlos Pinzón e Carlos Mata Figueroa, pelas pastas de Defesa da Colômbia e da Venezuela, respectivamente, assim como os Ministros das pastas de comércio.

3.5. DETERMINANTES DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA NO GOVERNO DE JUAN MANUEL SANTOS (2010-2014):

Em concordância com o capítulo dois, prosseguimos a discorrer acerca de alguns aspectos críticos e determinantes para a condução da política externa colombiana, com base no encontrado ao longo dos casos de estudo para o período presidencial de 2010 a 2014. Parece-nos conveniente abordar o papel de Juan Manuel Santos como ex-ministro e presidente eleito, como ele imprime seu estilo pessoal mais pragmático e delegativo na condução das relações exteriores do país. Em segundo lugar, evidencia-se a rápida solução das crises diplomáticas com os países andinos, que se bem já tinham se realizado acordos para a normalização das relações no final do governo anterior, o governo Santos senta as bases para o estabelecimento de confiança e fortes compromissos entre os países envolvidos na crise. Também se evidencia

uma leitura de novos cenários da segurança na Colômbia, que para as políticas doméstica e externa permitem dinamizar e redimensionar as prioridades e estratégias do país. Por último, realizamos uma breve análise dos indivíduos mais decisivos para o quadriênio estudado neste capítulo.

3.5.1. Juan Manuel Santos como “ministro estrela” do último governo Uribe:

Como candidato, Santos empenhou-se em mostrar uma imagem de férreo seguidor do Presidente Uribe e das suas políticas, prometendo a continuidade das mesmas e se valendo dos logros alcançados durante sua passagem pelo Ministério da Defesa, que tinha lhe valido como endosso para lançar sua candidatura.

No entanto, quando eleito, Santos mostrou sinais de diferenciação no estilo e nas prioridades externas. Destacam-se a busca de uma parceria menos alinhada com os Estados Unidos, por meio do mecanismo do Diálogo de Alto Nível, a abertura de um novo capítulo nas relações bilaterais com ênfase na Democracia e os Direitos Humanos, parcerias de segurança hemisférica por triangulação da defesa, o compromisso de nacionalizar o Plano Colômbia, e temas como ciência e tecnologia, buscando consolidar as relações como “parceiros estratégicos” enquanto se busca menor dependência internacional desse país. Com a América do Sul, o governo Santos esforçou-se em ter um papel mais ativo nos campos político e econômico por meio de dois mecanismos: na UNASUL engajou-se na integração política e no bom diálogo regional, participou da Comissão de Ministros de Relações Exteriores que serviu como facilitador da crise interna venezuelana, e ocupou em 2011 e 2014 a Secretaria-Geral. No campo econômico acelerou a reforma da CAN e a criação da Aliança do Pacífico; interpreta-se que o novo governo compreendeu que seu modelo econômico não correspondia aos projetos regionais e optou por empreender uma integração aberta e flexível com países mais próximos ao modelo colombiano, como Chile, Peru e México (RAMÍREZ 2011a; 2012; ROJAS 2013).

Percebe-se também um esforço em reduzir o conteúdo *securitário* da política externa, no sentido de não colocar os temas relacionados com a segurança e a defesa e o conflito armado como núcleo central da agenda exterior, senão mostrar um país com vantagens econômicas e sociais para se fazer negócios (VARGAS *et al* 2012), especialmente na área de inovação e tecnologia, mas também com um perfil de país minerador e agroexportador (BONILLA 2011). A expertise colombiana no campo da segurança aparece como um tema que permanece, mas que difere do contexto anterior, se projetando como cooperante e não mais como ameaça que devia ser intervinda.

De forma geral, o Presidente Santos mostra um estilo mais liberal e reformista, mais conciliador e menos autoritário, reunindo elementos técnicos e de articulação política no seu gabinete (WILIIS *et al.* 2012). Isto é válido para os temas de política doméstica, nos quais têm se impulsionado reformas ao sistema educativo, a distribuição de terras e ao processo de reconciliação nacional e atenção às vítimas do conflito, mas também se reflete na forma de gerir as relações exteriores do país.

3.5.2. *Solução da Crise Regional na América do Sul:*

Um dos aspectos mais destacados da nova forma de conduzir as relações exteriores da Colômbia foi justamente o esforço ativo do governo Santos para reestabelecer e normalizar as relações diplomáticas, políticas e comerciais com seus vizinhos e principais parceiros comerciais, a Venezuela e o Equador.

Destaca-se que com o Equador já tinham se traçado os compromissos bilaterais da “*Hoja de Ruta*” desde 2009, mas de forma proativa o governo Santos impulsiona, renova e aprofunda os compromissos entre os dois países. O reestabelecimento das relações bilaterais foi menos politizado e exigiu garantias de não repetição dos atos que produziram a ruptura. Focou-se, de forma pragmática, na segurança e no desenvolvimento das regiões de fronteira, e também na resolução de aspectos polêmicos para a agenda dos dois países, como as fumigações aéreas e a situação dos refugiados colombianos no Equador.

Com a Venezuela, as relações foram bastante instáveis desde 2008, mas foi somente em julho de 2010 que se deu a suspensão das relações bilaterais, por causa das declarações do recém-eleito presidente, Juan Manuel Santos, acerca das ações militares que comandou como Ministro e do anúncio do Acordo de Defesa e Segurança com os Estados Unidos, que permitiria o estabelecimento das forças armadas desse país em sete bases militares colombianas. Nas reuniões de agosto e novembro de 2010 entre os presidentes Santos e Chávez se selaram compromissos políticos e pragmáticos baseados em um diálogo estreito para a articulação regional sem interessarem as diferenças dos projetos nacionais defendidos por esses mandatários para seus países.

Com a restauração de relações entre a Colômbia e a Venezuela procurava-se avançar na complementariedade econômica e comercial, dar continuidade aos projetos conjuntos de infraestrutura e fortalecer a cooperação em segurança, especialmente na luta contra as drogas, mantendo os princípios de respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de ambos países. Adicionalmente, a Colômbia serviu como observador da UNASUL para a reconciliação entre o governo e a oposição na crise venezuelana de 2013. Isto demonstrou o interesse na

estabilidade do regime político e dos processos sociais na Venezuela, assim como os bons ofícios do país como “amigo e parceiro”.

A reconciliação da Colômbia com seus vizinhos e a preocupação por manter boas relações com estes serviram como marco para a inauguração de uma nova etapa de integração sul-americana na qual a Colômbia poderia aportar e construir conjuntamente com a região. Considera-se que a reorientação que Santos deu na sua política externa para a América Latina volta ao que Carvajal (2009) considera como a “pragmatização e mercantilização” das relações exteriores da Colômbia, no qual a ideologia perde importância e os temas comerciais e de integração regional sobressaem.

3.5.3. “O Fim do Fim”, nova situação do conflito armado interno:

No final da presidência de Álvaro Uribe, falava-se nos círculos militares e políticos da Colômbia que o “fim do fim” (SEMANA 2009) dos grupos armados estava próximo, colocando a situação de superioridade do Exército e o recuo das guerrilhas a regiões de fronteira, obtidos pela estratégia de combate as guerrilhas da PSD, tal que para 2012 encontravam-se numa situação semelhante a do início da guerra de guerrilhas dos anos sessenta; não obstante, ainda continuavam com condições de subsistência para continuar no conflito (BATLLE *et al.* 2013).

O governo Santos reconhece, entretanto, no seu plano de desenvolvimento um novo cenário do conflito. Na *Política Integral de Segurança para a Prosperidade Democrática* (PISPD) indica avanços importantes na segurança do país durante os últimos oito anos (2002-2010), o enfraquecimento dos grupos armados e mudanças na economia ilegal que os alimenta, assim como aumentos na capacidade de corrupção dos grupos ilegais. Aponta também para a consolidação da paz como um esforço conjunto do Estado, sob a liderança do setor de defesa e segurança; traça um balanço entre a segurança interna e a dissuasão externa com “diplomacia para a segurança” como estratégia de defesa, e expõe que o objetivo geral da nova política de segurança é alcançar as condições para gerar uma *prosperidade democrática* (COLÔMBIA 2011a).

Por outra parte, especialistas apontam que o “fim do fim” não estava tão perto como o governo asseverava: em 2010 houve um incremento das ações armadas e uma reestruturação das FARC, uma sobrevalorização dos logros militares da PSD, desgaste das unidades das Forças Armadas colombianas, o ressurgimento e consolidação de grupos *neoparamilitares* em diversas regiões do país, e aumento das capacidades de corrupção das guerrilhas e outros grupos ilegais (EL TIEMPO 2011; GARCÍA 2008).

Em termos gerais, a PSIPD, do Presidente Santos, é mais ampla em temas, tem maior coerência e uma conceição integral dos esforços, mas ainda continua com os vazios estratégicos e problemas herdados da visão de segurança do plano anterior, além de desconhecer as dinâmicas urbanas, a situação da segurança cidadã e as novas problemáticas geradas pelas BACRIM ²⁴(LEAL 2011).

Da mesma forma como o cenário de “ameaça terrorista” e de “xeque ao Estado” determinaram a eleição de Uribe e seu projeto de *segurança democrática*, permitindo uma maior intervenção externa, uma dinâmica de conflito aberto e a *securitização* da política externa da Colômbia, o cenário de “fim do fim” das guerrilhas colombianas, a superioridade militar e melhoria das condições de segurança do país determinariam que o Presidente Santos apostasse por uma estratégia de segurança caracterizada pelo combate ativo e a consolidação das políticas anteriores, enquanto buscava outras formas para obter a paz e propor o projeto de *prosperidade democrática*. Como resultado evidencia-se uma tendência a *redomesticar* os assuntos relativos ao conflito, abrir o leque de opções temáticas da política externa, normalizar as relações com seus vizinhos e mudar a percepção externa sobre o país, e estabelecer as bases para a negociação com as guerrilhas e ressarcir as vítimas.

3.5.4. *Novas Dinâmicas Bilaterais com os Estados Unidos:*

A Colômbia de Santos tem mostrado esforços para diversificar as relações bilaterais com os Estados Unidos, partindo de uma postura de parceiros em igualdade de condições e não mais como receptor dependente da ajuda estadunidense (ROJAS 2013). Entretanto, argumentamos que se bem isto é do interesse pessoal do Presidente Santos e da sua equipe de governo, perante uma imagem de país próspero e emergente no sistema internacional, muito tem dependido também do enfoque que a política externa dos Estados Unidos dá à América Latina.

Se em mandatos anteriores os Estados Unidos interviram ativamente na vida política das sociedades latino-americanas e se estabeleceram como país hegemônico no hemisfério, com a administração Obama a política exterior para a América Latina dedicou-se a promover de forma suave oportunidades econômicas e sociais para o desenvolvimento desses países,

²⁴ As Bandas Criminosas (BACRIM) são um fenômeno de *neoparamilitarismo* na Colômbia que mostra as falhas dos processos de desarme e reconciliação com ex-membros dos extintos grupos paramilitares. Atualmente são um desafio para a segurança do país, pois sua reorganização vai além do combate irregular às guerrilhas e tem mais a ver com a continuidade dos negócios ilícitos e controle ilegal da população que essas organizações exerciam. Ver: PRIETO, Carlos (2013). “Las Bacrim y el crimen organizado en Colombia”. **Policy Paper** 47. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/09714.pdf>>.

fomentar a segurança cidadã e fortalecer as instituições democráticas da região. Isto significou uma menor presença política na América Latina e uma consequente série de respostas improvisadas às crises emergentes ao longo da região, como o acirramento da guerra das drogas no México, a fragilidade das instituições no Haiti, e as rupturas nos sistemas políticos de Honduras e Paraguai. Ademais, percebe-se também a diminuição da importância do país como parceiro comercial para os países latino-americanos (WHITEHEAD *et al.* 2012).

Colômbia manteve-se como o principal aliado estadunidense na região, no entanto, como afirmam Whitehead e Nolte (2012:4):

Colombia is the most important contrary case, but even here the increased self-confidence and autonomy of the authorities in Bogota seems likely to result in more international diversification rather than reinforced bilateral ties with Washington. Nonetheless, the Obama administration has fully endorsed the Colombian government's new peace initiative. A Republican administration could prove more hard-line in this regard. Moreover, it was under Obama that Congress finally approved the free trade agreements with Colombia and Panama.

Existem diferenças na condução da política externa dos Estados Unidos entre a era Bush e a administração Obama. Isto de forma geral repercutiu na relação bilateral com a Colômbia, sem deixar de lado, é claro, a parceria especial entre os dois países. Todavia, o menor interesse do governo Obama em ajudar na resolução do conflito colombiano e no problema das drogas e a avaliação de um bem sucedido Plano Colômbia tem permitido que o governo Santos assuma a *nacionalização* da estratégia de combate ao tráfico e os grupos armados, discuta o regime internacional de drogas com maior autonomia e se posicione como fornecedor de defesa através do *outsourcing* militar.

3.5.5. *Indivíduos Envolvidos e o Processo de Tomada de Decisão:*

Como expresso no capítulo anterior, a legislação e a tradição política da Colômbia outorgam a maior parte das responsabilidades da condução da política externa do país à figura presidencial (CASTILLO 2013). Isto permitiu que o Presidente Santos imprimisse sua própria visão às relações exteriores de uma Colômbia líder em temas de segurança e em um cenário de pós-conflito -e não mais como ameaça-, com uma economia sólida e amigável aos investimentos estrangeiros e o comércio internacional, integrada com seu entorno regional e protagonista na tomada de decisões multilaterais.

Eduardo Pastrana e Diego Vera (2013) qualificam o estilo *santista* de “delegativo” e isso se corrobora quando analisados os papéis dos diferentes indivíduos envolvidos com a execução das decisões de política externa na Colômbia durante os quatro anos do primeiro mandato. Da análise de indivíduos nos eventos das agendas bilaterais com os países estudados,

evidencia-se que o Ministério de Relações Exteriores, e sua Ministra, María Ángela Holguin, retomam a liderança da agenda externa. Também vê-se menções aos diferentes vice-ministros e delegados em comissões especiais com todos os casos, especialmente nas Comissões de Vizinhaça e Fronteira, que ganham destaque sobretudo após a recomposição das relações bilaterais com o Equador e a Venezuela. As missões diplomáticas também se mostram mais notórias e decisivas, percebendo-se uma descentralização das decisões. O Ministério da Defesa, apesar de ainda ocupar um papel central, perde destaque na política externa do país.

Coube ainda ao Presidente Santos a condução dos diálogos políticos de alto nível, o que, no caso dos Estados Unidos, percebe-se como uma tentativa de harmonizar a assimetria entre os dois países, enquanto com a Venezuela e o Equador serviu para reconfigurar as parcerias em diferentes campos por meio da confiança mútua entre os governantes.

Cabe ressaltar, como menciona Socorro Ramírez (2011a), que a nomeação de María Ángela Holguin como ministra das relações exteriores também significou uma mudança. Ela já tinha sido Embaixadora da Colômbia para a Venezuela durante os bons momentos de relação bilateral e renunciou ao cargo de Representante da Colômbia na ONU se opondo ao caráter *clientelista* e improvisado com que o Presidente Uribe dirigia as relações externas do país. Isto significou duas coisas: por um lado, a profissionalização e pragmatismo para o serviço externo; e por outro, a priorização dos temas sul-americanos para os quais a Chanceler era especialista. Ela seria então, em consonância com o Presidente, o indivíduo determinante na nova etapa das relações internacionais da Colômbia.

3.6. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA DO GOVERNO DE JUAN MANUEL SANTOS:

Em 2010, quando Juan Manuel Santos foi eleito presidente como sucessor de Álvaro Uribe, esperava-se a continuidade em todos os aspectos da política colombiana, sendo que aquele foi o “ministro estrela” do seu antecessor. No entanto, na prática, o governo recém-inaugurado procuraria se aproximar com a região, com uma política exterior mais diversificada, cooperativa e não combativa, dando prioridade à América Latina e ao Caribe como seu espaço natural de relacionamento (RAMÍREZ 2011a).

A avaliação que se faz da política externa atual da Colômbia é marcada pela tendência à *dessecuritização* da agenda, a priorização dos temas comerciais e a busca por espaços de liderança e ação internacional (PÉREZ *et al.* 2012). A Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP) simboliza o esforço da gestão Santos (2010-2014) em dar continuidade às políticas do governo anterior no campo da defesa e adaptar a estratégia nacional

a um novo cenário, considerando por um lado os avanços e fraquezas das instituições estatais em matéria de segurança e, do outro, a possibilidade de encerrar o conflito com as guerrilhas dado o sucesso que tem sido obtido no processo de negociação em curso. O objetivo principal dessa política consiste em “atingir as condições ótimas para garantir a prosperidade democrática e o progresso nacional” (COLOMBIA, 2011a: 31), além de estabelecer como propósito superior “Contribuir à governança democrática, à prosperidade coletiva e à erradicação da violência por meio do exercício da segurança e a defesa, a aplicação adequada e focalizada da força, e o desenvolvimento de capacidades mínimas dissuasivas” (COLOMBIA, 2011a: 31). Do anterior infere-se que o governo Santos se propõe –pelo menos no discurso- a dar um movimento nas políticas de segurança e defesa para servirem a um projeto político de “progresso nacional”, e não o oposto, como pode ser inferido na gestão anterior. Isto, reduzindo o caráter ofensivo da Defesa e usando o aparato da segurança como o suporte para manter a estabilidade política, social e econômica pela qual está passando o país; diferentemente da opção anterior, que, como já dito, tinha seu pivô central nas políticas de segurança e o resto da agenda de governo viria a ser o suporte.

No cenário doméstico as condições de segurança têm melhorado substancialmente nos últimos anos, porém, as ameaças e os cenários de atuação da defesa têm se transformado, se adaptando melhor ao entorno por uma causa regional do que por uma fonte interna (RESDAL 2012: 169). Durante a gestão Santos, a força pública tem combatido fortemente os grupos insurgentes ao tempo que incrementa os esforços de diálogo com as FARC e o ELN. A captura de vários narcotraficantes de porte médio e o contínuo enfraquecimento das guerrilhas é prova disso. Contudo, as chamadas Bandas Criminais (BACRIM), uma sorte de reaparecimento do fenômeno *narcoparamilitar*, permanecem como um dos maiores desafios, embora tenham-se reduzido desde sua reaparição (BORDA *et al.* 2013).

Alguns dos sucessos da PISDP e da política externa do governo Santos têm sido, fundamentalmente, a melhora nas relações com os vizinhos -que por sua vez têm levado a maior cooperação para combater o crime transnacional-, a separação das estratégias dependendo do tipo de ameaça, o empreendimento de uma ofensiva conjunta contra as BACRIM e proposição de um cenário de pós-conflito. Entretanto, também se reconhece como erros ter permitido as guerrilhas se reorganizarem e a ausência de canais de comunicação com diversos grupos da sociedade civil (tais como lideranças indígenas, ONGs, etc.), que por vezes acabam dificultando as operações militares e policiais (PABÓN 2012).

Para o analista Vicente Torrijos (2011), um aspecto importante da segurança e da defesa na transição das políticas de Uribe às de Santos é o alto grau de consenso político e social ao

redor da ameaça que representam os grupos armados às margens da lei (guerrilhas, BACRIM, carteis de droga, etc.), o que tem permitido o avanço, a consolidação e o sucesso da PSD, podendo construir e adaptar um quadro estratégico para enfrentar essas ameaças de um jeito sustentável, em contraste com o curto prazo e a improvisação dos períodos anteriores. Ele também afirma que o sucesso das políticas de segurança e defesa nos últimos períodos de governo (desde Uribe em 2002 até hoje) se deve ao que chama de “flexibilidade adaptativa”, o que não supõe inalterabilidade, senão adaptação do aparato estatal seguindo diretrizes específicas de confrontação direta.

Ao que parece, a reflexão em torno de um cenário de pós-conflito com maior estabilidade social, política e econômica fez o governo Santos assumir uma postura internacional menos autocentrada e, pelo contrário, querer participar com maior protagonismo dos jogos do poder regional e mundial, projetando o país como um parceiro estratégico com expertise no combate ao tráfico e a construção de condições de paz.

Dessa forma, tal como relata Leonardo Carvajal (2012), desde que Santos assumiu a presidência da Colômbia acontecem uma série de eventos que fazem pensar que o país se posiciona como mediador dentro das Américas, sem esquecer sua tradicional e fortalecida relação com os Estados Unidos e o novo ar nas relações com o âmbito regional. Como exemplos se encontram o esforço conjunto de Santos e Chávez para que Honduras retornasse à Organização dos Estados Americanos (OEA) e reestabelecesse sua democracia, a organização e sucesso da Cúpula das Américas de 2012 em Cartagena como fórum de diálogo político interamericano, a iniciativa de mediação no Oriente Médio por meio de seu assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, a Secretaria Geral da UNASUL, etc. Além do mais, se defende que a Colômbia pode ocupar esse papel na América Latina por fatores como sua posição geográfica, sua biodiversidade e riqueza cultural, tomando a orientação da política externa turca como referência. Parte desse novo posicionamento passa pela presença do país na Aliança do Pacífico, no qual procura um espaço de inserção na economia global apresentando-se como economia emergente com crescimento sustentado e não revisionista do sistema internacional, assim como pelas iniciativas de adesão à OCDE e à OTAN, se mostrando como global player.

No discurso de mudança do presidente Santos evidencia-se o otimismo de um país que supera muitas das dificuldades passadas que faziam com que fosse avaliado como *Estado Falido* e passe a ser visto como uma *Potência Média* capaz de ser interlocutor entre as diferentes orientações políticas presentes na região.

De fato, o Fundo para a Paz (FFP), organismo que anualmente desenvolve o índice de Estados Frágeis –anteriormente “falidos”-, apresenta um decréscimo constante no índice colombiano, avaliando o país no status de “advertência alta” e não mais como “alerta”, passando da posição 14 à 60 entre 2005 e 2014 (FFP 2005; 2014).

Apesar dos esforços de Santos para diversificar e *dessecuritizar* as relações exteriores da Colômbia e trazer o país para mais próximo da arena política Sul-Americana, persiste a tendência de dependência “racional” e assimétrica com os Estados Unidos. Vê-se mudanças na forma, mas apenas algumas ações pontuais e em menor nível no conteúdo. Embora possa se afirmar que existem novas prioridades na agenda externa, como a relevância das relações comerciais e a busca de liderança em novos espaços multilaterais, a Missão de Política Externa 2009-2010, comissionada a diversos experts e observadores da política colombiana (BORDA et al. 2011), mostra que as mudanças já estavam operando dentro da burocracia colombiana desde antes que o governo Santos tomasse posse.

CAPÍTULO QUARTO

Vivendo com os Vizinhos: Análise dos Reposicionamentos da Política Externa da Colômbia

Até este ponto temos nos dedicado a expor e analisar por separado os detalhes das relações bilaterais entre a Colômbia e os quatro países selecionados, as determinantes do comportamento externo do país sob o comando de dois governos diferentes, os principais indivíduos que participaram nos eventos bilaterais e breves análises da política externa em geral dos governos Uribe e Santos.

Neste capítulo procedemos à comparação das trajetórias traçadas nos capítulos anteriores procurando estabelecer as semelhanças e diferenças que receberam as relações exteriores da Colômbia nos dois governos. Isto é, compararemos os eventos bilaterais com os diferentes países, as determinantes da condução das relações exteriores e concluiremos analisando os diferentes níveis em que as mudanças apontadas na política externa têm ocorrido.

Por último, passaremos a analisar os principais reposicionamentos que a política externa colombiana tem comportado com a troca de governo –e de governantes- e seus efeitos para as relações com os casos analisados. Assim como explicar a relação entre os determinantes dessa mudança –como fatores causais da mesma- e os resultados que eles têm produzido.

Este capítulo encerra a parte densa do trabalho, para posteriormente analisar os aspectos de segurança dentro das agendas dos governos abordados no estudo e observar como tem ocorrido o movimento de tendência *dessecuritizadora* da política externa da Colômbia.

4.1. VARIAÇÕES NAS RELAÇÕES BILATERAIS:

Nesta seção analisaremos as variações ocorridas nos eventos das agendas bilaterais da Colômbia com os casos considerados. Observar-se-ão os cursos que as agendas tomaram durante os oito anos do governo Uribe e os quatro do Santos.

4.1.1. *Relações com os Estados Unidos:*

Em primeiro lugar, com os Estados Unidos havia, no governo Uribe, uma agenda focada em três eixos principais: segurança, comércio e coordenação em assuntos multilaterais. O primeiro, com ênfase à segurança do país e à luta contra o *narcoterrorismo*, é evidenciado pelo volume da ajuda estadunidense para o país com a implementação do Plano Colômbia (e a renovação e consolidação do mesmo), o programa de interdição aérea para combater o tráfico de drogas, o apoio à PSD, as operações antinarcóticos e de erradicação de cultivos ilícitos apoiada pelos Estados Unidos, o apoio ao processo de desmobilização das AUC e à Lei de Justiça e Paz e o fortalecimento das instituições estatais e de defesa, entre outros. O eixo referente ao comércio centrava-se na negociação das preferências tarifárias do ATPDEA não permanentes frente à difícil negociação do TLC, cuja aprovação só seria bem-sucedida no governo Santos; vê-se também um grande esforço por atrair investimentos de empresas norte-americanas e assegurar as condições no país para o estabelecimento desses investimentos. No terceiro eixo, relacionado à coordenação em assuntos e espaços multilaterais, vemos um reforço do alinhamento político da Colômbia com os Estados Unidos, materializado nas posições conjuntas tomadas no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na OEA e no BID, principalmente. Cabe dizer que, dos três eixos essenciais aqui descritos, a segurança é o carro-chefe da relação, sendo que os outros dois são suporte para a condução da agenda.

A agenda bilateral do governo Santos manteve, à sua maneira, esses eixos centrais de condução. No entanto, há diferenciações de abordagem. Ambas as partes apontam para um cenário de segurança distinto ao do começo da ajuda via Plano Colômbia. Nesse sentido avaliam um cenário de estabilização da ameaça terrorista e de consequente repasse dos programas ao governo colombiano; o trabalho conjunto em temas de segurança se dá de forma mais institucionalizada e menos improvisada no marco do SCCG, referindo-se à nacionalização e exportação do modelo colombiano de combate às ameaças do narcotráfico e ao terrorismo; - de certa forma, isto significa uma cooperação da Colômbia *para fora* como *outsourcer* de defesa para outros pontos no hemisfério. Há uma nova perspectiva apontada para o pós-conflito, na qual se discutem temas de cooperação bilateral para o processo de paz, a reparação das vítimas e a restituição de terras para a reconciliação nacional. Por outro lado, surpreendem as divergências colocadas pelo Presidente Santos referentes à discussão do Regime Internacional

de Combate às Drogas, no qual ele advoga a flexibilização, enquanto o governo dos Estados Unidos insiste na repressão como crime transnacional²⁵.

Nos temas comerciais, há uma diferença marcada por dois momentos: no primeiro pauta-se a prioridade pela prestação de contas e o seguimento às condicionalidades dos Estados Unidos para aprovar o TLC. No segundo momento, os temas comerciais quase desaparecem da agenda, estando reduzidos à negociação e aprovação rápida de acordos complementares ao TLC, como o Acordo de Meio Ambiente.

No terceiro eixo da agenda, cabe mencionar o caráter menos “submisso” da Colômbia, que procura se inserir como ator autônomo com convergência de interesses em novas ambiências multilaterais, como o TPP e a OCDE. O papel dos Estados Unidos é de alavanca e parceiro da Colômbia na sua busca por projetar sua importância e influência. A iniciativa *Caminhos para a Prosperidade nas Américas*²⁶ serviu também como espaço de cooperação hemisférica para melhorar as condições econômicas e sociais da população no continente, assim como oportunidade de destaque para a Colômbia como potência intermediária na região.

Além das diferenças de abordagem dos temas e agendas entre os dois governos, há outros aspectos que merecem destaque: em primeiro lugar, com Uribe percebe-se um alto nível de convergência ideológica e política com o governo Bush e, como mencionado, uma postura “subordinada”. Deu-se um alinhamento estratégico e político e uma aliança incondicional entre ambos os governos. Todavia, Santos procurou elevar o diálogo político a um patamar de igualdade – e não de subordinação-, assim como ampliar o escopo da agenda além dos temas tradicionais dentro dos eixos mencionados, tais como Direitos Humanos, Democracia,

²⁵ Santos afirma que a Colômbia não liderará nem impulsará uma iniciativa unilateral de mudanças na abordagem do regime internacional de combate às drogas, mas sustenta que o país tem a autoridade moral para abrir o debate. Já outros mandatários e figuras de relevância política da região tem se manifestado contra as atuais políticas de combate, argumentando que a legalização de alguns tipos de drogas poderia ajudar a reduzir os índices de violência relacionada com esse problema, e dar maior controle sobre esse mercado aos Estados. A discussão passa também pela postura de “cenário de pós-conflito”, na qual os assuntos de drogas e conflito armado deveriam estar desligados. Ver: <http://opeak.net/index.php?option=com_content&view=article&id=454:legalizacion-de-la-droga-iabriendo-el-debate&catid=100:situaciones-a-observar&Itemid=139>. Para Santos, existem cinco princípios que deveriam marcar o debate pela flexibilização do regime, eles são: a contenção, a ênfase nas pessoas, a visão de longo prazo, menor relevância dos meios coercivos, e procurar novas saídas. Ver: <<http://www.eltiempo.com/politica/justicia/analisis-de-la-legalizacion-de-las-drogas-en-colombia/14414377>>.

²⁶ A Iniciativa *Caminhos para a Prosperidade nas Américas* funciona como mecanismo de diálogo entre os governos dos países membros para compartilhar experiências e práticas e promover o crescimento inclusivo, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável em torno de quatro pilares: o empoderamento das micro, pequenas e medianas empresas, a facilitação do comércio e a competitividade regional, o desenvolvimento de uma força de trabalho moderna, e as práticas empresariais sustentáveis e a cooperação ambiental. A iniciativa é um fórum de diálogo tripartito entre o BID, a OEA e a CEPAL. Como mecanismo de diálogo multilateral avaliamos que seus resultados têm sido pobres e mais aparentes do que efetivos, e parece uma reedição da antiga *Aliança para o Progresso*, sem os impactos de modernização que ela deixou. No caso colombiano a iniciativa serve como plataforma discursiva do caminho que o país empreenderia no plano internacional, assim, é relevante para manter o discurso mas ainda não se traduz em resultados macro concretos.

Trabalho, Migrações, Energia, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia. Cabe mencionar que isto foi possível graças ao pouco direcionamento dos Estados Unidos para América Latina no governo Obama e que, enquanto Colômbia permanece como um dos principais aliados dos Estados Unidos, a relação perdeu o fôlego que teve com a administração Bush.

Em segundo lugar, enquanto Uribe foi o principal ator e condutor das relações bilaterais durante o seu governo, com algumas interações dos seus principais ministros que lhe serviram como assistentes, especialmente os de Relações Exteriores e de Defesa, com Santos a agenda foi conduzida principalmente por representantes diplomáticos, principalmente entre o Ministério de Relações Exteriores e a Secretaria de Estado em temas mais abrangentes como os acima ditos. Coube ao Presidente um papel secundário, principalmente no Diálogo Político entre os dois países. Os agentes de segurança dos dois países aparecem com menor frequência e só para aspectos pontuais da cooperação bilateral.

Assim, nos dois períodos identifica-se uma relação privilegiada com os Estados Unidos para o governo colombiano, porém com distintos objetivos: para Uribe a relação baseou-se nos tópicos de segurança como resposta aos problemas do narcotráfico e às conexões desse problema com os grupos armados ilegais como ameaça ao Estado; para Santos, no entanto, busca-se trabalhar como parceiros globais nos mais diversos temas, de forma mais institucionalizada e propositiva, e menos personalista. As mudanças de Santos, contudo, avançam a passo lento.

4.1.2. *Relações com o Brasil:*

Durante o período Uribe as relações entre a Colômbia e o Brasil foram marcadas pela ambivalência entre as diferenças ideológicas e os temores mútuos, de um lado pela intervenção dos Estados Unidos, os efeitos do Plano Colômbia e uma possível internacionalização da Amazônia, e do outro pela suspeita de um possível alinhamento do Brasil com a Venezuela em busca da legitimação das guerrilhas como atores políticos. Também houve uma intensa aproximação baseada na cooperação em segurança, o interesse brasileiro de expandir suas parcerias geoestratégicas e a convergência em incrementar o comércio e os investimentos em ambos os países (RAMÍREZ 2009).

A agenda bilateral, como já visto, foi principalmente articulada nos temas de fronteira, com destaque para as pautas de luta contra o narcotráfico e o terrorismo, a cooperação no marco do SIVAM/SIPAM e a coordenação para a segurança fronteiriça, mas, sobretudo, os esforços para buscar a complementaridade comercial e a integração de infraestrutura, temas nos quais

os dois governos trabalharam arduamente e conseguiram atingir bons níveis de intercâmbio²⁷ e investimentos recíprocos, máxime nos setores de energia, aviação e mineração.

Com o governo Uribe as relações também tiveram marcada coordenação multilateral em iniciativas da IIRSA, na OIC, na ONU e na UNASUL, sendo que a maioria foram propostas brasileiras com o apoio da Colômbia, ainda que sem engajamento por completo. Nestes períodos se destacam, além do mais, as reuniões de altos mandos militares, membros dos Ministérios da Defesa e de Relações Exteriores em repetidas ocasiões das quais resultaram cooperações de segurança nas zonas de fronteira, troca de informações de inteligência e negócios, como o fornecimento de equipamentos para a Força Aérea Colombiana pela EMBRAER. Também se destaca a ênfase na cooperação técnica do Brasil para a Colômbia em diversas áreas.

Entretanto, Santos e Rousseff estabeleceram uma relação bilateral pautada por algumas mudanças e continuidades. A visita oficial de Santos ao Brasil, poucos dias depois da sua posse como Presidente, foi um intento de se aproximar do Brasil como ponte para superar o isolamento regional e restaurar as relações com seus vizinhos. O governo brasileiro, por sua parte, percebe um melhor ambiente doméstico da Colômbia e na região para suas relações com o país, podendo convergir em alguns dos seus objetivos de política externa –ênfático no papel da UNASUL e no interesse do novo governo colombiano em participar mais ativamente nesse organismo- e ampliar a agenda entre os dois países a temas como educação, transferência de tecnologia e proteção ambiental, para além dos tópicos com os quais as relações eram conduzidas anteriormente.

Assim, a agenda bilateral da era Uribe focou-se nos temas de fronteira e segurança das fronteiras, o interesse recíproco pela parceria comercial e a coordenação multilateral, enquanto que no governo Santos encontramos três eixos principais da agenda: um baseado no diálogo

²⁷ O crescente intercâmbio comercial entre os dois países é demonstrado pelos níveis do saldo comercial expansivo, embora deficitário para a Colômbia. Com base em cálculos do Departamento Administrativo Nacional de Estatística –DANE, tem-se que em 2002 o saldo foi de US\$ 487,4 milhões absolutos com déficit para a Colômbia, correspondentes a US\$ 641 milhões de importações de produtos brasileiros e US\$ 153,6 milhões de produtos colombianos exportados ao Brasil; ao término do governo Uribe, em 2010, o saldo comercial foi de US\$ 1.254,7 milhões absolutos, com importações de US\$ 2.370 milhões. Se bem o intercâmbio foi sempre crescente, destaca-se o salto de 2004 para 2005, passando de US\$ 750 milhões para US\$ 1.131 milhões, em termos absolutos. O ponto máximo ocorreu em 2007, correspondendo a um total da corrente de comércio de -US\$ 1.779 milhões, dos quais US\$ 2.394 milhões foram importações com origem no Brasil. Atualmente, o saldo tem decrescido chegando aos US\$ 679,2 milhões absolutos com importações do porte de US\$ 2.258 milhões, embora entre 2009 e 2012 tenha havido um crescimento acelerado das importações de produtos brasileiros, chegando a um máximo de US\$ 2.851 milhões com saldo comercial de -US\$ 1.428,6 milhões. Cabe anotar que o Brasil se coloca na quinta posição dos países de origem das importações colombianas e na décima colocação do destino das exportações. Fonte: DANE: Saldo Comercial, disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/comercio-y-servicios/comercio-exterior/balanza-comercial>>. Importações, disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/comercio-y-servicios/comercio-exterior/importaciones>>; Recuperados em: 04/02/2015.

político bilateral, na diversificação da agenda e na concertação multilateral; outro em que se busca aprofundar e expandir a atividade econômica e comercial recíproca, e um terceiro trabalhando no desenvolvimento e segurança das regiões fronteiriças. Os acordos da Declaração de Brasília²⁸ dão evidência dessas continuidades no meio das mudanças: fala-se sobre a cooperação policial para a contenção de ilícitos, a cooperação técnica em defesa, fortalecimento do desenvolvimento e intercâmbio na fronteira de Letícia-Tabatinga, incentivos à pesquisa e ao aumento da oferta educativa nos dois países, biocombustíveis, etc.

Duas diferenças gritantes entre os dois governos são evidentes para o caso da relação com o Brasil. A primeira é o papel que tem os Presidentes na condução da mesma. Enquanto Uribe e Lula foram os grandes protagonistas dos eventos na agenda de 2002 a 2010, com Santos se “descentraliza” a atuação bilateral, deixando aos Ministérios de Relações Exteriores a liderança dos temas políticos e técnicos entre os dois países.

A segunda é dos objetivos que se procuram alcançar e os mecanismos utilizados ao se relacionar com o Brasil. Uribe pretendia ter uma “parceria especial” entre os dois países por meio de acordos de cooperação, rodadas de negócios bilaterais e entendimentos diplomáticos; entretanto, Santos busca aprofundar a relação bilateral por meio do diálogo político ao tempo que se equilibra entre a aproximação cooperativa na região, para se inserir melhor na mesma, e o contrabalanceamento estratégico para buscar espaços próprios de liderança via Aliança do Pacífico, CAN e a própria UNASUL, reconhecendo sua inferioridade material e política. Reforça-se ainda a ideia de desconfiança mútua, embora se perceba melhora neste aspecto. Esta de certa forma é também a estratégia que o país utiliza com os Estados Unidos, como bem lembra Socorro Ramírez (2011a).

Assim, evidencia-se, enfim, uma preocupação do governo Santos em ampliar o escopo da agenda colombo-brasileira pelo caminho de uma crescente cooperação e diálogo político, ainda que com menor número de encontros no período, em temas além da segurança, que continuam sendo prioritários mesmo que em menor nível. O governo colombiano toma o exemplo de desenvolvimento social do Brasil como referência em alguns aspectos, coloca as questões do próprio desenvolvimento no topo da agenda, ao tempo que mantém e aprofunda nos tópicos das agendas anteriores, enquanto marca distancia ao seu projeto de potência. A nova agenda colombo-brasileira mostra continuidades e mudanças, mas também contrastes e

²⁸ A Declaração de Brasília foi o documento conjunto assinado pelos chanceleres Maria Ángela Holguin e Antonio Patriota em 2011, do qual se desprendem acordos em temas de educação, ecologia e desenvolvimento sustentável, segurança multidimensional e barreiras não-tarifárias ao comércio. Ver Anexo II.

ambivalências, assumindo uma postura de concorrência e complementariedade na arena política sul-americana.

4.1.3. *Relações com o Equador:*

O caso equatoriano é o que evidencia maiores mudanças dos quatro casos estudados na transição dos governos Uribe para Santos. No primeiro, a relação esteve marcada por crises constantes entre Bogotá e Quito, sendo possível, como sugere Ramírez (2009), dividir esse período em dois momentos: até 2008 existiu um diálogo fluído, apesar das problemáticas do conflito armado colombiano que surtiam efeitos diretos e indiretos no Equador, como as massivas migrações, produto do deslocamento forçado por grupos armados na Colômbia e a crise humanitária desse país de forma geral, as fumigações de cultivos ilícitos em zonas limítrofes e a presença de grupos guerrilheiros nas fronteiras. Esses fatores geravam constantes atritos entre os governos dos dois países, mas, a partir de 2006, esses incômodos na fronteira norte do Equador foram escalando até a incursão militar da *Operação Fénix* no território equatoriano em 2008, quando sopitou a paciência das autoridades *quitenhas*, rompendo todos os vínculos com seu vizinho.

O segundo momento foi pautado pela ausência de relações bilaterais e aumentou a percepção no Equador de ameaça, menosprezo e arrogância do governo colombiano, como relata Egas (2009). Alegava-se que a principal causa da escalada do conflito seriam justamente as ações empreendidas com o Plano Colômbia no seu componente militar e se responsabilizou o governo colombiano pela deterioração da relação bilateral, diante da negligência do governo colombiano em responder aos questionamentos e reclamações colocadas pelo governo equatoriano.

Todavia, com Santos percebe-se o sentido de urgência colocado para restaurar as relações com o Equador, embora a eleição do mesmo para a presidência tenha sido um fator de desconfiança *per se*. No entanto, destaca-se o esforço do novo governo em se reaproximar e normalizar os vínculos entre os dois países, sendo esta a prioridade primeira da política externa colombiana no início do mandato.

O Equador de Rafael Correa -eleito em 2006- mostra uma rara estabilidade política e econômica, com novas dinâmicas sociais voltadas para um projeto *neo-desenvolvimentista* de *Revolução Cidadã* –como é conhecido o projeto político da Aliança País, partido de governo no Equador até hoje, apontando na política doméstica a resolver os problemas de pobreza estrutural e baixa competitividade econômica. Por esse motivo, a política externa equatoriana tem focado em defender a soberania, além de aprofundar e acelerar os processos de integração

com a América Latina, ao tempo que busca se distanciar dos Estados Unidos para diminuir a dependência que julga danosa com esse país. Há ainda uma forte ênfase na proteção do meio ambiente e nos direitos dos migrantes (MALAMUD *et al.* 2009; ZEPEDA *et al.* 2011).

As relações entre a Colômbia e o Equador passaram então de uma relação conflituosa à promoção do diálogo aberto e transparente entre os dois governos por meio dos Gabinetes Binacionais, o fomento de medidas de confiança através dos trabalhos retomados nas comissões bilaterais, e a cooperação em temas de segurança fronteiriça, referidas à luta contra o narcotráfico e as ações terroristas, o combate à mineração, pesca e tráfico de hidrocarbonetos de forma ilegal, assim como acordos para discutir as fumigações aéreas de cultivos de coca. Todos esses aspectos dão conta de desafios inconclusos que travam as boas relações e que condicionam a renovação dos vínculos entre os dois países e seus governos para poder avançar a outros temas. Cabe ressaltar, ainda, que no final do primeiro governo Santos evidencia-se uma volta rápida e positiva ao nível com que eram conduzidas as relações bilaterais no começo do primeiro governo Uribe, avanços nos temas de refugiados e uma relação comercial crescente, chegando a um recorde histórico de U\$ 1.119,3 milhões de saldo para a Colômbia, com exportações U\$ 1.974,7 milhões em 2013, segundo dados do DANE (2014a; 2014b <online>).

Por último, outra das diferenças mais marcantes tem a ver com a forma como foram conduzidas as relações: no fim do governo Uribe distingue-se uma baixa proatividade para tratar a agenda colombo-equatoriana e resolver a crise binacional no pós 2008, assim como reticências de negociar as condições postas pelo Equador para retomar as relações bilaterais, apesar da *Hoja de Ruta* que estabeleceram para tal fim. Santos mostra um sentido de urgência para recompor as relações, cumprir os compromissos pactuados e incentivar a confiança da sua contraparte; os Presidentes e Chanceleres de ambas as nações são as principais cabeças do diálogo para a restauração das relações e o aprofundamento da agenda bilateral.

4.1.4. *Relações com a Venezuela:*

Se o caso do Equador se reportava como o que exigia maiores mudanças, o caso Venezuelano mostrou-se como o mais crítico e contrário à Colômbia. Em primeiro lugar, deve-se lembrar de que, com a ascensão do Presidente Chávez e do projeto *bolivariano* na Venezuela, ocorreram reformas institucionais e sociais relevantes para esse país. Os governos venezuelanos tinham se mostrado solícitos com as questões do conflito colombiano e entusiastas das parcerias regionais e dos projetos bilaterais com seu vizinho. Chávez manteve esse impulso inicial, e em termos gerais orientou a política externa venezuelana às boas relações de vizinhança, grandes projetos de cooperação multilateral e o aceleração da integração latino-americana, ao tempo

que redefiniu o escopo da defesa desse país, visando à convivência pacífica com a região toda e entendendo que a única ameaça externa do seu país seriam os Estados Unidos.

As relações com a Colômbia, no ponto de início do governo Uribe, estiveram marcadas de forma geral, como visto anteriormente, pelos temas de limites e desenvolvimento das regiões de fronteira, as relações econômicas e o comércio, as preocupações com o Plano Colômbia, o combate à produção e tráfico de drogas, e a presença dos Estados Unidos na região. Pode-se, ainda, delimitar quatro momentos importantes na relação bilateral, como demonstrado por Ramírez (2008) e por Rosero (2010): entre 2000 e 2004 encontramos a Venezuela aparentemente neutra em relação ao conflito interno colombiano, mas com uma legitimação tácita aos grupos guerrilheiros, com fortes dúvidas acerca dos objetivos militares do Plano Colômbia e da cooperação com os Estados Unidos, embora existisse um diálogo fluido, cooperação bilateral estável e um significativo intercâmbio comercial. Entre 2005 e 2007, a partir da crise emergida pelo caso de Rodrigo Granda, houve uma pequena quebra de relações que, ao ser resolvida, abriu campo para uma ampla cooperação e integração, especialmente nos aspectos de energia, rodovias binacionais e complementação econômica, assim como na facilitação do acordo humanitário com as FARC, embora não tenham produzido resultados extraordinários devido ao curto período em que isto ocorreu, finalizando justamente com o descredenciamento do Presidente Chávez como facilitador desse acordo. No período de 2007 a 2008 a constante foi o escalonamento de tensões diplomáticas e de acusações entre os dois presidentes. A Venezuela outorgou status de beligerância às FARC, legitimando-as como ator político, e, com as desavenças dos resultados da *Operação Fénix*, o governo Chávez congelou as relações e mobilizou tropas para a fronteira em caso de retaliações. O quarto momento vai de março de 2008 até o final do governo Uribe, marcado pela inexistência de relações com a Colômbia e as tentativas falhas de reestabelecer o diálogo.

A agenda colombo-venezuelana que Santos recebe é nula, e então empreendem-se ações para o reestabelecimento expedito das relações bilaterais e a negociação de acordos recíprocos que cimentem a confiança no novo governo da Colômbia, com acentuado destaque para o diálogo político e os compromissos transparentes, diretos e respeitosos, com privilégio para os mecanismos diplomáticos regulares. As declarações de princípios e de Miraflores demarcam os eixos que os dois governos traçam como condicionantes para reinaugurar as relações. Eles se referem ao pagamento de dívidas, acordos de complementação econômica, investimentos sociais para o desenvolvimento das populações nas fronteiras comuns, infraestrutura, segurança, cooperação na luta contra as drogas, e turismo. Uma vez alcançada a restauração formal das relações, retomam-se os projetos de infraestrutura que foram suspensos, procuram

aprofundamento do diálogo político e a potencialização do desenvolvimento nas regiões de fronteira.

Assim, enquanto Uribe procurava coordenação com a Venezuela na luta contra o narcotráfico e o terrorismo sem considerar as evidentes diferenças de projetos e interesses políticos, Santos procura a cooperação com iniciativas que poderiam ter dado certo no passado, o acompanhamento venezuelano ao conflito deixando claro seu desejo de a Venezuela não ter ingerência nos assuntos internos, e uma relação política de respeito mútuo aceitando as diferenças dos projetos nacionais promovidas pelos respectivos governos em cada país.

Com Santos também se apresentaram crises de curta duração e sem maiores impactos no andamento das relações, como a acusação do governo colombiano estar conspirando com a oposição venezuelana para desestabilizar o governo desse país, para a qual Santos renova seus votos de confiança mútua e demonstra-se um parceiro dos interesses venezuelanos e de não ingerência no processo político venezuelano, ao mesmo tempo que busca uma saída multilateral no âmbito da UNASUL para a reconciliação e superação da crise política de 2013.

A maior diferença é então de condução e objetivos, não de conteúdo ou programas. Por essa razão, os papéis que tiveram mais relevância se mantiveram, tendo protagonismo os Presidentes e Chanceleres, os indivíduos que desempenhavam esses papéis marcaram a diferença. Sendo que o segundo –Santos- procurou manter relações movidas pelo interesse político pela estabilidade das relações com esse país como ponte para as boas relações com a região, sem dizer a respeito da ideologia.

4.2. INFLEXÕES NAS DETERMINANTES:

Tomando como base as análises dos principais fatores determinantes para os dois governos examinados anteriormente, procura-se aqui comparar como ocorreu a inflexão das condições que definiram as decisões e ações de política externa para cada governante. Distinguímos três níveis de determinantes nos quais se encaixam os aspectos que evidenciam que as mudanças da política externa colombiana entre os dois governos não são uniformes, senão pelo contrário, aconteceram em diferentes escalas e por diferentes motivos. São elas então agrupadas em *determinantes individuais*, *determinantes domésticas* e *determinantes internacionais*. Comprova-se aqui então parte do modelo de análise proposto com base às dinâmicas causais de mudanças de política externa de Gustavsson (1999) e na análise de determinantes e condicionantes da tomada de decisões em política externa de Stein (2006).

4.2.1. *Determinantes Individuais:*

Como já expressado antes, o sistema político colombiano encarrega à figura do Presidente da República a autoridade e responsabilidade para a condução das relações exteriores e da política externa do país, sendo então estruturalmente *presidencial*. Dessa forma, quem ocupa o cargo tem um peso considerável na tomada de decisões para esta política. Os governos de Uribe e de Santos não foram a exceção a essa regra, embora os dois tenham tomado caminhos diametralmente diferentes.

Quando Álvaro Uribe assume a presidência mantém a orientação de política externa do seu antecessor ao ser conveniente para seu projeto político; busca aprofundar a estratégia de “internacionalização do conflito” com privilégio para os aspectos que poderiam ser vinculados à PSD. O perfil da diplomacia muda, no entanto. Uribe possui a imagem de um político determinado e de figura de autoridade, ao tempo que consegue a simpatia popular como uma pessoa simples e patriótica que espelha um camponês do interior colombiano, que pode fornecer proteção estatal para a população e melhorar as condições de insegurança (ARIAS *et al.* 2009). Na região, não obstante, a imagem que deixou o Presidente Uribe é de um mandatário pouco propenso ao diálogo, e sim a impor sua vontade e agir unilateralmente.

Em contrapartida, Santos pode ser visto com duas faces: como candidato declarava-se um férreo devoto das políticas *uribistas* e do projeto de segurança em curso. Possuía a memória de “mão direita” do Presidente que lhe assegurou a eleição. A face do Presidente colocou de manifesto um político liberal que advogava pelo caminho da *Terceira Via* ao estilo de Tony Blair na Inglaterra (RODRÍGUEZ 2014).

Santos mostrou uma clara diferenciação da sua visão sobre os principais problemas do país, a forma de resolvê-los e da projeção que o país devia dar no exterior, assim como do contexto regional no qual a Colômbia se inseria. Definiu diferentemente as prioridades das políticas domésticas e externa e manteve um estilo reformista, aberto ao diálogo e à conciliação. Com isto, perseguiu elevar o diálogo político com suas contrapartes, mostrando ao governo do país como “parceiro” e não como um “mendigo” necessitado da ajuda externa.

Há também diferenças no *código operacional* com o qual atuava o perfil psicológico de cada presidente. Uribe prosseguia segundo a sua ideologia de corte *neo-conservadora* e percepção de ameaça interna e necessidade de intervenção externa num contexto regional contrário aos “interesses” do país. Manifestava um estilo autoritário e personalista segundo seus próprios interesses e prioridades. No âmbito internacional, apelava a relações assentadas no suporte das políticas domésticas. Por sua vez, Santos deu menor importância à ideologia,

voltado ao estilo diplomático *pragmático* dos governos liberais no interim das décadas de 1980 a 1990.

Na condução da política externa, têm-se dois perfis do presidente Uribe: no primeiro mandato delegou parcialmente a política externa à Ministra Carolina Barco, mantendo-se perto para orientá-la, mas sem interferir diretamente. A Ministra seria quem comporia os temas da agenda externa do país e a conduziria regularmente. Esse espaço de manobra e estabilidade no cargo permitiu maior coerência nos assuntos externos. Mesmo assim, o segundo Uribe mostrou menor interesse na agenda regional e priorizou o vínculo estreito com os Estados Unidos: ele conduzia diretamente a política externa e pautava as prioridades. Os Ministros de Relações Exteriores tiveram uma figura de aparência, nem sempre concordando totalmente com as ações empreendidas pelo Presidente e o Ministro da Defesa, que seriam os intérpretes chave das relações exteriores do país.

O perfil de gestor da política externa de Juan Manuel Santos deu maior relevância à institucionalidade e à descentralização das decisões, de maneira delegativa. A aposta dele como governante foi a de manter boas relações e buscar parcerias com seus vizinhos sem interessar a orientação política ou ideológica, desde que não interferissem nos assuntos que considerou internos do país –como o Conflito Armado, o Modelo Econômico e o Processo de Paz, por exemplo.

Dessarte, vemos como há uma forte relação entre as diferenças de personalidade dos mandatários e as mudanças no estilo e formas de relacionamento com os outros países, como também na definição das prioridades e objetivos da política externa colombiana. Tem-se um Uribe autoritário e personalista, interessado em aliados para a execução do projeto de segurança no país, e um Santos mais delegativo e com preferência por mecanismos institucionais para projetar o retrato da Colômbia do pós-conflito e como potência intermediária.

4.2.2. *Determinantes Domésticas:*

A Colômbia de 2002 e a Colômbia de 2010 em verdade configuram duas realidades diferentes. O contexto doméstico que recebeu Uribe foi diferente daquele que deixou, embora existam críticas acerca dos meios para a implementação e os resultados obtidos.

Por um lado, Uribe recebeu uma Colômbia em crise humanitária, econômica e com agravados problemas de segurança após o fracasso dos diálogos com as FARC e a crescente presença de grupos paramilitares, tendo um contexto de conflito a três bandos –guerrilhas, paramilitares e Estado. Por outro lado, tinha a vantagem do apoio externo para a prolongada problemática do narcotráfico via Plano Colômbia.

Perante esse contexto, adiantou reformas ao trabalho, colocou as empresas estatais no mercado de valores e fez ajustes fiscais e recortes no gasto público para reencaminhar a economia colombiana ao crescimento econômico, ao tempo que procurou a expansão econômica via liberalização comercial e a obtenção de preferências tarifárias com vários países.

No plano da segurança, insistiu na necessidade de reorganizar e reformar as Forças Armadas para o combate ao *narcoterrorismo*, delineando planos de recuperação territorial, erradicação e fumigação de cultivos ilícitos, e perseguindo narcotraficantes e guerrilhas. O objetivo último do projeto de segurança foi assim o estabelecimento de condições de segurança no país para os cidadãos, tal que pudesse atrair investidores estrangeiros.

A Colômbia que Santos recebe, por outro lado, em termos econômicos se encontra muito mais fortalecida e aponta como um dos grandes exemplos de crescimento econômico acelerado em meio da crise financeira internacional, passando dos U\$ 127884 milhões em 2002 aos U\$ 182956 milhões em 2010, com crescimento constante a uma média de 4% anual (BANREP 2014). Em termos políticos encontra um amplo consenso sobre a necessidade de consolidar os logros do governo Uribe e superar os desafios inconclusos, como o fim do conflito armado, os problemas de desigualdade e violência que persistem. Na dimensão da segurança o contexto é marcado pela superioridade militar frente aos grupos guerrilheiros enfraquecidos e na retaguarda, confinados às regiões de fronteira (GRANDA 2012).

Dessa forma, Santos marca diferenças com Uribe nas relações com os poderes Judiciário e Legislativo, reconfigurando com o primeiro o respeito e legitimidade, e com o segundo uma grande coalizão de governo denominada *Unidade Nacional*. As prioridades da agenda doméstica, diante o retrato que faz do país, enfocam-se na melhora da situação de pobreza e desigualdade do país e as condições socioeconômicas da população, a reparação das vítimas, e a negociação com as guerrilhas para por ponto final ao conflito armado, assim como manter o crescimento econômico e melhorar a situação crítica dos direitos humanos.

As mudanças de um governo para o outro, portanto, não ocorrem somente em termos da política externa. O direcionamento dado aos assuntos domésticos também se reconfigura. Os temas críticos da agenda, porém, não mudam, mas sim o perfil dos mesmos.

Todavia, podemos afirmar que não são as condições concretas do país as que determinam as mudanças que se verão refletidas na política externa do país, senão a leitura que o governo Santos faz sobre esse panorama e o projeto político de *Prosperidade Democrática* pós-Uribe que empreende. Foi então, por este lado, uma questão de decisão política condicionada por transformações na realidade do país, mais do que um tema de determinação das situações diferentes.

4.2.3. *Determinantes Internacionais:*

No plano internacional aparecem dois fatores que foram determinantes para as transformações da política externa da Colômbia: as crises escaladas durante o período Uribe com o Equador e a Venezuela, que como já expressado produziram um efeito de isolamento do país com o entorno regional, e as reorientações do papel dos Estados Unidos na região iniciadas no governo Obama.

Nas agendas externas dos mandatos de Uribe pesavam os temas da segurança nacional da Colômbia e os reflexos para a segurança regional e a dos Estados Unidos: houve a preocupação pela demarcação, controle e vigilância das fronteiras visando conter um possível transbordamento da crise colombiana. Também buscavam-se aliados políticos para o projeto de segurança, no entanto, uma regionalização do conflito pouco assertiva (TICKNER *et al.* 2003; ROJAS 2006) acabou por gerar uma crise diplomática regional, com rompimento de relações bilaterais e desconfianças em relação ao governo colombiano.

Para o governo Santos avista-se o esforço por fomentar a confiança e reestabelecer as relações, moldando um entorno mais amigável de inserção regional e internacional com protagonismo para mecanismos multilaterais como a UNASUL, Aliança do Pacífico, CELAC, OCDE, entre outros. Procurou-se aliados para o renovado processo de paz com as guerrilhas e o pós-conflito. Mediou-se a crise interna da Venezuela, demonstrando ser um país aliado. E priorizaram-se os temas comerciais e a busca por espaços de inserção internacional para superar o isolamento do governo anterior.

Se com Uribe falava-se de uma “relação especial” e uma “cosmovisão compartilhada” com o governo estadunidense, resultando no alinhamento automático da política externa colombiana com a norte-americana e do interesse de aprofundar as relações comerciais pela via do TLC, com Santos demandou-se uma posição de “parceiros em igualdade” para o diálogo bilateral e aceitou-se a reorientação da política externa estadunidense aproveitando-a para definir suas próprias prioridades de forma mais autônoma, sem se distanciar completamente.

A cooperação em segurança entre os dois países adquire novas formas nos termos da cooperação triangular na luta contra o narcotráfico e os grupos criminosos transnacionais: assume-se o processo de nacionalização do Plano Colômbia, ao tempo que os Estados Unidos declaram seu apoio para o processo de paz com as FARC.

Se bem poderiam se considerar outros fatos que marcam as mudanças do contexto internacional como condicionantes e determinantes das inflexões da política externa

colombiana, para o escopo desta pesquisa são esses os que permitem enquadrar melhor a análise dos casos referidos.

Entende-se então que tanto as pressões regionais quanto as novas dinâmicas internacionais às quais respondia o governo Obama nos Estados Unidos foram determinantes para que o governo Santos na Colômbia compreendesse a necessidade de se diferenciar do seu antecessor e atender ao ambiente internacional no qual o país se inseria, projetando –redobro- o país que ele concebia.

4.3. NÍVEL DAS MUDANÇAS

Retomando o nosso modelo analítico os graus de mudança da política externa de Hermann (1990) e as dinâmicas causais das mudanças em política externa de Gustavsson (1999), passamos aqui a definir os níveis de mudança que evidenciamos na política externa colombiana na transição dos governos Uribe a Santos. Lembrando que de forma hipotética consideramos que poderiam ocorrer algumas das seguintes:

- Ajustes de ênfase na dimensão de segurança dentro da Política Externa Colombiana (PEC), onde são mantidos os propósitos gerais, mas com menor intensidade nas ações.
- Mudanças de programa: mantêm-se os objetivos da PEC focados na dimensão de segurança, porém utilizam-se outros meios para atingi-los.
- Modificações de objetivos ou de problema: se abandonam os objetivos anteriores da PEC em termos de *securitização da agenda* e aparecem novos.
- Reorientações do Sistema Internacional que fazem com que a PEC deva mudar

Começando do maior ao menor, infere-se que no sistema internacional houve dois fatores transcendentais que tiveram impactos nas inflexões da política externa colombiana. São eles um entorno regional pouco favorável e receptivo com as políticas de segurança e as prioridades externas da Colômbia de Uribe, e reorientações das prioridades da política externa dos Estados Unidos. Como exposto na seção sobre as determinantes internacionais, essas diretrizes da política internacional já existiam no mandato de Álvaro Uribe, portanto, Santos poderia ter dado continuidade às prioridades e aos instrumentos da política externa colombiana nesse contexto. Argumentamos que valeu mais a leitura pessoal do novo Presidente sobre esse ambiente contrário ao projeto *uribista* do que o condicionamento em si dessas variáveis. Assim, as reorientações no plano regional e internacional tiveram algum peso no cálculo da estratégia internacional que praticaria o Presidente Santos, mas não foram um fator causal da reorientação externa da Colômbia por si mesmos.

Em termos de modificações de objetivos ou problemas, a percepção de um entorno regional adverso, de um panorama da segurança doméstica com saldo positivo para o Estado colombiano e o propósito de pactuar a desmobilização dos grupos armados e configurar um cenário de pós-conflito no país geraram alterações decisivas na proposição dos objetivos e das metas da política externa colombiana. Como já detalhado, o Presidente Santos propôs uma diversificação dos temas e parceiros para a política externa, com ênfase nos temas comerciais, o posicionamento de destaque dos logros em luta antinarcóticos, terrorismo e fortalecimento institucional, e a busca de aliados para a consolidação da paz no país. No plano da segurança, seu projeto de desenvolvimento estabelecia como objetivo superior atingir as condições para a *prosperidade democrática* e o crescimento sustentado da economia em comparação ao objetivo primordial da *política de segurança democrática*, que buscava a proteção estatal sobre o território e a população e o fomento da confiança para os investidores estrangeiros. Embora sejam semelhantes em aparência, nossa leitura sobre o primeiro significa uma “redomesticação” do problema de segurança *versus* a “internacionalização” do conflito que se encontrava em curso desde o final dos anos noventa.

A predicação da Colômbia como *país ponte* e *potência intermediária* esclarece que os objetivos externos do país focalizam-se ao destaque de uma nação no caminho do desenvolvimento, com resolução parcial dos problemas anteriores e expertise para acompanhar os processos de fortalecimento institucional de outros Estados. Evidencia, também, que a posição colombiana serve como mediadora entre as iniciativas do sul e do norte, o que tem significado a reaproximação e notoriedade na América Latina e a continuidade –no meio do distanciamento relativo- do alinhamento com os Estados Unidos.

No nível dos programas, encontra-se diferença marcante em relação ao tipo de cooperação que a Colômbia procura afora. Durante o governo Uribe, a cooperação servia como mecanismo para a solução militar do conflito armado e do problema das drogas como principais obstáculos para o desenvolvimento do país e sua inserção efetiva no sistema internacional; para tal se implementou uma estratégia de *internacionalização* da crise colombiana, argumentando que a comunidade internacional deveria intervir, pois as dinâmicas geradas por essas circunstâncias afetavam e se alimentavam dos imbrólios das ambiências internacionais e domésticas.

Santos, por outra parte, assume que os avanços destes temas no país permitiriam levar cooperação para os países que ainda padecem de situações ligadas ao tráfico de drogas, o terrorismo e a criminalidade transnacional, assim como de atraso econômico, como acontece

de fato no marco do SCCG e o *outsourcing* militar para a América Central, e na *Iniciativa para a Prosperidade nas Américas*, respectivamente.

Em matéria comercial, no entanto, mantém-se a preferência por acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio, como já ocorria no período Uribe. A diferença radica nas áreas geográficas em que o governo Santos busca diversificar estas parcerias: Uribe avocou por priorizar os Estados Unidos e os países da União Europeia, enquanto Santos prioriza a inserção econômica no Pacífico e na América Latina (VARGAS *et al* 2012; RODRIGUEZ 2014). Enfim, entende-se que as mudanças de objetivos requereram mudanças de conteúdo dos programas, apesar de que as formas privilegiadas –acordos de cooperação segurança e de livre comércio– foram as mesmas.

Por último referimo-nos aos ajustes da ênfase colocada nos temas da política externa. As questões de segurança durante o período Uribe foram primordiais como eixo condutor da sua política doméstica e externa. Priorizou-se a relação com os Estados Unidos como parceiro tradicional, com especial ênfase para a ajuda no combate às drogas e o terrorismo, e a negociação de preferências comerciais; enquanto que deu, progressivamente, menor destaque aos vínculos com o entorno regional. A ideologia e o estilo personalista do Presidente tiveram uma carga significativa na forma de conduzir a política externa da Colômbia, manejando os assuntos internacionais de forma inclusive maniqueísta (RODRIGUEZ 2014).

No entanto, no governo Santos encontra-se um menor realce dos temas do conflito interno como condicionante das relações exteriores e uma importância maior do diálogo político e comercial com seus vizinhos, além de uma participação mais assertiva no ambiente regional, assim como a priorização da problemática socioeconômica do país como principal tema de articulação *interméstica*. Com os Estados Unidos permanece um alinhamento significativo, porém com outros sentidos: coloca-se ênfase na isonomia dos dois países como princípio reitor da relação bilateral, fala-se em cooperação em defesa e segurança, indo além da ajuda bilateral, aprova-se e consolida-se o acordo de livre comércio e busca-se expandir a agenda para temas como energia, ciência e tecnologia, e educação. O presidente imprime também seu estilo pessoal na direção das relações exteriores do país, delegando mais decisões e funções, diminuindo o peso da ideologia e colocando no topo das questões as formas como a Colômbia poderia alavancar o desenvolvimento socioeconômico próprio e dos outros países.

Em conclusão, se no nível dos objetivos, problemas e metas da política externa colombiana encontram-se, comparativamente, as diferenças mais acentuadas entre os dois governos, são nas ênfases colocadas aos temas dessa política que se pode evidenciar com maior clareza que de fato houve um reposicionamento intencional nas relações externas do país.

Mudam, dessa forma, os objetivos e as percepções de problemas e, por *efeito guarda-chuvas* – ou seja, derivado das mudanças de objetivos- mudam também os programas e as ênfases no estilo, temas e prioridades.

4.4. REPOSICIONAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA:

Tendo chegado a este ponto, inferimos que a política externa do governo Santos na Colômbia se diferencia em alguns pontos substanciais da de seu antecessor. Aclara-se, no entanto, que isto procede do observado em quatro casos das relações exteriores do país e que, em outros âmbitos, pode ter acontecido de forma distinta; porém, o direcionamento da política externa do país tem mudado e isto aponta a uma inflexão geral da mesma. A seguir, resumiremos onde se localizam os reposicionamentos que servem como evidência de tal mudança, de forma a corroborar também a segunda parte da hipótese referida ao movimento à *dessecuritização* da política externa colombiana. E, por último, procura-se estabelecer quais os resultados concretos e conseqüências dos reposicionamentos.

Para começar, referimo-nos à análise das determinantes de tomada de decisão para a política externa do governo Santos e aos níveis de mudança em que resulta o reposicionamento. Isto preenche os aspectos colocados no modelo proposto pelo autor com base em Gustavsson (1999)²⁹. Três aspectos chamam a atenção: o ambiente doméstico, os aspectos psicológicos do tomador de decisões e pressões internacionais.

No primeiro, a percepção de insegurança sobre o ambiente doméstico mudou, ou seja, o panorama da segurança doméstica passou por severas alterações durante os mandatos do Presidente Uribe, tal que, quando Santos assume o cargo, enxerga novas dinâmicas do conflito e da estrutura de Defesa, que lhe permitem manobrar diferentemente, apontando para a abertura de uma mesa de diálogo com os grupos guerrilheiros sem cessar o fogo e, de certa forma, *nacionalizar* os planos e ações de combate às drogas e o terrorismo.

Embora haja evidência de negociações secretas com a cúpula das FARC para estabelecer os diálogos de paz³⁰, estas nunca se efetivaram. Surgem novas ameaças à segurança do país como as BACRIM³¹, que mantêm ativo o extenso aparato militar e policial de

²⁹ Ver Quadro 6, página 47.

³⁰ Para mais sobre as conversações do governo Uribe e as FARC ver: <<http://www.caracol.com.co/noticias/internacionales/farc-confirman-que-uribe-contacto-con-ellos-para-iniciar-negociaciones-de-paz/20141008/nota/2452725.aspx>>; <<http://www.abc.es/internacional/20141016/abci-pruebas-alvaro-uribe-intento-201410151659.html>>; < <http://www.elespectador.com/opinion/uribe-y-sus-negociaciones-farc-columna-369791>>.

³¹ Para conhecer mais sobre a formação, expansão e fragmentação do fenômeno e os impactos destes grupos na segurança da Colômbia, sugerimos: RICO, Daniel (2013). “La Dimensión Internacional del Crimen Organizado:

segurança. Para 2013, ano de maior intensidade dos diálogos de paz, também se despertaram incertezas sobre o futuro do conflito, pois aparentemente FARC, ELN e BACRIM estariam se reorganizando e configurando um novo cenário de guerra (PARES 2013a; 2013b; 2013c), ainda que outra interpretação tenha a ver com a busca de uma posição mais vantajosa para as negociações. Para a população colombiana existe ambivalência e polarização em torno da escolha do governo: para uns é preferível continuar com a estratégia de combate aberto sem diálogo, enquanto, para outros, o governo está agindo de modo certo nas negociações, ainda que caibam reservas sobre o papel que os membros desmobilizados teriam na sociedade colombiana (PARES 2015).

Com os resultados das últimas eleições, a política colombiana passou por algumas alterações³² que deverão marcar um panorama de maior debate e oposição, mas que enriqueceram a democracia do país e colocaram à prova as habilidades políticas do Executivo para conseguir levar a bom termo suas políticas de conciliação nacional e inserção internacional. Os temas econômicos e comerciais continuaram dentro das prioridades do governo, uma vez que o país aprofundou os vínculos comerciais com a região e procura expandir suas parcerias.

Em segundo lugar, encontra-se na perspectiva do tomador de decisão a determinante mais palpável das mudanças da política externa colombiana. Como expresso anteriormente, o sistema político do país confere à figura presidencial a maior parte das responsabilidades e tarefas exteriores, portanto, com um novo mandatário há novas perspectivas. Os aspectos ideológicos e psicológicos jogam um papel fundamental nesses reposicionamentos. Argumenta-se que, se bem as condições domésticas mudaram, elas não determinaram as escolhas do Presidente por priorizar a agenda de comércio exterior, buscar garantias internacionais para o processo de paz e o fim do conflito, recompor as relações exteriores com os países sul-americanos e desenvolver um perfil notável nos assuntos regionais. As percepções acerca do país que lhe era entregue para governar, das capacidades e da forma como o país devia se comportar frente aos seus vizinhos e à comunidade internacional foram diferentes, e portanto esforçou-se para que tanto a imagem como as ações do país no exterior fossem percebidas diferentemente.

Las Bacrim, sus Rutas y Refugios”. **Wilson Center Latin American Program**. Disponível em: < <http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Daniel%20Rico.pdf> >.

³² A Silla Vacía oferece uma análise das transformações pelas quais passará a política colombiana com a nova composição do legislativo colombiano. Ver: < <http://lasillavacia.com/historia/asi-cambio-el-poder-49303> >.

Em terceiro lugar, houve dois condicionamentos no sistema internacional que determinaram as inflexões da política externa de Juan Manuel Santos. Por um lado, a incessante crise com os países vizinhos e a região tinha chegado a um ponto insustentável, confirmando-se a teoria de que o país estaria isolado no seu entorno de inserção. Isto provou que, para se relacionar com o mundo e mostrar o retrato do país que o governante tinha, deviam se recompor imediatamente as relações com o Equador e a Venezuela, além de participar com maior envolvimento nos assuntos regionais, deixando de lado as diferenças políticas e ideológicas com suas contrapartes, aceitando as condições para o reestabelecimento das relações e agindo de modo propositivo e proativo no diálogo com a região.

De outro lado, o distanciamento da política externa de Obama nos Estados Unidos para a América Latina, as próprias inflexões da política norte-americana e a paulatina delegação das responsabilidades da luta antinarcóticos para o governo colombiano levaram Santos a dirigir a relação colombo-estadunidense em duas frentes: na primeira, manteve-se o alinhamento incondicional com os Estados Unidos, com um leve ajuste de ênfase, advogando a ser um parceiro e não mais um receptor de ajuda. Na segunda, atreveu-se a assumir posições contrárias ao regime de combate às drogas e à exclusão de Cuba dos mecanismos interamericanos, mostrando um direcionamento mais autônomo das suas próprias prioridades.

Assim, Santos percebeu que, para consolidar os resultados positivos da administração anterior, deveria contrabalançar a tendência regional de *alternativas políticas* e de oposição às potências tradicionais; isto é evidenciado no seu discurso de *terceira via*, no qual busca conciliar os programas de reforma social necessários para fortalecer a posição emergente do país, ao tempo que mantém e aprofunda o modelo econômico de corte liberal.

Com base no anterior, definimos que as mudanças principais aconteceram no nível da redefinição de prioridades, metas e objetivos, e desta se desdobraram mudanças de programas e ajustes de ênfase; entendendo que para o governo Álvaro Uribe a política externa servia como meio para a *internacionalização* do conflito e enfocava seus esforços para o combate ao *narcoterrorismo* privilegiando os mecanismos de cooperação para a segurança e defesa e a relação bilateral com os Estados Unidos como seu aliado mais interessado na luta contra o cultivo e tráfico de drogas ilícitas e o conflito armado. Enquanto que, para o governo Santos, definiram-se objetivos em torno do desenvolvimento do país em um cenário de pós-conflito, para o qual seria necessário o fortalecimento dos componentes sociais nas políticas públicas – como Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Distribuição de Terras, Superação da Pobreza, Agricultura e Agronegócios, etc. Isto significou a *nacionalização* dos programas de consolidação do Plano Colômbia e a consequente volta do conflito e seus problemas derivados

como problema doméstico, ao tempo que se buscava apoio para novas formas de controle do problema das drogas.

No nível dos programas e instrumentos de implementação da política externa, argumentamos que a diferença que sobressai é o tipo de cooperação que a Colômbia busca. Se para Uribe a cooperação significou a ajuda unidirecional na contenção do narcotráfico e seus problemas derivados, assim como no confronto às guerrilhas e o fortalecimento do Estado, para Santos a cooperação buscava levar o sucesso dos programas de repressão ao tráfico e ao crime organizado a países que passavam por situações semelhantes e participar com maior relevância nos organismos e questões regionais, como oportunidade para a liderança e o diálogo.

Em relação aos ajustes das ferramentas, esforços e objetos da política, a primeira diferença marcante foi evidenciada na negativa da Corte Constitucional ao Acordo de Cooperação em Segurança e Defesa por vícios de procedimento, sem que o Presidente eleito não retomasse esforços para implementá-lo, entendendo que fazê-lo causaria mais mal-estar com o entorno regional e contradiria seu objetivo de trazer os problemas relacionados com o conflito de volta à esfera doméstica. Santos buscou demonstrar sua renovada participação na ambiência regional liderando a construção de mecanismos de defesa na UNASUL e ocupando a Secretaria Geral daquele organismo entre 2010 e 2014, assim como a Presidência Pro-Tempore da CAN entre 2011 e 2012. Com os vizinhos retomou a ênfase dos trabalhos das Comissões de Integração e Vizinhança, dando prioridade aos temas comerciais e de desenvolvimento nas regiões de fronteira, assim como programas de cooperação em diversos âmbitos.

O movimento rumo à *dessecuritização* encontra sustentação no nível de ajustes ao escopo e aos esforços, uma vez que os temas de segurança continuam na agenda, porém com menor grau de prioridade. A Colômbia, vista desde a perspectiva de segurança, se reposiciona de receptor de ajuda a cooperante, os assuntos referentes ao conflito e as drogas colocam-se como assunto interno de interesse internacional, passando de ameaça crítica para o sistema a caso de sucesso. O conflito e seus problemas derivados, enfim, transformam-se de fator de discórdia regional a assunto do diálogo político com seus renovados parceiros.

No informe de resultados para o final do governo Santos (2010-2014), o Ministério de Relações Exteriores reporta como maiores logros o andamento do livre comércio com os Estados Unidos após a aprovação do Tratado pelo Congresso desse país, além de acordos semelhantes com o Canadá e a União Europeia, assim como a diversificação da agenda com esse país, abrangendo temas de ciência e tecnologia, meio ambiente, mudança climática e energia. Com os vizinhos, destaca como logros máximos o reestabelecimento de relações em

tom respeitoso e cooperativo com o Equador e a Venezuela, assim como os investimentos do Plano *Fronteras para la Prosperidad*. Para a região salienta a criação da Área de Integração Profunda do Pacífico (Aliança do Pacífico), os projetos de interconexão elétrica no marco do Projeto Mesoamérica, o papel de liderança que desempenha ocupando as Secretarias Gerais da Associação de Estados do Caribe (entre 2012 e 2016), da CAN (2011-2012) e da UNASUL (2014-2016) e a organização da VI Cúpula das Américas em 2012 (COLÔMBIA 2014).

Em síntese, avalia-se que a política externa colombiana mudou devido a três fatores: primeiro, mudanças na política externa norte-americana da administração Obama, que tem colocado desafios ao governo colombiano para manter uma relação estreita em meio à reduzida prioridade e orçamento para os programas de cooperação com o país. Segundo, mudanças na política doméstica da Colômbia após os escândalos do governo Uribe, sua relação com os outros dois poderes públicos, um cenário de conflito diferente e, é claro, da pessoa que ocupa o cargo. Em terceiro lugar, mudanças na arena política sul-americana, que tem pressionado a transformações no estilo e ênfase e estimulado a inflexão na definição dos objetivos externos do governo Santos. Os resultados mais contundentes dessa mudança têm se evidenciado nas relações regionais, especificamente nas dimensões política, de comércio e de segurança, nas quais existe uma cooperação mais fluida e calma do que as conturbadas relações de antes; mas há também uma tendência a redirecionar as relações bilaterais e multilaterais com outros países, entretanto isto ainda pareça retórico. As mudanças de objetivos se desenvolvem a longo prazo, plano em que a Colômbia é reconhecida por seus logros no combate às drogas e pela conciliação nacional, além de ser um país confiável para o comércio e os investimentos externos, ocupando posições de protagonismos nos organismos internacionais e destacando-se como *potência media* sul-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que e Como se Reposiciona a Segurança na Política Externa Colombiana

Nesta parte final, estabelecemos um diálogo com o leitor baseado em algumas perguntas que orientaram esta pesquisa. Considera-se que, à maneira de conclusão, poderemos responder as inquietações que originaram a pesquisa apresentada, marcadas pelo caráter *securitizado* da política externa colombiana, as mudanças que nela estão ocorrendo, como elas ocorrem e por quê. O modelo de análise implementado na pesquisa permitiu desvendar com mais detalhes as razões e as formas pelas quais se observam mudanças na política externa do governo Santos. Cabe ressaltar que durante a pesquisa focou-se mais no campo da Análise de Política Externa, mas para tal era necessário compreender como funcionam, na teoria, a dinâmicas da segurança regional sul-americana –daí o complemento com os Estudos de Segurança Internacional- e o sistema político colombiano. Destaca-se que o modelo foi bastante útil para a análise e encaixou-se perfeitamente para os propósitos da mesma.

Por que se reposiciona a PEC?

Entende-se que a política externa da Colômbia se reposicionou condicionada por três aspectos básicos: a mudança do tomador de decisões, mudanças da política externa estadunidense e pressões regionais. No sistema político colombiano, o Presidente tem autoridade ampla sobre a condução da política externa. Isto permitiu que Santos, quando eleito, colocasse uma imagem diferente sobre o país para o exterior. Na visão do Presidente Santos, a Colômbia estaria vivendo transformações nas dinâmicas do conflito armado, resultado dos muitos anos de combate com os grupos guerrilheiros e contra o narcotráfico travado durante os governos de Álvaro Uribe. Aparece então a oportunidade para priorizar o desenvolvimento socioeconômico do país, e a política externa poderia ajudar a se relacionar diferentemente com o mundo, partindo do conceito de que o país não constituía mais uma ameaça para o sistema internacional, mas uma nação com potencial para liderar o debate de temas nos quais tem tido logros substanciais na arena internacional. Para Santos, era prioritário recompor as relações de vizinhança a fim de poder se inserir melhor no espaço regional e internacional, diminuir as pressões externas sobre os assuntos domésticos e poder destacar a imagem do país no cenário externo. Dentro do país, havia também pressões para melhorar a situação com os vizinhos e

acelerar o livre comércio com os Estados Unidos, já que as situações das fronteiras e do comércio externo estavam piorando.

Os Estados Unidos também tiveram uma forte influência na reorientação da política externa colombiana. A menor presença política desse país nos temas hemisféricos abriu oportunidades para que o governo colombiano procedesse com maior espaço nas suas relações exteriores. Ainda que se mantivessem relações estreitas e assimétricas, o governo dos Estados Unidos assume a posição de que a Colômbia teria superado muitos dos seus problemas relacionados como o *narcoterrorismo* graças à sua ajuda e, portanto, passaria a ter menor interesse no tipo de cooperação que levava na Colômbia. Os Estados Unidos, então, repassariam gradativamente as responsabilidades e ações da intervenção na Colômbia para o governo do próprio país. Santos entende essa virada e a aproveita para diminuir a dependência e as (in)condicionalidades na relação bilateral, de modo que possa buscar uma política externa mediada em menor escala pela relação com a potência.

No nível regional se destacam (negativamente) as crises diplomáticas com o Equador e a Venezuela, que em 2008-2009 levaram à ruptura de relações, assim como a sensação de mal-estar e instabilidade generalizada dos países sul-americanos e centro-americanos em relação à condução da política externa de Uribe. Esses fatores mostram pressões em diferentes níveis da maior parte dos governos da região para mudanças de enfoque do governo colombiano, submetendo a integração com a região a condicionalidades como redução do comércio, isolamento político e ingerências nos assuntos internos. Santos, como já dito, compreendeu que, sem um forte vínculo regional, não poderia governar o país tranquilamente nem teria coerência para propor reformas domésticas e espaços internacionais voltados para o desenvolvimento socioeconômico.

Como têm se dado as mudanças na PEC?

As mudanças da política externa colombiana, como visto acima, dependeram de fatores em diferentes camadas. Assim mesmo, elas não foram uniformes e aconteceram a diferentes compassos dentro dessas “camadas”. As principais diferenciações da política externa entre os governos Uribe e Santos sucedem na formulação dos objetivos, na percepção dos problemas e na definição de metas. Para o primeiro era clara a necessidade de estabelecer parcerias internacionais para intervir nos assuntos do conflito interno, relacionando-o –o conflito- estrategicamente com a cadeia produtiva das drogas e as ameaças terroristas de escala global; a superação do conflito via combate militar e ajuda externa para esse fim se entendem como as principais metas, e a busca de aliados para o projeto de segurança como o principal objetivo.

Com Santos, no entanto, o conflito e as dinâmicas de *securitização* (como entendido nesse trabalho, não como teorizado por Buzan, Waever e de Wilde (2003)) se estabelecem como uma das prioridades sobre as quais se deve trabalhar para a consolidação do panorama que recebe, mas não como o eixo vinculante com o ambiente externo. O objetivo de Santos é lograr o crescimento e a competitividade econômica do país, a consolidação da paz –não da segurança, entendendo duas perspectivas diferentes dos ESI- e a integração regional, e as aproximações políticas, comerciais e de intercâmbio tecnológico para fortalecer as instituições colombianas, destacando-se pelos temas nos quais tem desenvolvido maiores capacidades –como a luta contra as drogas e o terrorismo. Essa redefinição dos objetivos leva implícita outra caracterização dos programas e das ênfases colocadas na política externa. O governo tenta, assim, dar maior relevância aos temas de cooperação e comércio, assumindo os logros do conflito como oportunidade para o diálogo com seus parceiros tradicionais e novos. Isto significa também que a política externa cumpre uma função dentro do fortalecimento do Estado colombiano ao estabelecer parcerias e promover o país como *emergente*.

Ainda cabe dizer que muitos dos aspectos que ganharam novas formas na política externa colombiana transitavam já no final do governo Uribe, como a reforma do serviço exterior, as tentativas de diálogo com as FARC e o ELN, os novos acordos de cooperação com os Estados Unidos e os compromissos pactuados com os governos do Equador e da Venezuela para o reestabelecimento das relações bilaterais. A grande jogada de Juan Manuel Santos, porém, foi se mostrar como um mandatário reformista, conciliador e aberto ao diálogo, apostar com maior entusiasmo para avançar nos temas de recomposição externa e colocar dissidentes do *uribismo* –como a Chanceler Holguín- e opositores ao regime anterior –como a Secretária Geral da UNASUL, Maria Emma Mejía- em posições chaves para gerir essas mudanças. Por esta razão, interpreta-se que a política externa de Santos representa mudanças no meio de continuidades.

Quais foram os principais resultados e as consequências das mudanças na PEC de Santos?

As mudanças que ocorrem na agenda externa com a chegada de Santos resultaram na celeridade da recomposição das relações bilaterais com seus vizinhos e na maior participação dos mecanismos de integração regional, assim como a criação e liderança de novos espaços de inserção. Em troca, o governo colombiano tem ganhado a confiança dos seus parceiros e reconfigurado as agendas bilaterais com mais temas e novas ênfases naqueles que já eram abordados, como também no reconhecimento de uma situação diferente e a atribuição de interesses externos novos no país.

O comércio e o diálogo político com parceiros de diferentes ideologias, como vetores do direcionamento externo, marcam as novas tendências das relações exteriores da Colômbia. Isto tem levado a uma *redomesticização* dos assuntos referidos à segurança, assumindo que, no novo cenário do desenvolvimento socioeconômico e pós-conflito, o Estado colombiano conseguiria lidar por si próprio com os problemas que preocupavam a comunidade internacional, sob a premissa de que o país seria um parceiro muito mais estável e com ainda maior potencial para os investimentos estrangeiros.

Todavia, muitos dos reposicionamentos aos quais nos referimos não estão bem consolidados, e não é possível afirmar que, caso ocorram mudanças no âmbito doméstico –dado o alto grau de oposição política e social-, elas serão mantidas, o que coloca em dúvida a sustentabilidade da atual política colombiana em ambas as dimensões doméstica e externa.

Houve mudanças na segurança como tema principal da PEC?

Quando nos referimos à *securitização* da política externa colombiana durante os governos de Álvaro Uribe, quer se dizer que essa política estava orientada a suportar o projeto de segurança interna no plano externo, colocando os temas de luta internacional contra as drogas e o conflito armado no topo da agenda e focando-se a buscar e engajar aliados para estes temas na comunidade internacional. Na atual política externa da Colômbia encontra-se menor ênfase nos aspectos de segurança. No entanto, afirmamos que estes ainda concentram grande parte dos esforços e do conteúdo das relações exteriores do país. A segurança, entretanto, deixa de ser o principal objetivo e aspecto condutor dessa política, reconfigurando-se como uma das prioridades, mas não a de primeira ordem.

Assim, o movimento à *dessecuritização* da política externa colombiana ocorre como ajuste de ênfase e esforços: assume-se um caráter mais da ordem doméstica, do qual parcerias estratégicas no âmbito internacional podem ser estabelecidas, mas não o elemento que orienta as ações externas. A “dessecuritização” da política externa abriu espaço para outras iniciativas. É, contudo, importante ressaltar que, mesmo assim, este impulso pela *dessecuritização* tem grande peso como fator explicativo dos novos padrões que pautam a PEC, ou seja, a influência da agenda de segurança se manifesta de modo transversal: não pela via de sua priorização, como no Governo Uribe, mas por dinâmicas e decisões tomadas em seu âmbito, mesmo que implicando perda de prioridade. Isso significa que não foi a maior importância de outras agendas que ditou a *dessecuritização* da política externa, mas o contrário, uma nova forma de abordar os temas de segurança que se mostrou mais condizente com a necessidade de explorar oportunidades políticas e econômicas regional e globalmente. O anterior impede uma

interpretação simplista de perda de importância da segurança na PEC, e sim do impulso de uma agenda diversificada no qual outros temas ganham um valor equivalente ao da segurança.³³

Como já dito, ganham relevância os aspectos comerciais e de concertação multilateral, principalmente com os países da região, na definição dos objetivos da política. Os programas se fundamentam na premissa de que o país tem superado muitos dos seus desafios, ao tempo que a intervenção externa que era necessária no cenário de conflito anterior perde sua saliência. No novo cenário do conflito interno predomina a abordagem para a negociação da paz e a busca pela reconciliação nacional, enquanto na luta contra o problema mundial das drogas se debate a responsabilidade dos países consumidores com uma postura revisionista dos enfoques do atual regime internacional de controle da produção e do tráfico.

Dá para dizer que houve um “giro redondo” da PEC com Santos?

Um giro representa um movimento de 360°. Portanto, dependendo do ponto de partida ao que se refiram os analistas (como Socorro Ramírez (2011a)), pode-se afirmar que os reposicionamentos deram uma volta redonda, ou uma alteração no curso –e não um *giro*-. Em termos gerais, evidenciam-se continuidades e rupturas no processo da política colombiana no governo Santos. Há continuidades na importância dos temas relacionados à segurança, no alinhamento com as posições estadunidenses e no fim que se busca para a “pacificação” do conflito. Não obstante, as rupturas em relação ao governo Uribe marcam-se pela postura do conflito como assunto que pode ser abordado internamente; a segurança como um tema sobre o qual o país tem ganhado experiência e poderia acompanhar as estratégias de combate às drogas e ao terrorismo em outros países; a reconsideração da América do Sul e do Caribe como entorno natural das relações exteriores do país; e a priorização do comércio e do diálogo político como elos do desenvolvimento do país com o mundo.

Considerando como referência o estado das relações exteriores como conduzida durante os governos liberais dos anos 1980 e 1990 e o início da política externa do governo Pastrana – focadas na busca da paz com apoio internacional, as relações pragmáticas e os temas comerciais como potencializadores do desenvolvimento da Colômbia-, há sim, com Juan Manuel Santos, uma “volta ao futuro”.³⁴

³³ Parágrafo redigido nas observações do Prof. Alcides Vaz o qual deve ser incluso pelo sentido explicativo que dá às conclusões.

³⁴ O futuro ao qual nos referimos é o “futuro” dos discursos de governo dos Presidentes Virgilio Barco e César Gaviria. A “volta ao futuro” se refere então a uma volta à política externa pragmática e comercial desses governos, que, ademais, avança em temas como conflito, drogas e direitos humanos, e insere ao país, de novo, como liderança na arena latino-americana; ao igual que acontecia no fim dos anos de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, Graham T. **The Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. Boston: Little Brown, 1971.

ÁLVARO, Miriam (2007). “La Parapolítica: la infiltración paramilitar en la clase política colombiana”, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Colloques, DOI: 10.4000/nuevomundo.4636.

AMÉZQUITA, Constanza (2008). “Fuerzas Políticas Movilizadas ante el Referendo de 2003”. **Análisis Político** 21(63): 78-102.

ARDILA, Martha (2005). “Colombia y Venezuela: entre lo estructural y lo coyuntural. A propósito de la Comunidad Suramericana de Naciones”. **OASIS** 11: 71-84.

ARDILA, Martha; CARDONA, Diego & Arlene B. Tickner. **Prioridades y Desafíos de la Política Exterior Colombiana**. Bogotá: FESCOL, 2002.

ARDILA, Marta; CARDONA, Diego & Socorro RAMÍREZ (eds.). **Colombia y su política exterior en el siglo XXI**. Bogotá: FESCOL, CEREC, 2005.

ARELLANO, Félix G. **La Seguridad y Defensa y los procesos de integración en la región Suramericana**. Caracas: ILDIS, 2008. Disponível em: <http://ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocumentoFelixArellanofinal.pdf>.

Recuperado em: 01/10/2013.

ARIAS, Carlos; BARRETO, Idaly (2009). “Consumo Ideológico: Creencias sobre la Seguridad Democrática e Imagen del Presidente Álvaro Uribe Vélez”. **Universitas Psychologica** 8(3): 749-760.

ATKINS, Pope **Latin America in the International Political System**. New York: The Free Press, 1977.

BALDWIN, David A. (1997). “The Concept of Security”. **Review of International Studies** 23(1): 5-26.

BANREP (Banco de la República- Colômbia). **Producto Interno Bruto Total y por Habitante (a precios constantes de 2005)**. 2014. Disponível em: <<http://www.banrep.gov.co/es/pib>>. Recuperado em: 05/02/2015.

BATLLE, Margarita; DUNCAN, Gustavo (2013). “Colombia: un panorama menos confuso”. **Revista de Ciencia Política** 33(1): 101-116.

BERMÚDEZ, César (2010). “La doctrina réspice pollum (‘mirar hacia el norte’) en la práctica de las relaciones internacionales de Colombia durante el siglo XX”. **Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe** 7, No. 12: 189-222

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en el Mundo. El pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BONILLA, Adrián; CEPIK, Marcos (2004). “Seguridad Andino-Brasileña: Conceptos, Actores y Debates”. In: CEPIK, Marco & Socorro RAMIREZ (eds.). **Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones**. Bogotá e Porto Alegre: IEPRI, UFRGS, 2004, pp. 37-97.

BONILLA, Ricardo (2011). “Apertura e Reprimarización de la Economía Colombiana. Un paraíso a corto plazo”. **Nueva Sociedad** 231: 46-65.

BORDA, S; BELL, G.; GÓMEZ, H.J. et al. (comps). **Misión de Política Exterior 2009-2010**. Bogotá: Editorial UniAndes, 2011.

BORDA, Sandra (2010). “Política Exterior Estadounidense y Relaciones con Colombia”. **Coyuntura Económica** 40(1): 89-115.

_____. **La Internacionalización de la Paz y de la Guerra en Colombia durante los Gobiernos de Andrés Pastrana y Álvaro Uribe**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.

BORDA, Sandra; GÓMEZ, Juan F. (2013). “Avances y Retrocesos en materia de Seguridad y Defensa durante la administración Santos, julio de 2012- julio de 2013”. In: NIÑO, Catalina (ed.). **Anuario 2013 de la Seguridad Regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: FESCOL. 2013: 53-74.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. **Brasil discute ampliação de comércio com a Colômbia**. 2014. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=13370>>. Recuperado em: 08/02/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Colômbia. Comércio Exterior**. Informe de Inteligência Comercial. Novembro 2014. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDColombia.pdf>>. Recuperado em: 08/02/2015.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. 2da Ed. Boulder, CO, 1991.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (eds). **International Security Volumes I-IV**. Los Angeles: Sage Publications, 2007.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole & Jaap de WILDE. **Security: a New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers. 1998.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

CALDERÓN, Emilse (2013). “As Implicações Teórico-Práticas da Externalização da Segurança Interna: O caso dos países sul-americanos fronteiriços com a Colômbia”. **Relações Internacionais (R:I)** 40: 51-66.

_____ (2014). “La Lucha de Brasil contra el Narcotráfico en la Frontera con Colombia. Un acercamiento a los condicionamientos de las amenazas no tradicionales sobre la Política Exterior”. **JANUS.NET e-journal of International Relations** 5(1): 1-14. Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n1_art1>. Recuperado em: 20/05/2014.

CARACOL (2010) “Colombia ha pasado de ser un Estado fallido a una nación atractiva ante el mundo: Santos”. Disponível em: <<http://www.caracol.com.co/noticias/internacionales/colombia-ha-pasado-de-ser-un-estado-fallido-a-una-nacion-atractiva-ante-el-mundo-santos/20100922/nota/1361605.aspx>>.

Recuperado em 05/08/2014.

CARDONA, Diego (2001). “La política exterior de la administración pastrana (1998-2002): hacia una evaluación preliminar”. **Colombia Internacional** 53: 53-74.

_____. (ed.). **Colombia: una política exterior en transición**. Bogotá: FESCOL. 2011.

CARDOZO, Elsa (2013). “La gobernabilidad en Venezuela y la seguridad regional: presente y perspectivas”. **ILDIS-FES**. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/10365.pdf>>. Recuperado em: 15/12/2014.

CARVAJAL, Leonardo (2005). “Tres años del gobierno Uribe (2002-2005): un análisis con base en conceptos dicotómicos de política exterior”. **OASIS** 11: 135-150.

_____ (2009). “La política exterior del gobierno Uribe: entre el mundo y la parroquia”. **Revista Política Colombiana** 1: 31-42.

_____ (2012). “Colombia como País Puente en Política Exterior: retos y desafíos” **Documentos de Trabajo**. Bogotá: Centro de Pensamiento Estratégico- Ministerio de Relaciones Exteriores. Disponível em: http://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/pensamiento_estrategico/documentos_sobre_region/b.Colombia%20como%20Pa%EDs%20Puente%20en%20Pol%EDtica%20Exterior%20Retos%20y%20Fortalezas%20-%20Mayo%202012%20-%20Leonardo%20CARVAJAL.pdf>. Recuperado em: 01/03/2013.

CASTILLO, Edgar (2013). “La Toma de Decisiones de la Política Exterior de Colombia”. **Global Iure** 1: 171-183.

CEPIK, Marco (2005). “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. **Análise de Conjuntura OPSA** 9: 1-11.

CEPIK, Marco; RAMIREZ, Socorro. **Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones**. Bogotá e Porto Alegre: IEPRI- UFRGS, 2004.

CERVO, Amado L. (2001). “ A Venezuela e seus vizinhos”. In: GUIMARÃES, Samuel P.; CARDIM, Carlos H (org.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI: 157-180.

_____ (2003). “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”. **Revista Brasileira de Relações Internacionais** 46(1): 2-22.

CHASKEL, Sebastian; BUSTAMANTE, Michael J. (2012). “Can Santos’ Colombia Turn the Page?”. **Current History** February 2012: 67-74

CHERNICK, Marc W. (1996). “Aprender del pasado: Breve historia de los procesos de Paz en Colombia (1982-1996)”. **Colombia Internacional** 36: 4-8.

COLLIER, David (2011). “Understanding Process Tracing”. **Political Science and Politics** 44, No. 4: 823-830.

COLLIER, David; COLLIER, Ruth. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press. 1991.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003a. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>>. Recuperado em: 08/11/2013.

_____. **Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad**. Bogotá. 2011a.

COLÔMBIA. Ministerio de Relaciones Exteriores (s.d). **Principios y Lineamientos de la Política Exterior Colombiana**. Disponível em: <www.cancilleria.gov.co/ministry/policy>. Recuperado em: 01/10/2012.

_____. **Memorias al Congreso 2002-2003**. 2003b. Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>. Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2003-2004**. 2004. Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>. Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2004-2005**. 2005. Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>. Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2005-2006**. 2006. Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>. Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2006-2007**. 2007. Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>. Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2007-2008**. 2008.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2008-2009**. 2009.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2009-2010**. 2010.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2010-2011**. 2011b.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2011-2012**. 2012.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2012-2013**. 2013.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Memorias al Congreso 2013-2014**. 2014a.
Disponível em: < <http://www.cancilleria.gov.co/ministry/planeacion/informes-congreso>>.
Recuperado em: 20/10/2014.

_____. **Declaración del Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores de UNASUR en relación con Venezuela**. 2014b.
Disponível em: <<http://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-del-consejo-ministras-y-ministros-relaciones-exteriores-unasur-relacion>>. Recuperado em: 10/01/2015.

_____. **Ecuador**. 2014c. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gov.co/international/regions/americas/south/ecuador>>. Recuperado em: 28/01/2015.

CORNETET, João M. C. (2013). “A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade”. **Conjuntura Austral** 5(24): 111-150.

DALLANEGRA Pedraza, Luis (2012). “Claves de la Política Exterior de Colombia”. **Latinoamérica** 54(1): 37-73.

DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estadística). **Colombia, balanza comercial según grupos económicos y principales países 1995-2014**. 2014a. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/comercio-y-servicios/comercio-exterior/balanza-comercial>>. Recuperado em: 05/02/2015.

_____. **Colombia, Principales destinos de las exportaciones colombianas 2008-2014**. 2014b. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/comercio-y-servicios/comercio-exterior/exportaciones>>. Recuperado em: 05/02/2015.

_____. **Colombia, origen de las importaciones 1995-2014 (Noviembre)**. 2014c. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/comercio-y-servicios/comercio-exterior/importaciones>>. Recuperado em: 05/02/2015.

DÁVILA, Andrés; ESCOBEDO, Rodolfo; GAVIRIA ADRIANA & Mauricio VARGAS (2000). “El Ejército colombiano durante el período Samper: paradojas de un proceso tendencialmente crítico”. **Colombia Internacional** 49-50: 148-177.

DINERO (2010). “La economía que deja Uribe: Promesas vs. Avances”. Disponível em: <<http://www.dinero.com/pais/articulo/la-economia-deja-uribepromesas-vs-avances/96315>>. Recuperado em: 10/01/2015.

DUARTE V, Rafael; OSTOS, Maria del Pilar (2005). “As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões entorno da agenda de segurança”. **Revista Brasileira de Política Internacional** 48(2): 86-110.

EBC (Empresa Brasil de Comunicação). “Brasil e Colômbia assinam acordos para intensificar relações”. 2011. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-26/brasil-e-colombia-assinam-acordos-para-intensificar-relacoes>>. Recuperado em: 08/02/2014.

ECHANDÍA, Camilo (2008). “El Fin de la Vulnerabilidad de las FARC”. **Nueva Sociedad** 217: 4-13.

EGAS, Miguel; FERNÁNDEZ, Manuela; GARCÍA, Daniela & Maria Cristina MUÑOZ. (2009). “Interdependencia Fronteriza entre Ecuador y Colombia”. Disponível em: <<http://segib.org/colaboraciones/files/2010/09/Ecuador-Interdependencia-fronteriza-entre-Ecuador-y-Colombia.pdf>>. Recuperado em: 10/01/2015.

EL ESPECTADOR (2010). “Piden incluir declaración de Santos sobre ataque a 'Reyes' en proceso en Ecuador”. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/judicial/articulo199730-piden-incluir-declaracion-de-santos-sobre-ataque-reyes-proceso-ecua>>. Recuperado em: 25/04/2013.

EL TIEMPO (2010). “Nos preocupa que Santos se sienta orgulloso de bombardeo a nuestro país: Canciller ecuatoriano”. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-7640694>>. Recuperado em: 25/04/2013.

_____ (2011). “La nueva realidade de las FARC”. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-9927204>>. Recuperado em: 10/01/2015.

ERIKSSON, Johan; RHINARD, Mark (2009). “The Internal-External Security Nexus”. **Cooperation and Conflict** 44(3): 243-267.

FAJARDO, Luis Eduardo (2003). “From the Alliance for Progress to the Plan Colombia: a retrospective look at US aid to Colombia”. **Crisis States Research Centre** Working Paper No. 28.

FIGUEIRA, Ariane C. R. (2010). “Política Externa: Política de Estado ou Política de Governo?”. **Mundorama**, Disponível em: <http://mundorama.net/2010/06/10/politica-externa-politica-de-estado-ou-politica-de-governo-por-ariane-cristine-roder-figueira/>>. Recuperado em: 05/05/2014.

FFP (The Fund for Peace) (2005). **The Failed States Index 2005**. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/rankings-2005sortable>>. Recuperado em: 04/07/2014.

_____ (2014). **Colombia in 2014**. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/2014-colombia>>. Recuperado em: 04/07/2014.

FRIEDMAN, Uri (2011). “A Brief History of Plan Colombia”. **Foreign Policy**; Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/27/plan_colombia_a_brief_history>. Recuperado em: 29/01/2014.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. (2013). “Complexo de Segurança Regional da América do Sul: Uma Nova Perspectiva”. **Contexto Internacional** 35(1): 77-104.

GARCÍA, Mauricio. **Conflicto Armado Colombiano: ¿El fin del fin?**. Informe Especial CINEP. 2008. Disponível em: <<http://www.alboan.org/docs/articulos/canales/alboan/informeciNEpsitu.pdf>>. Recuperado em: 15/01/2015.

GARRISON, Jean A; KAARBO, Juliet; FOYLE, Douglas; SCHAFER, Mark & Eric K. STERN (2003). “Foreign Policy Analysis in 20/20: A symposium” **International Studies Review** 5(2): 155-202.

GIRALDO, Francisco (2008). “Balance Económico de la Administración Uribe. Primer Período: 2002-2006 (Segunda Parte)”. **Apuntes del CENES** 45(6).

GONZÁLEZ, Felipe (2006). “El fenómeno político de Álvaro Uribe”. **Instituto de Investigación y Debate sobre la Governanza**. <online>. Disponível em: <<http://www.institut-gouvernance.org/es/analyse/fiche-analyse-245.html>>. Recuperado em: 10/12/2014.

GRABENDORFF, Wolf. (2003) “Introducción”. In: _____. (ed). **La Seguridad Regional en las Américas**. Bogotá: FESCOL, CEREC:

GRANDA, D. Sebastián (2012). “A questão da segurança nas novas tendências de integração da Colômbia com a América Latina”. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional** 5(9): 9-24.

GRUPO DE TRABALHO- COLÔMBIA (2005). “Venezuela-Colombia en el Contexto de la Subregión Andina y Brasil (2000-2005)”. **Policy Paper No. 6**. Programa de Cooperação em Segurança Regional. FES. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/0250_g.pdf>. Recuperado em: 30/11/2014.

_____ (2006). “Relaciones Colombia- Ecuador: retos y oportunidades para el restablecimiento de la confianza” **Policy Paper No. 11**. Programa de Cooperação em Segurança Regional. FES. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/04462.pdf>>. Recuperado em: 30/11/2014.

GUAQUETÁ, Alexandra (2005). “Colombia: Seguridad y Política Exterior”. In: ARDILA, Martha; CARDONA, Diego & Socorro Ramírez. **Colombia y su Política Exterior en el Siglo XXI**. Bogotá: FESCOL. 2005: 27-58.

- GUSTAVSSON, Jakob (1999). “How should we study Foreign Policy change”. **Cooperation and Conflict** 34(1): 73-95.
- HAKIM, Peter (2006). “Is Washington Losing Latin America?”. **Foreign Affairs** 85(1): 39-53.
- HARRINTON, Anthony (2001). “Colombia: From failed state to rising star, part 1”. **QFinance**. <online> Disponível em: <<http://www.qfinance.com/blogs/anthony-harrington/2011/02/17/colombia-from-failed-state-to-rising-star-part-1>>. Recuperado em: 05/08/2014.
- HAWKINS, Daniel J. (2008). “Reconfiguración del Estado Colombiano: el difícil balance entre consenso y coerción”. **Íconos** 35: 105-116.
- HERMANN, Charles F. (1990). “Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy”. **International Studies Quarterly** 34(1): 3-21.
- HERZ, Mônica (2010). “Concepts of Security in South America”. **International Peacekeeping** 17(5): 598-612.
- HIRST, Mônica. “Seguridad Regional en las Américas”. In: GRABENDORFF, Wolf (ed). **La Seguridad Regional en las Américas**. Bogotá: FESCOL, CEREC, 2003.
- HUDSON, Valerie M. **Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory**. Segunda Edição. Lanham, US-MD: Rowman & Littlefield. 2014: 222 pp. Versão Kindle.
- HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. (1995). “Foreign Policy Analysis yesterday, today and tomorrow”. **Mershon International Studies Review** 39: 209-238.
- ICG (International Crisis Group) (2003). “Colombia: la política de seguridad democrática del presidente Uribe”. *Informe sobre América Latina* 6. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/uploads/media/COI_767.pdf?view=1>. Recuperado em: 08/01/2014.
- ICP (Instituto de Ciencia Política) (2010). “Elecciones Presidenciales en Colombia 2010”. **Reflexiones Liberales**. Disponível em: <http://www.icpcolombia.org/archivos/conceptos/Elecciones_presidenciales_Colombia_2010_final.pdf>. Recuperado em: 12/12/2014.
- JÁCOME, Francine (2011). “Venezuela, 2010: entre los desafíos de la seguridad nacional y la seguridad ciudadana” In: MATHIEU, Hans; NIÑO, Catalina (eds.). **Anuario 2011 de la**

seguridad regional en América Latina y el Caribe. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung: 175-191.

_____ (2013). “Venezuela: debilitamiento del control democrático sobre el sector defensa y seguridad: ¿profundización del autoritarismo?”. In: NIÑO, Catalina (ed.). **Anuario 2013 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe.** Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung: 216-240.

JAGUARIBE, Hélio (1979). “Autonomia periférica y hegemonia céntrica”. **Estudios Internacionales** 12(46): 91-130.

JANIS, Irving. **Victims of Groupthink: A Psychological Study of Foreign-Policy Decisions and Fiascoes.** Boston: Houghton Mifflin, 1972.

JIMÉNEZ, Catalina (2009). “Aplicación e Instrumentalización de la Doctrina de Seguridad Nacional en Colombia (1978-1982): efectos en materia de derechos humanos”. **Colección 20:** 75-105.

JOST, Stefan (ed.). **Colombia: ¿Una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior.** Bogotá: Fundación Konrad Adenauer- Colombia. 2012.

KALMANOVITZ, Salomón (2004). “Recesión y Recuperación de la Economía Colombiana”. **Nueva Sociedad** 192: 98-116.

LANE, Ruth (1990). “Concrete Theory: an Emerging Political Method”. **American Political Science Review** 84(3): 927-940.

LEAL, Francisco (1994). “Defensa y Seguridad Nacional en Colombia, 1958- 1993”. In: LEAL, Francisco; TOKATLIAN, J. Gabriel. **Orden Mundial y Seguridad: nuevos desafíos para Colombia y América Latina.** Bogotá: Tercer Mundo Editores- IEPRI: 131-172.

_____ (2011). “Una Visión de la Seguridad en Colombia”. **Análisis Político** 73: 3-36.

LIZARAZO, Nelsy J. (1990). “Política exterior colombiana 1962-1966: Anticomunismo, Multilateralismo e Integración Fronteriza”. **Colombia Internacional** 10: 10-20.

LÓPEZ, Claudia; SEVILLANO, Oscar (c.a. 2008). “Balance Político de la Parapolítica”. **Informe del Observatorio de Conflicto Armado.** Corporación Nuevo Arco Iris. Disponible

em:<<http://cronicon.net/paginas/juicioauribe/img/Balance%20de%20la%20Parapol%EDtica.pdf>>. Recuperado em: 25/12/2014.

LOVEMAN, Brian. **No Higher Law: American Foreign Policy and the Western Hemisphere since 1776**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

MALAMUD, Carlos; GARCÍA-CALVO, Carola (2009). “La política exterior de Ecuador: entre los intereses presidenciales y la ideología (ARI)”. **Real Instituto Elcano**. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/america+latina/ari61-2009>. Recuperado em: 31/01/2015.

MANNING, Bayless (1977). “The Congress, the Executive and Intermestic Affairs: three proposals”. **Foreign Affairs** 55(2): 306-324

MATHIEU, Hans; RODRÍGUEZ, Paula (eds.). **Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2009.

MATHIEU, Hans; NIÑO, Catalina (eds.). **Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

_____. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

_____. **Anuario 2012 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

MAREANO, Elizabeth. “Evaluación de la Política de Seguridad de la Frontera Norte de Ecuador”. In: PONCE, Javier (ed.). **La Seguridad del Ecuador: del 11 de septiembre al Plan Patriota**. Quito: Abya-Yala, 2005: 171-190.

MORILLO, Nelson (2010). “Indicadores de la Coyuntura. Venezuela 2010”. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura** 41(1): 213-222.

MUÑOZ, Heraldo (1987). “El estudio de las políticas exteriores latino-americanas: temas y enfoques dominantes”. **Estudios Internacionales** 20(80):406-434.

NASH, Kate (2007). “The Pinochet case: cosmopolitanism and intermestic human rights”. **The British Journal of Sociology** 58(3): 417-435. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2007.00158.x.

NIÑO, Catalina (ed.). **Anuario 2013 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

- NYE, Joseph S.; LYNN-JONES, Sean M. (1988). “International Security Studies: A report of a conference on the state of the field”. **International Security** 12(4): 5-27.
- NUSSIO, Enzo (2011). “Learning from Shortcomings: The demobilisation of paramilitaries in Colombia”. **Journal of Peace Building and Development** 6(2): 88-92.
- OLARTE, Ana Milena (2004). “Sector Externo Colombiano: motor de recuperación económica”. **Perfil de Coyuntura Económica** Agosto 2004: 29-48.
- OPEAL (Observatorio de Política y Estrategia en América Latina). **El papel de UNASUR en la crisis de Venezuela.** 2014. Disponível em: <http://www.opeal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=552&catid=100&Itemid=139>. Recuperado em: 10/01/2015.
- PABÓN, Nathalie (2012). “Aciertos y desaciertos de una estrategia”. In: RESDAL. **Atlas Comparativo de la defensa en América Latina y Caribe.** 2012: 173. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas-libro-12-espanol.html>>. Recuperado em: 17/01/2014.
- PACHECO, Merly (2012). “La Narcotización de las Relaciones Colombia- Estados Unidos”. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad** 7(2): 221-244.
- PACHÓN, Rocío (2009). “Plan Colombia: exploring some myths and effects on Colombian Foreign Policy 1998-2006”. **Análisis Político** 22(65): 127-145.
- PACHÓN, Mónica; HOSKIN, Gary (2011). “Colombia 2010: análisis de las elecciones presidenciales y legislativas” **Colombia Internacional** 74: 9-26.
- PAGLIARI, Graciela de C. **Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990- 2006.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2009.
- PASTRANA, Eduardo (2011). “Evolução e perspectivas das relações entre a Colômbia e o Brasil” In: SORJ, B. & FAUSTO, S. **Brasil e América do Sul: olhares cruzados.** São Paulo: Centro Edelstein, IFHC, Fundação Konrad Adenauer: 69-104
- PASTRANA, Eduardo; VERA, Diego (2013). “Relaciones Brasil Colombia en un contexto de regionalización diversificada en Suramérica y de un mundo multipolar emergente”. **Papel Político** 18(2): 613-650.

- PÉCAUT, Daniel. *As FARC: Uma guerrilha sem fins?*. Trad: Ivonne C. Benedetti. São Paulo: Terra e Paz. 2010.
- PÉREZ, M. Cristina; ROJAS, Elizabeth (2012). “Debates y Perspectivas de la Política Exterior Colombiana en la era Santos”. **VI Congreso de Relaciones Internacionales**. IRI. Buenos Aires.
- PIERI, Vitor S. G. de (2011). “Geopolítica de los Conflictos Intermésticos en Sudamérica”. **Revista de Geopolítica** 2(2): 28-48.
- PIZARRO, Eduardo (2005). “Una Luz al Final del Túnel. Balance estratégico del conflicto armado en Colombia”. **Revista IUSTA** 23: 93-102.
- PRIETO, Carlos Andrés (2013). “Las BACRIM y el Crimen Organizado en Colombia”. **Policy Paper 47**. FES Seguridad. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/09714.pdf>>. Recuperado em: 25/11/2014.
- PUTNAM, Robert (1988). “Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games”. **International Organization** 42:427-460.
- RAMÍREZ, Andrés M. (2002). “Diplomacia por la paz: La implementación de la política exterior en Colombia desde el proceso de paz”. **Con-Texto** 13: 69-73
- RAMÍREZ, Socorro; CADENAS, José María (coord.). **Colombia- Venezuela. Agenda Común para el Siglo XXI**. IEPRI- Universidad Central de Venezuela. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1999.
- RAMÍREZ, Socorro (2006). “Colombia y Venezuela: ¿De una aguda tensión a una asociación estratégica?”. In: RAMÍREZ, Socorro; CADENAS, José María (coord.). **Colombia- Venezuela: retos de la convivencia**. IEPRI- Universidad Central de Venezuela. Bogotá: Unibiblos: 23-58.
- _____. (2008). “Relaciones Colombia – Venezuela, el momento crítico de una vecindad perpetua”. **Revista Foro**, Bogotá: julho de 2008.
- _____. (2009). “A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança”. **Nueva Sociedad** edição especial em português, Dezembro de 2009: 90-107.
- _____. (2010). “Colombia: fronteras terrestres, vecindad e integración”. **Coyuntura Economica** 40(1): 117-148.

- _____. (2011a). “El giro de la política exterior colombiana”. **Nueva Sociedad** 231: 79-95.
- _____. (2011b). “Temores, acercamientos y distanciamientos de Colombia y Brasil”. In: BORDA, Sandra *et al* (comps.) **Misión de Política exterior 2009-2010**. Bogotá: editorial UniAndes: 757-774.
- _____. (2012). “Alcances de la Nueva Política Exterior Colombiana”. **Foreign Affairs Latinoamérica** 12(1): 38-45.
- RANDALL, Stephen J. (2013). “Change or Continuity in US-Latin American Policy: The Obama Record”. **Oasis** 18: 7-22.
- RESDAL. “Colombia”. In: _____. **Atlas Comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**. 2012: 166-173. Disponible em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas-libro-12-espanol.html>>. Recuperado em: 17/01/2014.
- RODRÍGUEZ, Gina Paola (2014). “Álvaro Uribe y Juan Manuel Santos: ¿Una misma derecha?”. **Nueva Sociedad** 254: 84-99.
- ROJAS ARAVENA, Francisco (2013). “Transformaciones Globales y Cambios en las Relaciones de Poder: impactos en América Latina y el Caribe”. **Nueva Sociedad** 246: 129-143.
- ROJAS, Diana M. (2006). “Balance de la Política Internacional del gobierno Uribe”. **Análisis Político** 57: 85-105.
- _____. (2009). “El Taller del Imperio Global: Análisis de la Intervención de Estados Unidos en Colombia (1998-2008)”. **Análisis Político** 65: 111-126.
- _____. (2010). “La Alianza para el Progreso en Colombia”. **Análisis Político** 70: 91-124.
- _____. (2013). “Las Relaciones Colombia-Estados Unidos ¿Llegó la Hora del Posconflicto?”. **Análisis Político** 79: 121-138.
- ROSENAU, James N (1971). “Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field?” in: _____. **The Scientific Study of Foreign Policy**. Nova Iorque: The Free Press: 67-94.
- ROSERO, Luis (2010). “El conflicto armado colombiano como elemento tensionador y dinamizador de las relaciones binacionales entre Colombia y Venezuela (2000-2009)”. **Estudios Latinoamericanos** 2(3): 24-37.

RUSSELL, Roberto (ed.). **Política Exterior y Toma de Decisiones en América Latina**. Programa RIAL. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. (2009). “Modelos de política exterior y opciones estratégicas: El caso de América Latina frente a Estados Unidos”. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals** 85/86: 211-249.

SÁNCHEZ, Jeannette (2014). “Coyuntura en Ecuador: balance del 2013 y desafíos del 2014”. **Patria- Análisis Político de la Defensa** 1(2): 12-21.

SANTOS, Marcelo (2006). “O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006)”. **Cena Internacional** 8(2): 63-83.

_____. (2010). “Passado e Presente nas Relações Colômbia- Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana”. **Revista Brasileira de Política Internacional** 53(1): 67-88.

SARFATI, Gilberto. “Estudos de Segurança Internacional: de Tucídides aos Novos Conceitos”. In: BRIGAGÃO, Clovis; PROENÇA Jr., Domício. **Panorama Brasileiro de Paz e Segurança**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Hucitec, Fundação Konrad Adenauer, 2004.

SEMANA (2004) “Gobierno de Ernesto Samper”. Disponível em: <<http://www.semana.com/on-line/articulo/gobierno-ernesto-samper/62715-3>>. Recuperado em: 29/01/2014.

_____ (2008). “Uribe vs. Corte Suprema: ¿Qué salidas hay?”. Disponível em: <<http://www.semana.com/on-line/articulo/uribe-vs-corte-suprema-que-salidas-hay/93539-3>>. Recuperado em: 25/12/2014.

_____ (2009). “En el fin del fin las Farc optan por el terrorismo”. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/en-fin-del-fin-farc-optan-terrorismo/104113-3>>. Recuperado em: 10/01/2015.

_____ (2010). “El paso a paso de Uribe vs. la Corte”. Disponível em: <<http://www.semana.com/politica/articulo/el-paso-paso-uribe-vs-corte/120173-3>>. Recuperado em: 25/12/2014.

SERBIN, Andrés (2009). “Las políticas exteriores latinoamericanas: dilemas teóricos y prácticos frente a la globalización”. **Documentos de Trabajo** 244. Disponível em:

<http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/244-serbin.pdf>. Recuperado em: 05/09/2014.

SNYDER, Richard C.; BRUCK H.W. & Burton Sapin. **Foreign Policy Decision-Making: an Approach to the Study of International Politics**. Glencoe, IL: Free Press, 1962.

STEIN, Arthur A. (2006). “Chapter 10: Constraints and Determinants: Structure, Purpose, and Process in the Analysis of Foreign Policy”. In: STARR, Harvey (ed.). **Approaches, Levels and Methods of Analysis in International Politics: Crossing Boundaries**. Pp. 189- 212.

TICKNER, Arlene B. (2000). “Tensiones y consecuencias indeseables de la política exterior estadounidense en Colombia”. **Colombia Internacional** 49-50: 39-61.

_____. (2004). “La securitización de la crisis colombiana: Bases conceptuales y tendencias generales”. **Colombia Internacional** 60: 12-35.

_____. (2007). “Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales”. **Colombia Internacional** 65: 90-111.

_____. (2008). “Los estados y la securitización: dinámicas de seguridad andina”. **Primeiro Congresso de Ciência Política**. Bogotá: ACCPOL.

TICKNER, Arlene B.; HERZ, Mônica. “No Place for Theory? Security studies in Latin America”. In Tickner, A.B. & Blaney, D.L. (ed). **Thinking International Relations Differently**. Routledge. 2012.

TICKNER, Arlene B.; PARDO, Rodrigo (2003). “En busca de aliados para la ‘Seguridad Democrática’: la política exterior del primer año de administración Uribe”. **Colombia Internacional** 56-57: 64-81.

TOKATLIAN, J. Gabriel (1998). “Pos-Guerra Fría y Política Exterior: de la autonomía relativa a la autonomía ambigua”. **Análisis Político** 28: 22-40.

_____. (1999). “Colombia en guerra: las diplomacias por la paz”. **Desarrollo Económico** 39(155): 339-360.

_____. (2001). “Colombia, el Plan Colombia y la Región Andina ¿Implosión o concertación?”. **Nueva Sociedad** 173: 126-143.

TORRIJOS, Vicente (2011). “La Política de Seguridad en Colombia: ¿Ruptura o continuidad creativa?”. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad** 6(1): 113-125.

TUSSIE, Diana. “Hemispheric Relations: Building contests in the Dawn of a New Era”. In: COOPER, Andrew; MACE, Gordon & Tim SHAW (ed.). **Inter-American Cooperation at a Crossroads**. Palgrave-Macmillan, 2010: 23- 42.

VALENCIA, German Darío (2007). “Reconstrucción analítica del proceso de desarme, desmovilización y reinserción con las Autodefensas Unidas de Colombia, 2002-2007”. **Perfil de Coyuntura Económica** 10: 147-191.

VANGUARDIA (2013). “Encuentro Santos-Capriles genera tensión con Venezuela”. Disponível em: < <http://www.vanguardia.com/actualidad/colombia/210465-encuentro-santos-capriles-genera-tension-con-venezuela>>. Recuperado em: 10/01/2015.

VAN KLAVEREN, Alberto. “Análise das Políticas Externas Latino-Americanas: Perspectivas Teóricas” in: MUÑOZ, Heraldo; TULCHIN, Joseph S. **A América Latina e a Política Mundial**. Tradução de Maria Alice G. Correa Meyer e Alcione T. Soares da Silva. São Paulo: Convívio, 1986: 1-20.

VARGAS, Alejo (2004). “El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. Políticas, estrategias y doctrinas”. **Nueva Sociedad** 192: 85-97.

VARGAS, Luis Fernando; SOSA, Santiago & Juan David RODRIGUEZ (2012). “El Comercio como Plataforma de la Política Exterior Colombiana en la Administración de Juan Manuel Santos”. **Colombia Internacional** 76: 259-292.

VELÁSQUEZ, Carlos A. “La Seguridad en las Agendas Subregionales Suramericanas”. In: VARGAS, Alejo (ed.). **Perspectivas Actuales de la Seguridad y la Defensa en Colombia y en América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel (2007). “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. **Contexto Internacional** 29(2): 273-335.

WALT, Stephen M. (1991). “The Renaissance of Security Studies”. **International Studies Quarterly** 35(2): 211-239.

WHITEHEAD, Laurence; NOLTE, Detlef. (2012). “The Obama Administration and Latin America: A Disappointing First Term”. **GIGA Focus International Edition** 6. Disponível em: <<http://www.giga-hamburg.de/de/publication/the-obama-administration-and-latin-america-a-disappointing-first-term>>. Recuperado em: 12/03/2014.

WIARDA, Howard J. “La Política Interna y Exterior de Sudamérica” in: POPE ATKINS, G. **Sudamérica en la Década de 1990: El desarrollo de las relaciones internacionales en una nueva era**. Tradução de Cristina Peña. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990: 39-62.

WILLIS, Laura; BENITO, Christian (2012). “De Uribe a Santos: cambios y continuidades de la política colombiana en 2011”. **Revista de Ciencia Política** 32(1): 87-107.

WILLIAMS, Michael C. (2003). “Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics”. **International Studies Quarterly** 47: 511-531.

WOLFERS, Arnold (1952). ““National Security” as an Ambiguous Symbol”. **Political Science Quarterly** 67(4): 481-502

ZEPEDA, Beatriz; EGAS, María Gabriela (2011). “La política exterior de la revolución ciudadana: opinión y actitudes públicas”. **Revista Mexicana de Política Exterior** 93: 95-134.

ZULUAGA, Jaime; STOLLER, Richard (2007). “U.S. Security Policies and United States-Colombia Relations”. **Latin American Perspectives** 34(1): 112-119.

ANEXO I- CRONOLOGIA DE EVENTOS BILATERAIS COLÔMBIA –ESTADOS UNIDOS (2002-2014)

JUNHO 16-20 2002 – Álvaro Uribe se entrevista com o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, o Secretário de Estado, Donald Rumsfeld e a conselheira da Secretaria de Estado, Condoleezza Rice, entre outros representantes do governo estadunidense a fim de ter uma primeira aproximação com o executivo, legislativo e a sociedade civil desse país, e revisar os temas de maior interesse mútuo nos âmbitos bilaterais e multilaterais.

JUNHO 24-26 2002 – Visita de Andrew Natsios (USAID) a Bogotá. Se entrevistou com o Presidente Pastrana e o Presidente eleito, Álvaro Uribe. Discutiram o papel da USAID para promover o desenvolvimento do país, assistir aos deslocados internos e fortalecer as instituições democráticas.

AGOSTO 6-8 2002 – Visita de Robert Zoellick, representante comercial dos Estados Unidos, e de John Walters, do escritório de controle de drogas dos Estados Unidos (ONCDP pelas siglas no inglês) para o ato de posse do Presidente Uribe. Ambos representantes expressaram o compromisso dos Estados Unidos com a ajuda à Colômbia. Anunciaram a ampliação e renovação do ATPA e os adiantamentos na implementação da Iniciativa Andina contra as Drogas e o Plano Colômbia.

AGOSTO 13-14 2002 – Visita de Marc Grossman, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, reiterando a colaboração dos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico e o terrorismo, o fortalecimento das instituições e a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

SETEMBRO 18-20 2002 – Visita do General James Hill, Comandante do Comando Sul, para fazer acompanhamento às atividades de cooperação antinarcóticos. Se reuniu com o Presidente Uribe, a Ministra da Defesa, Marta Lucía Ramírez e membros da cúpula militar.

SETEMBRO 23-26 2002 – O Presidente Uribe se encontra com o Presidente Bush e o vice-presidente Dick Cheney para revisar os lineamentos da agenda bilateral e ressaltar a importância

de continuar e aprofundar a cooperação com os Estados Unidos na luta contra o narcotráfico e o terrorismo, de fortalecer as instituições democráticas, da proteção ao meio ambiente e os direitos humanos e o impulso à economia colombiana. Apresentaram medidas de continuidade do Plano Colômbia e outros programas para garantir a segurança e o respeito aos direitos humanos. Uribe se reuniu também com representantes dos bancos multilaterais e empresários americanos para obter mais recursos para a economia e acordar o pagamento de dívidas para os anos seguintes. As partes instaram ao compromisso com o livre comércio e a renovação e ampliação das preferências do ATPA e ATPDEA e um possível Tratado de Livre Comércio (TLC).

DEZEMBRO 3-4 2002 – Visita do Secretário de Estado, Colin Powell, ao Presidente Uribe e à Chanceler Barco para renovar os compromissos entre os dois países, especialmente referente ao combate do *narcoterrorismo* e os desafios da crise humanitária na Colômbia, discutem ademais assuntos de interesse comum no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

DEZEMBRO 12-13 2002 – A Chanceler colombiana, Carolina Barco, se entrevistou com o Secretário de Estado, Colin Powell, o Procurador Geral, John Ashcroft, o diretor da USAID, Andrew Natsios, e o diretor do Escritório de Combate às Drogas e o Crime (ONDCP), John Walters para discutir temas da agenda multilateral, especialmente os de maior interesse dentro do Conselho de Segurança da ONU. Se reforça a ideia de um acordo bilateral de comércio e a renovação do programa de interdição aérea, também se levanta a ideia de um projeto de reflorestamento da floresta tropical desmatada pelos cultivos ilícitos.

JANEIRO 14 2003 – No ato de posse do Presidente do Equador, a Chanceler Barco se encontra com Clay Johnson, chefe de pessoal da Casa Branca, e com Curtis Struble, subsecretário de Estado encarregado para Assuntos do Hemisfério Ocidental. Trataram temas de interesse com os países vizinhos em relação à cooperação antinarcóticos, cooperação em segurança e assuntos de propriedade intelectual.

FEVEREIRO 3-7 2003 – Visita de Phil Chicola (Diretor de Assuntos Andinos) a funcionários do governo colombiano para discutir a possibilidade do TLC entre a CAN e os Estados Unidos, conversaram também sobre o programa de antinarcóticos e o acordo de interdição aérea, assim como os preparativos para a Conferência Regional de Segurança desse ano.

MARÇO 11-13 2003 – Visita de Curtis Struble, Sec. Assisente para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, e da delegação dos Estados Unidos para a Conferência Regional de Segurança convocada por Colômbia e com participação do Peru, o Equador, a

Bolívia, o Brasil, o Panamá e a Venezuela. As delegações assinaram o “Compromisso para o Fortalecimento da Coordenação da Luta contra o Terrorismo, o Problema Mundial das Drogas e de Delitos Relacionados” para aprofundar a cooperação e a coordenação entre as instituições nacionais no enfrentamento ao terrorismo e o narcotráfico.

ABRIL 17 2003 – A Chanceler, Carolina Barco, se entrevistou com a subsecretária de Assuntos Globais do Departamento de Estado em Viena, Áustria, durante a reunião da Comissão de Estupefacientes da ONU. Abordaram temas da Lei de Conservação da Floresta Tropical, drogas e tráfico de pessoas.

ABRIL 25 2003 – O Secretário do Tesouro, John Snow, visitou Cartagena e expressou respaldar as reformas econômicas em andamento, fez-se uma avaliação de como o fortalecimento da segurança beneficia o crescimento econômico e promoveu a elegibilidade da Colômbia participar na Lei de Conservação da Floresta Tropical adiantada nos Estados Unidos.

ABRIL 27-29 2003 – Visita do Embaixador Francis Taylor, Secretário Assistente para Assuntos de Segurança Diplomática do Departamento de Estado, com o objeto de definir detalhes do programa de proteção a altos funcionários colombianos nos Estados Unidos.

ABRIL 29- MAIO 3 2003 – Visita a Estados Unidos do Presidente Uribe, se reúne com o Presidente Bush e Colin Powell, o secretário de comércio, Donald Evans e lideranças no Congresso desse país para fazer seguimento à agenda bilateral, procurando aprofundar a agenda comercial e a assinatura de um TLC bilateral. Uribe apresentou um balanço dos objetivos alcançados com a aplicação da Política de Segurança Democrática, e frisa na necessidade de continuar recebendo o apoio dos Estados Unidos para a luta contra o terrorismo e o narcotráfico. Definiram-se detalhes da renovação dos programas de interdição aérea, avaliaram assuntos relativos à situação regional e procurou-se o outorgamento do Estatuto de Proteção Temporal para os colombianos residentes nesse país.

MAIO 12-14 2003 – Visita de Roger Mackin (ONDCP) para se entrevistar com diversos ministros e funcionários de alto nível e reiterar o compromisso dos Estados Unidos nos esforços antinarcóticos e antiterroristas, especialmente no que se refere ao lavado de ativos, interceptação e investigação de ilícitos.

MAIO 26-28 2003 – Visita de Paul Grove, *staff chief* do subcomité de operações estrangeiras do Senado, e de Marc Wheat, assessor do Departamento de Estado para Assuntos do Senado. Tiveram reuniões com o Presidente Uribe e a Chanceler Barco para avaliar o tema da segurança

regional, as ações da Colômbia em relação às fronteiras e à implementação e avanço dos programas de cooperação com o apoio do governo do Estados Unidos.

MAIO 29-30 2003 – Visita de Grant Green, subsecretário de Assuntos Administrativos do Departamento de Estado para discutir temas administrativos relacionados com a segurança e revisar detalhes do programa de proteção a altos funcionários de Estado.

JUNHO 9 2003 – A Chanceler, Carolina Barco, se entrevistou com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell durante a Assembleia Geral da OEA para discutir assuntos de agenda bilateral.

JUNHO 12-13 2003 – Visita de Lorne Craner, Secretário Assistente para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado para discutir temas relativos à segurança, os Direitos Humanos, e direitos dos trabalhadores de companhias de exploração de petróleo e gás natural com funcionários do Ministério de Defesa Nacional e do Ministério de Minas e Energia.

SEM DATA 2002-2003 – Houve nove visitas de congressistas estadunidenses para analisar assuntos relacionados à política de luta contra as drogas, diversos componentes do Plano Colômbia e da situação de Direitos Humanos no país.

SEM DATA 2003-2004 – Se destacam como principais logros do período o apoio à estratégia do Plano Colômbia, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento social, a recuperação da economia e a luta contra o narcotráfico e o terrorismo; a restauração do programa de interdição aérea com U\$ 50 milhões para os quatro anos seguintes, o acordo de cooperação para a luta contra o sequestro com um aporte de U\$ 25 milhões; e o aprofundamento da relação comercial.

JULHO 22 2003 – Visita da Vice-fiscal estadunidense, Mary Lee Warren, à Colômbia para abordar temas relacionadas com as condenas de extraditados e cooperação judicial.

JULHO 26 2003 – Visita do Diretor da ONCDP à Colômbia para se reunir como Presidente e altos funcionários do governo. Visitou as bases militares e as lideranças da luta antidrogas. Se reconheceram os progressos na redução dos cultivos ilícitos. Se fez um balanço do Plano Colômbia e da importância do programa de interdição aérea.

JULHO 29-30 2003 – Visita do subsecretário de Estado para Assuntos Políticos para revisar a agenda bilateral a través do Mecanismo Bilateral de Alto Nível. Discutiram o acordo bilateral sobre entrega de presos aos Estados Unidos, o balanço do Plano Colômbia, os últimos detalhes

do Acordo de Interdição Aérea e reiteraram a não concessão do Status de Proteção Temporária para colombianos.

AGOSTO 7-8 2003 – Visita do representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick para analisar os laços comerciais e o interesse de negociar o TLC entre os dois países.

AGOSTO 12 2003 – Visita do Chefe do Estado Maior Conjunto dos Estados Unidos, General Richard Myers. Se entrevista com o Presidente Uribe, a Chanceler Barco, o Ministro da Defesa e o Comandante das Forças Armadas para discutirem a cooperação bilateral para combater o narcotráfico e o terrorismo.

AGOSTO 19 2003 – Visita do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, para anunciar a retomada do programa de interdição aérea, discutiram a eventual assinatura do acordo bilateral sobre entrega de presos dos Estados Unidos. Felicitou ao Presidente Uribe pela estratégia adotada e os progressos da Segurança Democrática.

AGOSTO 27-29 2003 – Visita do Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Mel Martínez, buscando mecanismos de financiamento para a habitação em comunidades pobres, cooperação técnica para gerar fontes de financiamento, mercado secundário e renovação urbana.

SETEMBRO 30 2003 – Visita do Presidente Uribe aos Estados Unidos durante o 58º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Houve reuniões com o Secretário de Estado, Colin Powell, de Defesa, Donald Rumsfeld e lideranças no Congresso. Abordaram temas como a Política de Segurança Democrática, a desmobilização de autodefesas, a luta contra o sequestro e o tráfico ilícito de armas. Se deu um balanço da aplicação de recursos do Plano Colômbia e da redução da violência.

OUTUBRO 15 2003 – Visita do diretor de operações de infraestrutura do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Charles Williams, para inaugurar o novo prédio da USAID na Colômbia.

NOVEMBRO 3 2003 – Reunião entre o Presidente Uribe e o Secretário de Estado, Colin Powell. Discutiram o Estatuto de Proteção Temporária e a recomendação do Departamento de Estado de não concedê-lo. Se fizeram reconhecimentos pela libertação de estadunidenses sequestrados pelas FARC e acordaram começar as negociações do TLC.

NOVEMBRO 4 2003 – Visita da administradora da DEA, Karen Tandy, para apresentar os novos membros da equipe como contato permanente com as autoridades colombianas.

Abordaram temas como extradição, lavado de ativos e luta mundial contra as drogas e o terrorismo.

FEVEREIRO 24 2004 – Visita do subcomandante do Estado Maior Conjunto dos Estados Unidos, General Peter Pace, no marco da cooperação militar existente. Revisaram a estratégia de transformação da força pública, os resultados das operações da Política de Segurança Democrática e a situação nas fronteiras. Ressaltaram os logros na erradicação de cultivos de coca e papoula e a importância da Polícia Nacional em todos os municípios do país.

MARZO 4 2004 – Visita do Presidente Uribe aos Estados Unidos para se entrevistar com altos mandos do Comando Sul e agradecer os esforços de cooperação realizados para derrotar o terrorismo e o narcotráfico, assim como fortalecer a democracia na Colômbia. O Presidente também se reuniu com o Governador do Estado da Flórida, Jeb Bush, para analisar a relação comercial e o turismo à Colômbia desde esse estado.

MARÇO 22-25 2004 – Visita do Presidente Uribe aos Estados Unidos. Se entrevistou com o Presidente George W. Bush, o Secretário de Estado Powell, o Secretário Rumsfeld, o diretor da ONCDP, John Walters, o diretor da CIA, George Tenet, o Secretário de Comércio, Donald Evans, o diretor da USAID, Andrew Natsios e membros do Congresso para examinar os avanços do Plano Colômbia e os programas que deviam ser executados antes de 2005, ano que terminou o acordo. Discutiram o problema de ordem pública na Colômbia, as expectativas de negociação do TLC, os migrantes colombianos nos Estados Unidos, apoio às capacidades aéreas do país e o possível retorno dos Estados Unidos à Organização Internacional do Café. Apresentaram os principais logros da Política de Segurança Democrática em 2003.

ABRIL 29 2004 – Visita do subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Marc Grossman, para revisar o compromisso com a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, o apoio para a consolidação do Plano Patriota e o Plano Colômbia. Abordaram também assuntos relacionados com os direitos humanos e o sequestro de três estadunidenses. Informaram ao subsecretário das últimas estatísticas da Política de Segurança Democrática.

MAIO 16 2004 – Visita da Vice-fiscal assistente dos Estados Unidos, Mary Lee Warren, para discutir temas da cooperação judicial, extradição e desmobilização de membros das AUC.

SEM DATA 2004 – Visita de congressistas para supervisão de programas de cooperação, negociação do TLC, luta contra as drogas e o terrorismo, avanços da PSD, fortalecimento de direitos humanos, entre outros.

OUTROS PRIMEIRO SEMESTRE 2004 – Celebração da Semana Afrocolombiana em Washington D.C. Assistência técnica para a Aerocivil. Acordo de Assistência para a regulação da água potável e o saneamento básico. Programa de cultura de legalidade. Programas de assistência humanitária. Lei de Conservação de Florestas Tropicais. Doação da sala técnica do DAS-Interpol.

SETEMBRO 1 2004 – Encontro entre o Presidente Uribe e o Secretário de Estado, Colin Powell no ato de posse do Presidente do Panamá, Martín Torrijos. Uribe apresentou os resultados do programa de erradicação de cultivos ilícitos, abordaram temas referentes à continuidade do Plano Colômbia, a extradição de ex-combatentes dos grupos paramilitares e do programa de reinserção.

SETEMBRO 7-8 2004 – Vista do Fiscal Geral da Colômbia, Luis Camilo Osorio, aos Estados Unidos para se reunir com seu homólogo, John Ashcroft e funcionários do Departamento de Justiça e de Estado.

SETEMBRO 21- 24 2004 – Visita do Vice-Presidente, Francisco Santos, a Washington. Se reuniu com funcionários do Departamento de Estado, Justiça e membros do Congresso para tratar assuntos relacionados com a situação dos Direitos Humanos na Colômbia.

SETEMBRO 28 – OUTUBRO 1 2004 – O Presidente Uribe e a Chanceler Carolina Barco visitam os Estados Unidos para tratar uma agenda de temas comerciais, migratórios e multilaterais. Organizaram uma conferência com investidores interessados na Colômbia, uma rodada binacional de Negócios e uma palestra com a comunidade colombiana no estado da Flórida.

SETEMBRO 30 – OUTUBRO 10 2004 – Visita do Ministro da Defesa, Jorge Alberto Uribe a Washington para se reunir com seu homólogo, Donald Rumsfeld, e outros funcionários do governo dos Estados Unidos, o Czar Antidrogas, John Walters, subsecretários do Departamento de Estado e membros do Congresso.

FEVEREIRO 3-4 2005 – Visita de Andrew Natsos, da USAID, à Colômbia, acompanhado do Secretário Adjunto do Departamento de Estado para o Hemisfério Ocidental para abordar as políticas da Mesa de Cooperação e Coordenação Internacional.

FEVEREIRO 12-14 2005 – Visita do Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Marc Grossman, para fazer seguimento aos resultados da cooperação bilateral contra o terrorismo e

o fortalecimento democrático, no qual se destacaram os esforços do governo colombiano através do Plano Colômbia.

FEVEREIRO 21-22 2005 – Visita do governador da Flórida, Jeb Bush, em missão comercial para aproximar 190 empresas desse Estado com o mercado colombiano.

FEVEREIRO 24-25 2005 – A Chanceler Barco se reuniu com os Consul da Colômbia nos Estados Unidos para analisar temas de atenção aos colombianos e os avanços do programa “Colombia nos une”, vistos colombianos e o impacto da proposta migratória do governo Bush nos Estados Unidos.

MARÇO 7-9 2005 – Visita da diretora de assuntos andinos, Lisa Bobbie Schreiber-Hughes para se referir à extradição e a convergência de posições a esse respeito de ambos governos.

ABRIL 10-11 2005 – Visita do General Richard Myers, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos. Se entrevista com altos mandos militares e responsáveis do Ministério da Defesa da Colômbia para analisar aspectos da cooperação contra o terrorismo e as drogas.

ABRIL 27-28 2005 – Visita da Secretária de Estado, Condoleezza Rice, em seu primeiro tour pela América Latina. Na ocasião reiterou o apoio do governo Bush à PSD, abordaram a continuidade do Plano Colômbia, as negociações do TLC e o programa de reinserção, assim como a estabilidade regional. Estiveram presentes o Presidente Uribe, a Ministra de Relações Exteriores, o Ministro da Defesa e o Ministro de Indústria, Comércio e Turismo.

MAIO 3 2005 – Visita do Subsecretário de Defesa dos Estados Unidos, Douglas Feith, para presidir a terceira reunião do grupo bilateral de trabalho em temas de defesa. Abordaram quatro enfoques da cooperação bilateral: política, luta antinarcóticos, modernização das armas e terrorismo.

MAIO 11 2005 – Visita do General Bahtz Creaddock, Chefe do Comando Sul, em entrevista com o Presidente Uribe para analisar os avanços da erradicação de cultivos ilícitos, as operações no sul do país e a continuidade do Plano Colômbia.

MAIO 19-21 2005 – Visita do Subsecretário de Energia, Clay Sell, para a Conferência sobre Investimentos no Petróleo e Gás na Colômbia. Em entrevista com o Presidente Uribe analisaram o alto potencial dos hidrocarbonetos da Colômbia e as oportunidades de negócio para projetos de exploração. Destacou também os avanços da segurança no país e a oportunidade para o setor.

JUNHO 18-20 2005 – A Chanceler Barco visita os Estados Unidos acompanhada do Vice-Presidente Francisco Santos e o Alto Comissário para a Paz, Luis Carlos Restrepo, para expor aspectos centrais da Lei de Justiça e Paz e o processo de desmobilização.

JULHO 26 2005 – Visita do Subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Nicholas Burns, em reunião com altos funcionários do governo, o Presidente Uribe, o Ministro da Defesa, Camilo Ospina, o Fiscal Luis Camilo Osorio e o Alto Comissário para a Paz. Burns manifestou estar contente com o trabalho do governo colombiano na luta antinarcóticos e a cooperação bilateral contra o terrorismo, assim como a desmobilização de ex-combatentes das AUC.

AGOSTO 3-4 2005 – Encontro entre os Presidentes Uribe e Bush na macro rodada de negócios em Houston, especialmente para o setor energético. Se destacou o apoio à Colômbia ainda que o Plano Colômbia acabasse. Bush destacou os avanços na redução de homicídios, atos terroristas e sequestros.

AGOSTO 23 2005 – Visita do Fiscal Geral dos Estados Unidos, Alberto González para discutir o novo sistema penal acusatório, a cooperação da polícia judiciária, o fortalecimento da proteção às vítimas e testemunhas, a Lei de Justiça e Paz, a reciprocidade do intercâmbio de presos e o fortalecimento da Unidade de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.

SETEMBRO 14-18 2005 – Visita do Presidente Uribe e da Chanceler Barco aos Estados Unidos para o 60º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Após sua intervenção na Assembleia se entrevistou com Nicholas Burns, Subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, os Presidentes da Câmara e do Senado, e lideranças do congresso em temas de relações externas. O Presidente deu uma conferência a um grupo de empresários sobre investimentos na Colômbia, instalou a Feira Imobiliária de Camacol nos Estados Unidos, conversou com os colombianos no estado de Nova Jersey, e conversou com o comitê editorial do jornal “The Washington Post”.

NOVEMBRO 9 2005 – Encontro do Presidente Uribe e da Chanceler Barco com o Diretor da ONCDP, John Walters, em Bogotá. Debateram o orçamento para o ano fiscal 2006 e os avanços na luta contra o narcotráfico e o terrorismo, e solicitaram recursos para o ano fiscal 2007. Walters se encontrou com o Diretor Nacional de Estupefacientes e ratificaram o compromisso do governo estadunidense em apoiar as entidades que lutam contra o tráfico de drogas.

DEZEMBRO 12-14 2005 – Encontro entre Uribe e o assessor do Senador Richard Lugar, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, Carl Meachan. Discutiram temas relacionados com os avanços da luta contra as drogas, o Plano Patriota e a aprovação do orçamento para os anos fiscais 2006 e 2007.

DEZEMBRO 15 2005 – O Presidente Uribe participa da clausura do Painel sobre Políticas nas Américas na Universidade de Nova Iorque (NYU), onde também se encontravam os ex-presidentes Felipe González da Espanha; Ernesto Zedillo do México; e o ex Secretário de Estado, Henry Kissinger. Uribe se referiu à recuperação econômica da Colômbia, o avanço da PSD, a reativação social, os processos de paz e as aproximações com os grupos guerrilheiros das FARC e o ELN.

FEVEREIRO 13 2006 – Os Ministros de Relações Exteriores dos países centro-americanos, da República Dominicana, a Colômbia e o Equador se reuniram para estabelecer um diálogo com o governo e o congresso dos Estados Unidos para trabalhar em assuntos migratórios.

FEVEREIRO 14-17 2006 – Reunião dos Presidentes Uribe e Bush, o assessor comercial Rob Portman, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, o Secretário de Agricultura e alguns congressistas com o objetivo de impulsionar política e tecnicamente a última rodada de negociações do TLC entre a Colômbia e os Estados Unidos.

FEVEREIRO 14-19 2006 – Visita da Ministra Barco a Washington, Houston, Los Angeles, San Francisco e Nova Iorque para trabalhar em assuntos consulares. Se reuniu também com a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, para revisar temas da agenda bilateral com ênfase nos assuntos migratórios. Se reuniu com a Secretária Adjunta de Estado para o Controle das Drogas, Anne Patterson, com quem revisou os resultados da luta contra o problema mundial das drogas.

MARÇO 14-15 2006 – Visita da Subsecretária de Estado para a Diplomacia Pública, Karen Hughes, com quem subscreveram um acordo bilateral de proteção da propriedade cultural para evitar o tráfico ilegal de bens culturais. Revisaram temas relativos ao TLC, o Plano Colômbia, e a delinquência na região.

MARÇO 22-24 2006 – Visita do Embaixador Henry Compton, coordenador de antiterrorismo do Departamento de Estado, e do Embaixador John Maisto, representante dos Estados Unidos na OEA, para a sexta sessão do Comité Interamericano contra o Terrorismo. Tiveram também um encontro bilateral com os Vice-Ministros da Defesa e de Relações Exteriores para discutir os resultados da luta contra as drogas e o terrorismo na Colômbia e na região.

ABRIL 3 2006 – Visita da Subsecretária de Estado Assistente para Temas Consulares, Maura Harty, para institucionalizar o Grupo de Trabalho Bilateral sobre Assuntos Consulares visando o desenvolvimento de temas sobre notificação consular, assistência consular, vistos, entre outros.

ABRIL 7 2006 – Encontro do Presidente Uribe com o Senador e Presidente do Comité Judiciário do Senado dos Estados Unidos, Arlen Speter, e o Senador Jeff Sessions. Plantearam aspectos relacionados à luta contra as drogas, o Plano Colômbia e a proposta de uma segunda fase até 2010. Abordaram também o debate da proposta de reforma migratória em trâmite no Congresso dos Estados Unidos.

ABRIL 27 – MAIO 3 2006 – Visita da Chanceler Barco aos Estados Unidos para participar num seminário sobre a reforma migratória. Se reuniu com a Secretária Adjunta de Estado para o Controle das Drogas, Anne Patterson, o Subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Nicholas Burns, e o Diretor da ONCDP, James O’Gara.

MAIO 8 2006 – Reunião do Presidente Uribe com Representantes da Câmara dos Estados Unidos para urgir a aprovação do TLC. Apresentou o balanço da luta contra as drogas e o terrorismo e a importância de continuar essa cooperação.

MAIO 25-26 2006 – Visita do Secretário de Estado Adjunto para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon em encontro com a Chanceler Barco e o Presidente Uribe. Discutiram assuntos regionais e o fortalecimento da integração regional na CAN, o G3 e o Mercosul; a urgência do TLC. Abordaram temas de segurança, luta contra o terrorismo, o problema mundial das drogas e a aprovação de US\$ 726,8 milhões para fortalecer a cooperação com a Colômbia.

AGOSTO 2006 – Assinatura de convênio com Estados Unidos para doação de US\$ 36 milhões, através do governo norte-americano e USAID, para apoio ao processo de reinserção de combatentes de grupos ilegais desmobilizados nas Colômbia.

SEM DATA 2006 – Desembolso de US\$ 266 milhões na luta contra as drogas e o terrorismo, assim como a garantia de recursos para a área social dirigidos para o desenvolvimento alternativo, atenção à população deslocada, fortalecimento institucional, incluindo US\$ 18 milhões para a área de reintegração.

SETEMBRO 20 2006 – Em Nova York, Álvaro Uribe encontra-se com a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, que informa que os Estados Unidos continuarão apoiando o Plano

Colômbia e reconhece o progresso alcançado pelo governo, fruto da política de segurança democrática.

NOVEMBRO 13-14 2006 – Presidente Álvaro Uribe e a chanceler María Consuelo Araújo vão a Washington para reunião com Condoleezza Rice, Susan Shwab (USTR), Henry Paulson (secretário do Tesouro), Elaine Chao (secretária do Trabalho), Richard Lugar (senador) e Charles Rangel (deputado). Buscavam apoio para a extensão do ATPDEA.

NOVEMBRO 21 2006 – Assinatura do Acordo de Livre Comércio, seguido, em 2006, pela aprovação e extensão das preferências tarifárias.

NOVEMBRO 2006 – Jonathan D. Farrar, secretário adjunto para democracia, direitos humanos e assuntos trabalhistas dos Estados Unidos, visita Colômbia. Tratou dos temas: plano nacional de ação em direitos humanos, a representação da Colômbia na OIT e a estratégia de estímulo às investigações de casos de violações dos direitos humanos de sindicalistas.

JANEIRO 2007 – Colômbia apresenta a estratégia de consolidação do Plano Colômbia: fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social entre 2007 e 2013, orientada a partir da consolidação dos resultados da política de segurança democrática e na luta contra as drogas e o terrorismo. São seis eixos: luta contra terrorismo e narcotráfico; fortalecimento da justiça e promoção dos direitos humanos; abertura de mercados; desenvolvimento social; atenção à população deslocada; e desmobilização, desarmamento e reintegração. A chancelaria considera importante o apoio público do presidente George W. Bush, que promete para 2008 aportes de US\$ 586 milhões. O apoio também se deu pela Iniciativa regional antidrogas para a área andina, o Programa de financiamento militar estrangeiro, os recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e os recursos da Agência Antidrogas do Departamento de Estado. A Colômbia busca contar com o apoio bipartidário nos Estados Unidos, para isso pretende informar e guiar coalizões, líderes e comitês do Congresso americanos, *think tanks* e a mídia daquele país sobre os benefícios do Acordo de Livre Comércio.

SEM DATA 2007 – Firma-se o “Memorando de entendimento para uma relação estratégica de segurança para promover a cooperação entre os governos dos Estados Unidos e Colômbia”.

MARÇO 2007 – Assinatura do novo Acordo de Interdição Aérea (ABD) entre os dois países.

MARÇO 19 2007 – Chanceler se reúne com Condoleezza Rice e diversos congressistas em Washington para buscar apoio dos EUA na consolidação do Plano Colômbia, na estratégia de

fortalecimento da democracia e do desenvolvimento e para o Acordo de Livre Comércio. Ressaltou compromisso com a Lei de Justiça e Paz.

MAIO 2007 – Entra em vigor o programa Colômbia Nos Une, que permite que cidadãos colombianos residentes nos Estados Unidos possam contribuir para a Previdência por meio do banco Western Union.

MAIO 1-4 2007 – Presidente Uribe reúne-se com seu par norte-americano, com representantes do Congresso, a democrata Nancy Pelosi, representantes do comércio e o presidente da Federação Americana para o Trabalho. Promoção da aprovação do Acordo de Livre Comércio e da cooperação com a Colômbia. Uribe participou da Conferência Anual do Conselho das Américas e do Center for American Progress.

JUNHO 4 2007 – Mudança no “travel warning” do Departamento de Estado, que reconhece a contínua queda na violência das cidades colombianas, o que tem incidência no turismo e negócios.

SEM DATA 2007 – Pela segunda vez em quatro anos, George W. Bush realiza visita de Estado à Colômbia, na qual trata dos seguintes assuntos: estratégia de fortalecimento da democracia e do desenvolvimento (êxitos e perspectivas da parceria e êxitos na luta contra a produção e o tráfico de drogas); Acordo de Livre Comércio (processo legislativo e apoio); negociações de paz com grupos armados à margem da lei (Lei de Justiça e Paz e negociação com Exército de Libertação Nacional); cooperação em energia alternativa (biocombustíveis e Extractive Industries Transparency Initiative); travel warning.

SEM DATA 2007 – Visita de oito delegações bipartidárias do Congresso americano, incluindo uma com o presidente do Comitê de Serviços Armados, Ike Skelton. Os congressistas se reuniram com o presidente da República, altos representantes do governo, do Congresso e das Forças Armadas.

SEM DATA 2007 – Visita do empresário Bill Gates, sobre o impacto da tecnologia e do diálogo na educação e desenvolvimento. Encontrou-se com o presidente Álvaro Uribe.

SEM DATA 2007 – Visita do presidente do Instituto das Américas, Jeffrey Davidow, que se reuniu com o chanceler. Ofereceu apoio através de seu instituto e de outras organizações para promover maior conhecimento da Colômbia nos Estados Unidos.

SEM DATA 2007 – Visita do vice-presidente da Câmara de Comércio dos EUA, John Murphy, para dialogar sobre o processo de aprovação do Acordo de Livre Comércio e projetar cenários para aumentar o comércio entre os dois países.

JUNHO 6-9 2007 – Presidente Uribe, com o chanceler Fernando Araújo e a ministra da Cultura, Paula Moreno, entre outros, vai a Nova York onde se encontra com o presidente do Comitê de Arbitragem da Câmara, empresários e com a comunidade colombiana do Queens. Apresentou a agenda binacional com os Estados Unidos.

SEM DATA 2007– Alinhada com a política externa da Colômbia, a Direção de Assuntos Culturais desenvolveu seis eixos para promover o país no exterior, sendo um deles o “Colômbia, País que Pensa”, que realizou 22 eventos em diferentes cidades dos Estados Unidos.

SEM DATA 2007 – Consolidação do Plano Colômbia, com apoio dos Estados Unidos na luta contra as drogas e o terrorismo, assim como respaldo nos processos de desmobilização e reintegração, governabilidade democrática, promoção de alternativas econômicas e sociais para o plantio de ilícitos. O Congresso norte-americano aprovou ajuda no total de US\$ 535 milhões.

SEM DATA 2007 – Relação econômica com bastante ênfase nos Estados Unidos, principalmente em questões de preferência tarifária aprovadas pelo Congresso dos EUA em 28 de fevereiro de 2008, que abrem as portas para o Tratado de Livre Comércio.

SEM DATA 2006-2007 – EUA é o principal parceiro econômico da Colômbia, sendo destino de 34,6% das exportações do país no período. 26% das importações colombianas provêm dos Estados Unidos.

JUNHO 6-8 2007 – Ministra da Cultura e vice ministro de relações trabalhistas da Colômbia vão a Washington para reunião com congressistas e meios de comunicação para tratar de direitos trabalhistas e população negra.

JUNHO 7-8 2007 – Presidente Uribe vai a Washington para reuniões com seis congressistas, agentes de Estado e meios de comunicação para tratar da aprovação do Tratado de Livre Comércio.

JUNHO 2007 – Vice-presidente visita Chicago, San Francisco, Atlanta e Houston para encontros com líderes locais, empresários hispânicos e meios de comunicação para tratar sobre drogas, redução da violência e direitos humanos.

JUNHO 26 2007 – Vice-Procuradora Assistente dos EUA vai a Bogotá para reuniões com presidente Uribe e entrevistas com o Procurador-Geral, vice-presidente, diretor da Polícia Nacional, diretor da Direção Nacional de Narcóticos e a Suprema Corte de Justiça.

JUNHO 23-24 2007 – O alto conselheiro para a reintegração reúne-se em Washington com dirigentes de ONGs de direitos humanos, congressistas e centros de investigação para apresentar o programa de reintegração social e econômica de pessoas e grupos armados.

JUNHO 27 2007 – A presidente e CEO do America Society e do Council of Americas reúne-se com o presidente Uribe em Bogotá após participar do Congresso “Colômbia aos Olhos de Wall Street, crescimento e oportunidades”.

JUNHO 27-29 2007 – Ministro de Comércio, Indústria e Turismo vai a Washington para reuniões com congressistas, meios de comunicação empresários e funcionários da Representação Comercial dos EUA sobre o Tratado de Livre Comércio.

JULHO 22-26 2007 – Vice-presidente colombiano vai a Washington tratar de avanços na proteção dos direitos humanos e trabalhistas para analistas políticos, representantes de “think tanks”, secretário de defesa, diretor da ONDCP, secretária de Estado e o subsecretário de Estado para assuntos políticos, além de reuniões com 13 congressistas dos dois partidos.

JULHO 22 2007 – Presidente Uribe e ministro Fernando Araújo Perdomo vão a Nova York para o Dia da Colombianidade.

AGOSTO 6 2007 – Ministro de Relações Exteriores vai a Miami, onde reúne-se com as empresas VF Corporation e Seaboard Marine e com congressistas democratas da Flórida, com objetivo de apresentar os resultados do Plano Colômbia e reiterar os benefícios para o Estado do Tratado de Livre Comércio.

AGOSTO 24 2007 – Chefe do departamento de assuntos de segurança nacional da Escola Naval de Postgrado (Califórnia), Douglas Porch, visita Colômbia para conhecer o programa de desmobilização promovido pelo governo.

AGOSTO 29 2007 – Secretário de Comércio acompanha a Medellín comitiva bipartidária dos Estados Unidos, também composta por representantes democratas Rubén E. Hinojosa (Texas) e Rodney Alexander (Louisiana) e o prefeito de Boston, Thomas M. Menino.

SETEMBRO 13 2007 – O Chefe do Comando Sul e o Chefe do Comando Maior dos Estados Unidos se reúnem com o presidente Uribe em Bogotá para transmitir o interesse dos EUA em ter o apoio da Colômbia para a libertação dos três sequestrados norte-americanos.

OUTUBRO 3-7 2007 - Ministra da Cultura vai a Washington para reunião com congressistas e meios de comunicação para tratar de direitos trabalhistas e população negra.

OUTUBRO 3-7 2007 – Ministro da Defesa se reúne com congressistas dos EUA, funcionários do Departamento de Defesa e com centros de investigação.

OUTUBRO 3-7 2007 – No marco da reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, a diretora do Departamento Nacional de Planejamento, o alto conselheiro para Reintegração e o ministro da Fazenda Crédito Público se reúnem com congressistas em Washington.

OUTUBRO 3 2007 – Secretário de Defesa dos EUA se reúne com Uribe em Bogotá para reiterar apoio à Colômbia e à luta contra as drogas e o terrorismo, além do progresso em casos de direitos humanos (Santo Domingo, Caño Seco e La Gabarra), a participação da Venezuela nos diálogos com as FARC e a Fase II do Plano Colômbia.

OUTUBRO 13 2007 – Delegação bipartidária do Congresso americano, presidida pelo Secretário de Comércio, visita a Colômbia para conhecer de forma direta a posição do governo, das centrais sindicais e da sociedade civil acerca de temas de trabalho, justiça social e o impacto social e comercial do TLC.

OUTUBRO 23-24 2007 – Ministro da Agricultura vai a Washington para reuniões com congressistas e meios de comunicação sobre o Tratado de Livre Comércio.

NOVEMBRO 13-15 2007 - Ministro de Comércio, Indústria e Turismo vai a Washington para reuniões com congressistas, meios de comunicação, empresários e funcionários da Representação Comercial dos EUA sobre o Tratado de Livre Comércio.

NOVEMBRO 8 2007 – Diretor da Agência Nacional do Controle de Drogas reúne-se com presidente Uribe em Bogotá para ver os últimos resultados para a política de segurança democrática, principalmente na luta contra as drogas e o terrorismo. Também teve audiências com ministro da Defesa, diretor Antidrogas, diretor-geral da Polícia Nacional e o diretor nacional de Narcóticos, além de visitar o Centro de Estudos Superiores da Polícia.

NOVEMBRO 18-19 2007 – Em Cartagena e Medellín, delegação bipartidária do Congresso americano, presidida pelo Secretário de Comércio, visita a Colômbia para conhecer de forma direta a posição do governo, das centrais sindicais e da sociedade civil acerca de temas de trabalho, justiça social e o impacto social e comercial do TLC.

DEZEMBRO 1-3 2007 – Vice-presidente se reúne com congressistas e meios de comunicação para a aprovação do TLC.

DEZEMBRO 7 2007 – Em Bogotá e Medellín, delegação bipartidária de congressistas americanos, presidida pelo subsecretário de Estado, reúne-se com o prefeito de Medellín, o governador de Antioquia e com desmobilizados. Também tiveram encontros com o diretor o MAAP/OEA, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, representante do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Procurador-Geral da Colômbia.

DEZEMBRO 18 2007 - Delegação da Coalizão para Negócios entre os EUA e América Latina reúne-se com chanceler em Bogotá para conhecer a realidade colombiana e mostrar suas impressões sobre o TLC com Peru.

DEZEMBRO 20 2007 - Conselheiro do Departamento de Estado, Eliot Cohen, se reúne com Uribe em Bogotá para conhecer os avanços na luta contra as drogas e o terrorismo.

DEZEMBRO 20 2007 - Assinatura de acordo entre EUA e Colômbia relativo ao programa de supressão do tráfico aéreo de entorpecentes e outros ilícitos - Acordo Air Bridge Denial.

JANEIRO 19 2008 – Diretor da Agência Nacional de Controle de Drogas, juntamente com quatro deputados, visita Bogotá para conhecer os avanços do governo da Colômbia e a importância econômica, social e estratégica do TLC.

JANEIRO 19 2008 - Presidente da Rede de Segurança Nacional, Rand Beers, juntamente com os embaixadores Peter Romero e Thomas Pickering, se reúnem com Escola Nacional Sindical e com o diretor do Programa Presidencial de Direitos Humanos para conhecer o papel da Colômbia como sócio na região e o impacto do TLC.

JANEIRO 25 2008 – Em Bogotá, a secretária de Estado dos EUA, acompanhada dos chefes das divisões de assuntos do Hemisfério Ocidental, Economia e Negócios, Assuntos Públicos e Assuntos Legislativos, reuniram-se com o presidente Uribe, o procurador-geral da Colômbia e o prefeito de Medellín, além de sindicalistas, pessoas desmobilizadas e deslocadas, a fim de ter conhecimento da situação no país.

FEVEREIRO 22 2008 – O diretor-adjunto de Inteligência Nacional dos EUA se reuniu em Bogotá com o presidente Uribe e o ministro da Defesa para analisar as estratégias de fortalecimento da cooperação da luta contra o terrorismo (High Value Targets), principalmente nas áreas operacional, técnica e investigativa.

ABRIL 6 2008 – Em Cartagena, a representante comercial dos EUA, acompanhada de nove congressistas democratas e republicanos e de funcionários de sua autarquia, conheceu do governo e dos representantes da sociedade civil os impactos da luta contra as drogas e o terrorismo.

MAIO 19 2008 – Diretor-adjunto do FBI reúne-se em Bogotá com o presidente Uribe.

JUNHO 1-2 2008 – Durante a Assembleia Geral da OEA, em Medellín, o secretário-adjunto de Estado reuniu-se com o presidente Uribe para reiterar o apoio da administração Bush à aprovação do TLC e à política de consolidação da segurança democrática.

AGOSTO 6 2008 – Reunião do Chanceler e a diretora de Assistência ao Estrangeiro e administradora da USAID para ressaltar a importância da cooperação dos Estados Unidos para a Colômbia.

AGOSTO 9 2008 – Visita do Representante Gregory Meeks à Colômbia para intercambiar opiniões sobre a agenda afro-colombiana com Uribe e a aprovação do TLC.

AGOSTO 17 2008 – Visita do Presidente Uribe a Atlanta (EUA) para o Segundo Fórum de Competitividade dos Andes. Discutiu sobre o TLC e as preferências ATPDEA com a prefeita dessa cidade.

AGOSTO 31 2008 – O Senador Chuck Hagel visita Cartagena e se reúne com o Presidente Uribe para tratar temas referentes à cooperação dos Estados Unidos à Colômbia em segurança e inteligência. Reiteraram a importância da cooperação dos Estados Unidos para a luta contra as drogas ilícitas e o TLC.

SETEMBRO 20 2008 – Reunião dos Presidentes Uribe e Bush para tratar temas relativos à luta contra o terrorismo e o narcotráfico, o trâmite do TLC no Congresso dos Estados Unidos e as preferências arancelárias do ATPDEA. Em 18 de Setembro o Chanceler e a Secretária de Estado tinham se reunido para subscrever um memorando sobre cooperação em energia limpa e renovável.

OUTUBRO 6 2008 – Visita do Secretário Assistente de Estado do Departamento de Segurança Interior à Colômbia para subscrever um memorando para o intercâmbio de informações sobre passaportes provisionais.

OUTUBRO 9 2008 – O diretor da ONCDP se reuniu em Bogotá com o Presidente Uribe para compartilhar o informe de cultivos ilícitos e produção de cocaína de 2007 na Colômbia.

NOVEMBRO 24 2008 – Reunião do Presidente Uribe com o Presidente da Federação de Câmaras de Comércio Colombo-Americanas para discutir o investimento entre Estados Unidos e Colômbia. Se propõe um grupo de trabalho conjunto com PROEXPORT para a aprovação do TLC.

SEM DATA 2008 – 37 congressistas norte-americanos visitaram a Colômbia no período, para tratar principalmente da continuação do Plano Colômbia e a aprovação do Tratado de Livre Comércio. Reuniram-se com o presidente Álvaro Uribe, altos representantes do Executivo, Legislativo e Forças Armadas, além de meios de comunicação, ONGs e acadêmicos. São esses os congressistas: Silvestre Reyes (Texas), Roy D. Blunt (Missouri), David Eugene (Carolina do Norte), Adam B. Schiff (Califórnia), Sam Farr (Califórnia), Rush Dew Holt Jr (New Jersey), David Dreier (Califórnia), Jeff Miller (Flórida), Wayne Gilchrest (Maryland), Henry Cuellar (Texas), George Miller (Califórnia) William Delahunt e James McGovern (Massachusetts), Darrell Issa (Califórnia), Silvestre Reyes (Texas), Mark Soudee, Ander Crenshaw e John Mica (Flórida).

SEM DATA 2008 - Assinatura de diversos acordos para transferência de dinheiros dos EUA para a Colômbia com os seguintes objetivos: desmobilização e reintegração (Objetivo Estratégico núm. 514-010); governabilidade democrática (Objetivo Estratégico núm. 514-007); promover alternativas econômicas e sociais à produção de ilícitos (Objetivo Estratégico núm. 514-008); apoio a pessoas deslocadas e outros grupos vulneráveis (Objetivo Estratégico núm. 514-009).

SEM DATA 2008 - Assinatura de acordo de transferência de propriedade de dois helicópteros Sikorsky, da aeronave Cesna Crand Caravan e de quatro aviões Schweizer dos Estados Unidos para a Colômbia.

JANEIRO 13 -2009 – O Presidente Uribe recebe do Presidente Bush a medalha à liberdade por seu compromisso com a liberdade, a democracia e o estado de direito. Uribe impõe à Ordem de São Carlos à Secretária de Estado, Condoleezza Rice, ao Secretário de Comércio, Carlos

Gutierrez, à representante comercial Susan Schwab e ao Secretário de Defesa, Robert Gates. Se reuniram também para intercambiar ideias para a consolidação do Plano Colômbia.

FEVEREIRO 2009 – Gira do Vice-Presidente Francisco Santos nos Estados Unidos para promover à Colômbia como destino de investimentos, conhecer experiências em indústrias de inovação e alertar sobre o dano ambiental gerado pela produção de cocaína. Se reuniu com os embaixadores do Conselho de Segurança das Nações Unidas para discutir os avanços da Colômbia referente às crianças no conflito armado. Apresentou a iniciativa de responsabilidade compartilhada ao prefeito de Chicago.

FEVEREIRO 16-17 2009 – Visita da delegação do Comité de Expropriações da Câmara dos Estados Unidos, encabeçada pela Representante Rita Lowey. Discutiram com o Presidente o Plano Colômbia e a aprovação do TLC.

FEVEREIRO 25-26 2009 – O Chanceler se reuniu com a nova Secretária de Estado, Hillary Clinton, o assessor de segurança da Casa Branca, James Jones, e diversos congressistas para reiterar a importância e o interesse de ambos países para tratar o trabalho coordenado em temas como o TLC, o Plano Colômbia, assuntos energéticos e biodiversidade. Se apresentou a estratégia de cooperação para o Caribe.

MARÇO 2009 – Entrevista do Presidente Uribe com o Secretário do Tesouro, Timothy Geithner com ocasião da 50ª Assembleia de Governadores do BID. Intercambiaram ideias para fazer frente à crise econômica mundial. Discutiram temas de interesse da agenda do Presidente Obama, tais como energia, meio ambiente, Plano Colômbia, TLC, cooperação regional, entre outros.

ABRIL 14 2009 – Visita do Presidente do Subcomité de Comércio da Câmara, o Representante Sander Levin, para obter informações para os informes internos do Congresso dos Estados Unidos e emitir recomendações sobre a viabilidade de incluir o TLC na agenda legislativa dos Estados Unidos.

MAIO 29 2009 – Visita do Congressista Gregory Meeks e uma delegação de lideranças de organizações afro-americanas. Se mostraram satisfeitos com os avanços da Colômbia na proteção de minorias étnicas.

JUNHO 29 2009 – Encontro dos Presidentes Obama e Uribe para rever temas prioritários na agenda bilateral. Se reafirmou a relação estratégica bilateral e o interesse de avançar no TLC. Renovaram os compromissos no avanço do fortalecimento institucional, direitos humanos,

direitos trabalhistas e atenção à população vulnerável. Uribe se reuniu também com o Secretário de Comércio, Gary Locke, o representante comercial, Ron Kirky e o Diretor da ONCDP, Gil Kerlinkowske.

JULHO 9 2009 – O Presidente Uribe visitou o Sun Valley para a conferência anual de Allen & Company e mostrou o progresso da Colômbia nos últimos anos. Teve encontros com importantes empresários estadunidenses interessados no país.

AGOSTO 18 2009 – O Chanceler Jaime Bermúdez se reuniu com a Secretária de Estado Hillary Clinton para dialogar temas da agenda bilateral como segurança, Plano Colômbia, energia, meio ambiente, comércio e assuntos regionais. Depois encontrou ao Assessor de Segurança Nacional, o General (r) James Jones Jr. para discutir temas da agenda da Colômbia e o papel estratégico da região e o Acordo de Cooperação em Segurança e Defesa.

AGOSTO 21 2009 – Delegação de Representantes da Câmara dos Estados Unidos visita Bogotá. Se adiantam gestões para fortalecer as instituições democráticas por meio da cooperação com parlamentares estrangeiros, brindar assistência técnica e melhorar os sistemas de rendição de contas, transparência e independência do Legislativo.

SETEMBRO 3 2009 – Quinta reunião do grupo de trabalho consular entre a Vice-Ministra Clemencia Forero e a Subsecretária de Assuntos Consulares Janice Jacobs para tratar temas de cooperação judiciária, vistos, entre outros.

SETEMBRO 4 2009 – Visita do diretor da ONCDP, Gil Kerlikowse para conhecer os avanços na luta contra o narcotráfico e a política de redução do consumo. No encontro com o Presidente Uribe assistiram também o Embaixador na Colômbia, William Brownsfield e membros do escritório de Assuntos Narcóticos da embaixada.

SETEMBRO 21 2009 – O Presidente Uribe viaja a Nova Iorque para o 64º período de sessões ordinárias da Assembleia Geral das Nações Unidas e se reuniu com altos funcionários do governo estadunidense.

SETEMBRO 25 2009 – O Presidente Uribe participou da comemoração do centenário da Escola de Extensão de Harvard em Boston, e participou do seminário “Desafios da Democracia na América Latina”.

OUTUBRO 1 2009 – O Presidente da Delegação ao Congresso Hemisférico de Câmaras de Comércio Latinas dos Estados Unidos, o Capitão (r) William Alexander, se reúne com o Chanceler Bermúdez para oferecer respaldo à PSD e o TLC.

OUTUBRO 14 2009 – O Coordenador Nacional Adjunto de Cúpulas das Américas do Departamento de Estado, Thomas Pierce, se reuniu com a Vice-Ministra Clemencia Forero para definir o tema e detalhes da Cúpula de 2010, a ser realizada na Colômbia.

OUTUBRO 30 2009 – Os Governos da Colômbia e os Estados Unidos subscrevem o Acordo Complementário para a Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança com o intuito de ter um trabalho coordenado na luta contra o narcotráfico, o acesso a treinamento e instrução, melhor tecnologia, exercícios combinados, fortalecimento dos sistemas de vigilância, e intercâmbio de informações de inteligência.

NOVEMBRO 4 2009 – O Governador do estado de Alabama, Bob Riley, se reuniu com o Presidente Uribe para tratar da aproximação comercial entre os Estados Unidos e a Colômbia e impulsionar a aprovação do TLC. Se realizaram rodadas de negócios nos departamentos de Antioquia, Caldas, Cundinamarca e Risaralda.

NOVEMBRO 6 2009 – Visita de Joseph Kennedy II, Presidente da Citizens Energy Corp. para dialogar sobre temas energéticos e de desenvolvimento urbano.

DEZEMBRO 4 2009 – Lorne Craner, Presidente do Instituto Republicano Internacional, se reuniu com o Chanceler Bermúdez para dialogar sobre o trabalho do instituto na Colômbia e assuntos como o TLC e a população afro-colombiana. Se organizou o XI seminário “Institucionalidad y Democracia”.

DEZEMBRO 9 2009 – Membros do Centro contra o Crime e os Narcóticos dos Estados Unidos se reúnem com o Presidente Uribe para explicar ao governo colombiano os resultados preliminares do estudo anual sobre cultivos de coa e produção de cocaína do ano 2008.

JANEIRO 9 2010 – Uma delegação de congressistas dos Estados Unidos, encabezados pelo Representante Eliot Engel, se reuniu com o Presidente Uribe para dialogar sobre a agenda bilateral. Anunciaram a criação da Comissão de Políticas Antidrogas para o Hemisfério Ocidental, avanços na aprovação do TLC e a consolidação do Plano Colômbia.

JANEIRO 12 2010 – O Secretário de Estado Adjunto, James Steinberg, e o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Chris McMullen, se reuniram com o Presidente Uribe para discutir a aprovação do TLC, a situação regional, avanços dos direitos humanos na Colômbia, e a criação da Comissão de Políticas Antidrogas para o Hemisfério Ocidental.

JANEIRO 19 2010 – O Presidente do Export-Import Bank, Fred Hochberg, se reuniu com o Presidente Uribe para discutir o processo de acordo comercial e impulsionar a aprovação do TLC.

FEVEREIRO 2010 – O Presidente Obama envia ao Congresso um orçamento com recorte de U\$ 464.945 milhões para 2011, respondendo ao processo de nacionalização do Plano Colômbia que está se propondo desde a Embaixada dos Estados Unidos em Bogotá.

FEVEREIRO 25 2010 – O diretor da CIA, Leon Panetta, se reuniu com o Presidente Uribe para estreitar os vínculos entre os dois governos. Abordaram temas de fortalecimento da cooperação bilateral em segurança e a situação regional.

FEVEREIRO 18 2010 – O Senador George Lemieux se reuniu com o Presidente Uribe para dialogar sobre temas como o Acordo de Segurança e Defesa, fortalecer a cooperação em segurança, a aprovação do TLC, desenvolvimentos político-militares na região e perspectivas para fortalecer organizações regionais como a OEA. Assistiu também o Ministro da Defesa, Gabriel Silva.

MARÇO 1 2010 – Reunião entre o Presidente Uribe e a Secretária de Estado Hillary Clinton para abordar temas como a capitalização do BID e as tragédias no Chile e no Haiti.

MARÇO 4 2010 – O Chanceler Bermúdez se reuniu com a Secretária de Estado Hillary Clinton para discutir a aprovação do TLC.

MARÇO 11 2010 – o Presidente Uribe se reúne com o Assessor de Segurança Nacional, o General (r) James Jones Jr. para dialogar sobre a cooperação do Plano Colômbia, a aprovação do TLC e a situação regional de segurança.

ABRIL 6 2010 – Uma delegação de congressistas encabeçada pelo Representante Mario Diaz-Balart se reuniu com o Presidente Uribe no Foro Econômico Mundial versão Latino-América para dialogar sobre o TLC, a cooperação no Plano Colômbia, a situação regional, iniciativas de energia como o ECPA e o desenvolvimento econômico do país.

ABRIL 7 2010 – O Secretário Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Arturo Valenzuela, se reuniu com o Presidente Uribe no Foro Econômico Mundial versão Latino-América para discutir a aprovação do TLC, a luta contra as drogas, a situação da segurança regional, o ECPA e o desenvolvimento econômico do país.

ABRIL 7 2010 – O Comandante do Comando Sul, General Douglas Fraser, se reuniu com o Presidente Uribe para dialogar sobre temas de segurança, cooperação no Plano Colômbia, o Acordo de Segurança e Defesa, luta contra as drogas e a situação da segurança regional.

ABRIL 8 2010 - O Presidente do Export-Import Bank, Fred Hochberg, se reuniu com o Presidente Uribe no Foro Econômico Mundial versão Latino-América para dialogar sobre os investimentos na Colômbia, Ecopetrol, as refinarias de Cartagena e Barrancabermeja, acesso aos mercados colombianos e a coordenação de projetos de iniciativa pública e privada.

ABRIL 15 2010 – O Secretário de Defesa, Robert Gates, se reuniu com o Presidente Uribe e o Ministro da Defesa Gabriel Silva para ratificar as relações e o apoio do governo dos Estados Unidos à Colômbia. Conversaram sobre a situação da segurança regional e o compromisso frente a luta contra o narcotráfico.

ABRIL 20 2010 – O Subsecretário do Escritório para a Democracia, os Direitos Humanos e Trabalhistas, Michael Posnar, reuniu-se com o Presidente Uribe para tratar dos avanços em direitos humanos e trabalhistas no país. Teve também reuniões com representantes de organizações e defensores de direitos humanos, lideranças trabalhistas e representantes do governo colombiano.

ABRIL 28 2010 – O Diretor da CIA, David Fitzgerald, se reuniu com o Presidente Uribe para discutir a cooperação bilateral e a situação regional em matéria de segurança.

MAIO 10-12 2010 – O Chanceler Bermúdez participou da 400ª Conferência de Washington sobre as Américas. Se reuniu com o Secretário de Estado Adjunto, James Steinberg, o Assessor de Segurança Nacional, o General (r) James Jones Jr., o Representante Howard Bern, Presidente do Comité de Relações Exteriores da Câmara, entre outros para lançar a iniciativa de promoção dos interesses da Colômbia e divulgar o país no poder legislativo dos Estados Unidos.

MAIO 20 2010 – Oficiais da National War College se reuniram com a Vice-Ministra de Relações Exteriores Clemencia Forero para saber a percepção colombiana sobre a segurança regional e a agenda bilateral. Tiveram reuniões com representantes da Agência Presidencial para a Cooperação e a Ação Social (Acción Social) e das Forças Militares da Colômbia.

JUNHO 8-9 2010 – Visita da Secretária de Estado Hillary Clinton à Colômbia para assinar um acordo (?).

SEM DATA 2010 - O Presidente Juan Manuel Santos e o Presidente Barack Obama fazem expressa sua vontade de robustecer os laços binacionais, propõem-se o objetivo fundamental

de ampliar e diversificar a agenda comum, sem abandonar os tradicionais temas de cooperação em segurança e luta contra o problema mundial das drogas, e incorporam à agenda bilateral novos âmbitos de interação em matérias como ciência, tecnologia e inovação; biodiversidade, proteção do meio ambiente e mudança climática; energia; educação de qualidade e cultura; e democracia e bom governo, entre outros. Permitindo o diálogo horizontal e fortalecendo o relacionamento institucional.

SEM DATA 2010-2011 – Na solicitação de recursos para o ano fiscal 2012, a ajuda total destinada a operações no exterior para a Colômbia diminuiu em 21,08% respeito ao orçamento do ano fiscal 2010-2011, ou seja, passou de 507.135 milhões de dólares a 400.280 milhões de dólares, lembrando que o governo Obama recortou cerca de 200 programas, e considerando que o Plano Colômbia se encontra em fase de nacionalização, e que a cooperação dura mais de onze anos, quando foi concebida para somente seis.

AGOSTO 7 2010 - Uma delegação do Congresso dos Estados Unidos liderada pelo representante democrata Elliot Engel, se reuniu com o Presidente Álvaro Uribe Vélez, em seu último encontro como Chefe de Estado e Governo. Intercambiaram ideias sobre temas de interesse na agenda bilateral, assuntos regionais, avanços em direitos humanos e desmobilização.

AGOSTO 7 2010 - O Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, General James Jones, se reuniu com o Presidente Álvaro Uribe Vélez, em seu último encontro como Chefe de Estado e Governo com o General Jones, para dialogar sobre temas de interesse na agenda bilateral e a consolidação da relação estratégica bilateral. Esteve acompanhado de Dan Restrepo, assessor especial do presidente Obama e Diretor de Assuntos para o Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional.

AGOSTO 8 2010 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com uma delegação do Congresso dos Estados Unidos liderada pelo representante democrata Elliot Engel, nos atos da sua posse. Conversaram sobre temas de interesse na agenda bilateral. Foi a oportunidade para gerir a renovação do apoio no Congresso dos Estados Unidos em temas como o Plano Colômbia, o processo de aprovação do TLC e a consolidação da relação estratégica bilateral.

AGOSTO 8 2010 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com o Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o General James Jones, nos atos da sua posse, para discutir temas da agenda bilateral como a aprovação do TLC; o Marco de Diálogo e Cooperação Conjunta; o Acordo de Cooperação em Segurança e Defesa; e a situação regional. Esteve acompanhado de

Dan Restrepo, assessor especial do presidente Obama e Diretor de Assuntos para o Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional.

AGOSTO 9 2010 - A Vice-ministra de Relações Exteriores, Clemencia Forero, se reuniu com uma delegação do *staff* do Congresso dos Estados Unidos.

AGOSTO 17 2010 – A Corte Constitucional, declara que o Acordo Complementar para a Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança, subscrito pela Colômbia e os Estados Unidos em 30 de outubro de 2009, não poderia surtir efeitos no ordenamento interno colombiano até não ter cumprido com o trâmite constitucional previsto para os tratados. O acordo se referia essencialmente à utilização de sete bases militares colombianas pelas forças armadas estadunidenses.

AGOSTO 30 2010 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com uma delegação do Congresso dos Estados Unidos liderada por Silvestre Reyes (democrata, Texas). Dada a vinculação dos congressistas ao Comité de Inteligência da Câmara, foram abordados temas relativos à cooperação em segurança e defesa, à normalização das relações com a Venezuela e o Equador, e à aprovação do TLC.

SETEMBRO 10 2010 – Em Nova Iorque, a Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, se reuniu com o Secretário de Estado adjunto para Direitos Humanos, Democracia e Trabalho d Departamento de Estado dos Estados Unidos, Michael Posner. Na reunião trataram os temas da agenda bilateral, como a aprovação do TLC, o Diálogo de Alto Nível, entre outros. A Ministra e o Presidente também encontraram à Secretária de Estado, Hillary Clinton, para discutir temas de agenda como a aprovação do TLC, o diálogo de alto nível e a situação regional.

SETEMBRO 20 2010 – Em Nova Iorque, a Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, se reuniu com o Secretário Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Arturo Valenzuela.

SETEMBRO 21-24 2010 – Encontro bilateral no marco da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Os presidentes Juan Manuel Santos y Barack Obama, redimensionaram a lista de prioridades da relação bilateral e consolidar uma relação horizontal entre parceiros, ao redor de uma agenda ampliada e diversificada.

OUTUBRO 25 2010 – Primeira Reunião do Diálogo Bilateral de Alto Nível. Conformaram-se três Grupos de Trabalho: Ciência e Tecnologia; Energia, e Democracia, Direitos Humanos y Bom Governo.

DEZEMBRO 22 2010 – Prorrogação do ATPDEA por seis semanas, como gesto de apoio à Colômbia, depois árduos esforços diplomáticos. A renovação dessa concessão unilateral até o TLC vigorar era uma prioridade do governo da Colômbia, devido à importância do acesso preferencial ao principal destino das exportações nacionais.

SEM DATA 2011 – A Chanceler María Ángela Holguín e o Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, William Burns, subscreveram o Acordo sobre Transporte Aéreo que substituirá o instrumento subscrito em 1956. Esse novo acordo de “Céus Abertos” permitirá o aumento nas frequências aéreas das rotas existentes, a criação de novos trajetos para voos de carga e de passageiros e contribuirá ao maior intercâmbio comercial e cultural entre os dois países.

JANEIRO 8 2011 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com os senadores republicanos John McCain e John Barrasso com o objetivo de reiterar o compromisso dos senadores com a extensão das preferências arancelárias e com a assinatura do TLC.

JANEIRO 13 2011 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com o representante Sander Levin com o objetivo de discutir o trâmite do TLC no Congresso dos Estados Unidos e procurar o apoio do congressista para a aprovação. Em 14 de janeiro o representante Levin se encontrou com o Vice-presidente Angelino Garzón para discutir as medidas tomadas para o cumprimento dos direitos trabalhistas.

JANEIRO 18 2011 - O Presidente Santos se reuniu com o Sr. Kerlikowske, Diretor da ONCDP para revisar a luta contra o problema mundial das drogas e conhecer a nova estratégia da Administração Obama, orientada a um modelo de enfrentamento desde a perspectiva de saúde pública.

JANEIRO 21 2011 - O Presidente Santos encontrou-se com Timothy Rieser, Assessor do Senador Democrata, Patrick Leahy para abordar os avanços em direitos humanos e discutir o trâmite do TLC no Congresso.

FEVEREIRO 2011 - Encontro preparatório para a Reunião Ministerial a ser realizada no segundo semestre de 2011, em Santo Domingo- República Dominicana. Fez-se ênfase na

necessidade de vincular ao setor privado e continuar contando com o apoio das organizações internacionais como o BID, a CEPAL, a CAF e a OEA.

FEVEREIRO 11 2011 - A Fiscal Geral da Nação, o Comandante das Forças Armadas e o Diretor da Polícia Nacional se reuniram com o Secretário Adjunto do Departamento de Estado para Assuntos Antidrogas, William Brownfield.

FEVEREIRO 16-18 2011 - Uma delegação do Governo dos Estados Unidos conformada por membros do Escritório do Representante Comercial, o Departamento do Trabalho, o Departamento de Estado e da Casa Branca se encontraram com representantes da Presidência da República, o Ministério do Interior e da Justiça, o Ministério Público, a Polícia Nacional, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Proteção Social.

FEVEREIRO 26-27 2011 – O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu em Cartagena com o senador Max Baucus e com uma delegação de empresários dos dois países.

MARÇO 3 2011 - A Vice-Ministra de Relações Exteriores, Mónica Lanzetta Mutis, recebeu ao Secretário de Estado adjunto para a População, Refugiados e Migrações dos Estados Unidos, Eric Schwartz.

MARÇO 20 2011 - O Presidente Santos reuniu-se com uma delegação de congressistas do Subcomité de Operações Estrangeiras, do Comité de Apropriações da Câmara de Representantes, encabeçado pela representante Kay Granger com o objetivo de reiterar o compromisso da Colômbia na luta contra o crime organizado, o terrorismo e o narcotráfico.

MARÇO 25 2011 – Reunião em Washington D. C. para redefinir os pilares da Iniciativa Caminhos à Prosperidade nas Américas da seguinte maneira: 1) Empoderamento da pequena e mediana empresa; 2) Facilitação do comércio; 3) Fortalecimento da força de trabalho; y 4) Observância em matéria trabalhista e ambiental.

MARÇO 24-25 2011 Primeira Comissão Conjunta Colômbia - Estados Unidos sobre Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARÇO 30-31 2011 – O Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa Colômbia– Estados Unidos teve sua oitava reunião em Washington D. C. Neste marco, os dois países reafirmaram os compromissos de continuar desenvolvendo a associação estratégica para enfrentar o problema mundial das drogas, assim como o terrorismo. Estados Unidos destacou os extraordinários esforços da Colômbia para ser um exportador de defesa e segurança para a região.

ABRIL 19 2011 - O Presidente Santos reuniu-se com uma delegação do Congresso dos Estados Unidos liderada pelo representante republicano Dave Camp com o objetivo de mostrar o trabalho adiantado no Plano de Ação sobre Direitos Trabalhistas.

ABRIL 15 2011 - O Presidente Juan Manuel Santos reuniu-se com o ex-governador da Flórida, Jeb Bush e outros membros do Conselho de Assessores da Whitney University System (WUS). Na reunião se expuseram ideias e propostas sobre a educação superior, particularmente, sobre as possíveis alianças com organizações educativas na Colômbia.

MAIO 4 2011 - O Representante de Comércio dos Estados Unidos, Ron Kirk, enviou a Congresso dos Estados Unidos a carta de solicitação formal para iniciar a consideração do TLC com a Colômbia. Assinala o Embaixador Kirk que o país tem adotado medidas concretas e rápidas com o Plano de Ação estipulado pelos Presidentes Santos y Obama em 7 de abril do mesmo ano, fortalecendo a legislação de proteção dos direitos trabalhistas e sindicais.

MAIO 10-11 2011 – Reuniões para avançar no Plano de Ação Conjunto sobre Igualdade Racial e Étnica, subscrito em 12 de janeiro de 2010 para promover a igualdade de oportunidades e eliminar a discriminação racial e étnica.

MAIO 11 2011 – Audiência do Comité de Finanças do Senado dos Estados Unidos, com participação funcionários da Administração Obama e representantes do setor privado.

MAIO 17 2011. O Presidente Santos se reuniu com uma delegação do Congresso dos Estados Unidos liderada pelo representante Connie Mack com o objetivo de reiterar que a Colômbia é um parceiro com crescente e construtiva influência na região, e com projeção global.

MAIO 31 2011. O Secretário Assistente para Assuntos Políticos e Militares do Departamento de Estado, Andrew Shapiro, se reuniu com as Direções da América, Assuntos Jurídicos Internacionais e Assuntos Políticos Multilaterais do Ministério de Relaciones Exteriores.

MAIO 31 2011 – Segunda Reunião do diálogo de alto nível, em Washington D.C. No encontro, as delegações aprofundaram nas matérias tratadas durante a primeira reunião, abordaram o intercâmbio cultural e desportivo e na agenda de educação. Fizeram maior ênfase nos assuntos relacionados com a democracia e o bom governo. As oportunidades económicas e sociais para as minorias étnicas foram inovações, junto com os temas anteriormente citados. Na ocasião a Chanceler Holguín e a Secretária de Estado, Hillary Clinton intercambiaram opiniões relacionadas a assuntos fundamentais da agenda bilateral, tais como: o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o papel da Colômbia na integração sul-americana, a Cúpula das Américas,

e o possível ingresso da Colômbia ao Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Económica e ao Foro de Cooperação da Ásia- Pacífico (APEC).

JUNHO 6 2011 – Em San Salvador, a Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, se reuniu com o Subsecretário para Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Embaixador William J. Burns, no marco da 41ª Assembleia Geral da OEA. No encontro intercambiaram opiniões sobre o processo de reintegração de Honduras ao sistema interamericano e discutir temas de interesse bilateral.

JUNHO 9 2011 – O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com o Congressista Sander Levin para reiterar a convicção do Governo colombiano com os direitos humanos e mostrar os compromissos e avanços nesse tema.

JUNHO 13 2011 - O Representante de Comércio dos Estados Unidos, Ron Kirk, anunciou que a Colômbia tem cumprido antecipadamente com a segunda fase do Plano de Ação que tinha como data limite o dia 15 de junho de 2011. Esse avanço inclui a legislação correspondente para o restabelecimento do Ministério do Trabalho, a reforma ao Código Penal criminalizando as ações e ameaças que afetam os direitos fundamentais dos trabalhadores, regulações para implementar a aplicação da lei de cooperativas de 2010, e multas significativas para as empresas que violem as leis de cooperativas e se neguem a criar e manter as relações de emprego direto com os trabalhadores afetados, entre outras.

JUNHO 23 2011 - O Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com o Presidente do *Center for American Progress*, John Podesta. O encontro teve como objeto apresentar as transformações políticas, sociais, económicas e institucionais que adianta o governo colombiano em procura de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

AGOSTO 18 2011 – A Vice-ministra de Relações Exteriores, Mónica Lanzetta, reuniu-se com o chefe de missão adjunto da Embaixada dos Estados Unidos, Perry Holloway. Avaliaram a iniciativa proposta por esse país sobre uma Sociedade de Governo Aberto (OGP) e a liderança da Colômbia nos aspectos fundamentais da VI Cúpula das Américas.

AGOSTO 26 2011 – A Vice-ministra de Assuntos Multilaterais, Patti Londoño, reuniu-se com a Secretária de Estado Adjunta dos Estados Unidos para Assuntos Multilaterais, Esther Brimmer, para abordar vários assuntos da agenda multilateral, entre os que destacaram o Plano Colômbia como o exemplo mais bem sucedido da cooperação desse país, assuntos específicos de interesse para o Conselho de Segurança e a Cúpula das Américas.

AGOSTO 29 2011 – O Presidente Juan Manuel Santos reuniu-se com o representante democrata dos Estados Unidos Jim McGovern e Delegados da ONG WOLA, com o objetivo principal de reiterar a importância do TLC dentro da relação bilateral, o compromisso da Colômbia com os direitos humanos e mostrar avanços, não só desse tema, senão também em segurança e política social.

SETEMBRO 3 2011 – Em Valparaíso- Chile, a Chanceler María Ángela Holguín encontrou-se com o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, William J. Burns, na comemoração do décimo aniversário da Carta Democrática Interamericana. Compartilharam perspectivas sobre os principais aspectos da agenda comum no hemisfério e no nível global.

SETEMBRO 23 2011 – Em Nova Iorque, a Chanceler María Ángela Holguín reuniu-se com a Subsecretária de Estado para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, Wendy R. Sherman, no marco da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Intercambiaram pontos de vista e discutiram assuntos transversais de importância estratégica.

SETEMBRO 26 2011 – A Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, reuniu-se com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Foram abordados temas relativos à aprovação do TLC, o Conselho de Segurança, a Cúpula das Américas, a segurança na América Central e o Diálogo de Alto Nível, entre outros.

OUTUBRO 5 2011 – Na República Dominicana aconteceu a IV Reunião Ministerial da iniciativa “Caminhos para a Prosperidade nas Américas”. Os debates dessa reunião se centraram no novo enfoque e metodologia da iniciativa, assim como na adoção de uma declaração e plano de ação focados nos quatro pilares da iniciativa: 1) empoderamento das pequenas e medianas empresas; 2) facilitação do comércio; 3) construção de uma força de trabalho moderna; e 4) desenvolvimento responsável e sustentável das práticas empresariais.

NOVEMBRO 9 2011 – O Representante David Dreier (R-CA), e a delegación de congressistas conformada por Sam Farr, Jeff Fortenberry, Susan Davis, Dennis Cardoza e Gregory Meeks encontraram o Presidente Santos para tratar temas relacionados com as reformas do Estado colombiano encaminhadas a melhorar a qualidade de vida para seus cidadãos, a política externa da Colômbia, o Plano Colômbia, a Lei de Reparação de Vítimas e Restituição de Terras, e o TLC.

NOVEMBRO 18 2011 – O Diretor Adjunto do Escritório de Assuntos Andinos do Departamento de Estado, Philip Laidlaw, reuniu-se com o Diretor de Américas da Chancelaria, Embaixador Carlos Arturo Morales, para compartilhar temas gerais dos temas centrais da agenda bilateral e sub-regional andina.

NOVEMBRO 30 2011 – A Ministra María Ángela Holguín reuniu-se com o Assistente Especial do Presidente Barack Obama e o Director para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Conselho de Segurança Nacional, Dan Restrepo. Estiveram acompanhados pelo Embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, Michael Mckinley, e o Coordenador Nacional para o Processo de Cúpulas, Embaixador Jaime Girón.

DEZEMBRO 6 2011 – O Presidente Juan Manuel Santos, encontrou-se com a Administradora da DEA, Michele Leonhart. O objetivo principal da reunião foi compartilhar perspectivas sobre as estratégias de cada país para combater o narcotráfico e os delitos conexos.

DEZEMBRO 16 2011 – A Ministra María Ángela Holguín reuniu-se com o Embaixador Carlos Pascual, Enviado Especial e Coordenador para Assuntos Energéticos Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, para tratar assuntos relativos à diplomacia energética internacional.

SEM DATA 2011 – Em seguimento aos compromissos da Reunião de Alto Nível de 31 de maio de 2011, podem-se destacar avanços em distintos aspectos. Na mesa de energia se ressalta o intercâmbio de experiências e conhecimento em matéria de biocombustíveis e energias renováveis. Igualmente, na mesa de meio ambiente se registram avanços no desenho de um mecanismo de cooperação para proteger a Amazônia. Enfim, destacam-se os logros nos temas culturais e no fortalecimento dos mecanismos de cooperação entre universidades estadunidenses e o SENA.

JANEIRO 9 2012 – O Presidente Juan Manuel Santos, encontrou-se com o General David H. Petraeus, Diretor da CIA para discutir temas relacionados com o Plano Colômbia e a Cooperação em Segurança.

JANEIRO 11 2012 – O porta-voz da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, John Boehner, junto à delegação composta por Dave Camp, Dan Boren, Greg Walden, Richard Hastings, John Kline e Devin Nunes, se reuniram com o Presidente Juan Manuel Santos, com o fim de revisar a evolução e o estado atual do Plano Colômbia e se informar melhor sobre a projeção da Colômbia como líder regional.

JANEIRO 11 2012 – O Presidente Juan Manuel Santos encontrou-se com o Diretor Executivo do *American Jewish Committee* -AJC-, David Harris, e a Diretora do Instituto Latino e Latino-americano do AJC, Dina Siegel Vann, para compartilhar perspectivas sobre a possível mediação da Colômbia para restabelecer o processo negociador entre Israel e Palestina.

JANEIRO 19 2012 – O Presidente Juan Manuel Santos reuniu-se com Michael Shifter e Peter Hakim do centro de pensamento “Inter American Dialogue”, com o fim de gerar e aproveitar cenários para o posicionamento da Colômbia nas dinâmicas temáticas mundiais.

JANEIRO 19 2012 – A Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, reuniu-se com a Subsecretária para a Segurança Civil, a Democracia e os Direitos Humanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, María Otero. No encontro intercambiaram ideias sobre a cooperação da Colômbia Centro-américa (SICA), o informe dos Estados Unidos sobre trata de pessoas, o projeto de lei que cursava no Congresso da República sobre a reforma à Justiça Penal Militar (JPM) e temas de índole multilateral que se discutem nas Nações Unidas.

JANEIRO 30 2012 – O Presidente Santos se reúne com a Subsecretária de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Wendy R. Sherman, quem encontrou a Ministra de Relações Exteriores María Ángela Holguín no dia seguinte. Nestas reuniões dialogaram sobre os temas da agenda bilateral.

FEVEREIRO 26 2012 – O Senador Patrick Leahy, Presidente do Comitê Judiciário do Senado, e a delegação de congressistas conformada por Richard Shelby, Kent Conrad, Chris Coons, Peter Welch, Xavier Becerra e Tim Rieser, se reuniram com o Presidente Juan Manuel Santos a fim de intercambiar ideias sobre os avanços das Forças Armadas no tema de direitos humanos, a aplicação da lei de vítimas e restituição de terras, e a atenção à população vulnerável por causa do conflito armado.

FEVEREIRO 28-29 2012 – O Presidente Santos reuniu-se com a delegação do Instituto Judio para os Assuntos de Segurança Nacional, liderada pelo General James T. Hill. No encontro intercambiaram ideias sobre a cooperação da Colômbia a centro-américa (SICA), especialmente em matéria de segurança, o Plano Colômbia, o Plano Nacional de Consolidação Territorial, desafios de segurança na região e o trabalho nestes temas.

MARÇO 27 2012 – O Presidente Juan Manuel Santos reuniu-se com o Comandante Geral das Forças Militares dos Estados Unidos, Martin E. Dempsey. O objetivo principal do encontro foi dialogar sobre os temas da agenda bilateral em matéria de segurança, particularmente no

relacionado com a Estratégia de Segurança para Centro-américa, o Plano Colômbia e o fortalecimento do trabalho como parceiros estratégicos.

MARÇO 30 2012 – Reunião de coordenação em Washington D.C. para efetuar o seguimento aos compromissos adquiridos por ambos governos durante o Diálogo de Alto Nível de Segurança Estratégica, realizado em 23 de fevereiro de 2012. Propõe-se criar um plano de ação levando em conta uma lista comum dos esforços de cooperação no hemisfério ocidental, assim como preparar uma guia para que os Presidentes Santos e Obama anunciaram, no marco da VI Cúpula das Américas, a criação dessa estratégia. No plano de ação se decidiu que a coordenação se levaria em três níveis: a) o Comité Cooperação Técnica em Segurança (The Security Cooperation Technical Committee - SCTC), que reuniu-se com experts em maio de 2012 na Colômbia para continuar trabalhando no andamento da estratégia; b) o Grupo de Coordenação para a Cooperação em Segurança (Security Cooperation Coordinating Group - SCCG, o qual se reuniria cada seis meses, em junho de 2012 e novembro ou dezembro de 2012 com a finalidade de preparar e planejar as discussões do Diálogo de Alto Nível; e c) o Diálogo de Alto Nível de Segurança Estratégica (The High Level Strategic Security Dialogue - HLSSD), que no nível dos gabinetes dará revisão ao adiantado nas outras duas instâncias e que se reunirá em janeiro ou fevereiro de 2013.

ABRIL 13 2012 – No marco da VI Cúpula das Américas, na cidade de Cartagena, se desenvolveu o encontro de Mulheres Empreendedoras, com a presença da Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton. O propósito deste encontro foi destacar o desenvolvimento do Programa de Mulheres Empreendedoras, parte da Iniciativa “Caminhos à Prosperidade”.

ABRIL 14-15 2012 – No marco da VI Cúpula das Américas, recebeu-se a visita de uma delegação de congressistas dos Estados Unidos encabeçada pelo Representante Connie Mack, membro da Comissão de Assuntos Exteriores e Presidente da Subcomissão para o Hemisfério Ocidental. Acompanharam ele os representantes Mary Bono Mack, David Rivera, Jeff Duncan, Sheila Jackson Lee, Albio Sires, Henry Cuellar e Sander Levin. Os legisladores reuniram-se com os Ministros da Defesa, Juan Carlos Pinzón, e de Comércio, Indústria e Turismo, Sergio Díaz-Granados, com o intuito de tratar temas da agenda de cooperação entre ambos países.

ABRIL 14-15 2012 – O Ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón, encontrou-se com o Senador Marco Rubio, durante a VI Cúpula das Américas. Dialogaram sobre temas da agenda bilateral em matéria de segurança, assim como sobre a cooperação e o compromisso da Colômbia na luta contra os delitos transnacionais.

ABRIL 15 2012 – Posterior à VI Cúpula das Américas, o Presidente Juan Manuel Santos se reuniu com seu homólogo dos Estados Unidos, Barack Obama em Cartagena. Na oportunidade se reitera o interesse de aprofundar as relações entre os dois países e dar impulso aos principais temas da agenda bilateral e multilateral. Intercambiaram pontos de vista sobre o fortalecimento das relações económicas e o aprofundamento de temas como energia, meio ambiente, ciência e tecnologia, assuntos migratórios, luta contra o problema mundial das drogas, ações contra a impunidade, estratégias de segurança e apoio aos direitos humanos. Assim também, abordaram os desafios da região em matéria de segurança e a possibilidade de desenhar mecanismos de cooperação triangular. Se anunciou a data de entrada em vigência do TLC e que os vistos estadunidenses de tipo B1 e B2 outorgadas a cidadãos colombianos teriam vigência máxima de dez anos, o que representa um impacto positivo para os turistas e pessoas que viajam aos Estados Unidos por negócios.

ABRIL 23 2012 – O Presidente Juan Manuel Santos, a Chanceler, María Ángela Holguín e o Ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón, reuniram-se com o Secretário de Defesa dos Estados Unidos Leon Panetta. Intercambiaram ideias sobre o Plano de Ação de Cooperação em Segurança Regional Colômbia – Estados Unidos, e sobre o desenvolvimento do Plano Colômbia.

ABRIL 2012 – Seguindo o planejado, no encontro bilateral posterior à IV Cúpula das Américas, anuncia-se o Plano de Ação da Cooperação em Segurança Regional como resultado dos esforços adiantados para neutralizar a crescente insegurança gerada pelo crime transnacional organizado, baseados no conhecimento e capacidade da Colômbia para afrontar essas ameaças, e na responsabilidade compartilhada dos Estados Unidos para combater a demanda de drogas ilícitas. Esse novo plano abre o caminho para a futura cooperação por meio da associação estratégica e formal. De fato, o esforço coordenado entre a Colômbia e os Estados Unidos em assuntos de aplicação da lei e da defesa, podendo neutralizar as ameaças do crime transnacional organizado fortalecer as instituições.

MAIO 15 2012 – O TLC entrou em vigência após ter seguido todos os trâmites normativos de ambos os países para sua negociação.

PRIMEIRO SEMESTRE 2012 – Negociação do Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental, que complementa os benefícios obtidos pelo TLC.

JULHO 30-31 2012 - III Reunião do Diálogo de Alto Nível em Bogotá. Trabalharam na definição temática da quarta reunião desse mecanismo, a qual tem sido programada para o segundo semestre de 2013, em Washington D.C.c

OUTUBRO 23 2012 – V Reunião Ministerial da Iniciativa Caminhos para a Prosperidade nas Américas, em Cali

NOVEMBRO 27 2012 – Segunda edição do Diálogo de Alto Nível em Segurança Estratégica, com o propósito de aprovar o plano de ação que contempla a execução de 35 projetos de cooperação distribuídos entre quatro países: Honduras, Guatemala, El Salvador e Panamá.

ABRIL 11 2013 – O Departamento de Estado dos Estados Unidos atualizou a informação contida na alerta de viagens que faz aos estadunidenses que desejam visitar a Colômbia, ressaltando os progressos alcançados pelo país em matéria de segurança.

ABRIL 19 2013 – Em Washington D.C., o Ministro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Juan Gabriel Uribe, e o Subsecretário de Estado para o Crescimento Económico, Energia e Meio Ambiente, Robert D. Hormats, subscreveram o Acordo de Cooperação Ambiental (ACA), contemplado no TLC.

MAIO 27 2013 – O Presidente Juan Manuel Santos reuniu-se em Bogotá com o Vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, durante sua visita à Colômbia. No encontro, dialogaram acerca de assuntos relevantes da relação bilateral como a implementação do TLC, o Processo de Paz, o ingresso da Colômbia ao TPP, entre outros.

JUNHO 12-13 2013 – Primeira Reunião Plenária do Plano de Ação para a Igualdade Étnica e Racial na cidade de Washington D.C., subscrito em janeiro de 2010 com o fim de eliminar a discriminação em áreas como a educação, a saúde, o acesso a moradia, o emprego, entre outros.

JUNHO 29-30 2013 – No marco da VIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores e de Comércio Exterior da Aliança do Pacífico em Villa de Leyva, a Colômbia recebeu a solicitação dos Estados Unidos para se converter em Estado Observador desse mecanismo. O processo de admissão concluiu a favor em 5 de novembro de 2013.

AGOSTO 12 2013 – Durante a visita à Colômbia, o Secretário de Estado, John Kerry, reuniu-se com o Presidente da República, Juan Manuel Santos, e com a Chanceler, María Ángela Holguín, para abordar assuntos de interesse bilateral como a cooperação em matéria de segurança e o processo de paz, ao igual que temas de caráter hemisférico e global como o papel

dos Estados Unidos na Aliança do Pacífico, o Problema Mundial das Drogas, os diálogos entre Israel e Palestina, entre outros.

SEM DATA 2013 – A solicitação de orçamento apresentada pela administração Obama para o ano fiscal 2014 inclui U\$318.9 milhões para a Colômbia, o que implica uma diminuição de 2.9% frente ao ano anterior. Salienta-se que para o país o apoio dos Estados Unidos resulta de especial relevância para consolidar o projeto de *Prosperidade Democrática* traçado pelo Governo Nacional e confirma o respaldo desse país pelos êxitos logrados em matéria de segurança.

OUTUBRO 1-2 2013 – VI Reunião Ministerial da Iniciativa Caminhos para a Prosperidade nas Américas no Panamá. Durante esse encontro a Colômbia apresentou os principais resultados da passada Reunião Ministerial, destacando a abertura do *Small Business Development Center* – SBDC - no Distrito de Aguablanca, na cidade de Cali. A próxima Reunião Ministerial está prevista para se realizar em Trinidad e Tobago em 8 de outubro de 2014.

DEZEMBRO 3 2013 – Durante a visita oficial aos Estados Unidos, o Presidente Juan Manuel Santos, encontrou seu homólogo estadunidense Barack Obama. Na reunião abordaram temas relevantes da agenda bilateral em matéria energética, comercial e ambiental, assim como o respaldo dos Estados Unidos ao atual processo de paz. De igual forma, trataram assuntos de interesse regional e global como a Aliança do Pacífico e o ingresso da Colômbia à OCDE.

SEM DATA 2013-2014 – De acordo com as cifras do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, após um ano de implementação do TLC, a Colômbia tem exportado 187 novos produtos e tem 775 novos exportadores, provenientes de 18 Departamentos, com o que se confirma a tendência positiva que evidenciavam as cifras desde a Primeira Reunião da Comissão Administradora do Tratado, que aconteceu em 18 de novembro de 2012, em Washington D.C.

JANEIRO 10 2014 – O Vice-presidente Angelino Garzón reuniu-se com o Secretário de Trabalho dos Estados Unidos, Thomas Edward Pérez, para tratar assuntos como o TLC, o Plano de Ação para os Direitos Trabalhistas Colômbia– Estados Unidos, e as generalidades da proteção para a atividade sindical, entre outros.

FEVEREIRO 28 2014 – Quarta edição do Diálogo de Alto Nível em Washington D.C. Entre os principais resultados alcançados, destacam-se a subscrição do Memorando de Entendimento entre as entidades encarregadas do controle dos Parques Naturais, a Declaração Conjunta em

matéria de Trata de Pessoas, uma Declaração Conjunta sobre Mobilidade Acadêmica, o anúncio de novos programas financiados pela USAID em temas de Direitos Humanos e da participação da sociedade civil na implementação da Lei de Vítimas e Restituição de Terras, ao igual que o lançamento do Grupo Diretivo Bilateral sobre Tecnologias da Informação e Comunicações. Durante a reunião a Ministra María Ángela Holguín se reuniu com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry para abordar assuntos relacionados com a cooperação bilateral, temas regionais de interesse comum, e a possibilidade da Colômbia ser incluída, no mediano prazo, no programa de isenção de visto –*Visa Waiver*– desse país.

FEVEREIRO 28 2014 – III reunião do Diálogo de Alto Nível em Segurança Estratégica em Washington D.C., com o ânimo de fortalecer a relação entre os dois países, e visando seguir lutando contra o terrorismo e o problema mundial das drogas na região. A delegação colombiana esteve liderada pelos Ministros de Defesa Nacional, Juan Carlos Pinzón e a Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín. Como parte deste diálogo têm-se logrado avanços no Plano de Ação para América Central, o qual contempla cooperação para Honduras, Guatemala, El Salvador, Panamá, a República Dominicana e Costa Rica nos seguintes aspectos: a) luta contra o Problema Mundial das Drogas; b) luta contra a Delinquência Organizada Transnacional; e c) fortalecimento para a atenção especial às comunidades.

FEVEREIRO 28 2014 – Em paralelo aos Diálogos de Alto Nível, reuniu-se o Comité de Ciência, Tecnologia e Inovação, no qual a Colômbia apresentou distintos projetos nas áreas de agricultura, saúde, e atmosfera, terra e espaço, os quais se concretarão no Plano de Ação a ser apresentado no segundo semestre de 2014.

ABRIL 14 2014 – O Departamento de Estado dos Estados Unidos, atualizou a informação contida na alerta de viagens que faz aos cidadãos desse país Colombia. A colaboração permanente da Colômbia com as autoridades estadounidenses, logrou-se manter as referências positivas incluídas no texto publicado.

SEM DATA 2014 – A aplicação do Plano Colômbia supera os quatorze anos, quando foi concebido num horizonte de seis anos. Reporta-se que na atualidade o Plano se encontra em fase de nacionalização, impondo assumir gradualmente as responsabilidades financeiras do mesmo. Assim, a administração Obama designou U\$280 milhões para a Colômbia dentro do projeto orçamentário para o ano fiscal 2015, o que implica uma diminuição do 13% frente ao orçamento do ano 2014. Contudo, continua colocando à Colômbia dentro dos maiores receptores de cooperação proveniente desse país.

SEM DATA 2014 – Segundo as cifras oficiais do *United States Census Bureau*, as exportações da Colômbia aos Estados Unidos alcançaram um total de U\$21.617 milhões em 2013, enquanto que as importações ascendem aos U\$18.606 milhões, gerando uma balança comercial favorável para a Colômbia por U\$3.011 milhões.

**ANEXO II- CRONOLOGIA DE EVENTOS BILATERAIS COLÔMBIA –BRASIL
(2002-2014)**

JULHO 22 DE 2002 – Encontro entre os Presidentes Álvaro Uribe, da Colômbia, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil. Os Presidentes discutem propostas de cooperação na produção de açúcar para álcool, financiamento para estradas secundárias e terciárias na zona de fronteira, cooperação para o tratamento de AIDS na Colômbia, participação da Colômbia no SIVAM/SIPAM, erradicação de cultivos ilícitos e substituição por reflorestamento, luta contra o narcotráfico e ações diplomáticas conjuntas frente à crise mundial do Café no marco da Organização Internacional do Café (OIC).

SETEMBRO 2 2002 – O Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, Sérgio Amaral, visita Bogotá com propostas de negociação para o Acordo de Livre Comércio entre a CAN e o Mercosul. Discutem também possibilidades de investimentos conjuntos e bilaterais, projetos no marco da IIRSA, e mecanismos de diminuição do déficit comercial favorável ao Brasil.

JANEIRO 1 2003 – Visita do Vice-Presidente Francisco Santos ao ato de Toma de Pose do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. O Vice-Presidente manifesta o interesse colombiano de aprofundar o diálogo político e o conhecimento mútuo.

JANEIRO 15 2003 – Reunião presidencial como ‘primeira aproximação’. Os Presidentes Uribe e Lula dialogam sobre a situação política em ambos países e discutem a agenda em curso.

MARÇO 7 2003 – O Presidente Uribe realiza uma visita oficial a Brasília. Os dois Presidentes abordaram temas de segurança fronteiriça, luta contra o narcotráfico e o terrorismo, as negociações da ALCA e as relações comerciais bilaterais. O Presidente Uribe estava acompanhado dos Ministros de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Meio Ambiente, Vivenda e Desenvolvimento Territorial; Comércio Indústria e Turismo; e Minas e Energia, assim como o Diretor Geral da Polícia Nacional; que se reuniram com seus homólogos

brasileiros. Emitiram um comunicado oficial sobre os acordos alcançados em temas de concertação em organismos multilaterais, meio ambiente, o Acordo CAN-Mercosul para estabelecer uma zona de livre comércio, e alternativas para enfrentar a crise mundial do café.

JULHO 25-26 2003 – Visita do Chanceler brasileiro, Celso Amorim, para fortalecer o diálogo político e abordar o tema da integração sul-americana. Se fez seguimento aos compromissos acordados na reunião presidencial de março desse ano em assuntos de segurança, comércio e cooperação bilateral. Se fez uma declaração com os compromissos para a implementação do programa de álcoois carburantes, a cooperação no marco da OIC, e a VII Comissão de Vizinhança. Também se realizou a II Reunião do Grupo de Trabalho para a Repressão da Criminalidade e o Terrorismo, e decidiram apoiar a I Rodada de Conversações entre Altos Mandos Militares.

AGOSTO 19- SETEMBRO 21 2003 – Trabalhos de campo da marcação de pontos de fronteira pela XVI Conferencia da Comissão Mista de Inspeção de Marcos de Fronteira Colômbia-Brasil.

SETEMBRO 16 2003 – Visita oficial do Presidente Lula à Colômbia para comemorar os 40 anos da OIC. Os Presidentes Lula e Uribe acordaram apresentar a iniciativa de discussão das diferenças na distribuição entre países produtores, consumidores e torradores. Abordaram ademais as negociações entre CAN e Mercosul, o programa de álcoois carburantes e o oferecimento brasileiro para a busca da paz na Colômbia.

OUTUBRO 16-17 2003 – VII Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança e Integração Colombo-Brasileira. Se lograram acordos em matéria de saúde, infância e segurança alimentar, assuntos étnicos, assuntos económicos e comerciais, de médio ambiente e avanços na negociação do corredor intermodal Tumaco-Puerto Assis-Belém do Pará.

JANEIRO 19-21 2004 – XVII Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos de Fronteira Colômbia- Brasil.

MARÇO 10 2004 – Visita oficial da Chanceler colombiana, Carolina Barco, a Brasília. Em reunião com o Ministro Amorim os chanceleres reiteraram a vontade de estreitar as relações económicas com as Macro Rodadas Bilaterais de Negócios, e a entrada em vigência do Acordo CAN-Mercosul em julho de 2004.

MAIO 1-20 2004 – Trabalhos de campo do acordado na XVII Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos de Fronteira Colômbia- Brasil.

JUNHO 21-22 2004 – Encontro entre os Presidentes Lula e Uribe para promover mais Rodadas de Negócios. Encargam aos seus funcionários a análise do comércio bilateral e se comprometem a promover mais o intercâmbio comercial.

JANEIRO 19 2005 – Encontro de Trabalho entre os Presidentes Lula e Uribe em Letícia. Destacaram a conformação da CASA e a entrada da Colômbia como Estado Associado do Mercosul. Além disso protocolaram perante a ALADI o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Colômbia, o Equador e a Venezuela como membros da CAN, estabelecendo uma zona de livre comércio. Manifestaram também a importância de fortalecer os mecanismos multilaterais e reformar a ONU, assim como o reconhecimento colombiano pela aspiração do Brasil em ocupar um assento permanente no CSNU. Subscreveram o Convenio Complementar para a Saúde na Fronteira Colombo-Brasileira, e manifestaram a intenção de seguir cooperando em projetos como a Hidrovia Meta-Orinoco e o Corredor Intermodal Tumaco-Puerto Asis-Belém do Pará, com possível financiamento brasileiro.

JUNHO 27 2005 – Reunião do Presidente Uribe com o Chanceler brasileiro, Celso Amorim. Abordaram temas de interesse bilateral, regional e multilateral concernentes a segurança, integração física, assuntos comerciais, fronteiriços e de cooperação. Revisaram projetos da IIRSA e dos trabalhos da Comissão de Vizinhança. Subscreveram memorandos de entendimento sobre educação, cooperação entre as academias diplomáticas e sobre uma segunda Macro Rodada de Negócios.

SETEMBRO 24 2005 – Encontro entre os Presidentes Lula e Uribe na Segunda Conferência Mundial da OIC. Abordaram temas concernentes ao problema mundial das drogas na Amazônia e a necessidade de um acordo recíproco para a utilização de pistas aéreas, assim como a compra de aviões Tucano da Embraer. Uribe informou ao Lula sobre o confisco de armas de fabricação brasileira e da captura do traficante também conhecido como ‘Oliveiro Medina’. Dialogaram sobre o comércio com a China e o corredor interoceânico. Manifestaram também o interesse de organizar mais encontros empresariais e de reformar a CAF para o Brasil poder entrar na corporação.

DEZEMBRO 14 2005 – Visita de Estado do Presidente Lula a Bogotá, na qual destacaram a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combater o terrorismo sob o princípio da responsabilidade compartilhada, assim como a luta contra a delinquência transnacional organizada, o tráfico de armas, drogas e delitos relacionados, o sequestro e a trata de pessoas. Dialogaram sobre o impulso aos mecanismos existentes de cooperação em

segurança e explorar projetos de infraestrutura binacional. O Brasil demonstrou sua disposição em oferecer cooperação nos temas comerciais e reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países incentivando a compra de produtos colombianos por meio do programa de substituição competitiva de importações por produtos regionais, além do interesse de empresas brasileiras em investir nas áreas de siderurgia, aviação civil e petróleo.

ABRIL 25 2006 – Visita de trabalho do Presidente Uribe ao Brasil. Esteve em reunião com o Presidente Lula para fazer seguimento aos compromissos adquiridos na visita de Estado anterior e os acordos da VIII Comissão de Vizinhança (19 e 20 de dezembro de 2005). Os Presidentes exploraram fontes de financiamento para a rodovia Pasto- Mocoa no sul da Colômbia e para o eixo hidroviário Meta-Orinoco. Intercambiaram pontos de vista sobre o processo de integração regional e o diálogo político de alto nível.

JUNHO 2006 – XXXVI Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual foi aprovado um novo plano no âmbito do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (FEMCIDI). A proposta é a criação de um projeto chamado Observatório de Educação Ambiental para a sustentabilidade na América Latina e no Caribe, liderado pelo Ministério da Educação, e do qual participam também Brasil, México e Peru.

AGOSTO 6 2006 – Primeira-dama do Brasil vai à posse de Alvaro Uribe como presidente da Colômbia.

AGOSTO 2006 – Registrou-se avanços na questão de demarcação de fronteiras terrestres durante a XIX conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Colômbia-Brasil. Foram realizados trabalhos de campo na região de Quebrada San Antonio. Também foram realizadas reuniões de comissão mistas sobre limites e demarcações no Brasil e Venezuela, principalmente na região do Alto do Rio Negro, para onde foram agendadas visitas.

OUTUBRO 2006 – IX reunião da Comissão de Vizinhança Colombo-Brasileira, na qual se avançou na negociação de um acordo de isenção no uso de passaporte e permitindo o uso do documento interno de cada país. Para melhorar a integração comercial entre Leticia e Tabatinga, emitiu-se ao Brasil as regras existentes na Colômbia sobre o assunto e espera-se a resposta a fim de compartilhar a informação e marcar uma reunião conjunta. O tema da facilitação comercial interfronteiriça neste setor é uma das prioridades da Comissão. Foi apresentado ao Brasil projeto de integração em saúde integral na tríplice fronteira.

OUTUBRO 2006 – V reunião do grupo de trabalho de cooperação técnica, no Brasil, por meio de Comissões Mistas de Cooperação Técnica e Científica. Colômbia lista Brasil como um dos onze países, número que constitui 92% da meta para o ano e 73% da meta para o quadriênio 2006-2010. A Chancelaria analisa que a cooperação com esses países e grupos da região serve para fortalecer as relações com sócios estratégicos em países europeus, EUA e Canadá.

2º SEMESTRE 2006 – Se desenvolveram atividades acadêmicas com instituições militares e de polícia para capacitar oficiais que conformariam diferentes adiaturas militares no exterior, para tal se subscreveu no segundo semestre de 2006 um convênio de cooperação acadêmica na Escola Superior de Guerra. Foi aberta a cátedra Equador, com previsão de abertura nos próximos meses das cátedras Brasil e Venezuela.

JANEIRO 1 2007 – Uribe participa da posse de Lula como presidente do Brasil.

FEVEREIRO 2007 - Realizou-se encontro bilateral em Cartagena dos serviços nacionais de saúde animal e sobre o protocolo de saúde animal para o comércio bilateral de material genético de gado, que entrou em vigor em 15 de março de 2007.

FEVEREIRO 12 e 13 2007 – Em Bogotá, realizou-se a XII Comissão Mista em Matéria de Drogas Colômbia-Brasil. A Chancelaria afirma que convocou o encontro por conta da grande importância da cooperação com países vizinhos na luta antidrogas. Baseou a decisão no acordo de assistência recíproca para prevenção, controle e repressão do uso e tráfico ilícito de substâncias estupefacientes e psicotrópicas assinado em Bogotá (1981) e no acordo de cooperação para evitar o desvio de precursores e de produtos químicos essenciais para o processamento de drogas e substâncias psicotrópicas, de Cartagena (1997). O encontro facilitou a reunião e o contato direto entre autoridades antinarcoóticos dos dois países, que abrangem questões importantes de cooperação no combate à oferta, produção e tráfico de drogas, consumo ilícito destes e outros crimes.

MAIO 2007 – 42ª sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais, na qual Colômbia delegou ao Brasil a missão de transmitir seu voto na eleição que levou Emmanuel Ze Meka, de Camarões, ao cargo de diretor-executivo. Também foi aprovada a primeira versão de um projeto florestal apresentado pela Corporación Autónoma Regional de Antioquia (Corantioquia).

AGOSTO 2006 a JUNHO 2007 – Realização de 36 ações culturais para promoção da Colômbia no exterior, entre elas “Colômbia, Fronteiras Vivas”, que se aplica aos cinco países com fronteira terrestre.

SEM DATA 2007- Colômbia assinou com a maioria dos países com compartilha acordos de cooperação terrestre ou marítima de fronteira e segurança, Comissões de Vizinhança ou mecanismos de cooperação de alto nível para segurança e prevê especificamente combate ao comércio ilícito de armas ligeiras e de pequeno porte com o Brasil, México, Costa Rica e Guatemala.

SEM DATA 2007 – Foram fechados dois consulados no Brasil, em Belo Horizonte e em Brasília, pela demissão (renúncia) dos cônsules.

AGOSTO 21 2007 – Ministro de relações exteriores realiza visita oficial ao Brasil, onde assina acordo sobre facilitação de ingresso e trânsito dos cidadãos e convênios de cooperação técnica e científica. É recebido pela presidente do Supremo Tribunal Federal e da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

DEZEMBRO 10 2007 – Na posse da presidente da Argentina, os presidentes do Brasil e Colômbia se reúnem para abordar temas de interesse mútuo.

MARÇO 4-7 2008 – Presidente Uribe reúne-se com chanceler brasileiro na República Dominicana para discutir os acontecimentos do dia 1º de março de 2008.

MARÇO 19 2008 – Enviado especial da chancelaria brasileira, Ruy Carlos Pereira, reúne-se com chanceler colombiano para apresentar proposta do governo brasileiro de criar um foro regional latino-americano e do Caribe.

ABRIL 28 2008 – Ministro da Defesa do Brasil vai a Colômbia apresentar a proposta de criação de um Conselho Sul-americano de Defesa, no marco da UNASUL. Reuniu-se com o presidente da República, chanceler e Ministro da Defesa.

MAIO 23 2008 – Reunião bilateral entre os presidentes em Brasília, por razão da reunião extraordinária da UNASUL. Presidente Uribe explica a posição da Colômbia quanto a criação do Conselho Sul-americano de Defesa e agenda visita oficial do presidente brasileiro à Colômbia em julho.

SEM DATA 2008 – Avanços da Comissão de Vizinhança e Integração Colômbia e Brasil: A delegação brasileira entrega cópia do acordo de residência, estudo e trabalho na fronteira com

Uruguai e que será usado como modelo para a implantação de similar entre as cidades de Leticia e Tabatinga. Delegação colombiana apresentou proposta de entendimento para o intercâmbio de informações relacionadas à assistência jurídica mútua e da cooperação policial na matéria penal nas áreas fronteiriças. Desenvolveu-se o memorando de entendimento entre a Colômbia e Brasil para ensino de espanhol e português na fronteira, inclusive com formação de professores dos dois países. Sobre o tema da navegação fluvial comercial, realizou-se oficina binacional sobre as peculiaridades das leis e concordaram em desenvolver um manual de procedimentos sobre o assunto. SENA e Senai trabalham em projeto para instalação de centro de formação colombo-brasileira na fronteira. Em janeiro de 2008, funcionários do Senai fazem visita técnica a Leticia. Unidade de Parques Nacional da Colômbia inicia abordagens e atividades com a Funai, especialmente com a Proteção Ambiental Ethno Frente Vale do Javari e escritório em Tabatinga, para fazer avançar uma proposta conjunta sobre povos indígenas em isolamento voluntários, beneficiando a área de fronteira. Assinatura de projeto binacional de aproveitamento integral de resíduos sólidos entre Leticia e Tabatinga.

FEVEREIRO 13-15 2008 – Reunião binacional aprova trabalhos realizados em San Antonio e na nascente do rio Macacuní para manutenção e construção de novos marcos internacionais de fronteira.

SEM DATA 2008 – Colômbia entrega nota diplomática ao Brasil após receber duas denúncias de requisições excessivas a cidadãos colombianos e obstáculos à livre navegação em rios comuns.

ABRIL 22-23 2008 – Realiza-se, no Rio de Janeiro, a VII Comissão Mista em Matéria de Drogas Colômbia-Brasil. Autoridades colombianas apresentaram os seguintes temas: redução da oferta, redução da demanda, o combate à lavagem de dinheiro e cooperação judicial com os seus homólogos do Brasil, e estabeleceu novas agendas de cooperação. Colômbia também apresentou resultados de descobertas de novas rotas de tráfico que interessam aos dois países e novas estratégias de redução de demanda.

SEM DATA 2008 - Colômbia entrega proposta formal ao Brasil para isenção do uso de passaporte e habilitação do documento de identidade interno de cada país.

JULHO 19-20 2008 – Visita do Presidente Lula à Colômbia, tiveram um encontro de empresários para fortalecer o comércio bilateral e os investimentos recíprocos. Assinaram instrumentos de cooperação em defesa, um memorando de entendimento para o combate à fabricação e tráfico ilícito de armas e munições, um convenio complementar para o intercâmbio

de experiências de gestão ambiental urbana, convênios de intercâmbio de conhecimentos no processamento de madeira e de tecnologias limpas para a indústria de gado, cooperação técnica para a destinação adequada do lixo em populações vulneráveis de Bogotá. Também formalizaram a cooperação econômica e comercial para a ferrovia do Carare na Colômbia. Fizeram um comunicado conjunto entre o SENA e o SEBRAE, assim como entre o SEBRAE e a Corporação para o Desenvolvimento das Microempresas da Colômbia e o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia. Em Letícia se encontraram ademais com o Presidente Alan García do Peru, com o que os dois Presidentes assinaram o Memorando de Entendimento para o Combate de Atividades Ilícitas nas vias Fronteiriças e Comuns.

AGOSTO 13-14 2008 – O Ministro de Relações Exteriores, Jaime Bermúdez, viaja ao Brasil em vista oficial. Intercambia experiências sobre a organização do serviço exterior, funções do Instituto Rio Branco, missões diplomáticas e processos de ingresso e ascensão com autoridades do Ministério de Relações Exteriores brasileiro. A reunião se repetiu em 6 de outubro, e 6 e 7 de novembro desse ano.

FEVEREIRO 16-17 2009 – O Presidente Alvaro Uribe realiza uma visita oficial ao Brasil e se reúne em São Paulo com os principais empresários do País organizados na LIDE, Tracker do Brasil e FIESP. Em Brasília se encontra com os Presidentes do Superior Tribunal Federal, Senado e Câmara federais. Subscreveram o acordo para o projeto de fortalecimento do Sistema de Proteção da Propriedade Industrial, acordos de cooperação para aplicações pacíficas da ciência e tecnologia aeroespacial, o memorando de entendimento sobre a criação das comissões binacionais para iniciativas em temas de ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável da Amazônia, educação e cultura, agroindústria, infraestrutura e integração de cadeias de produção.

JUNHO 8 2009 - Primeira reunião da Comissão Binacional de Ministérios de Relações Exteriores.

SETEMBRO 9 2009 – Reunião do Chanceler colombiano Jaime Bermúdez com o Chanceler brasileiro Celso Amorim, Ministro de Defesa Nelson Jobim, e Secretário de Assuntos Estratégicos Daniel Barcelos Vargas para dialogar sobre a defesa e a segurança hemisférica.

OUTUBRO 2 2009 – Reunião de seguimento da Comissão Bilateral e primeira reunião do Mecanismo de Diálogo Permanente de Altos Funcionários. Se definiu também o estabelecimento do grupo bilateral sobre biocombustíveis.

OUTUBRO 19 2009 – O Presidente Uribe visita o Brasil para clausurar a “Semana da Colômbia no Brasil” e o encontro empresarial. Se reafirmou o fortalecimento do intercâmbio bilateral e o potencial dos investimentos.

SEM DATA 2010 - Brasil facilita operações humanitárias de liberação de sequestrados em mãos das FARC.

SETEMBRO 1-2 2010 – O presidente Juan Manuel Santos realiza sua primeira visita oficial ao Brasil para reafirmar a vontade dos dois governos em dar continuidade e aprofundar os temas da agenda bilateral. Abordaram temas econômicos e comerciais visando diversificar as exportações colombianas e incrementar sua participação no mercado brasileiro. Trataram ademais temas fronteiriços, cooperação entre as indústrias aeronáuticas, em assuntos policiais, pesquisa e educação, assistência técnica, bioenergia e biocombustíveis.

NOVEMBRO 19 2010 – Vice-ministros de relações exteriores, Miguel Camilo Ruiz pela Colômbia, e Antônio Patriota pelo Brasil, se reuniram em particular durante a XIII Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança e Integração Colombo-Brasileira para revisar assuntos regionais e multilaterais de interesse para os dois países.

MAIO 11-13 2011 – Reunião da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Colombo-Brasileira a fim de realizar a XXIII Conferência, na qual se aprovaram os trabalhos realizados no ano anterior. Adicionalmente, se propuseram novas atividades de campo e de intercâmbio de informação para os estudos necessários para as obras de solução à sedimentação do rio Amazonas no setor de Letícia e Tabatinga. Também se aprovou a realização da IV Reunião do Subcomité de Cartografia.

SEM DATA 2011-2012 – O Ministério de Relações Exteriores reporta que durante esse ano apontou à ampliação e diversificação da agenda bilateral, através de múltiplos mecanismos bilaterais, procurando estabelecer e consolidar uma “Associação Especial” entre os dois países. Adicionalmente, a Colômbia e o Brasil estão comprometidos em fortalecer os processos de integração e concertação regional com o interesse de posicionar positivamente à América Latina no mundo. Em 2011, destaca, os dois países participaram do Conselho de Segurança das Nações Unidas como Membros Não Permanentes.

SETEMBRO 2-20 2011 - 23ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Colombo-Brasileira. Realizaram-se os trabalhos de campo no setor sul da linha geodésica Tabatinga-Apaporis, no tramo do rio Tacana-Rio Calderón, dando continuidade aos

trabalhos realizados desde 2010. Construíram-se cinco marcos internacionais em um tramo de 3 km aproximadamente.

OUTUBRO 26 2011 - Reunião da Comissão Bilateral Colômbia –Brasil, na cidade de Brasília, presidida pela Ministra María Ángela Holguín e o Ministro brasileiro Antonio Aguiar Patriota. Revisaram assuntos relacionados com a segurança fronteiriça, o estado dos projetos conjuntos, a aquisição de unidades fluviais de Cotecmar, os mecanismos regionais de integração e concertação, Rio+20 e os eixos temáticos da VI Cúpula das Américas, entre outros. No contexto da reunião assinaram os seguintes instrumentos:

- Acordo COLCIENCIAS–CAPES para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica y de Inovação.
- Acordo ICETEX–CAPES para a Cooperação Acadêmica e de Inovação.
- Memorando de Entendimento no Âmbito Educacional entre a Universidade Nacional da Colômbia e CAPES.
- Acordo de Cooperação Acadêmica e Cultural entre a Associação Colombiana de Universidades –ASCUN- e o Grupo COIMBRA de Dirigentes das Universidades Brasileiras – GCUB.
- Acordo Especifico para o Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia (Bracol) entre a ASCUN e o GCUB.
- Implementação do programa de intercâmbio para fortalecimento de projetos sobre ecologia da paisagem e controle biológico da borracha.
- Intercâmbio de conhecimentos sobre a implementação de tecnologias limpas na produção pecuária (Fase II).
- Transferência de conhecimentos relacionados com os avanços no cultivo, benefício e transformação produtiva de sisal no Brasil.
- Apoio técnico ao fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia.
- Transferência da metodologia dos projetos brasileiros “Protejo” e “Mulheres da Paz”, e dos projetos colombianos “Mambrú no va a la Guerra” e o “Modelo de Reintegración Comunitaria”.
- Cidades intermediárias e sustentáveis no Brasil e na Colômbia: à definição de estratégias comuns para o desenvolvimento do habitat social em equilíbrio com o território.

- Apoio ao processo de reestruturação do Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos (INVIMA) visando o fortalecimento institucional.
- Fortalecimento institucional para a implementação de políticas públicas destinadas a garantir os Direitos Humanos da população LGBT.
- Apoio Técnico na formulação do plano nacional de prevenção e erradicação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (2012-2018).

JANEIRO 18-20 2012 – Inspeção unilateral ao setor da Quebrada San Antonio, com a finalidade de revisar as obras próximas ao limite internacional.

MARÇO 20-22 2012 – Na cidade brasileira de Belém do Pará, realizou-se a XIV Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Colombo-Brasileira, no qual se aprovaram os trabalhos realizados em 2011. Aprovou-se também a Ata de Inauguração, Determinação das Coordenadas Geográficas e as Monografias dos cinco marcos internacionais construídos na reta Tabatinga- Apaporis, durante o citado trabalho de campo. Adicionalmente, adiantou-se o intercâmbio de informação relativa aos estudos para efetuar as obras para solucionar a problemática apresentada pela sedimentação do rio Amazonas no setor de Letícia e Tabatinga. Referente à Cartografia, a delegação do Brasil entregou os produtos cartográficos do setor Norte da fronteira.

AGOSTO 2-2- 2012 – Trabalhos de densificação dos marcos de fronteira pela Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Colombo-Brasileira, no setor sul da linha geodésica Tabatinga-Apaporis, tramo rio Tacana- rio Calderón.

NOVEMBRO 5 2012 – A Ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín, e o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, tiveram um encontro no marco da III Comissão Bilateral Colômbia-Brasil, em Bogotá. Na reunião, fez-se uma revisão da agenda bilateral, regional e global, constatando o alto nível de entendimento e interesse recíproco em aprofundar e ampliar o diálogo entre os dois países.

ABRIL 2-5 2013 – XXV Conferência da Comissão Mista, evento no qual se aprovaram os trabalhos realizados no ano 2012, incluídas as coordenadas geográficas e monografias. Acordou-se a execução dos trabalhos de campo para o ano 2013, a serem realizados tentativamente no mês de agosto, no setor norte da fronteira, correspondente à Serrania do Caparro, atividade que dependerá da disponibilidade de recursos logísticos e financeiros de cada país.

AGOSTO 21-23 2013 – XV Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança entre Colômbia e Brasil, em Tabatinga, na qual foram tratados os seguintes temas:

- Meio ambiente: encontro trinacional, com Peru, para revitalizar o interesse das partes em controlar com ordem o recurso pesqueiro na zona dos três países, além da troca de boas práticas. Elaboração de propostas conjuntas para combate à mineração ilegal.
- Quebrada de San Antonio: Após realização de censo na região em que será construído um parque ambiental, a Colômbia realocou 105 casas de um total de 305. Da parte brasileira, não foi feito muito por falta de interesse do governo.
- Assuntos Indígenas: Acordo para focar a atuação na questão indígena em três áreas: educação, cultura e saúde, com especial atenção para o registro civil binacional para povos que compartilham território fronteiriço e em missões para aumentar o processo de documentação básica.
- Outros temas: Articulação para convênio entre instituições de ensino, principalmente para intercâmbio; pedido para utilizar o aeroporto Lauareté, no Brasil, por comunidades colombiana; tentativa de aprovação do acordo comercial de regime especial entre Leticia e Tabatinga; elaboração de soluções para o abastecimento de energia nas cidades de fronteira, com destaque para o uso de energias alternativas e sustentáveis.

OUTUBRO 18 2013 – Na XXII Reunião Ibero-americana de Chefes de Estado e Governo, a ministra de relações exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, encontra-se com seu par brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, para tratar de assuntos como fortalecimento de fluxos comerciais e a transferência de boas práticas em agricultura familiar. Também reafirmaram o compromisso com as zonas fronteiriças, respaldando os projetos sociais, culturais e de desenvolvimento econômico.

DEZEMBRO 2-3 2013 – Realiza-se em Brasília a feira “Espanhol como Língua Estrangeira, com propósito de posicionar a Colômbia como destino de aprendizado de idiomas, com recursos do Plano de Promoção da Colômbia no Exterior.

MARÇO 24 2014 – Também em Brasília, a IV Reunião da Comissão de Acompanhamento do Comércio, na qual se discutiram os seguintes temas: facilitação do comércio, integração de cadeias produtivas, assuntos sanitários, oportunidades de negócios, cooperação em estatístico e metrologia, defesa comercial e o Protocolo de Serviços no marco do Acordo de

Complementação Econômica nº 59. Brasil apresentou um Memorando de Entendimento que busca facilitar a implementação do Acordo de Regime especial fronteiriço para Leticia e Tabatinga.

SEM DATA 2014 – Brasil e Colômbia participam de diversas reuniões da Comissão de Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, na qual atendem como mediadores entre o governo da Venezuela e a oposição daquele país para acabar com a violência nessa relação.

SEM DATA 2014 – Foram realizadas diversas reuniões binacionais acerca da fronteira entre Brasil e Colômbia. O Exército brasileiro, por meio da Comissão Demarcadora de Limites do Brasil, entregou à Colômbia dados técnicos para elaboração de cartografia binacional na fronteira. Avançou-se no compromisso de assinatura de acordo de cooperação para mobilidade fluvial, no qual o Brasil emprestará o porto de Tabatinga aos transportadores colombianos na época de sedimentação em Leticia. Foram construídos dez marcos internacionais de fronteiras.

SEM DATA 2014– Colômbia e Brasil participam de reuniões da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), nas quais são discutidos temas como financiamento para o órgão, mineração ilegal, Observatório Regional Amazônico e Rede de Centros de Investigação, combate a incêndios florestais, proteção de populações indígenas e recursos hídricos.

ANEXO III - CRONOLOGIA DE EVENTOS BILATERAIS COLÔMBIA – VENEZUELA (2002-2014)

OUTUBRO 2 2002 – VIII reunião do Mecanismo de Vice-ministros. Os presentes reiteraram a necessidade de reiniciar os trabalhos da comissão presidencial negociadora, fizeram seguimento aos temas bilaterais referente ao comércio, energia, cooperação consular e tratamento aos deslocados e refugiados.

OUTUBRO 22 2002 – O Chanceler venezuelano, Roy Chaerton, faz uma visita oficial à Colômbia para revisar a dinâmica bilateral e organizar o encontro bilateral dos Presidentes em Novembro. Se confirma o interesse mutuo de estabelecer mecanismos como a Comissão Presidencial de Integração e Assuntos de Fronteira (COPIAF), a Comissão Bilateral de Fronteiras (COMBIFRON) e Comissões Mistas de Cooperação em Matéria de Drogas.

NOVEMBRO 13 2002 – O Presidente Chávez visita à Colômbia para propiciar uma aproximação mais direta entre ambos governos e revisar as bases da relação, fortalecer o diálogo político e a confiança e transparência. Se desenvolveram diversas mesas de trabalho com os Presidentes e os Ministros de ambos países em temas como mineração, energia, meio ambiente, infraestrutura e transporte, comércio e agricultura. Se deram propostas conjuntas de interconexão de gás, eletricidade e de um oleoduto.

ABRIL 23 2003 – O Presidente Uribe visita a Venezuela para discutir as medidas impostas pelo governo venezuelano para o controle do câmbio e conseguir o pagamento de dívidas aos exportadores colombianos. Reiteraram os compromissos da reunião anterior.

JUNHO 16 2003 – Primeira reunião dos Chanceleres da Colômbia e a Venezuela para dar continuidade aos encontros presidenciais e fazer seguimento aos compromissos adquiridos. Realizam um diagnóstico das relações comerciais e sua tendência decrescente, instam-se a reforçar o comércio e impulsionar medidas para a recuperação da economia. Ressaltaram a importância do projeto de interconexão de gás e os avanços da cooperação para a navegabilidade no eixo Meta-Orinoco. Reiteraram a importância dos CEBAF e COPIAF, e o trabalho conjunto nas zonas de fronteira.

JULHO 31 2003 – XXXII reunião da COPIAF Colombo-Venezuelana. Abordaram temas de infraestrutura, ambiente, comércio e assuntos sociais. Se reuniu também na ocasião o Centro Binacional de Atenção na Fronteira (CEBAF) na qual se avançou nos temas alfandegários, de transporte, migrações e sanitários. Venezuela propôs a construção do primeiro CEBAF em Paraguachón e Táchira. Se estudam propostas de transporte alternativo de carvão, de navegação pelo eixo hidroviário Meta-Orinoco, obras de interconexão elétrica e de gás, erradicação da febre aftosa na fronteira e contrabando de carnes, reflorestamento, etno-educação, saúde e interdição de veículos ilegais.

OUTUBRO 14 2003 – Segunda reunião dos Chanceleres. Se recomendou adiantar a formulação de planos conjuntos para o tratamento das bacias Carraipia- Paraguachón, Catatumbo e Arauca. Avanços na reunião de PDVSA e Ecopetrol para evitar derrames na bacia do Catatumbo. A chanceler colombiana, Carolina Barco, agradeceu a disposição e agilização das divisas para o pagamento de dívidas a empresários colombianos. Apresentaram os resultados da XXXII COPIAF e discutiram temas de interconexão rodoviária, transporte de carvão e interconexão elétrica.

MAIO 14 2004 – Terceira reunião dos Chanceleres. Acordaram outorgar especial atenção ao fortalecimento de temas como educação, saúde e cultura na agenda bilateral. Ressaltaram o sucesso da I Macro Rodada de Negócios de março de 2004 e os trabalhos da inspeção de alfândegas. Revisaram temas de interconexão energética e de gás, e fizeram seguimento aos projetos de interconexão rodoviária, fluvial e ferroviária.

JULHO 14 2004 – Encontro de Presidentes, que reiteraram a vontade de estabelecer mecanismos de concertação para problemas privados de comércio e organização da II Macro Rodada de Negócios. Avanços no convênio de cooperação bilateral em temas alfandegários. Adiantamento do memorando de entendimento para a interconexão de gás e elétrica. Assinatura de compromissos do projeto de regulação para o transporte de carvão. Acordo de esforços para o Núcleo Binacional de Desenvolvimento Endógeno para os Estados de Apure e Amazonas na Venezuela, e o Departamento de Vichada na Colômbia com foco na palma de óleo, pinho Caribe, borracha, algodão, leguminosas, pesca e agricultura.

AGOSTO 26 2004 – Encontro entre chanceleres com ocasião da reunião do G3. Revisaram temas como o relacionamento comercial e assuntos energéticos; a cooperação judicial e técnica para a recuperação do eixo fluvial Meta-Orinoco.

NOVEMBRO 9 2004 – Encontro de Presidentes em Cartagena. Discutiram temas de cooperação em saúde, se comprometeram em resguardar e melhorar o intercâmbio comercial e o mecanismo de concertação para a solução de problemas de comércio. Aprofundaram aspectos agrícolas como a palma de óleo, caju, pinho caribe, borracha, café, bananas e camarões. Encomendaram os estudos de viabilidade para o poliduto/oleoduto para o pacífico e acordaram acelerar a implementação das interconexões elétricas e a recuperação do eixo Orinoco-Meta.

FEVEREIRO 15 2005 – Encontro Presidencial em Caracas com o intuito de dar fim ao impasse do caso “Granda”. Chamado a uma comissão binacional para avaliar o estado das relações bilaterais, impacto dessa conjuntura e as ações necessárias para o fortalecimento dos processos de integração, revisar temas sociais, econômicos e políticos de interesse comum e avançar no desenho de uma estratégia binacional de segurança para enfrentar o terrorismo, o problema das drogas e os delitos relacionados.

FEVEREIRO 20 2005 – Encontro de Chanceleres para a reunião de trabalho em temas energéticos como a construção do poliduto/oleoduto ao Pacífico, a refinaria de Cartagena, a interconexão rodoviária e a recuperação do eixo Orinoco-Meta. Trataram também temas comerciais, consulares e de segurança.

MARÇO 29 2005 – Encontro entre os Presidentes da Colômbia, Venezuela, Brasil e Espanha. Se estabelecem compromissos e vontade para fortalecer o combate ao terrorismo e a cooperação integral para reprimir e combater todo tipo de ato terrorista. Declararam a pobreza como a causa da instabilidade, assim como que o terrorismo e as drogas geram fome, pobreza e violência. Declaram avanços na CAN, o Mercosul, CASA e projetos da IIRSA. Respaldam a ordem multilateral e o respeito às normas do Direito Internacional.

JULHO 1 2005 – I Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN). Visita oficial do Chanceler Venezuelano Alí Rodríguez Araque à Colômbia. Estabeleceram que a Comissão teria como objetivo avaliar o estado das relações entre ambos países e aproximá-los para o fortalecimento dos processos de integração. Trataram temas de energia, infraestrutura, e segurança. Revisaram a agenda bilateral sobre migração e assuntos sociais da COPIAF.

AGOSTO 25-26 2005 – Encontro bilateral de Chanceleres na reunião extraordinária do Grupo de Rio para revisar os avanços dos compromissos binacionais.

SETEMBRO 2005 – Encontro de Chanceleres na Assembleia Geral das Nações Unidas para examinar a situação bilateral e regional.

NOVEMBRO 9 2005 – Reunião de Secretários Executivos da COBAN: Camilo Reyes pela Colômbia, e Pável Rondón pela Venezuela. Adiantaram uma revisão e avaliação por setores dos logros atingidos no segundo semestre de 2005.

NOVEMBRO 24 2005 – Encontro presidencial em Punto Fijo (Venezuela). Os Presidentes se congratularam pelos avanços dos compromissos adquiridos nos mecanismos existentes como a COBAN. Instruíram os Ministros para a busca de coordenação para a aplicação de uma Tarifa Externo Comum na CAN e dialogar os alcances do ingresso da Venezuela no Mercosul e as implicações disso na CAN. Fizeram uma declaração conjunta sobre assuntos energéticos para o andamento do projeto do gasoduto binacional e a negociação do oleoduto/poliduto. Apresentaram um informe sobre os avanços ao combate do comércio ilícito de combustíveis na fronteira.

DEZEMBRO 9 2005 – Encontro de Chanceleres durante a Cúpula do Mercosul para definir a agenda e detalhes do encontro de Presidentes no mesmo mês.

DEZEMBRO 17 2005 – Reunião dos Presidentes na Quinta de San Pedro Alejandrino, em Santa Marta (Colômbia) para comemorar o aniversário de morte de Simón Bolívar. Abordaram a ampliação do plano de abastecimento de combustíveis na fronteira e a expropriação de participações de Ecopetrol na Multinacional Andina Monómeros S.A. Trataram o tema do corredor bilateral Agua Clara- Guaramito- La Fría e a habilitação da ponte binacional José Antonio Páez como passo de fronteira, a construção da ZIF e CEBAF em Paraguachón. Discutiram a viabilidade do Projeto Binacional CÍNERA para o fornecimento de água potável e energia em San Antonio e Ureña (Venezuela) e Cúcuta (Colômbia). Propuseram um plano estratégico binacional para o combate à pobreza na zona de fronteira na COPIAF.

SEM DATA 2005 - Se receberam doze denúncias sobre possíveis incidentes fronteiriços. Se dirigiu ao Governo da República Bolivariana de Venezuela, notas de protesto ou de rechaço, nas quais se solicitou a apuração e informação sobre os fatos.

JULHO 7 2006 – No encontro do presidente Uribe com o presidente do Panamá, Martín Torrijos, acertou-se o convite para o Panamá participar dos atos de iniciação da linha de interconexão do gasoduto que unirá Colômbia e Venezuela.

JULHO 8 2006 – Encontro presidencial em Maracaibo para inauguração dos trabalhos do gasoduto Ballenas-Maracaibo. Os presidentes assinaram declaração sobre assuntos energéticos

com pontos sobre o gasoduto, como propriedade, operação, administração e manutenção. Os trabalhos do gasoduto terminaram em agosto de 2007.

AGOSTO 2006 – V reunião das autoridades responsáveis pelo Memorando. Colômbia realizou sete reuniões com objetivo de garantir o retorno seguro e digno da população wayúu deslocada da Bahía Portete. Em visita conjunta entre Colômbia e Venezuela, a ACNUR comprometeu-se a monitorar a voluntariedade da comunidade em um eventual retorno.

AGOSTO 15 2006 – Ministra María Consuelo Araújo realizou visita de trabalho a Caracas, onde se encontrou com o presidente Hugo Chávez e o recém-empossado chanceler Nicolás Maduro. Repassaram os principais temas da agenda binacional.

SETEMBRO 2006 – COPIAF venezuelana envia anteprojeto do acordo específico do Centro de Controle Integrado de Fronteira em Paraguachón, assim como projeto de acordo dos Centros de Controle Integrados de Fronteiras entre os dois países.

OUTUBRO 2006 – Reunião binacional para analisar os projetos de acordo sobre os Centros Integrados de Controle e Serviços (CICS) e especificamente sobre o de Paraguachón, além de avançar no processo de um acordo final.

SEM DATA 2006 – Avanços dentro do Memorando de entendimento entre Colômbia e Venezuela sobre o tratamento a pessoas deslocadas dentro do território colombiano e que chegam à fronteira. Segundo o Censo, entre 1995 e 2005, aumentou em 80% o número de colombianos vivendo no exterior, chegando a 3 milhões de pessoas, sendo que 18,5% estão na Venezuela. Com o documento, se estabelece procedimento de manejo de fluxos migratórios, principalmente da Colômbia para a Venezuela. As autoridades de cada Estado se reúnem para avaliar os avanços em atenção, proteção e retorno voluntário dos deslocados.

SEGUNDO SEMESTRE 2006 – Desenvolveram-se atividades acadêmicas com instituições militares e de polícia para capacitar oficiais que conformariam diferentes adiaturas militares no exterior, para tal se subscreveu no segundo semestre de 2006 um convênio de cooperação acadêmica na Escola Superior de Guerra. Foi aberta a cátedra Equador, com previsão de abertura nos próximos meses das cátedras Brasil e Venezuela.

SEM DATA 2006 – Foram atendidas cinco denúncias de incidentes fronteiriços, com o respectivo envio de Notas Diplomáticas e de Governo para cada caso.

AGOSTO DE 2006 A JUNHO DE 2007 – Realização de 36 ações culturais para promoção da Colômbia no exterior, entre elas “Colômbia, Fronteiras Vivas”, que se aplica aos cinco países com fronteira terrestre.

FEVEREIRO 12 2007 – Os Ministros de Relações Exteriores María Consuelo Araújo e Nicolás Maduro se encontram novamente em Caracas e tratam dos seguintes temas: relações comerciais, questões fiscais relativas a investimentos, gasoduto binacional, venda de combustíveis em zonas fronteiriças, e mecanismos bilaterais como a Comissão Integração Presidencial e Questões de Fronteira (COPIAF), Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e Comissão Negociadora (CONEG). No Encontro de Chanceleres discutiram sobre projeto de acordo específico: abastecimento do departamento de Norte de Santander com combustível venezuelano a preços preferenciais. Em 23 de fevereiro, equipes técnicas se reuniram afim de avançar no término do acordo específico, ficando definido para março os últimos detalhes. Formulou-se acordos específicos para Arauca, Guainía e Vichada. Assinatura de convênio sobre bibliotecas públicas na fronteira. Avançou-se no plano de saúde na fronteira, no Centro Cultural Binacional e na Cooperação de Segurança. No encontro de Ministros de Defesa, constituíram-se comissões de ligação e coordenação de forças armadas dos dois países e trataram de temas de cooperação, como a luta contra delitos na fronteira.

MARÇO 2007 – X conferência da Comissão Mista Colômbia-Venezuela Demarcadora de Limites. Revisou-se a proposta de vetorização da linha média de rio Táchira com comprimentos mais curtos e o uso de novas ferramentas para melhorar a precisão. Aprovaram as memórias dos trabalhos realizados em setembro de 2006 para a densificação de parte do rio Táchira em que se construíram dez pares de pontos de referência entre as pontes Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander, assim como a segunda etapa dos trabalhos de demarcação do rio Guarumito. Sobre a região de La Guajira, acordou-se pela realização de trabalho de campo binacional para manutenção e medição dos marcos, atendendo a recomendações da Coneg. Em maio, os trabalhos foram realizados para estabelecer as coordenadas geográficas dos marcos internacionais de Castilletes e atividades de reconstrução, exploração e reconhecimento. Também foi aprovado informe de inspeção na região de Arauca Internacional.

ABRIL 16 2007 – Os presidentes Alvaro Uribe e Hugo Chávez realizam encontro bilateral durante a I Cúpula Sul-Americana de Energia, em Isla Margarita, quando tratam do projeto de construção de um oleoduto para o Pacífico, as alianças estratégicas entre Ecopetrol e PDVSA, a ajuda mútua no desenvolvimento de setores como pecuária tropical, biocombustíveis, cultivo

de palma de azeite. A Colômbia insistiu na negociação de um acordo bilateral de comércio, por conta da saída da Venezuela da CAN.

JUNHO 6 2007 – Os ministros de relações exteriores, Fernando Araújo e Nicolás Maduro, se reúnem em Bogotá para dar continuidade ao encontro dos presidentes. Decidem convocar uma reunião conjunta dos mecanismos bilaterais: COPIAF, COBAN E CONEG.

AGOSTO 31 2007 – Os presidentes da Colômbia e da Venezuela se reúnem para tratar de um acordo humanitário, com destaque para prudência, diálogo direto e coordenação no avanço do tema. Também assinaram acordo de intenções em que a Colômbia se compromete a exportar para Venezuela 20 mil toneladas de azeite de palma por ano e 4 mil de polpa.

SETEMBRO 12-14 2007 – Em Caracas, realizou-se reunião da comissão mista de fronteiras, com os seguintes avanços: realização de estudo multitemporal para avaliar como se comportam as margens do Guarumito nos últimos anos; reconstrução e atualização de coordenadas de marcos na região de Castilletes.

OUTUBRO 12 2007 – Em Punta Ballenas, os presidentes de Colômbia, Venezuela e Equador vão à inauguração de estação do gasoduto que liga Colômbia e Venezuela, responsável pelo aumento no comércio entre as empresas Ecopetrol e Chevron (na Colômbia) e PDVSA Gás (Venezuela).

NOVEMBRO 21 2007 – Presidente Uribe expede comunicado em que determina o fim da facilitação da senadora Piedad Córdoba e a mediação do presidente da Venezuela para a libertação de sequestrados nas mãos das FARC.

NOVEMBRO 25 2007 – Após a decisão do governo colombiano, o presidente da Venezuela congela as relações com a Colômbia.

NOVEMBRO 27 2007 – Chancelaria venezuelana chama para consultas o embaixador na Colômbia, posteriormente retirando-o definitivamente.

DEZEMBRO 18 2007 – Colômbia entrega nota diplomática de protesto à Venezuela por conta da morte de um cidadão colombiano por agentes uniformizados do país vizinho na região de fronteira.

MARÇO 1 2008 – A operação militar realizada pela Colômbia nesta data, resultando na morte do guerrilheiro das FARC Raúl Reyes, levou ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

MARÇO 9 2008 – O governo da Venezuela informa à Colômbia decisão de reestabelecer as relações diplomáticas.

JUNHO 2 2008 – Durante sessão da Assembleia Geral da OEA, em Medellín, os chanceleres da Colômbia e Venezuela se reúnem e agenda encontro bilateral entre os presidentes a ser realizado em julho, em Caracas, para normalizar as relações diplomáticas.

JUNHO 8 2008 – Presidente da Venezuela afirma que a guerra às guerrilhas passou à história e fez chamado para a libertação dos sequestrados, assegurando que Argentina, Brasil, Espanha, Portugal, França, Equador e Vaticano estariam dispostos a buscar um acordo de paz.

JULHO 11 2008 – Reunião dos Presidentes em Paraguachón (Venezuela), com o fim de normalizar as relações diplomáticas e retomar os temas da agenda bilateral.

OUTUBRO 17 2008 – O Chanceler colombiano se reúne em Caracas com seu homólogo para continuar o diálogo político e fomentar a confiança. Reiteram a importância de avançar em projetos do setor energia.

SEM DATA 2008 – Recuperação da navegabilidade do rio Meta, para integração entre regiões com a Venezuela. Projeto é bancado pelo governo da Colômbia e tem previsão de conclusão em 2009.

SEM DATA 2008 – Colômbia apresenta projeto, ainda não aprovado pela Venezuela, para centro de fronteira entre Cúcuta e San Antonio del Táchira, para facilitar movimentação de pessoas, veículas e mercadorias.

SEM DATA 2007-2008 – Há 1.695 colombianos presos na Venezuela, sendo 540 por narcotráfico e o restante por delitos diversos.

JANEIRO 24 2009 – Os Presidentes Chávez e Uribe se reúnem para anunciar a criação de um fundo comum para financiar micro e pequenas empresas para enfrentar a crise mundial. Chávez se dispôs a revisar também as quotas de importação de automotores colombianos.

MARÇO 18 2009 – Reunião de chanceleres e sessões das mesas de trabalho sobre energia, comércio, infraestrutura e agricultura. O Chanceler colombiano explica ao seu homólogo a política de luta contra drogas e fumigações de cultivos ilícitos.

ABRIL 14 2009 – Os presidentes Uribe e Chávez anunciam a conformação dos grupos de trabalho na área de energia acordados na reunião de chanceleres prévia, eles são: Energias alternativas, Gás Natural Veicular (GNV), gás domiciliário, intercâmbio elétrico, e poliduto. Se

cria o Comité de Alto Nível para o fornecimento na fronteira. Aproveitaram a ocasião para que as equipes ministeriais avançassem no Acordo de Complementação Econômica e assinaram instrumentos de licenciamento de importação para automotores colombianos, fornecimento de energia elétrica desde Puerto Inírida (Colômbia) a San Fernando de Atabapo (Venezuela), intenções de linhas de crédito para impulsionar importações e exportações de micro, pequenas e medianas empresas, intenções para um fundo binacional estratégico para a promoção e financiamento de projetos nas áreas de transporte, saúde, meio ambiente, educação, alimentação, agricultura, energia e infraestrutura; carta de intenções para facilitar o intercâmbio com moedas locais. Por último, instruíram aos chanceleres a subscrever a atualização do convênio para a prevenção, controle e repressão do tráfico ilícito de estupefacientes e psicotrópicos de 1978.

SEM DATA 2009-2010 – Período com grandes dificuldades embora se mantenha a disposição ao diálogo entre os dois governos. Se aceita o mecanismo de diálogo proposto por um grupo de países amigos, em cabeça do Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández.

SEM DATA 2009-2010 – Venezuela impõe restrições às importações colombianas com redução de 27% no comércio em Dezembro de 2009.

ABRIL 7 2010 – Solicitude à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para intervir nos processos de acusação de espionagem de alguns colombianos.

SEM DATA 2010 – Se acudiu à ONU e à OEA para dar conhecimento das ameaças de guerra do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e a derrubada de duas pontes binacionais por membros da Guarda Nacional Venezuelana.

JULHO 22 2010 – O Governo da Venezuela decide romper as relações diplomáticas.

AGOSTO 10 2010 - Os presidentes Juan Manuel Santos e Hugo Chávez se reuniram em Santa Marta, onde fizeram pública uma “Declaração de Princípios” mediante a qual acordaram relançar a relação bilateral restabelecendo as relações diplomáticas com base no diálogo transparente, direto, respeitoso e privilegiando as vias diplomáticas. Na declaração se estabelece que o diálogo entre as autoridades dos dois países buscará garantir a permanência e estabilidade da relação bilateral, o estrito cumprimento do Direito Internacional e aplicando os princípios de não ingerência nos assuntos internos e de respeito à soberania e integridade territorial dos Estados. No encontro, os mandatários decidiram também avançar na integração

bilateral procurando o desenvolvimento, particularmente das zonas e comunidades fronteiriças, e acordaram a criação das seguintes cinco comissões de trabalho:

- Pagamento das dívidas e impulso das relações comerciais.
- Acordo de Complementação Econômica entre os dois países.
- Desenvolvimento de um plano de trabalho sobre investimentos sociais nas fronteiras
- Desenvolvimento conjunto de obras de infraestrutura.
- Segurança.

AGOSTO 20 2010 – A Chanceler se reuniu em Caracas com seu homólogo venezuelano a fim de instalar oficialmente as cinco comissões criadas na reunião anterior. Os ministros e funcionários técnicos dos dois países iniciaram o trabalho de identificar os temas prioritários e estabelecer canais de comunicação.

OUTUBRO 7 2010 – Segunda reunião das Comissões Binacionais, da Comissão de Energia e da Subcomissão de Turismo, propostas pela Colômbia.

NOVEMBRO 2 2010 - Os Presidentes Santos e Chávez se reuniram novamente em Caracas a fim de revisar os compromissos acordados em Cúcuta, dos quais um grande número foi avaliado pelos mandatários na “Declaração de Miraflores”. Subscreveram as atas de compromisso do estabelecimento do Comité Binacional Económico e Produtivo, ata de compromisso para a cooperação na luta contra o problema mundial das drogas, ata de compromisso para a cooperação na construção da ponte internacional no setor de Las Tienditas, y ata para o estabelecimento da Comissão interministerial em matéria de turismo.

NOVEMBRO 2-11 2010 - Trabalhos técnicos de carácter unilateral no setor da Alta Guajira, a fim de obter medições para uma análise limítrofe do setor.

DEZEMBRO 15 2010 – Realização do “Concerto Binacional” em Bogotá para simbolizar a união entre os dois povos e o bom momento da relação bilateral. Participaram músicos da Orquestra Sinfónica Simón Bolívar de Venezuela e músicos profissionais colombianos, dirigidos pelo Mestre Gustavo Dudamel, e a assistência do presidente Juan Manuel Santos e outros altos funcionários do Governo.

FEVEREIRO 16 2011 - A Ministra de Relações Exteriores viajou a Caracas, acompanhada do Ministro de Comércio, Indústria e Turismo, com o propósito de adiantar uma revisão à agenda

bilateral e impulsionar o desenvolvimento dos compromissos adquiridos nas reuniões prévias em matéria comercial.

MARCO 2-3 2011 - Encontro comercial, econômico e produtivo em Caracas com a participação de empresas colombianas, constituiu um espaço de aproximação e diálogo para o setor privado colombiano. No evento, os dois países assinaram 13 atas de cooperação para o desenvolvimento produtivo do setor agropecuário.

ABRIL 9 2011 – Reunião dos Presidentes em Cartagena com o propósito de adiantar uma revisão aos temas da agenda bilateral, e em especial aos compromissos adquiridos nas anteriores reuniões. Destacam-se o acordo para estabelecer uma prorroga por 90 dias às preferências andinas enquanto se define um acordo bilateral em matéria de complementação econômica. Subscreveram 13 instrumentos.

MAIO 6-8 2011 - Inspeção unilateral ao setor de Puerto Santander a fim de observar os possíveis deterioros do limite internacional por causa do inverno que afetou o país entre 2010 e 2011.

SEM DATA 2011-2012 - A partir da Declaração de Princípios, acordada pelos Presidentes Juan Manuel Santos e Hugo Chávez, em agosto de 2010, para relançar a relação bilateral entre a Colômbia e a República Bolivariana da Venezuela, têm-se logrado avanços notáveis no aprofundamento do diálogo político, a cooperação em diferentes áreas e a reativação do comércio. Ainda existe a necessidade de criar um marco regulatório que substitua a normatividade da CAN.

JULHO 21-23 2011 – Inspeção unilateral ao setor de Puerto Santander para avaliar a problemática gerada pela dinâmica dos cursos dos rios La Grita y Zulia, próximos a essa cidade fronteiriça do departamento de Norte de Santander, e segunda inspeção em 28 de novembro de 2011.

SETEMBRO 22 2011 - Os Chanceleres da Colômbia e da Venezuela tiveram uma reunião bilateral Nova Iorque, no marco da 66° Assembleia Geral das Nações Unidas, a fim de revisar brevemente a agenda bilateral e acordar a data para a seguinte reunião.

OUTUBRO 3 2011 – Reunião em Caracas, com a presença dos Chanceleres e os Ministros da Defesa da Venezuela, Carlos Mata Figueroa e da Colômbia, Juan Carlos Pinzón.

OUTUBRO 10-12 2011 – Visita ao setor do rio Táchira e a boca-toma do aqueduto do Município de Villa del Rosario, en el Departamento de Norte de Santander, a fim de verificar as obras de melhora da infraestrutura do aqueduto municipal nesse setor da fronteira.

OUTUBRO 24 2011 – Durante a visita do Chanceler venezuelano Nicolás Maduro a Bogotá, se reuniram as comissões técnicas binacionais. Registraram-se importantes avanços nos compromissos bilaterais, entre os quais se destacam a ampliação dos volumes de combustíveis importados da Venezuela para os departamentos limítrofes (Guajira, Norte de Santander, Arauca, Guainía y Vichada); a solicitação conjunta de recursos à CAF para o projeto de construção da “Ponte de Tienditas”; a decisão de adiantar o projeto de construção do oleoduto que comunique à Venezuela com o pacífico colombiano; os adiantamentos para subscrever um acordo de alcance parcial entre os dois países e compromissos em temas de segurança, entre outros.

NOVEMBRO 28 2011 - Os presidentes Juan Manuel Santos e Hugo Chávez tiveram um encontro em Caracas no qual se subscreveram os seguintes instrumentos:

- Acordo de alcance parcial em matéria comercial.
- Ata de compromisso para a construção do oleoduto binacional.
- Ata de compromisso para a extensão do gasoduto “Antonio Ricaurte”.
- Ata de compromisso entre PDVSA e ECOPETROL para o estudo de campos maduros
- Ata de compromisso em matéria pecuária.
- Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Cultura da Colômbia e da Venezuela.
- Convênio entre o IPSE e COPROELEC.

ABRIL 15 2012 – Durante a VI Cúpula das Américas, os Ministros de Relações Exteriores da Colômbia e da Venezuela subscreveram seis anexos ao Acordo de Alcance Parcial, como requisito para a entrada em vigência do acordo. Eles foram: Regime de origem; Regulamentos técnicos, avaliação da conformidade e metrologia; Medidas sanitárias, zoo-sanitárias e fitossanitárias; Medidas de defesa comercial e medida especial agrícola; Tratamento tarifário preferencial; e o mecanismo de solução de controversas.

DEZEMBRO 1-7 2012 – Inspeção unilateral à fronteira colombo-venezuelana, no setor da Alta Guajira, onde se realizou um reconhecimento ao setor fronteiro de Castilletes e também aos marcos erigidos pela Comissão Mista Demarcadora na zona.

JANEIRO 18 2013 – Os Chanceleres da Colômbia e da Venezuela tiveram uma reunião bilateral em Caracas, à qual assistiram também os prefeitos e governadores dos departamentos da Guajira, Cesar, Norte de Santander e Vichada, a fim de fazer uma revisão dos assuntos bilaterais. Assim mesmo, acordou-se a realização da I Reunião da Comissão Administradora do Acordo de Alcance Parcial em matéria comercial No. 28, que entrou em vigor em 19 de outubro de 2012, porém a reunião que foi programada para o dia 6 de março de 2013 teve de ser postergada devido ao falecimento do Presidente Hugo Chávez Frías.

FEVEREIRO 19-21 2013 - Inspeção unilateral ao setor dos rios Atabapo, Guainía e Negro, que contemplou um recorrido fluvial até o povoado de San Felipe, e aéreo àqueles setores fronteiriços, com um reconhecimento às ilhas fluviais colombianas desse setor limítrofe com a Venezuela.

MAIO 28 2013 – Reunião binacional na cidade de San Fernando de Atabapo para tratar de incidentes fronteiriços. Colômbia havia informado o governo venezuelano sobre a presença de autoridades daquele país na região de fronteira com o departamento de Guainía. A comissão teve como objetivo verificar e esclarecer o acontecido no rio Atabapo. O comando militar venezuelano se comprometeu a rever os procedimentos para o desenvolvimento de operações contra os delitos na fronteira.

JULHO 22 2013 – Visita oficial do presidente da Colômbia à Venezuela, na cidade de Puerto Ayacucho.

AGOSTO 2 2013 – Chanceler colombiana se encontra com o par venezuelano com objetivo de rever e aprofundar as relações, com tema prioritário sendo segurança e política, principalmente sobre fronteiras, contrabando de mercadorias e narcotráfico. Foi escrito provisoriamente o Protocolo Binacional de Prevenção e Verificação de Incidentes Fronteiriços e temas ligados à mineração ilegal.

AGOSTO 2 E OUTUBRO 16 2013 – Realização de duas mesas de trabalho binacionais que fortaleceram os canais de diálogo político e cooperação, com os seguintes temas: política e segurança; comércio e finanças; minas e energia; sociais e fronteiras; infraestrutura e transporte; e telecomunicações, com destaque para o Convênio Binacional para a Luta contra Celulares Roubados e o início das obras de construção da Ponte Internacional de Tienditas e os avanços no projeto de interconexão do oleoduto Caño Limón-Guafitas.

FEVEREIRO 6 2014 – Em Maracaibo, é realizada a Reunião Binacional de Alto Nível para os temas de contrabando e fiscalização, lideradas pelos ministros de relações exteriores dos dois países. Acordou-se com um plano de choque contra o contrabando, focando as ações nas coordenações de operações e nas polícias. O plano agirá na identificação de fluxos financeiros ilícitos, medidas legais contra o contrabando e adoção de medidas contra o contrabando de combustíveis.

PRIMEIRO SEMESTRE 2014 – Chanceler colombiana participa de comissão de ministros de relações exteriores da UNASUL para tratar e ajudar na crise política entre o governo venezuelano e a oposição do país.

SEM DATA 2013-2014 – Acordos entre os países em diversas áreas, como luta contra a mineração ilegal, informação e repatriação expressa de veículos furtados, oleoduto Caño Limón-Guafita, oleoduto ao Pacífico colombiano, exploração de campos maduros na Venezuela, extensão do contrato de fornecimento de gás da Colômbia para a Venezuela, gasoduto do norte de Santander ao Estado Táchira, energia elétrica, ponte internacional Tienditas, acordo binacional sobre transporte internacional e revisão de acordo sobre transporte aéreo. Também trataram do acordo de dupla nacionalidade de indígenas e da comissão de segurança e contrabando.

**ANEXO IV - CRONOLOGIA DE EVENTOS BILATERAIS COLÔMBIA –
EQUADOR (2002-2014)**

SETEMBRO 5 2002 – Primeira reunião de alto nível sobre assuntos fronteiriços para revisar temas comuns em segurança, comércio, migrações e desenvolvimento e integração fronteiriça. Participam delegados dos Ministérios de Relações Exteriores, Defesa, Comércio e do Departamento Administrativo de Segurança (DAS).

NOVEMBRO 28 2002 – Segunda reunião de alto nível sobre assuntos fronteiriços. Assistem os Ministros de Relações Externas, Comércio Exterior, o Vice-ministro de Agricultura, e delegados da Defesa e do DAS. Avaliaram o cumprimento do estabelecido em reunião anterior e estabeleceram novas ações conjuntas referentes à segurança, migrações, comércio e desenvolvimento fronteiriço.

JANEIRO 15 2003 – Ato de Pose do Presidente Lúcio Gutierrez, acompanham ao Presidente Uribe os Ministros de Relações Exteriores, Carolina Barco, Defesa Nacional, Marta Lucía Ramírez e Comércio, Jorge Humberto Botero.

MAIO 23-24 2003 – Reunião presidencial no marco da XVII Cúpula do Grupo de Rio, o Presidente equatoriano, Lúcio Gutierrez, apresentou uma proposta de solução ao conflito colombiano. O Grupo de Rio fez um chamado ao Secretário Geral da ONU para continuar gestões de boa vontade para a situação de violência na Colômbia.

AGOSTO 15 2003 – Reunião binacional sobre o problema mundial das drogas e dos delitos relacionados. Colômbia expôs sua política de aspersão aérea e os protocolos de pesquisa científica sobre os mesmos, os governantes acordaram manter o intercâmbio de informações sobre o tema.

AGOSTO 22 2003 – Visita oficial ao Equador. Os Presidentes desenvolvem uma agenda referente ao comércio bilateral, as migrações, o desenvolvimento, a segurança e a integração fronteiriça. Se estabelecem compromissos em cooperação nos mesmos temas.

NOVEMBRO 14-15 2003 – Reunião dos Presidentes no marco da XVII Cúpula Iberoamericana, avaliaram aspectos da segurança fronteiriça.

FEVEREIRO 12-13 2004 – XVI reunião da Comissão de Vizinhança e Integração colombo-equatoriana, na qual se reestruturou a comissão. Discutiram temas de infraestrutura, assuntos ambientais, desenvolvimento econômico e social, educação ciência e cultura, direitos humanos e assuntos judiciais.

FEVEREIRO 17 2004 – Reunião de alto nível sobre assuntos fronteiriços. Os Ministérios de Relações Exteriores, e de Turismo da Colômbia e o Equador desenvolveram uma agenda composta por temas do comércio bilateral, migrações, e segurança e defesa. Abordaram em específico o caso do derramamento de hidrocarburos da Petroequador, de antenas de telecomunicações na fronteira e do tratamento das bacias hidrográficas.

MARÇO 16-17 2004 – O Presidente do Equador, Lúcio Gutierrez, realiza uma visita de Estado à Colômbia. Se organizam mesas de trabalho com os Ministérios de Relações Exteriores, Defesa, Comércio, e Minas e Energia. Na declaração final de estabelecem compromissos em temas de segurança, migração, desenvolvimento na fronteira, comércio, interconexão elétrica, cooperação em temas de energia e meio ambiente. Se reforçou a instrução às autoridades de ambos países na luta contra a delinquência e de segurança na fronteira.

OUTUBRO 11 2004 – Encontro de chanceleres preparatório ao encontro presidencial. Avaliaram os temas de maior relevância bilateral como comércio, segurança, migração, soberania, e desenvolvimento fronteiriço.

OUTUBRO 15 2004 – Encontro entre os Presidentes no qual intercambiaram opiniões sobre temas de comércio, segurança, migração, soberania e desenvolvimento fronteiriço.

JUNHO 5-7 2005 – Encontro entre os Chanceleres durante a XXXV Assembleia Geral da OEA.

JUNHO 20 2005 – Encontro entre os Presidentes na Reunião de Chefes de Estado e Governo do Mercosul.

JULHO 7 2005 – Encontro entre os Presidentes da Cumbre de Países Latino-Americanos Exportadores de Banana.

JULHO 25 2005 – Reunião de trabalho entre os Chanceleres Barco, da Colômbia, e Antonio Parra, do Equador. O equatoriano expôs seu interesse de abordar detalhadamente o tema das aspersões aéreas, enquanto a colombiana sustentou a posição nacional sobre a inocuidade e conveniência das aspersões. O Equador demanda a suspensão numa faixa de 10 quilômetros da fronteira.

AGOSTO 25 2005 – Encontro dos Chanceleres na Reunião Extraordinária do Grupo de Rio.

AGOSTO 31 2005 – Encontro de alto nível entre os Ministros de Relações Exteriores. Continuidade do diálogo de Quito de 25 de julho. Reiteraram as posições sobre temas de segurança, aspersões aéreas, migração e desenvolvimento fronteiriço.

NOVEMBRO 17 2005 – Os Vice-Chanceleres têm uma reunião de trabalho para revisar os temas da agenda para organizar o encontro de Chanceleres em dezembro de 2005.

DEZEMBRO 2005 – Encontro da Chanceler Barco com o novo Chanceler equatoriano, Francisco Carrión Mena. Reiteram o objetivo prioritário de fomentar o desenvolvimento e a segurança nas áreas de fronteira. Abordaram o Plano Binacional de Desenvolvimento Fronteiriço, temas de segurança, drogas e aspersões aéreas, migração, refugiados e comércio.

SEM DATA 2005 - A raiz dos contínuos ataques dos quais foram objeto diferentes embarcações da Armada Nacional, quando se encontravam realizando trabalhos de patrulhamento no rio Putumayo, por parte de integrantes de forças irregulares desde o território equatoriano, o Ministério de Relações Exteriores da Colômbia dirigiu ao Governo do Equador uma nota verbal de rechaço e solicitude de apuração por essas ações.

ABRIL 24 2006 - XV Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança e Integração colombo-equatoriana, na qual se conformou uma mesa especial de trabalho para promover projetos de desenvolvimento, com vista à formalização de um Acordo Binacional para o Desenvolvimento da Zona de Integração Fronteiriça. Foram convidados representantes da CAN, CAF, OPS, OMS, OIM, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Convênio Andrés Bello e PNUD.

ABRIL 25 2006 - Reunião do Grupo Técnico Binacional das Bacias Hidrográficas, onde se intercambiou informação digital topográfica da fronteira com o propósito de adiantar os aspectos técnicos necessários encaminhados a gerar cartografia unificada, a ser entregue em uma reunião programada para mediados do mês de junho de 2006.

SETEMBRO 15-16 2006 – XIV Cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados, em Havana, foi palco de encontro de caráter presidencial no qual se discutiu temas de fronteira e regionais.

DEZEMBRO 2006 – Recomeçaram as pulverizações com glifosato em áreas próximas à fronteira, com as quais o governo do Equador respondeu chamando a consultas seu embaixador em Bogotá.

JANEIRO 10 2007 – Após várias tentativas, o presidente Uribe reuniu-se com o presidente eleito do Equador, Rafael Correa. O encontro aconteceu durante a posse do presidente do Nicarágua, Daniel Ortega, na cidade de Manágua. Essa primeira aproximação teve como objetivo firmar acordos iniciais para superar a crise na relação binacional. Na ocasião, a Colômbia se comprometeu a informar o Equador quando decidir fazer as pulverizações na região de fronteira, para que o país possa se certificar de que o produto não caia em região equatoriana. Formou-se ainda uma comissão tripartidária, com a participação da OEA, para verificação de que o glifosato não caia em solo do Equador e para revisar os termos de um estudo que a Comissão Interamericana para Controle dos Abuso de Drogas (Cicad) fará sobre os efeitos do produto, assim como recolher testemunhos da população dos dois lados da fronteira.

MAIO 28 2007 – O Chanceler Fernando Araújo realiza visita oficial a Quito para encontrar-se com a chanceler María Fernanda Espinosa para tratar de outros temas da agenda bilateral e identificar aspectos positivos da relação entre os dois países.

ABRIL 2006 – XV reunião plenária da Comissão de Vizinhança e Integração Colômbia-Ecuador, em Quito. Termina a negociação do acordo entre os dois governos para o desenvolvimento da zona de integração fronteiriça, com o marco legal para definição e execução de 13 projetos comuns. Destaques: Plano de trabalho conjunto em pequenas interconexões elétricas binacionais na fronteira; Projeto de cooperação técnica para o fortalecimento da vigilância de saúde pública, pragas e qualidade da água; Programa de melhoria das condições sanitárias e ambientais das fronteiras pacíficas, andinas e amazônicas; Rede de bibliotecas públicas Colômbia-Ecuador; Formulação de projeto conjunto do Plano de gestão integral de resíduos sólidos de Ipiales e Tulcán; Centro Binacional de Atenção Fronteiriça Justaposta de Rumichaca

AGOSTO 7 2006– Presidente do Equador participa da cerimônia de posse do presidente Uribe.

AGOSTO DE 2006 A JUNHO DE 2007 – Realização de 36 ações culturais para promoção da Colômbia no exterior, entre elas “Colômbia, Fronteiras Vivas”, que se aplica aos cinco países com fronteira terrestre.

AGOSTO 2006 – I Reunião extraordinária da Comissão Mista Colombo-Equatoriana de Fronteiras, na qual tratou-se da alteração do curso natural do rio Carchi e da posse de terras na região do Cerro Troya. Acordou-se uma inspeção binacional em El Charco para verificar o curso do rio.

OUTUBRO 2006 – Após vários anos de negociação, os dois países assinam o Acordo de Cooperação Binacional para o Desenvolvimento da Região de Integração Fronteiriça, o primeiro com um país vizinho.

DEZEMBRO 2006 – A partir deste mês, os vistos de cortesia emitidos a todos os equatorianos, sem cobrança de taxa consular ou de timbre.

SEGUNDO SEMESTRE 2006 – Se desenvolveram atividades acadêmicas com instituições militares e de polícia para capacitar oficiais que conformariam diferentes adiaturas militares no exterior, para tal se subscreveu no segundo semestre de 2006 um convênio de cooperação acadêmica na Escola Superior de Guerra. Foi aberta a cátedra Equador, com objetivo de conhecer as percepções e os imaginários dos acadêmicos, jornalistas e funcionários do Equador sobre as relações binacionais.

SEM DATA 2006 – Avanço na possibilidade de ações conjuntas para estabelecer plano de manejo conjunto para as bacias hidrográficas binacionais Carchi-Guaitara e Mira-Mataje.

SEM DATA 2006 – Colômbia entrega nota diplomática e solicita reunião extraordinária com Equador para tratar de um incidente de fronteira: obra de infraestrutura construída pela prefeitura de Ipiales e que foi destruída, assim como três pontos internacionais de fronteira localizados em Cerro Troya e Cerro La Quinta.

SEM DATA 2006 – Destaque à importância da segunda fase do Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos por Aspersão Aérea com Herbicida Glifosato. O programa, com duração de pouco mais de um ano, incluirá informes sobre impacto na saúde humana, análise do risco genético-tóxico e a extensão do alcance da pulverização com glifosato sob as reais condições colombo-equatorianas.

SEM DATA 2007 – I Reunião técnica entre funcionários de alto escalão para a luta contra o tráfico de pessoas entre Colômbia, Equador e Peru, com objetivo de definir os passos seguintes e impulsionar acordos e mecanismos de cooperação efetivos.

JANEIRO 2007 – Presidente Uribe participa de cerimônia de posse do presidente do Equador.

SEM DATA 2007 – Trabalha-se com as autoridades do Equador uma possível regularização de colombianos naquele país, que podem chegar a 250 mil pessoas.

JANEIRO 18 2008 – Os chanceleres da Colômbia e Equador se reúnem em Bogotá para uma revisão exaustiva da agenda bilateral, organizar encontro de chanceleres e reativar os mecanismos bilaterais existentes.

MARÇO 1 2008 – Operação militar da Colômbia realizada nesta data resulta na morte do guerrilheiro das FARC Raúl Reyes.

MARÇO 3 2008 – Equador rompe relações diplomáticas com a Colômbia, designando Argentina para representar seus interesses no país.

MARÇO 6-7 2008 – Na reunião do GRIO-República Dominicana, presidente Uribe reconhece que violou a soberania do Equador ao adentrar seu território em uma missão terrestre, mas afirmou aos mandatários que analisassem a questão da soberania de uma perspectiva integral, que leve em conta o território e a segurança dos cidadãos. Para o presidente, mais importante que a soberania territorial é o direito de um povo de não ser atacado.

MARÇO 31 2008 – Equador entra com representação na Corte Internacional de Justiça por supostos danos produzidos pelas aspersões realizadas pela Colômbia. Em abril, a Corte notificou Colômbia e Equador a apresentarem memória dos casos.

SEM DATA 2008 – Por recomendação do secretário-geral da OEA, os vice-chanceleres dos dois países se reúnem quatro vezes durante o ano, a fim de buscar alternativas para reestabelecimento das relações diplomáticas e fomentar medidas de confiança. A missão de bons ofícios da OEA realizou duas visitas a cada país, arranjando também encontro entre altos mandatários militares. Entre as propostas: mecanismos de cooperação em matéria judicial e de confiança em segurança, assim como a implantação de cooperação para coincidir as linguagens político e militar.

JUNHO 6 2008 – Nesta data, após trabalho do Centro Carter, conduzido pelo ex-presidente dos EUA Jimmy Carter, anunciou-se o reestabelecimento das relações diplomáticas, no âmbito dos encarregados de negócios.

SETEMBRO 8 E 9 2008 E FEVEREIRO 9 2009 – Seminários sobre Políticas de Paz e Desenvolvimento na Fronteira Colombo-Equatoriana.

SEM DATA 2008 – Comissão de Vizinhança e Integração Colômbia-Ecuador: plano de gestão de resíduos sólidos na fronteira; criação de uma Câmara de Comércio Binacional na fronteira; projeto de pequenas interconexões elétricas na fronteira (plano suspenso); transferência de tecnologia para construção de uma escola técnica binacional de pesca e para o fortalecimento

do Porto Pesqueiro de Tumaco; projeto de fortalecimento da vigilância em saúde pública, pragas e qualidade da água.

SEM DATA 2008 – Colômbia relata casos contínuos de perseguição a militares por grupos de colombianos à margem da lei na região da fronteira com Equador, assim como a entrada de autoridades equatorianas em território colombiano sem autorização. Colômbia também solicitou que Equador pare com atividades de extração na região do rio Carchí.

SEM DATA 2008 – Havia na época 1.760 colombiano presos no Equador, sendo 642 deles por narcotráfico.

SEM DATA 2008 – Publicação do livro “Equador – Miradas Binacionales”, resultado da cátedra sobre o país na Academia Diplomática e Iepri.

SEM DATA 2008-2009 – Relações diplomáticas sem serem reestabelecidas desde a ruptura em 3 de março de 2008. Colômbia reporta ter acudido aos bons ofícios da OEA e do Centro Carter para tentar uma aproximação. Se organizaram quatro reuniões de Vice-Ministros (abril 29 de 2008 no Panamá, maio 12 de 2008 em Lima, maio 27 de 2008 no Panamá, e junho 10 de 2008 em Washington DC).

SEM DATA 2009 – Colômbia deposita U\$ 500.000 à ACNUR para o atendimento da população colombiana deslocada no Equador.

JANEIRO 2009 – O Presidente Uribe declara a criação do Comando Unificado do Sul para reforçar a recuperação da ordem pública nos departamentos de Nariño e Putumayo, na fronteira com o Equador.

FEVEREIRO E MARÇO 2009 – Visitas da Comissão de Verificação em ambos países.

SETEMBRO 2009 – Reunião entre os Chanceleres Jaime Bermúdez, da Colômbia, e Fander Falconi em Nova Iorque para avançar no reestabelecimento das relações diplomáticas. Acordaram a não realização de operações militares unilateralmente, a não tolerância a grupos armados irregulares, a decisão de encargos de negócios e consolidação de mesas de trabalho entorno à segurança de controle da criminalidade, desenvolvimento fronteiriço, e temas sensíveis da agenda bilateral. Se normalizaram as relações econômicas e se reestabeleceu a Comissão Binacional de Fronteira.

FEVEREIRO 2010 – Depois de três reuniões entre os Chanceleres, os Presidentes Álvaro Uribe e Rafael Correa se reúnem para revisar e avançar no processo de reestabelecimento de relações diplomáticas com o acompanhamento do Centro Carter e a OEA.

JULHO 2010 – Visita da chanceler Maria Ángela Holguin e do vice-presidente Angelino Garzón para avançar na normalização das relações diplomáticas entre os dois países, tema de interesse primordial do recém eleito presidente, Juan Manuel Santos. O chanceler equatoriano Ricardo Patiño expresso a plena confiança do seu governo para restabelecer as relações diplomáticas, e a complacência da disposição ao diálogo do novo governo colombiano para “afiançar as relações e superar os temas pendentes”.

AGOSTO 7 2010 – O presidente equatoriano assiste à Cerimônia de Transmissão de Mando e Pose do presidente colombiano Juan Manuel Santos. Em um breve encontro dos dois mandatários, Santos entrega as cópias dos *Hard Disk* do computador de “Raul Reyes”, tal como requerido pelo governo equatoriano para avançar no reestabelecimento das relações diplomáticas.

AGOSTO 8 2010 – Encontro entre os chanceleres dos dois países. Realizaram seguimento aos acordos consignados na *Hoja de Ruta* para a reconciliação dos dois países. Frisaram na necessidade de avançar na agenda positiva e comprometeram-se a impulsionar projetos de integração e desenvolvimento fronteiriço, como a realização da XXII Reunião da COMBIFRON em Bogotá no dia 16 de agosto de 2010.

AGOSTO 26 2010 – Em Ipiales, os chanceleres da Colômbia, Maria Ángela Holguin e do Equador, Ricardo Patiño, reuniram-se a fim de abordar temas da agenda bilateral e fronteiriça, lograram a formulação do plano para a atenção dos refugiados colombianos no Equador, incluindo programas de retorno voluntario.

NOVEMBRO 18 2010 – Em Quito se realizou a Terceira Reunião da Comissão de Considerações Sensíveis, estabelecida pelos dois Estados na *Hoja de Ruta*, dando início ao processo de diálogo direto. Nesta reunião o governo do Equador reiterou o cumprimento por parte da Colômbia de todos os requerimentos para o restabelecimento das relações diplomáticas.

NOVEMBRO 26 2010 – Durante a Cúpula da UNASUL, na Guiana, em concordância com os acordos da *Hoja de Ruta* pactada em setembro de 2009, se anunciou a designação dos novos embaixadores por parte dos presidentes Rafael Correa e Juan Manuel Santos.

NOVEMBRO 30 2010 – No marco da Terceira Reunião da Comissão Binacional, aprovou-se o plano de atenção dos refugiados colombianos no Equador. Igualmente, recomendou-se manter a Comissão Binacional como instancia de decisão política, seguimento e controle na execução do plano.

FEVEREIRO 24 2011 – Em Bogotá, os Chanceleres revisaram os compromissos assumidos em matéria comercial, especialmente o interesse do Equador nas importações de arroz, as salvaguardas comerciais aplicadas por ambos países e a situação do transporte fronteiriço.

ABRIL 27-29 2011 – Reativação da Comissão Mista Permanente Colombo-Equatoriana de Fronteiras, a qual ocorreu no marco da VI Reunião Bilateral, estabelecendo compromissos relativos aos trabalhos de campo para desenvolver o processo de caracterização da fronteira terrestre.

MAIO 5 2011 – O Presidente do Equador, Rafael Correa, visitou à Colômbia no marco da XXIV Feira do Livro de Bogotá. Encontrou-se com o Presidente Juan Manuel Santos e manifestaram o interesse de fortalecer o diálogo, além de tratar os temas da agenda bilateral.

JUNHO 10-1 2011 - Inspeção binacional da fronteira terrestre nos setores do rio Carchi, Teques, Cerros Troya-Quinta e Quebrada Pun, a fim de estabelecer acordos sobre os setores inspecionados.

JUNHO 20 2011 – Reunião da Comissão Técnica Colombo-Equatoriana para estabelecer os estudos necessários para a determinação das coordenadas da boca do rio Mataje no oceano Pacífico.

SEGUNDO SEMESTRE 2011 - Encontro dos Ministros de Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín Cuéllar, e do Equador, Ricardo Patiño Aroca. Subscreveram o Memorando de Entendimento por meio do qual se reestruturou a Comissão de Vizinhança e Integração Colombo-Equatoriana.

SETEMBRO 29 2011 - XVI Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança e Integração Colombo-Equatoriana em Ipiales. Examinaram os principais temas da agenda bilateral, destacando a aprovação do plano de ação integral para a atenção dos refugiados colombianos no Equador e um plano de retorno. A Chanceler María Ángela Holguín anunciou a doação extraordinária de US\$500.000 à ACNUR em Genebra para o apoio aos programas de atenção aos refugiados no Equador.

DEZEMBRO 7-9 2011 – Segunda Reunião da Comissão Técnica Colombo-Equatoriana sobre o rio Mataje, durante a qual se acordou a realização do reconhecimento prévio à área de estudo, contemplando os respectivos aspectos logísticos e técnicos enfocados à parte hidrográfica.

DEZEMBRO 9 2011 – Por convite do Presidente da República do Equador, Rafael Correa Delgado, o Presidente colombiano, Juan Manuel Santos, realizou uma visita oficial ao Equador. Os mandatários reiteraram sua firme decisão de continuar trabalhando no fortalecimento das relações bilaterais. Os temas principais considerados pelos presidentes foram: 1) o fortalecimento da cooperação binacional e matéria de segurança fronteiriça com o fim de lutar de maneira coordenada contra a mineração ilegal; 2) o impulso e consolidação dos trabalhos realizados no marco da Comissão de Vizinhança e Integração Colombo-Equatoriana, especialmente nos projetos de infraestrutura rodoviária, mobilidade fronteiriça, energia, turismo, cultura meio ambiente; e 3) a criação do mecanismo de alto nível de Gabinetes Ministeriais Binacionais. Igualmente, os mandatários deram a instrução à Comissão Permanente de Fronteiras Colômbia-Ecuador de determinar o ponto da desembocadura do rio Mataje, local onde inicia a fronteira marítima entre os dois países.

DEZEMBRO 14 2011 – Por convite do Ministro de Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Ricardo Patiño, a Chanceler María Ángela Holguín visita esse país para examinar os temas da relação bilateral e efetuar um seguimento às atividades acordadas na XVI Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração. Os Chanceleres tiveram um diálogo amplo e franco, examinando especialmente os assuntos relacionados com o trânsito e transporte rodoviário, comércio, segurança fronteiriça e a situação dos refugiados colombianos no Equador. Reafirmou-se o compromisso dos Governos no cumprimento dos acordos alcançados nos diferentes cenários referidos à implementação do Memorando de Entendimento sobre a Gestão do Comércio, Investimentos e Turismo, e na Segunda Rodada Comercial “Colômbia lhe compra ao Equador”. Também apontaram a importância de avançar nos temas abordados na Comissão Binacional para tratar o assunto dos refugiados colombianos no Equador e o Plano de Retorno.

DEZEMBRO 14-19 2011 – Inspeção unilateral aos setores de Aguas Hediondas, El Morro Teques e Troya, para fazer manutenção aos marcos localizados nesses setores e realizar entrevistas com os moradores acerca de temas atinentes à fronteira.

FEVEREIRO 23-24 2012 - Reunião do Comité Técnico Binacional Colombo-Equatoriano, em Cali, onde se reconfirmaram as coordenadas na boca do rio Mataje.

FEVEREIRO 27-28 2012 – Inspeção binacional à Baía Ancón de Sardinias, se visitaram as localidades de Candelilla de La Mar na Colômbia e Palma Real no Equador a fim que a Unidade Técnica para a Consolidação Territorial elaborasse um estudo socioeconômico dos habitantes colombianos que habitam a região.

SEGUNDO SEMESTRE 2012 – Organizaram-se três encontros de Ministros de Relações Exteriores Colômbia–Equador, preparatórios para o Primeiro Gabinete Binacional. (3 de agosto, 14 de setembro e 7 de dezembro de 2012 em Guayaquil, Medellín e Quito, respectivamente). Nos encontros revisou-se a agenda preparatória ao I Gabinete Binacional que teve lugar em 11 de dezembro de 2012, em Tulcán- Equador, e teve a participação do Presidente Juan Manuel Santos e o Presidente do Equador, Rafael Correa Delgado, com seus respectivos gabinetes e altos funcionários.

OUTUBRO 22-27 2012 – Realizou-se uma inspeção unilateral e os trabalhos de campo no setor fronteiro colombo-equatoriano do cômrego Játiva ou Alumbre, origem principal do rio Carchi, e no setor fronteiro do Nevado de Chiles. Na atividade posicionaram-se com GPS todos os marcos de fronteira existentes na área.

ABRIL 12 2013 – Em Manta (Equador), a Ministra Holguín se reuniu com seu homólogo de equatoriano Ricardo Patiño Aroca, para fazer seguimento aos compromissos assumidos, os quais acordaram revisar trimestralmente.

ABRIL 29-30 2013 – Realizou-se uma reunião interinstitucional com autoridades de Ipiales e Tulcán para a implementação do sistema de informação geográfica binacional, que beneficie tanto ao município de Ipiales, na Colômbia, como à província do Carchi, no Equador.

SETEMBRO 9 2013 – Subscrição do Acordo para a Solução da Controvérsia Existente na Corte Internacional de Justiça, relativa à Erradicação Aérea pela Colômbia dos Cultivos Ilícitos próximo da fronteira com o Equador

NOVEMBRO 14 2013 – Reunião da Comissão Bilateral para atender o assunto dos colombianos refugiados no Equador e o Plano de Retorno, avançando na implementação do plano de ação para atender essa população.

NOVEMBRO 18-19 2013 – Reunião Extraordinária da Comissão Mista Permanente Colombo-Equatoriana de Fronteiras, na qual tratou-se a problemática surgida por causa da destruição dos passos informais de Cerro Troya e Frailejón– La Pintada com as conseqüentes alterações do limite internacional. Na reunião acordaram-se algumas ações com o intuito de corrigir a

situação mencionada e se identificou a necessidade de realizar a VII Reunião da Comissão Mista Demarcadora.

NOVEMBRO 25 2013 – Segunda Versão do Gabinete Binacional, em IpiALES, constituindo um mecanismo inovador para a Colômbia em reuniões políticas de alto nível. Destacam-se logros como a construção e entrada em serviço da nova ponte internacional de Rumichaca, a interconexão dos oleodutos de óleos brutos pesados e a entrada em funcionamento do Centro Binacional de Atenção Fronteiriça (CEBAF-San Miguel) em Lago Agrio, Província de Sucumbíos (Equador), no qual se presta o serviço de controle integrado para o fluxo de pessoas, mercancias, bagagens e veículos.

SEM DATA 2013-2014 – O Ministério de Relações Exteriores reporta que a Colômbia e o Equador têm apresentado avanços no fortalecimento da agenda binacional, realizando um importante número de reuniões binacionais de nível técnico, vice-ministerial e ministerial.

MARÇO 12 2014 - VII Reunião da Comissão Mista Demarcadora em Quito, Equador. Como resultado, lograram-se importantes compromissos binacionais, tais como a realocação dos seis marcos divisores de Cerro Troya - La Quinta, a realização de inspeções bilaterais a marcos de Pie Cerro La Quinta, Cumbre del Cerro La Quinta, o levantamento topográfico dos setores de passos informais do Cerro Troya e de Frailejón – La Pintada, e a atualização do levantamento planimétrico conjunto e a identificação e propósito de cada uma das antenas localizadas no Cerro Troya, a fim de definir posteriormente as ações a seguir referentes às mesmas.

MARÇO 17-22 2014 – As delegações equatorianas do Instituto Geográfico Militar – IGM e do Instituto Equatoriano Espacial– IEE, junto ao Instituto Geográfico “Agustín Codazzi” – IGAC pela Colômbia, reuniram-se para adiantar uma oficina para dar cumprimento aos compromissos adquiridos no Segundo Gabinete Binacional, relacionados com o Sistema de Informação Geográfico (SIG) binacional e dar cumprimento o empalme da Cartografia deas bacias Mira-Mataje e Carchi-Guáitara.

ABRIL 2014 – VII Reunião da Mesa Binacional de Luta contra o Tráfico Ilícito de Hidrocarbonetos em Cali, na qual as autoridades de ambos países e os Ministérios de Minas, vem trabalhando conjuntamente na luta contra esse delito. Ressaltou-se o cumprimento de todos os compromissos adquiridos nesse tema.

FEVEREIRO 18-21 2014 – Primeiras reuniões do Grupo Técnico Binacional de Supervisão e Determinação da Zona de Exclusão de Aspersiones com o Herbicida Glifosato em Tumaco e

Bogotá. Na sessão desenvolvida em Tumaco, a Direção de Antinarcóticos mostrou à delegação equatoriana as operações Aspersão Aérea de Cultivos Ilícitos e se realizou um sobrevoo na franja de exclusão a fim de que apreciamos os cultivos ilícitos existentes nessa zona. Na sessão de Bogotá, ambas delegações conheceram os equipamentos do Laboratório de Solos do IGAC e o Laboratório do Instituto Nacional de Saúde (INS). Adicionalmente, discutiram a proposta de Protocolo que guiará os trabalhos dos membros deste grupo técnico binacional.